

ANÁLISES DOS FATORES PARA IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE
UM BANCO COMUNITÁRIO EM TERRITÓRIO POPULAR: O CASO DO
BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS

Anderson Carlos Nogueira Oriente

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, COPPE, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor em Engenharia de Produção.

Orientador: Domício Proença Júnior

Rio de Janeiro
Setembro de 2019

ANÁLISES DOS FATORES PARA IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE
UM BANCO COMUNITÁRIO EM TERRITÓRIO POPULAR: O CASO DO
BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS

Anderson Carlos Nogueira Oriente

TESE SUBMETIDA AO CORPO DOCENTE DO INSTITUTO ALBERTO LUIZ
COIMBRA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA DE ENGENHARIA (COPPE) DA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DOS
REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE DOUTOR EM
CIÊNCIAS EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Examinada por:

Prof. Fabio Luiz Zamberlan, D.Sc.

Prof. Roberto dos Santos Bartholo Jr, D.Sc.

Prof. Felipe Addor, D.Sc.

Prof. Michel Jean Marie Thiollent, D.Sc.

Profa. Ludmila Rodrigues Antunes, D.Sc.

RIO DE JANEIRO, RJ – BRASIL

Setembro de 2019

Oriente, Anderson Carlos Nogueira

Análises dos fatores para implantação e consolidação de um banco comunitário em território popular: o caso do banco comunitário da Cidade de Deus. – Rio de Janeiro: UFRJ/COPPE, 2019.

XIX, 252p. 29,7 cm.

Orientador: Domício Proença Júnior

Tese (doutorado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Produção, 2019.

Referências Bibliográficas: p. 212-220.

1. Economia Solidária. 2. Educação Financeira. 3. Crédito. 4. Banco Comunitário. 5. Cidade de Deus. I. Proença Júnior, Domício. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, COPPE, Programa de Engenharia de Produção. III. Título.

HOMENAGEM

Dedico este trabalho a minha mãe Marilene Nogueira Oriente, que, com toda sua história de vida, tem uma incrível capacidade de resistência e sabe como ninguém o significado da palavra perdão.

Por um dia de graça

Um dia, meus olhos ainda hão de ver
Na luz do olhar do amanhecer
Sorrir o dia de graça
Poesias, brindando essa manhã feliz
Do mal cortado na raiz
Do jeito que o mestre sonhava
O não chorar
E o não sofrer se alastrando
No céu da vida, o amor brilhando
A paz reinando em santa paz
Em cada palma de mão, cada palmo de chão
Semente de felicidade
O fim de toda a opressão, o cantar com emoção
Raiou a liberdade
Chegou o áureo tempo de justiça
Ao esplendor, do preservar a natureza
Respeito a todos os artistas
A porta aberta ao irmão
De qualquer chão, de qualquer raça
O povo todo em louvação
Por esse dia de graça
LUIZ CARLOS DA VILA

AGRADECIMENTOS

À minha família: meu avô (em memória), minha mãe, meu filho, com seu olhar de alegria, minha companheira, minha irmã, meu sobrinho, meus tios e primas (muitas das quais são minhas tias), primos e amigos, por me inspirarem em suas trajetórias e aumentarem a minha capacidade de resistência, não conformidade e transformação. Ao Tuninho, que me apresentou uma atividade laboral em 1992, quando tinha 12 anos de idade.

Ao Professor Fabio Zamberlan, por ter me deixado assistir às aulas da sua disciplina de Organização do Trabalho do PEP|COPPE|UFRJ no ano de 2007 como ouvinte, por ter acreditado neste projeto e afirmado que eu não podia mudar a minha pesquisa. Ao LT&F, seus pesquisadores e funcionários, e em especial à Elza Couto, com seu incentivo diário. Aos funcionários e aos professores que foram importantes na minha trajetória no Programa de Engenharia de Produção da COPPE|UFRJ, Michel Thiollent e Sidney Lianza.

À Agência de Desenvolvimento Comunitário da Cidade de Deus, que permitiu a realização desta pesquisa sobre a direção do Grupo Alfazendo nas figuras de Carlos Alberto Ferreira e Iara Oliveira, aos moradores, empreendedores que foram entrevistados para esta pesquisa. E um agradecimento majestoso a Lizete Martins, Maria Cristina Neves, Ana Lúcia Serafim (Lucinha) e Sandra Maria Rosa (em memória), que se interessaram pela investigação e sempre se mostraram solícitas, participativas e incentivadoras. À Cleonice Dias, que foi a primeira pessoa que ouvi a falar sobre a Cidade de Deus sem o estigma social.

Ao Instituto Banco Palmas e todos os seus associados, em especial a Otaciane, que teve uma gentileza incrível em colaborar com a pesquisa, mesmo tendo que fazer diversas atividades ao mesmo tempo, e a Joaquim Melo, grandiosa figura dos bancos comunitários de desenvolvimento. À Rede Brasileira de Bancos Comunitários, o meu muito obrigado a Leonora Mol. Ao Fórum do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro, na figura de Antônio Oscar, o meu agradecimento. À Secretaria de Economia Solidária de Maricá, André Braga, Diego Zeidan, José Carlos Azevedo, Rosemary Gomes, Adriana Bezerra, e ao Banco Mumbuca Nathália Sciammarella o reconhecido apontamento das respectivas contribuições com esta pesquisa e com a economia solidária.

E aos pesquisadores e profissionais que foram entrevistados e/ou contribuíram para esta pesquisa, o meu agradecimento a Marcos Rodrigo (Banco Preventório), Genauto França Filho, Heloisa Primavera, Luiz Arthur, Marcelo Costa, Eptácio Brunet, Ana Asti, Lucivania Soares e André Aranha.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, por financiar esta pesquisa. E aos companheiros de trabalho do IFRJ, por terem permitido uma licença de seis meses do meu período laboral para a realização da pesquisa de campo desta tese, também o meu muito obrigado.

Resumo da Tese apresentada à COPPE/UFRJ como parte dos requisitos necessários para a obtenção do grau de Doutor em Ciências (D.Sc.).

ANÁLISES DOS FATORES PARA IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UM
BANCO COMUNITÁRIO EM TERRITÓRIO POPULAR O CASO DO BANCO
COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS

Anderson Carlos Nogueira Oriente

Setembro/2019

Orientador: Domício Proença Júnior

Programa: Engenharia de Produção

Esta tese apresenta as análises dos fatores para implantação e consolidação de um banco comunitário em território popular. Após a revisão da literatura relacionada ao tema, a pesquisa de campo realizada nos bancos comunitários dos estados do Rio de Janeiro e do Ceará. E a participação nos eventos relacionados à temática da economia solidária e educação financeira. Consideramos importante estruturar como fatores da implantação a metodologia do Instituto Banco Palmas, e para consolidação após a pesquisa de campo, onde realizamos o estudo de caso o Banco Comunitário da Cidade de Deus, no Conjunto Habitacional Cidade de Deus, bairro da cidade do Rio de Janeiro, construímos três variáveis: 1. o papel do território; 2. a articulação política; e 3. o aspecto organizacional. A pesquisa se concentra nas análises desses fatores para construir alternativas significativas para a implantação e consolidação de um banco comunitário em um território popular.

Abstract of Thesis presented to COPPE/UFRJ as a partial fulfillment of the requirements for the degree of Doctor of Science (D.Sc.)

ANALYSIS FACTORS FOR THE IMPLANTATION AND CONSOLIDATION OF A
COMMUNITY BANK IN A PEOPLE'S TERRITORY THE CASE OF THE
COMMUNITY BANK OF THE CITY OF GOD

Anderson Carlos Nogueira Oriente

September/2019

Advisor: Domício Proença Júnior

Department: Production Engineering

This thesis presents the analysis of factors for the implantation and consolidation of a community bank in popular territory. After reviewing the literature related to the theme, the field research carried out in the community banks of the states of Rio de Janeiro and Ceará. And participation in events related to the theme of solidarity economy and financial education. He considered it important to structure the methodology of the Instituto Banco Palmas as a factor of implementation, and for consolidation after the field research, where we conducted the case study of the Community Bank of the City of God, in the Cidade de Deus Housing Estate, neighborhood of the city of Rio de Janeiro, we built three variables: 1. the role of the territory; 2. the political articulation; and 3. the organizational aspect. The research focuses on the analysis of these factors to build meaningful alternatives for the implantation and consolidation of a community bank in a popular territory.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	XIV
LISTA DE QUADROS	XVI
LISTA DE TABELAS	XVII
LISTA DE SIGLAS	XVIII
INTRODUÇÃO	1
Motivação para a Pesquisa	4
Contexto	6
Percurso Metodológico	7
Estrutura da Tese	9
 CAPÍTULO 1 – PREMISSAS DO MERCADO DE CRÉDITO.....	 11
1.1 Planejamento Financeiro	11
1.1.1 Orçamento Familiar	14
1.2 Educação Financeira	16
1.2.1 A Educação Financeira nos Bancos Comunitários	22
1.3 Crédito.....	26
1.3.1 Políticas para Concessão de Crédito	28
1.3.2 Análises de Crédito e Risco	29
1.4 Crédito Direto ao Consumidor	32
1.5 Microcrédito	33
1.5.1 As Experiências Relevantes para a Pesquisa	34
1.5.2 Brasil: Histórico, Experiências e Legislações	36
1.6 Cooperativas de Crédito	43
1.7 Fundos Rotativos Solidários	46
 CAPÍTULO 2 – BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO	 48
2.1 A Criação	49
2.2 O Microcrédito no Banco Comunitário	50
2.3 A Moeda Social no Banco Comunitário	50
2.4 A Autogestão	52
2.5 A Formação	53
2.6 O Fortalecimento no País	54

2.7 Banco Palmas	55
2.7.1 O Conjunto Palmeiras	55
2.7.2 O Sonho	57
2.7.3 As Ferramentas de Desenvolvimento	59
2.7.4 A Localização e os Serviços	62
2.7.5 E-dinheiro	66
2.8 Rede Brasileira de Bancos Comunitários	68
2.9 Implantação de Bancos Comunitários de Desenvolvimento	74
2.9.1 Banco Capivari Silva Jardim	77
2.9.2 Banco Saracuruna e Banco Preventório	78
2.9.3 Banco Popular de Maricá	80
 CAPÍTULO 3 – O CONJUNTO HABITACIONAL CIDADE DE DEUS	84
3.1. Arranjo Institucional e Plano de Desenvolvimento	88
3.1.1 Comitê Comunitário da Cidade de Deus	88
3.1.2 Plano de Desenvolvimento Comunitário da Cidade de Deus	89
3.1.3 Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local	92
3.2 Aspectos Políticos e Sociais mais Recentes do Território	93
3.3 Rio Economia Solidária	98
3.3.1 Pesquisa e Mapeamento dos Dados Econômicos, Sociais e Culturais das Comunidades Beneficiárias	102
 CAPÍTULO 4 – O BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS	107
4.1 O Processo de Sensibilização e Planejamento	111
4.1.1 Primeira Reunião de Planejamento	111
4.1.2 Segunda Reunião de Planejamento	113
4.1.3 Terceira Reunião de Planejamento	113
4.1.4 Quarta Reunião de Planejamento	115
4.1.5 Quinta Reunião de Planejamento	117
4.1.6 Sexta Reunião de Planejamento	120
4.2 Processo de Formação	121
4.3 Processo de Implantação	125
4.3.1 Quem fomentou (Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário – SEDES)	125

4.3.2 Quem implantou (Instituto Banco Palmas)	127
4.3.3 Quem contribuiu (Atores Políticos)	128
4.4 Processos da Gestão e Operação	130
4.4.1 O Conselho Consultivo	131
4.4.2 A Moeda CDD\$	135
4.4.3 O Crédito	142
4.4.4 O Correspondente Bancário	146
4.4.5 Articulações Institucionais	147
4.4.6 Organização do Trabalho	150
4.5 Percepções dos Atores	152
4.5.1 Quem trabalhou (Presidente e Funcionários)	153
4.5.2 Quem aconselhou (Conselheiros)	158
4.5.3 Quem utilizou (Comerciantes e Moradores)	159
 CAPÍTULO 5 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	 164
5.1 Pesquisa de Campo.....	166
5.2 Método.....	167
5.3 Roteiro da Entrevista	169
5.4 Análise dos Dados	171
 CAPÍTULO 6 – ANÁLISE DOS FATORES DA IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UM BANCO COMUNITÁRIO – O CASO DO BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS	 173
6.1 Fatores de Implantação.....	175
6.1.1 Sensibilização e Planejamento do BCCD	177
6.1.2 A Implantação do BCCD	179
6.1.3 Processo de Formação do BCCD	181
6.2 Fatores de Consolidação	186
6.2.1 O Papel do Território	186
6.2.2 A Articulação Política	190
6.2.3 A Questão Organizacional	194
6.3 Síntese.....	200
 CAPÍTULO 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	 205

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	212
APÊNDICES	221
APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEDES	221
APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA INSTITUTO BANCO PALMAS..	222
APÊNDICE C - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A PRESIDENTE DO BCCD	223
APÊNDICE D - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM FUNCIONÁRIAS DO BCCD	224
APÊNDICE E - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM O ECONOMISTA VOLUNTÁRIO	225
APÊNDICE F - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM COMERCIANTES DA CIDADE DE DEUS	226
APÊNDICE G - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM MORADORES DA CIDADE DE DEUS	227
ANEXOS	228
ANEXO A – FORMULÁRIO DA PESQUISA DO MAPA DO CONSUMO CDD..	228
ANEXO B – CONVITES DAS REUNIÕES DE PLANEJAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E INAUGURAÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS	233
ANEXO C – FICHA DE ADESÃO AO SISTEMA DA MOEDA CDD	237
ANEXO D – FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE CRÉDITO PRODUTIVO	238
ANEXO E – FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE CRÉDITO CONSUMO	242
ANEXO F – PLANO DE MARKETING DA MOEDA CDD	244
ANEXO G – CEF MALOTE EMPRESARIAL – OCORRÊNCIA	246
ANEXO H – INVENTÁRIO – BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS.....	247
ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO.....	248
ANEXO J – CARTA DE FORTALEZA	250

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Microcrédito – Retorno Esperado <i>versus</i> Taxa de Juros Praticada	30
Figura 2: Comunidade (Controle Social do Banco Comunitário)	61
Figura 3: Banco Palmas (Bodega da Solidariedade)	63
Figura 4: Banco Palmas (Bodega da Solidariedade)	63
Figura 5: Banco Palmas (Sala de Atendimento de Fianças Solidárias)	63
Figura 6: Banco Palmas (Sala de Controle da Moeda Digital)	63
Figura 7: Sala da Coordenação Geral	64
Figura 8: Sala Sandra Magalhães	64
Figura 9: Telas do Aplicativo E-dinheiro	67
Figura 10: Conjunto Habitacional Cidade de Deus, em 1967	87
Figura 11: Conjunto Habitacional Cidade de Deus – dias atuais	93
Figura 12: Visita de Barack Obama à Cidade de Deus	95
Figura 13: Desfile da judoca Rafaela Silva	96
Figura 14: Território da Cidade de Deus	98
Figura 15: Momentos antes da Inauguração do Banco Comunitário da Cidade de Deus	108
Figura 16: Inauguração do Banco Comunitário da Cidade de Deus	109
Figura 17: Fluxograma de Formação – Banco Comunitário da Cidade de Deus	123
Figura 18: Sede do Banco Comunitário da Cidade de Deus	126
Figura 19: Moeda Social do Banco Comunitário da Cidade de Deus (0,50 CDD)	136
Figura 20: Moeda Social do Banco Comunitário da Cidade de Deus (1,00 CDD)	136
Figura 21: Moeda Social do Banco Comunitário da Cidade de Deus (2,00 CDD)	137
Figura 22: Moeda Social do Banco Comunitário da Cidade de Deus (5,00 CDD)	138
Figura 23: Moeda Social do Banco Comunitário da Cidade de Deus (10,00 CDD) ...	139

Figura 24: Organograma do Banco Comunitário da Cidade de Deus	151
Figura 25: Aviso do Assalto ao BCCD	156
Figura 26: Utilização da Moeda Social no Mercado Rainha da Cidade de Deus	161
Figura 27: Sede do Banco Comunitário da Cidade de Deus – novembro de 2018	201

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Crédito produtivo para a economia solidária	65
Quadro 2: Fundo solidário	65
Quadro 3: Palmas microsseguro	66
Quadro 4: Moeda Social Palmas	66
Quadro 5: Rede Brasileira de Bancos Comunitários	71
Quadro 6: Metodologia de implantação de bancos comunitários	76
Quadro 7: Comitê Comunitário da Cidade de Deus – Trabalho, Emprego e Renda	90
Quadro 8: Comitê Comunitário da Cidade de Deus – Trabalho, Emprego e Renda – Superação dos problemas	91
Quadro 9: Comparativo entre os Bancos Comunitários	174
Quadro 10: Metodologia de Implantação de Bancos Comunitários (itens não utilizados)	176
Quadro 11: Rio Economia Solidária - Cronograma de Desembolso Concedente e Rendimentos Financeiros	180
Quadro 12: Fatores da Implantação e Consolidação de um Banco Comunitário	200
Quadro 13: Fatores para as novas Implantação e Consolidação de Banco Comunitário	202

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Número de relações de troca que precisa ser estabelecido, dadas diferentes quantidades de produtos disponíveis	140
Tabela 2: Créditos para Consumo em CDD\$ no ano de 2011	144
Tabela 3: Créditos para Consumo em CDD\$ no ano de 2012	144
Tabela 4: Créditos para Consumo em CDD\$ no ano de 2013	145

LISTA DE SIGLAS

ACDDDL – Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local
ADL – Agência de Desenvolvimento Local
ANTEAG – Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão.
ASMOCONP – Associação de Moradores do Conjunto Palmeira
B3 – Brasil Balcão Bolsa (Bolsa de Valores de São Paulo)
BACEN – Banco Central
BC – Banco Comunitário
BCCD – Banco Comunitário da Cidade de Deus
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
BP – Banco Palmas
BPCM – Banco Popular Comunitário de Maricá
CDC – Crédito Direto ao Consumidor
CDD – Cidade de Deus
CEAPE – Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos
CEDAC – Centro de Ação Comunitária
CEES – Conselho Estadual de Economia Solidária
CEF – Caixa Econômica Federal
CMN – Conselho Monetário Nacional
CNC – Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo
EES – Empreendimentos Econômicos e Solidários
ENEF – Estratégia Nacional de Educação Financeira
ES – Economia Solidária
FBES – Fórum Brasileiro da Economia Solidária
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBP – Instituto Banco Palmas
IOM – Instituição Operadora de Microcrédito
IPECE – Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará
IPP – Instituto Pereira Passos
ITCP – Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares
LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

NESOL/USP – Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo

OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico

PCRJ – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro

RBBC – Rede Brasileira de Bancos Comunitários

RIOECOSOL – Rio Economia Solidária

SEDES – Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário

SENAES – Secretaria Nacional de Economia Solidária

SPC – Serviço de Proteção ao Crédito

SOLTEC/UFRJ – Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância

INTRODUÇÃO

Nos anos 1990, o país passava pelo neoliberalismo econômico que teve início no governo Fernando Collor de Mello (1990 a 1992), com abertura da economia, processo de privatização das empresas estatais e os programas de demissão voluntária dos servidores públicos, acentuando-se no governo do sociólogo Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002). No entanto, a força de trabalho fazia um trajeto oposto, uma vez que as novas tendências de trabalho exigiam cada vez mais tecnologia em detrimento da mão de obra, o que, consequentemente, agravou a situação do país que não possuía infraestrutura produtiva capaz de absorver as estruturas de produção cada vez mais intensivas em capital e menos intensivas em força de trabalho, deixando à margem do mercado de trabalho uma parcela maior da população com baixas formação e qualificação.

Em meio a esse panorama econômico e social, o movimento de economia solidária ganha força como ponte de criação de trabalho, e como uma nova opção de produção, diferente do modelo capitalista. A economia solidária é um movimento social e econômico voltado para um modelo de produção que valoriza as trabalhadoras e os trabalhadores embasado nos princípios de solidariedade, autogestão, cooperação e ação econômica. Podemos citar diversas práticas de economia solidária, tais como: empresas autogestionárias, redes de cooperação, clubes de trocas, associações e cooperativas que se organizam com o objetivo de promover atividades produtivas, comércio justo, prestação de serviços, trocas solidárias, comércio solidário e finanças solidárias. Em contrapartida os Empreendimentos Econômicos e Solidários (EES) apresentam, além da dificuldade de escassez de recursos, descontinuidade dos projetos, questões políticas e ideológicas, precarização da população, falta de conhecimentos técnicos e gestores e uma grande necessidade de elevar o nível educacional.

Segundo Thiollent (2017), destacam-se como pontos fortes da Economia Solidária (ES), primeiro, a “difusão dos princípios” solidariedade, cooperação, autogestão e sustentabilidade, pois a economia solidária se aglutina nos moldes de uma economia próxima à centralidade humana e com bases populares. O segundo ponto é a “organização em movimento e rede”, que tem como grandes representantes o Fórum Brasileiro da Economia Solidária (FBES), onde estão articulados os empreendimentos econômicos solidários, assessorias, instituições de ensino e pesquisa e gestores públicos, que possuem representatividades nos fóruns estaduais de economia solidária e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários que até dezembro de 2018 possuía cerca de 113 bancos comunitários de desenvolvimento no país. Por último, o “diálogo com o poder público”, que alcançou as três esferas. No âmbito federal, foi importante a criação

da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), órgão executor da política pública de economia solidária, cujo trabalho se dá por meio das transferências de recursos através de editais de fomento para as atividades de economia solidárias, com a participação dos estados, dos municípios, das universidades e das organizações da sociedade civil.

No estado do Rio de Janeiro, foi criado o Conselho Estadual de Economia Solidária (CEES/ERJ), regulamentado pela Lei nº 5.315, de 17 de novembro de 2008, que tem como um dos objetivos melhorar a qualidade de vida por meio do trabalho associado, cooperativado ou mesmo em coletivos informais.

Segundo Antônio Oscar Peixoto Vieira (2016) representante do Fórum do Cooperativismo Popular do Rio de Janeiro (Fórum Estadual de Economia Solidária), a lei foi criada a partir de uma iniciativa do Fórum de Cooperativismo Popular, com o intuito de criar o Conselho Estadual de Economia Solidária, órgão com a atribuição de formular as políticas públicas de economia solidária no estado. Primeiro, o projeto foi rejeitado pelo Governador, mas quando retornou ao parlamento o veto foi derrubado, por conta de uma articulação com os líderes de todos os partidos na ALERJ. Em 24 de agosto de 2010, foram aprovadas emendas que resultaram na lei atual. A legislação, aprovada por unanimidade, representou um avanço na medida em que criou um vínculo com a Secretaria Estadual de Trabalho e Renda, onde buscou instalar o Conselho Estadual de Economia Solidária. Esta vinculação fez com que a III Conferência Estadual de Economia Solidária, realizada em 2014, fosse oficialmente convocada pelo governo do estado.

Coube também ao Conselho Estadual, junto com o Fórum Estadual de Economia Solidária, assumir a elaboração do Plano Estadual de Economia Solidária (2015-2019) lançado em 23 de junho de 2017, no Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Este documento constitui a organicidade econômica de todos os tipos de negócios atrelados à *economia solidária*, “com base nos princípios do trabalho associado, na autogestão, na propriedade coletiva dos meios de produção, na cooperação e na solidariedade, portanto, apresenta-se como uma alternativa ao modo de *produção* capitalista...” (PLANO ESTADUAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA, 2017). De fato, o *plano* busca a valorização e o empoderamento do ser humano que sobrevive da *economia solidária* e que considera essas práticas de valores compartilhados por grupos e comunidades algo de grande valor para a sociedade. O documento final do *Plano Estadual de Economia Solidária* foi elaborado após a realização de oito conferências regionais, duas temáticas (finanças solidárias e de gênero) e a já citada III Conferência *Estadual de Economia Solidária*, espaços de ampla participação do movimento em torno das reivindicações para fortalecimento da economia solidária. Essa forma participativa foi importante para legitimar a

orientação da política pública para a Economia Solidária no estado do Rio de Janeiro, com proposta de estratégia de médio e longo prazos.

E por último no município do Rio de Janeiro a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES), que teve suas atividades iniciadas em 2009 e interrompidas em 2016. E, a partir de 2017 até os dias atuais, as atividades da SEDES foram incorporadas à Secretaria de Desenvolvimento, Emprego e Inovação.

Já as fraquezas, segundo Thiollent (2017), destaca-se a “descontinuidade das políticas públicas”, pois o governo deve criar políticas públicas necessárias estabelecidas em conjunto com a sociedade civil organizada para tornar a economia solidária uma forma emancipatória de produção, não de assistencialismo ou de medidas compensatórias; e a “insuficiente comunicação e visibilidade”, pois parte da população não conhece e nem sabe o que significa economia solidária. Segundo o Atlas da Economia Solidária, do ano de 2013, existiam cerca de 19.708 EES, número menor se comparado ao Atlas anterior, do ano de 2007, onde existiam cerca de 21.859 EES.

Entre os elementos excludentes, aparece com destaque a inexistência de um marco legal específico que regulamenta os EES. Muito embora esteja numa questão que extrapole a política pública municipal, ela é vista como um grande problema para os empreendimentos. Durante as reuniões do grupo comunicativo, foi reafirmado pelo/as participantes que não existem marcos legais para os EES, mas houve um grande avanço neste sentido para os microempreendedores individuais (MEI) (SOUZA; ZANIN, 2017).

Essa redução teve um impacto significativo no estado do Rio de Janeiro, pois caiu o número de EES caiu de 1.343 (2007), para 301 (2013). Isso pode ter relação com a Lei Complementar nº 128, de 19/12/2008, que criou o Microempreendedor Individual (MEI), empreendedores individuais que faturam até R\$ 36.000,00¹ (trinta e seis mil reais) por ano. Com a lei, os empreendedores individuais puderam se formalizar, possuindo um CNPJ para suas transações comerciais, o que alcançou as pessoas que exerciam uma atividade de forma individual ou em grupo de maneira informal e tinham dificuldade de cumprir as exigências burocráticas para a constituição de uma empresa. E o segundo ponto que pode ser significativo para esta redução foi que, a partir de 2011, o governo federal investiu menos na política pública de economia solidária se comparado ao período entre 2003 a 2010, quando consolidou a

¹ A partir de 1º de janeiro de 2018, com a aprovação do Projeto de Lei nº 125/2015 – Crescer sem Medo, o faturamento passou para R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), sendo que antes era de R\$60.000,00 (sessenta mil reais). Disponível em: <<http://www.portaldoeempreendedor.gov.br/duvidas-frequentes/o-microempreendedor-individual-mei/4-qual-o-faturamento-anual-do-microempreendedor-individual>>. Acesso em: 10 jun. 2018.

SENAES e fortaleceu a economia solidária nos estados da Federação com o fomento para projetos e políticas públicas.

Para Singer (2002), “economia solidária é o conjunto de atividades em que trabalhadores solidariamente se organizam sob a forma coletiva e de autogestão para realizar atividades de produção de bens, serviços, créditos e finanças, trocas, comércio e consumo”. No que se refere às finanças solidárias, pretendemos neste trabalho focalizar os bancos comunitários, que têm se mostrado como alternativa ao modelo de crédito proposto pelo sistema capitalista. Segundo Gadotti, (2009), “bancos comunitários são serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa, voltados para a geração de trabalho e renda e tendo por base os princípios da economia solidária”.

A presente tese analisa os fatores para implantação e consolidação de um banco comunitário em um território popular. Para tanto, o objeto de pesquisa é o Banco Comunitário da Cidade de Deus, no Conjunto Habitacional Cidade de Deus, no Rio de Janeiro, que foi implantado em um projeto de economia solidária fomentado pela SENAES em parceria com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, o qual foi gerido pela SEDES, chamado Rio Economia Solidária (RIO ECOSOL).

Motivação para a Pesquisa

Ao desenvolver a pesquisa de mestrado no ano de 2010, no Programa de Engenharia de Produção – COPPE|UFRJ, dentre os grupos e/ou cooperativas pesquisados foi verificado que uma das principais dificuldades dos empreendedores da economia solidária era a obtenção de crédito. Na busca por esses recursos eles encontravam certas “barreiras” para serem atendidos pelos bancos tradicionais, por falta de garantias fiduciárias, preconceitos social e racial e por estarem inseridos em atividades econômicas não formalizadas juridicamente, e até mesmo eram barrados na porta do banco por conta de sua cor de peles, pois o travamento das portas não é originalmente automático.

A partir de novembro de 2010 até dezembro de 2012, o autor da presente tese foi pesquisador do Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SOLTEC/UFRJ), no projeto de economia solidária chamado “Rio Economia Solidária”, na cidade do Rio de Janeiro, sendo responsável pela pesquisa do tecido socioprodutivo na Cidade de Deus, mas a pesquisa foi aplicada em outros territórios populares (Manguinhos, Santa Marta e Complexo do Alemão). Uma das ações do projeto era implantar um banco comunitário, cuja implantação foi acompanhada pelo autor desta tese, mesmo não tendo responsabilidades sobre

esta atividade, o que aguçou a curiosidade, como também o desejo de ver aquela dificuldade na obtenção de crédito por parte dos empreendedores da economia solidária que foram revelados na pesquisa de mestrado, não os que literalmente foram pesquisados, mas uma dificuldade dos mais diversos empreendedores populares e da economia solidária do país e nesse caso especificamente os da Cidade de Deus.

Os bancos comunitários são uma alternativa ao sistema de crédito tradicional, são iniciativas solidárias criadas e geridas pelas comunidades, com o controle social sobre as ações geridas por fóruns ou associações locais voltadas para populações de baixa renda e trabalhadores informais. De maneira geral, a ideia dos bancos comunitários é ampliar as microfinanças, democratizar o sistema financeiro, as relações econômicas, pautado na ética e na solidariedade. Segundo Gadotti (2009),

... Trabalham com moedas alternativas ou moedas sociais locais circulantes, moedas complementares ao real que objetivam fazer com que o “dinheiro” circule na própria comunidade, ampliando o poder do comércio local, aumentando a riqueza circulante na comunidade, gerando trabalho e renda localmente “uma boa iniciativa foi a criação da Rede Brasileira de Bancos Comunitários de Desenvolvimento” (GADOTTI, 2009).

Esta tese mostra como foi o processo de implantação e consolidação do projeto do Banco Comunitário da Cidade de Deus (BCCD), Conjunto Habitacional localizado na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, e o fato de o banco comunitário ter sido o primeiro instalado dentro de uma favela (comunidade) na cidade do Rio de Janeiro, com grande vulnerabilidade social, e pelo grau de interação entre pesquisador e pesquisados (gestores, atores sociais, funcionários, comerciantes e moradores. De maneira geral, a delimitação geográfica da tese tende a identificar como esse tipo de organização autogestionária é implantada dentro de uma grande comunidade, no perímetro urbano da cidade do Rio de Janeiro, com diversas instituições sociais de base comunitária e grande diversidade entre estas que formam uma instituição, a Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local.

A presente tese pretende contribuir para o acervo teórico da economia solidária, no que se refere às finanças solidárias, em especial aos bancos comunitários, tendo como **principal contribuição** os procedimentos chamados, nesta pesquisa, **de fatores para a implantação e consolidação de um banco comunitário em território popular**, visto que a implantação e a consolidação de um banco comunitário não são iguais às de um banco comercial tradicional.

Segundo a metodologia do Instituto Banco Palmas (IBP, 2018), para se criar um banco comunitário são necessárias quatro etapas: **1. sensibilização da comunidade** com reuniões, debates e seminários para apresentar e discutir a ideia do banco comunitário no

desenvolvimento do território, pois o sucesso do banco está principalmente na participação ativa da comunidade; **2. capacitação (formação) da equipe local** com oficinas, seminários e cursos com o objetivo de fomentar a formação dos associados² e/ou da possível equipe local com a filosofia do banco comunitário; **3. implantação do banco** com a cerimônia de inauguração, cujas primeiras operações, tais como câmbio da moeda social e crédito, são esperadas com muita expectativa; **4. consolidação (gestão)** que, de acordo com o IBP, demora seis meses após a implantação. Para ser bem maturada, a etapa de consolidação carece muito de como foram realizadas as outras etapas, e isso pode demorar um pouco mais de um semestre. E se a implantação não for bem realizada, o banco poderá cair em descrédito, o que pode tornar difícil sua recuperação.

Contexto

A economia solidária é um movimento de fomento à reinserção dos trabalhadores em situação de desemprego e daqueles que desejam um novo modelo de relação de trabalho pautado nas relações sociais e humanitárias, diferente dos moldes convencionais do mercado. Segundo a SENAES/MTE.

A economia solidária não é algo que aconteceu por decreto, nem fruto de uma cabeça privilegiada que, em um momento inspirado, se deu conta de que, assim como estamos, as coisas só irão de mal a pior. A economia solidária é um movimento amplo e profundo, cujas raízes históricas se encontram nas ações e nas lutas de organizações de trabalhadores, de movimentos populares, de grupos engajados nas universidades e nas igrejas. Um movimento vivo, dinâmico, que se fortalece e se organiza cada vez mais e que começa a contar também com apoio de governos (SENAES/MTE, 2013).

Como vimos anteriormente, de acordo com o Atlas da Economia Solidária de 2013, (SENAES/MTE, 2013), o estado do Rio de Janeiro possui 301 EES, sendo que 69 desses estão localizados na cidade do Rio de Janeiro. Vale destacar que o mapeamento não apresenta um recorte por bairro, mas somente os dados da cidade do Rio de Janeiro. Dessa forma, o BCCD foi um dos empreendimentos pesquisados no mapeamento e pensados como uma alternativa para o desenvolvimento dos EES, como também os empreendimentos da economia informal.³

² Membros de associações de moradores ou coletivos que darão origem ao Banco Comunitário de Desenvolvimento.

³ Abrange pequenas unidades dedicadas à produção ou venda de mercadorias ou à produção de serviços. Denominação atribuída ao fato de a economia dessas unidades não ser constituída de acordo com as leis vigentes, não recolher impostos, não manter uma contabilidade de suas atividades, utilizar-se geralmente da mão de obra familiar, e seus eventuais assalariados não serem registrados (SANDRIONI, 2002).

O BCCD é um projeto que envolve os governos federal e municipal, como também organizações sociais; tem a intenção de fazer com que a riqueza da Cidade de Deus circule dentro do território e de mitigar ou reduzir um dos entraves para o desenvolvimento dos empreendedores e moradores, que é o crédito. Os princípios adotados por esse banco são oriundos do IBP, instituição que fundou o primeiro banco comunitário do país, em 1998, e é um dos promotores dessa tecnologia social, pois implantou a metodologia do banco comunitário e acompanhou as quatro fases para sua criação.

Nota-se que um fator importante para o processo de criação do BCCD fora a forte identificação das colaboradoras com os princípios da economia solidária e os esforços que elas tinham para aplicar essas práticas no cotidiano do banco, o que de certa forma foi positivo para a fase de sensibilização e formação. Porém, as fases de implantação e gestão ficaram abaixo do esperado, o que comprometeu a sua consolidação.

Percurso Metodológico

Em relação à metodologia utilizada para esta pesquisa podemos defini-la, quanto aos fins, como uma pesquisa exploratória e descritiva. Em relação aos meios podemos classifica-la como uma pesquisa bibliográfica e documental, com uma investigação *ex post facto*, pois refere-se a um fato já ocorrido, quando o pesquisador não pode manipular as variáveis.

Segundo Rosa (2006), qualquer que seja o problema, o referencial teórico ou a metodologia empregada, o procedimento de elaboração de uma pesquisa tem três requisitos básicos: a existência de um questionamento ou hipótese levantada a respeito de um determinado tema para se chegar a um objetivo inicial proposto; elaborações de procedimentos para se chegar às respostas adequadamente; inter-relação entre entrevistador/entrevistado com o intuito de confiabilidade.

Portanto, é necessário que haja um problema de pesquisa e, consequentemente, um procedimento que gere uma informação relevante como resposta, demonstrando-se, com fidedignidade, que essa informação é decorrente do procedimento empregado, e que as respostas produzidas por ela não são apenas algumas respostas possíveis, mas as melhores nessas circunstâncias, incluindo-se aí o referencial teórico como respaldo.

A questão que se coloca é: **quais são os fatores para a implantação e consolidação de um banco comunitário em um território popular?** Para responder a esse questionamento, pesquisamos o banco comunitário da Cidade de Deus, no estado do Rio de Janeiro, mas primeiramente, pesquisamos, apresentamos e contextualizamos o panorama de implantação e

consolidação do Banco Palmas localizado no Conjunto das Palmeiras, em Fortaleza, no estado do Ceará, que serviu de referência como um banco comunitário consolidado em território popular. E apresentamos de maneira sucinta os BCDs do estado do Rio de Janeiro, sendo eles: Banco Capivari, em Silva Jardim; Banco Saracuruna, em Duque de Caxias; Banco Preventório, em Niterói; e Banco Mumbuca, localizado no município de Maricá, os quais foram implantados pelo Instituto Banco Palmas. Não estabelecemos comparações diretas com estes bancos na pesquisa, mas achamos importante contextualizá-los no trabalho, pois realizamos analogias em determinadas circunstâncias. O estudo do Banco Palmas foi de extrema importância, pois relacionamos as informações captadas na pesquisa de campo e na revisão bibliográfica e obtivemos uma análise sobre os fatores que avaliamos como relevantes para a implantação e consolidação do banco comunitário.

O objetivo geral dessa tese é **analisar os fatores relevantes para a implantação e consolidação de um banco comunitário em um território popular.**

Como objetivos específicos da pesquisa destacam-se:

- Contribuir para o avanço conceitual da economia solidária, em particular das finanças solidárias.
- Explorar o conceito de educação financeira no âmbito da economia solidária.
- Revisitar os conceitos de crédito e as modalidades mais próximas dos tomadores de crédito da economia popular e da economia solidária.
- Apresentar o conceito de bancos comunitários e suas potencialidades.
- Descrever o território do objeto da pesquisa.
- Mostrar como foi realizado o processo de implantação do Banco Comunitário da Cidade de Deus.
- Contribuir para a construção de um referencial teórico para implantação de bancos comunitários.
- Analisar de forma crítica a implantação e consolidação de um banco comunitário de desenvolvimento, a partir da pesquisa de campo.
- Oferecer subsídios para a tomada de decisões à implantação de um banco comunitário, ao ajuste ou reformulação das suas ações, em face dos objetivos do território, das instituições e dos atores governamentais implicados.

Na pesquisa de campo, a estratégia de investigação utilizada foi o estudo de caso. Segundo Godoy (2005), o rigor no estudo de caso qualitativo atende a critérios que passam pelo entendimento do significado que se atribui aos conceitos de fidedignidade, validade e generalização na pesquisa. Para o autor, em estudos de caso de uma organização alguns aspectos

referentes à coleta de dados merecem destaque, como conhecer um pouco da história, da estrutura e do funcionamento da organização. Depois disso, deve-se planejar o trabalho de campo, definindo um plano de atuação que inclua todos os passos envolvidos na coleta e no registro dos dados e o tempo necessário à sua concretização.

Antes de iniciarmos a pesquisa de campo propriamente dita, e para ganharmos um pouco mais de dimensionamento na investigação, no ano de 2013 realizamos uma observação não participante, ou seja, sem interação entre o pesquisador e o objeto de estudo, com o objetivo de captar a realização do processo de trabalho, já que o de implantação fora acompanhado pelo pesquisador. E em junho de 2016 fizemos uma entrevista semiestruturada com o gestor e/ou um dos autores do Projeto Rio Economia Solidária para entendermos o projeto.

A construção do roteiro de entrevista foi realizada com base nos fatores relevantes para a implantação e consolidação de um banco comunitário em território popular: as pesquisas bibliográficas e de campo, a participação em alguns seminários e encontros com representantes dos bancos comunitários no estado e no país, considerados importantes para caracterizar as relações organizacionais e econômicas desse tipo de instituição, assim como as fases de criação de um banco comunitário descritas na motivação para a pesquisa.

No BCCD realizamos entrevistas qualitativas com os gestores, funcionários e clientes (moradores – tomadores de créditos e/ou usuários da moeda social). E também com atores que na época ocupavam posições estratégicas em instituições sociais e governamentais, que de certa maneira foram significativos para a realização do projeto. Essas entrevistas foram de suma importância, pois permitiram captar diferentes perspectivas acerca do BCCD.

Os benefícios do processo de análise de um projeto como um banco comunitário atingem todos os seus participantes. De modo mais pragmático, a apreciação beneficia formuladores e executores, pois oferece elementos que possibilitarão o aperfeiçoamento para ações com esse tipo de projeto.

Estrutura da Tese

Com o interesse de responder à questão da pesquisa e atingir os objetivos propostos, o estudo se desenvolverá da maneira descrita a seguir.

No Capítulo 1 são apresentadas as Premissas do Mercado de Crédito, iniciando com o Planejamento Financeiro e a Educação Financeira, apontando definições bibliográficas, das instituições e de dois especialistas da área, e as metodologias criadas pelos bancos comunitários para esta atividade. Com o objetivo de esclarecer a importância da educação financeira, a vida

pessoal, familiar e a tomada de crédito por pequenos empreendedores oriundos da economia popular e da economia solidária. Logo depois, apresentaremos o conceito de crédito e a sua importância. Assim, serão apresentados: o que é crédito, os tipos de créditos, onde iremos destacar o microcrédito, que é um tipo de crédito demandado pelos pequenos empreendedores e pela população de baixa renda, as barreiras e os entraves para obtenção, e as finanças solidárias com a cooperativa de crédito e o fundo rotativo solidário.

No Capítulo 2 expusemos o Banco Comunitário de Desenvolvimento como alternativa ao modelo capitalista de crédito. A partir do texto destacamos o histórico, a metodologia (crédito solidário e moeda social) e as abordagens dos pesquisadores. A fim de entender melhor o que significa esse tipo de crédito, apresentamos o Banco Palmas, a difusão da sua metodologia para implantação dos bancos comunitários de desenvolvimento no estado do Rio de Janeiro e a Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

No Capítulo 3 descreveremos o *locus* do projeto, o Conjunto Habitacional Cidade de Deus através dos olhares dos autores, dos atores sociais que descrevem as favelas cariocas e dos movimentos sociais da comunidade, as experiências e os acontecimentos na comunidade nos últimos anos. E, por fim, o Projeto Rio Economia Solidária, bem como sua pesquisa do tecido socioprodutivo na Cidade de Deus.

No Capítulo 4 apresentaremos o Banco Comunitário da Cidade de Deus segundo a ótica do autor desta pesquisa, da SENAES, da SEDES, do Instituto Banco Palmas, da Rede Brasileira dos Bancos Comunitários, a percepção dos trabalhadores do BCDD, os quais chamamos de funcionários, o território (moradores e comerciantes), os atores sociais relevantes para a criação desta instituição. E por fim pela pesquisa documental que realizamos na instituição.

No Capítulo 5 são apresentados os Procedimentos Metodológicos da Pesquisa e a estrutura da pesquisa da tese, onde são descritos a abordagem metodológica, o universo e a amostra, os instrumentos para coleta de dados e os procedimentos para análise dos dados.

No Capítulo 6 analisamos os fatores de implantação e consolidação de um banco comunitário. Analisaremos a implantação pelas fases de sensibilização e planejamento, implantação, formação e gestão. E na consolidação analisaremos o papel do território, a articulação política e os aspectos organizacionais.

Finalmente, nas Considerações Finais estão os subsídios para a tomada de decisão no que se refere à implantação de um banco comunitário. E de forma crítica uma avaliação do BCDD, com o objetivo de aperfeiçoar ações para a consolidação de um banco comunitário em um território popular.

CAPÍTULO 1 – PREMISSAS DO MERCADO DE CRÉDITO

Pecado Capital

Dinheiro na mão é vendaval
 É vendaval
 Na vida de um sonhador
 De um sonhador
 Quanta gente aí se engana
 E cai da cama
 Com toda a ilusão que sonhou
 E a grandeza se desfaz
 Quando a solidão é mais
 Alguém já falou
 Mas é preciso viver
 E viver não é brincadeira não
 Quando o jeito é se virar
 Cada um trata de si
 Irmão desconhece irmão
 E aí dinheiro na mão é vendaval
 Dinheiro na mão é solução
 E solidão.
 (PAULINHO DA VIOLA, 1970)

O capítulo em questão apresenta como premissas para o mercado de crédito os conceitos de planejamento financeiro e educação financeira, por entender que estas análises consistem em limitadores que as instituições bancárias utilizam para a concessão de crédito, sendo que as mesmas esquecem e/ou talvez não abordam que suas altas taxas de juros cobradas na concessão de créditos podem levar os tomadores de empréstimos a terem problemas financeiros. Em seguida apresentamos o mercado de crédito, com suas políticas de concessão, análises e tipos.

1.1 PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Apresentamos na tese o conceito de planejamento financeiro a fim de justificar sua importância para a administração do crédito, da renda e do equilíbrio financeiro seja ele governamental, empresarial e pessoal. A partir do momento que entendemos que tomada de crédito carece de um planejamento para ter o conhecimento de como utilizarmos um empréstimo, pelo fato de o crédito não ser algo fácil de ser administrado. Uma vez que concedidos pelos bancos sejam eles varejistas ou comunitários passam por um avaliação, e os responsáveis por estas análises detêm alguma noção de planejamento financeiro para a aprovação, mesmo esta sendo empírica, o que também deve ser válido para os tomadores.

O planejamento financeiro é um processo de administrar a renda, os investimentos, as despesas, o patrimônio e as dívidas, objetivando tornar realidade os sonhos e desejos futuros. É

o planejamento financeiro que define as linhas de investimento e financiamento. A necessidade de equilibrar receitas e despesas faz com que o planejamento financeiro seja uma ferramenta importante para o controle financeiro. Apesar de sua importância, muitas organizações e pessoas ainda não se conscientizaram do cuidado que se deve ter para tentar não gastar mais do que se tem a receber.

No âmbito governamental, o orçamento é regulado pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a qual procura fazer com que o governo não gaste mais do que arrecada, evitando o endividamento, regido pela Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal. O que é um grande desafio frente as necessidades da população.

Já no setor privado, as empresas utilizam o orçamento empresarial, uma ferramenta que mensura o controle das despesas e das receitas da empresa; Tanto o setor público quanto o privado utilizam o planejamento financeiro como ferramenta para ter o controle e manter um equilíbrio financeiro de tudo o que “entra e sai” dos seus caixas.

Na vida pessoal, a maior parte das pessoas, independente de quanto ganham, se estão empregadas ou não, usam o dinheiro, para comprar ou investir. O grande paradigma é: como administrar os recursos adquiridos em determinado período? Segundo Gitman (2010), finança é: “a arte e a ciência de administrar o dinheiro”. Administrar envolve uma constata análise e planejamento financeiro, combinado à tomada de decisões, sobre o que financiar ou em que investir”.

E quando o assunto é administração do lar, o orçamento doméstico costuma ser ignorado ou passar despercebido pelas famílias, por conta das dificuldades do dia a dia, o que pode resultar em uma má administração nas contas domésticas, com as despesas descontroladas, sendo muito comum a falta do dinheiro antes de o mês acabar. Então é preciso fazer um mapeamento das receitas e despesas, que será de suma importância para manter as contas em dia, pois, independente de qual seja a classe social, as pessoas geram compromissos mensais, como por exemplo: alimentação, água, luz, telefone, gás etc. Para isso é preciso fazer um controle orçamentário.

O planejamento financeiro empresarial apresenta contribuições para que as empresas não sejam surpreendidas e contribui com alternativas para obterem resultados desejados. Segundo Gitman (2010), o planejamento financeiro é um aspecto importante, pois oferece a direção, a orientação e o controle das providências tomadas para que se possam atingir seus objetivos e sobre uma perspectiva de metas:

De modo geral, as metas pessoais podem ser de curto prazo (um ano), médio prazo (dois a cinco anos), ou longo prazo (seis anos ou mais). As metas de curto e médio prazo sustentam as de longo prazo. Evidentemente, os tipos de metas pessoais de longo prazo dependem da idade da pessoa ou da família e mudarão junto com a situação individual (GITMAN, 2010).

Já o planejamento financeiro pessoal não é diferente do planejamento adotado pelas empresas, já que nos dois casos o conceito e as estratégias aplicadas partem de um mesmo fundamento, que é planejar objetivos e concretizar metas. O Departamento de Educação Financeira do Banco Central elaborou o Caderno de Educação Financeira Gestão de Finanças Pessoais (2013, p. 3), onde aponta que: “todo cidadão pode desenvolver habilidades para melhorar sua qualidade de vida e a de seus familiares, a partir de atitudes comportamentais e de conhecimento básicos sobre gestão de finanças pessoais aplicados no seu dia a dia”. Embora o trabalho não leve em consideração como “todo cidadão” sobrevive.

Segundo a Comissão de Valores Imobiliários (CVM), “Planejamento financeiro é um processo que ajuda as pessoas e as famílias a organizarem a sua vida financeira, por meio da elaboração de estratégias, a fim de atingirem seus objetivos de vida” (CVM, 2018). O que também pode ser motivo de questionamento, pois nem todas as pessoas elaboram estratégias para as suas realizações.

No caso dos empreendimentos oriundos da economia solidária e/ou da economia popular, como também tomadores de créditos dos bancos comunitários o ideal é dominar pelo menos os conhecimentos financeiros básicos e preservar o capital adquirido, que são imprescindíveis para garantir a estabilidade financeira do empreendimento ou da família para proporcionar conforto e uma possível segurança em longo prazo, ou seja, planejamento financeiro é uma constante. Jamais se esgotará no primeiro crédito. É um processo dinâmico e, na verdade, não poderia ser diferente. Afinal, a vida financeira pessoal ou do empreendimento passa por diversas mudanças.

Em suma, deve-se adquirir o mínimo de conhecimento suficiente para começar e lançar mãos à obra. Se a intenção for esperar que todo o conhecimento seja adquirido para somente então entrar em ação, jamais se dará o primeiro passo, pois nunca será possível reter todo o conhecimento. O importante é que se inicie o orçamento familiar estruturado, seguido de um programa de educação financeira.

1.1.1 Orçamento Familiar

O planejamento financeiro familiar é importante para as famílias que desejam ter as contas em dia e assim levar uma vida financeira sem grandes preocupações e com privações, mas não podemos dizer que é para todo mundo, dadas as condições financeiras da população brasileira. Segundo Ewald (2003), o principal instrumento é elaborar um planejamento financeiro pensando no hoje, no amanhã e nos dias futuros, utilizando uma ferramenta que planeja um equilíbrio entre as receitas e as despesas nas contas do seu lar como uma planilha com orçamento doméstico ou até mesmo o registro em um caderno. Em alguns casos, quando “sobra mês e falta dinheiro”, acaba se tornando comum o uso do cheque especial (para quem possui este recurso), entra-se em crédito rotativo, o dinheiro que entra de novo não dá para cumprir com as obrigações pendentes no mês, ocasionando um ciclo de endividamento, e quando se percebe “lá se foi a” economia familiar. O supracitado autor recomenda nesses casos um esforço para se elaborar um orçamento doméstico, acentua que não é fácil e que é preciso muito esforço, força de vontade e grande conscientização de todos os membros da casa. “... todos os membros da família são responsáveis por gastos e despesas, logo precisarão estar comprometidos com o projeto de estrutura do orçamento doméstico e dispostos a colaborar, senão a coisa não irá funcionar...” (EWALD, 2003, p. 12).

Dessa forma, o Banco Central (2013) apresenta o orçamento como uma ferramenta para conhecer, administrar e equilibrar suas receitas e despesas, tornando-se um grande aliado para a realização de sonhos e projetos. Portanto, é importante que toda a movimentação dos recursos financeiros, sejam elas receitas (rendas), despesas (gastos) ou investimentos, estejam anotadas e organizadas.

Orçamento pode ser visto como uma ferramenta de planejamento financeiro pessoal que contribui para a realização de sonhos e projetos. Para que se tenha um bom planejamento, é necessário saber aonde se quer chegar; é necessário internalizar a visão de futuro trazida pela perspectiva de realização do projeto e estabelecer metas claras e objetivas, as quais geralmente precisam de recursos financeiros para que sejam alcançadas ou para que ajudem atingir objetivos maiores (BCB, 2013, p. 19).

Referente ao planejamento familiar, D’Aquino (2009) ressalta que pesquisas mostram que 50% dos casamentos que acabam em separação têm como principal causa a divergência de afinidades relacionadas ao dinheiro. Assuntos relacionados a dinheiro realmente afetam inúmeros casais. Também é importante entender as origens desses problemas conjugais, para

não transpor apenas a questão das dificuldades financeiras. Assim, é preciso estabelecer uma relação com conversas para auxiliar e compor a paz entre os casais.

Nem sempre, para o sucesso financeiro familiar, é preciso que o casal tenha o mesmo pensamento, para sua vida a dois ou para que os filhos acompanhem essa mentalidade. Ter o hábito de inserir o assunto “dinheiro” nas conversas da família faz com que todos andem juntos, o que pode ser para rumos diferentes, todos devem, sim, enxergar de onde vem e para onde está indo o dinheiro. É necessária a união de todos os membros, e esses também devem saber exatamente a real situação em que a família se encontra para que ninguém exceda o limite financeiro, a não ser em casos de emergência.

Não se deve negligenciar a importância desse controle financeiro familiar. As consequências são inúmeras vezes desastrosas e na maioria dos casos acarretam grandes períodos de dificuldades.

O orçamento doméstico costuma ser desconhecido ou ignorado. Resultado: em muitas famílias, as despesas fogem do controle e é muito comum faltar dinheiro antes do mês acabar. Aí a coisa fica feia, sobrando mês e faltando dinheiro. (...) Recomenda-se, nesses casos, um esforço para se fazer um orçamento. (...) Fala-se em esforço, pois as dificuldades são muitas e é preciso uma grande força de vontade e o envolvimento consciente de todas as pessoas da casa (EWALD, 2003, p. 12).

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), publicou a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), em maio de 2019 e mostrou que a proporção das famílias com dívidas subiu de 62,7% em abril para 63,4% em maio de 2019. O resultado é de 4,3 pontos percentuais superior ao mês de maio de 2018, quando 59,1% das famílias estavam endividadas.

Numa sociedade de consumidores, há *consumidores falhos*, pessoas carentes de recursos para adicionar à capacidade do mercado de consumo, criando outro tipo de exigência à qual a indústria orientada pelo consumo não pode responder, e que ela não pode lucrativamente *colonizar*.

Os consumidores são os principais recursos de uma sociedade de consumo, os consumidores falhos são seus passivos mais fatigantes e dispendiosos (BAUMAN, 2010, p. 155).

A alta percentual dos números apresentados na pesquisa da CNC, no mês de maio de 2019, pode ter sido oriunda de duas consequências. Primeiro pela falta de um orçamento doméstico por parte das famílias, *vis-à-vis* sua demanda reprimida por bens e serviços, o que pode ter sido resultante do crédito abundante dos últimos anos. “A atual contratação do crédito não é fruto de seu extraordinário sucesso – sucesso ao transformar uma enorme maioria de homens e mulheres, velhos e jovens numa raça de devedores” (BAUMAN, 2010, p. 13). E

segundo, o alto índice de desemprego no país, o que, de acordo com o IBGE, no mês de maio de 2019 registrou a taxa de 12,5%, cerca de 13,2 milhões de pessoas desempregadas.

O respeito ao orçamento doméstico é fundamental por duas razões; tanto a despesa quanto a receita devem ser planejadas com bastante exatidão por conta da estabilidade econômica. (...) Quando seu orçamento doméstico já estiver estruturado e funcionando a contento, com a sua estrutura de despesas bem definida, será possível avaliar a sua condição familiar de convivência com a inflação (EWALD, 2003, p. 39-41).

É urgente que eduquemos futuros cidadãos para que compreendam as finanças pessoais, principalmente na tomada de empréstimos com juros exorbitantes que são cobrados pelo mercado bancário. Este tipo de recurso deve ser usado com cautela e responsabilidade, pois, além de gerar inadimplência, o crédito fica mais caro para o futuro tomador, o que acontece, por conta da redução do número de pessoas propensas a pagar suas dívidas. Consequentemente, as instituições financeiras alegam que o juro elevado que as mesmas cobram pode reduzir os investimentos na geração de trabalho e renda e atrapalhar o desenvolvimento do país.

1.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A palavra educação tem significado claro, direto e objetivo. Segundo o dicionário Aurélio Buarque de Hollanda, educação significa o “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral da criança e do ser humano em geral, objetivando à sua melhor integração individual e social. (...) Aperfeiçoamento integral de todas as faculdades humanas”. Logo, educar-se é aprender mais sobre determinado assunto de forma a beneficiar-se com tal conhecimento.

Educação financeira não significa apenas gastar menos do que se ganha. Esforçamo-nos muito para merecer o salário que chega todo final de mês, não é verdade? E quem acredita no valor do dinheiro sabe que é importante gastar menos do que se recebe e poupar parte do capital para a realização de objetivos futuros. Educação é aprender, isso significa apontar todos os gastos e fontes de receita. A palavra controle precisa ser levada a sério quando o assunto é dinheiro. Saber exatamente quando você recebe não é crer no valor anunciado do salário, mas conhecer exatamente o valor líquido que “entra” em sua conta (depois de deduzidos impostos, taxas etc.). Gerenciar os gastos significa apontar diariamente cada centavo consumido e manter um rígido controle através de uma planilha, um aplicativo de controle orçamentário ou caderno de anotações. Segundo Pereira (2003):

Educação financeira é o processo de desenvolvimento da capacidade integral do ser humano para tomada de decisões, tornar-se autossustentável e viver bem fisicamente, emocionalmente, intelectualmente, socialmente e espiritualmente. Educação financeira não é o conhecimento do mercado financeiro, com todos os seus jargões, produtos, taxas e riscos, mas um certo conhecimento torna-se indispensável, como alfabetização financeira para o século XXI, da inclusão digital, do dinheiro eletrônico, sem fronteiras (PEREIRA, 2003, p. 220).

A educação financeira pode ampliar as habilidades que facilitam as pessoas a tomarem decisões mais acertadas e com qualidade na gestão financeira pessoal. Para isso, é preciso que haja transmissão de conhecimentos para que a percepção sobre a capacidade financeira seja ampliada e colocada em prática no dia a dia.

A educação financeira não deve ser confundida com o ensino de técnicas ou macetes de bem administrar dinheiro. Tampouco deve funcionar como um manual de regrinhas moralistas fáceis – longe disso, aliás. O objetivo da educação financeira deve ser o de criar uma mentalidade adequada e saudável em relação ao dinheiro. Educação financeira exige uma perspectiva de longo prazo, muito treino e persistência (D'AQUINO, 2013, em única página).

Acredita-se que a educação financeira seja adquirida de acordo com o tempo e com os conceitos aprendidos e praticados ao longo da vida. Entender o conceito de educação financeira é de fundamental importância para que o indivíduo desenvolva habilidades financeiras e tome decisões de forma eficaz. A Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico define a Educação Financeira como:

A educação financeira é o processo pelo qual consumidores e investidores melhoram sua compreensão sobre conceitos e produtos financeiros e, por meio de informação, instrução e orientação objetiva, desenvolvem habilidades e adquirem confiança para se tornarem mais conscientes das oportunidades e dos riscos financeiros, para fazerem escolhas bem informadas e saberem onde procurar ajuda ao adotarem outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar e a sua proteção (OCDE, 2005, p. 13 – tradução nossa).

O objetivo da educação financeira é atingir a maturidade financeira. Para isso, pode ser necessário aprender a adiar desejos, ou seja, ser mais reacional pois o ser humano tem em sua própria natureza a busca por satisfazer suas necessidades imediatamente. A educação financeira nos dá instrumentos para domar o imediatismo, e se ensinada desde os primeiros anos de vida, contribui na formação de uma personalidade de caráter financeiro mais maduro, objetivo e com bons resultados futuros.

O manual de como evitar e resolver a inadimplência do SEBRAE-SP (2008, p. 2) relaciona os fatores mais comuns que levam o consumidor à situação em que não é possível efetuar o pagamento acordado e se encontra em situação de déficit, com dificuldades financeiras

pessoais; desemprego; falta de controle nos gastos; compras para terceiros; atraso de salário; comprometimento da renda com diversas despesas; redução da renda; doenças; má fé. Outro fator importante para a inadimplência é o aumento dos juros e tributos. Sendo os dois últimos os mais comprometedores para tal situação.

Com o desenvolvimento econômico e da financeirização da economia, as discussões em torno da educação financeira aumentaram, e também a variabilidade dos produtos do consumo, e promoveu uma mudança de comportamento no indivíduo fazendo com que o mesmo fique cada vez mais atraído pela busca do consumo antecipado via crédito, ocasionando problemas de gestão financeira, que são provocados principalmente pela maçixa propaganda do setor bancário.

A educação financeira significa não manter dívidas ou empréstimos para pagar bens supérfluos e desejos de moda. “Qualquer um pode conter o prazer quando quiser, mas acelerar sua chegada não torna o gozo desse prazer mais acessível economicamente. Ao fim e ao cabo, a única coisa que podemos adiar é o momento em que nós daremos conta dessa triste verdade” (BAUMAN, 2010, p. 29). A inteligência no ato de comprar sempre à vista permite que o orçamento doméstico esteja sob controle. Usar o cheque especial ou parcelar as faturas de cartão de crédito dá a falsa sensação de facilidade de pagamento, mas não se os juros da operação sufocam sua capacidade de pagamento. “Com o cartão de crédito você está livre para administrar sua satisfação, para obter as coisas quando *desejar*, não quando *ganhar* o suficiente para obtê-las” (BAUMAN, 2010, p. 29).

Contudo, a pessoa que aprende algumas técnicas para lidar com o dinheiro não é necessariamente uma pessoa financeiramente educada. Longe disso, a educação financeira representa um conjunto de atitudes do dia a dia que vai muito além de saber calcular quanto se paga de juros na compra de um automóvel, por exemplo. O processo de educação financeira é constante e remete à absorção de uma mentalidade saudável em relação ao dinheiro. Significa adquirir intimidade com o tema e fazer com que o dinheiro se torne um aliado para a felicidade familiar a curto, médio e principalmente longo prazo. Afinal, o principal objetivo da educação financeira é assegurar uma vida tranquila no futuro próximo.

Para a Escola de Educação Previdenciária (antiga Escola de Educação Financeira do Rio Previdência), do governo do estado do Rio de Janeiro, a educação financeira é importante na vida das famílias, pois:

Educação financeira significa dar exemplo e promover a mudança. Não adianta comover-se com a necessidade de melhor se relacionar com o dinheiro, especialmente depois de ter lido este texto. Você precisa agir. Se é pai ou mãe, precisa dar o exemplo,

ser coerente nas decisões financeiras do cotidiano – nada de não ter dinheiro para o mimo do filho, mas no mesmo dia gastar com sandálias novas ou carro no cartão de crédito. Ao incorporar o controle financeiro, a necessidade de investir e realizar sonhos, você passará a ser um agente de mudança, alguém que vê os resultados de tanto esforço e instiga outros cidadãos a fazerem o mesmo (ESCOLA DE EDUCAÇÃO PREVIDENCIÁRIA).

Ao realizarmos uma entrevista com Carlos Eduardo Batalha Tardin, especialista em Educação Financeira e Gestor da Escola de Educação Financeira no ano de 2014, debatemos alguns pontos relevantes a respeito da educação financeira como conceito e importância, fase de implantação, relação do grau de endividamento com o conhecimento da educação financeira.

Segundo Tardin (2014), a educação financeira deveria se iniciar na formação escolar, a partir do ensino médio, na fase dos 15 aos 18 anos, pois é a fase em que o jovem tem grande influência nas despesas da família, a publicidade em cima dessa faixa etária é muito expressiva, pois a facilidade do crédito é maior devido ao jovem estar sendo inserido no mercado de trabalho, ou seja, estar inserido no mundo bancário (1ª conta, 1º cartão e 1º cheque especial). Diante deste cenário vemos o quanto é importante ele aprender ainda como estudante no ensino médio sobre a educação financeira, o que levará a ter controle dos seus gastos, da sua renda, podendo até pensar em planejar um investimento futuro.

De acordo com Tardin (2014), há uma grande relação no grau de endividamento das famílias brasileiras com o conhecimento da educação financeira. A falta da educação financeira faz com que não exista o consumo consciente, sendo priorizado o consumo por impulso – “compro logo existo” –, sem relação nenhuma com o planejamento financeiro. “As pessoas precisam entender que no ciclo do consumo, as necessidades básicas devem vir antes dos desejos e quando esta posição se inverte, a escolha geralmente é desnecessária” (TARDIN, 2014).

Batalha comenta que a Pesquisa de Orçamento Familiar realizada pelo IBGE (POF 2008-2009) apontou que 64% das famílias gastam mais do que ganham, ou seja, fecham o mês no vermelho ou simplesmente utilizam dos seus ativos para não rolar suas dívidas. Para ele, o fato é que tudo isso acontece pela falta de educação financeira, “culturalmente, os momentos econômicos inflacionários vividos pelas famílias inibiram a visão de priorizar a poupança como formação de patrimônio e reserva financeira” (TARDIN, 2014). Sobre a relação da educação financeira com a administração, o que é importante para os pequenos negócios, o gestor relata que existem duas maneiras de administrar os recursos financeiros: pela escassez e pela sustentabilidade.

Tenho visto a sociedade debater sustentabilidade com foco apenas na escassez futura de água, de verde e de ar limpo. Porém, poucas práticas são tão insustentáveis quanto lidar de maneira desequilibrada com o dinheiro e está criando problemas futuros não somente para sua vida, mas também para a vida das pessoas com quem convive e consequentemente para o planeta (TARDIN, 2014).

No mesmo ano de 2014, entrevistamos também o Consultor de Finanças Pessoais Adenias Gonçalves Filho, atualmente sócio-diretor da BRexperts Consultoria Empresarial Multidisciplinar e da unidade franqueada DSOP⁴ Educação Financeira, no Rio de Janeiro, onde desenvolve metodologia de educação financeira para alcançar a todos os públicos, de diferentes faixas etárias. Adenias relata a importância da educação financeira ao dizer:

O mercado financeiro, inserido num contexto de elevados níveis de competitividade, apresenta importantes desafios para os clientes que necessitam de seus serviços. Num ambiente financeiro globalizado, aliado a uma economia em crescimento, a oferta de produtos de crédito, investimento e seguro torna-se abundante, mas ao mesmo tempo mais complexa, exigindo dos clientes um nível de conhecimento superior, a fim de que se possa fazer um planejamento adequado e, consequentemente, as melhores escolhas e, assim, atingir seus objetivos de curto, médio e longo prazo. As pessoas devem estar preparadas para lidar com as situações cada vez mais complexas do mundo financeiro (LUCCI et al., 2006). Nesse cenário, a educação financeira vem ganhando importância e gerando debates consistentes nos meios acadêmico, governamental e empresarial⁵ (GONÇALVES FILHO, 2014).

Para Adenias Gonçalves, o analfabetismo financeiro tem raízes culturais, religiosas e vem ocorrendo ao longo de décadas no país. E a educação teria o intuito de promover uma tentativa de solucionar este problema. Segundo ele, uma abordagem de finanças com foco comportamental sobre “Educação financeira pode assegurar até melhores resultados no trabalho, pois o cidadão com problema financeiro apresenta baixa produtividade, na sua vida profissional” (GONÇALVES FILHO, 2014). Ao ser perguntado em que fase deveria iniciar o estudo da educação financeira na formação escolar, o especialista deixou claro que deve se iniciar bem cedo.

a partir dos três anos de idade a criança já poderia ter contato com a Educação Financeira numa linguagem adequada ao nível de compreensão, o que já vem ocorrendo em centenas de escolas pelo país afora. Pessoalmente tive a oportunidade de treinar e capacitar professores em quatro escolas no Rio de Janeiro onde já se praticam a educação financeira a partir da idade do maternal até o ensino médio (GONÇALVES FILHO, 2014).

⁴ A DSOP Educação Financeira é uma organização dedicada à disseminação da educação financeira por meio da aplicação da Metodologia DSOP. Disponível em: < <https://www.dsop.com.br/>>. Acesso em: 4 nov. 2017.

⁵ Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=abdIujmFPM0>>.

Para manter a saúde financeira, o segredo é gastar menos do que se ganha. Essa questão, que já foi citada nesta pesquisa, aparentemente pode ser considerada simples. Quanto antes se aprende isso, mais rápido começa o hábito de controlar o dinheiro que se ganha, melhorando as decisões relativas aos gastos e à poupança, por essa razão aumentar o bem-estar e a tão sonhada estabilidade financeira. Para que isso se torne realidade é indispensável a conscientização sobre a importância da educação financeira. Aprendendo a controlar os gastos, excluindo os supérfluos, pode-se viver com menos preocupação, pois a reserva financeira estará lá para dar suporte. Assim, pode-se ter autonomia para a tomada de decisão e, principalmente, esse controle possibilita o planejamento do futuro familiar, consequentemente uma autogestão financeira é necessária para manter a vida em equilíbrio.

E para alinhar-se a um futuro financeiro garantido é necessário direcionar o emprego do dinheiro com seu consumo e, dessa forma se precaver para custos imprevistos ou incidentes financeiros. Para isso, é necessário projetar e, a partir dessa programação, o que pode trazer surpresa quando começar a acumular dinheiro. Não é necessário ser um *expert* em finanças para se organizar financeiramente, e dessa forma poder não simplesmente monitorar os gastos, mas ainda ser apto a juntar uma parte das receitas, mantidas aplicadas e utilizadas no futuro.

Uma grade curricular com a disciplina educação financeira nas escolas seria de uma importância imensurável, pois a criança aprende desde cedo a controlar o que ganha e o que gasta. O que consequentemente, poderá ser um adulto muito mais consciente de sua responsabilidade financeira, as universidades poderiam também participar desse processo tendo em vista o tamanho do problema do endividamento das famílias brasileiras.

No Brasil, existem mecanismos para serem exercidos de forma eficaz, o ideal é instruir a população de forma adequada no que diz respeito a tomar decisões no aspecto financeiro, pois o país possui a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), pelo Decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, mas ainda não causou o efeito desejado nas famílias brasileiras. Embora instituições como a B3 (antiga BM&F Bovespa), o Banco Central e a CVM produzam cursos, palestras e eventos para disseminarem o conceito de educação financeira, como também alguns bancos comerciais, tais como: Itaú, Bradesco, Santander, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, sendo essas instituições listadas entre as empresas mais lucrativas do país, é importante salientar que sua lucratividade advém também das altas taxas de juros cobradas para concessão de empréstimos, ou seja, dos endividamentos gerados, mas tentam minimizar esta situação orientando seus clientes com a questão da educação financeira. Infelizmente essas ações são pequenas para modificar a situação do país nesse aspecto, os juros do mercado de crédito bancário também precisam ser avaliados, ou

melhor, reduzidos. Porque não será somente a educação financeira que fará os cidadãos menos endividados e/ou conseguirem planejar os seus futuros com a tomada de crédito.

1.2.1 A Educação Financeira nos Bancos Comunitários

A educação financeira também pode ser entendida na economia solidária como uma práxis pedagógica (GADOTTI, 2009), pois acentua o papel da educação popular em seu caráter participativo, contestatório e alternativo, construído de forma coletiva onde os implicados possam compreender todo o processo que estão aprendendo. Isso porque “de maneira geral a economia solidária baseia-se na ajuda mútua e esse princípio pedagógico da reciprocidade e da igualdade de condições – exigências de todo o diálogo verdadeiro – entre educador e educando, deve ser levado em conta na formação da economia solidária” (GADOTTI, 2009, p. 36).

Esse processo de “reciprocidade e igualdade de condições” é levado em consideração no processo de educação financeira proposto pelos bancos comunitários. No Instituto Banco Palmas (IBP), as oficinas foram compostas por três instrumentos pedagógicos específicos: i) um cordel sobre educação financeira, escrito em linguagem popular, com facilidade de assimilar; ii) uma peça teatral (esquete), encenada pelas próprias mulheres beneficiadas do Programa Bolsa Família, em forma de comédia, com curto tempo de duração e voltado para o orçamento doméstico; iii) um caderno de atividades, com jogos interativos onde as famílias recebem orientação de como organizar o orçamento doméstico, como definir prioridades na hora de comprar e como economizar na administração diária da casa.

A “Oficina de Educação Financeira para Mulheres do Bolsa Família” tem uma metodologia popular elaborada pelo IBP e o Núcleo de Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL-USP); está voltada para um formato de troca de saberes sobre o cotidiano financeiro dessas mulheres, pois é animada por elas mesmas e dura cerca de duas horas, tendo público médio de 20 mulheres, sendo a maior parte das participantes moradoras do Conjunto Palmeira (Fortaleza-CE) com idade entre 26 a 35 anos, e renda média de até um salário mínimo. Segundo o IBP (2014) “evita-se ao máximo trazer receitas prontas reproduzindo um estilo de sala de aula, busca-se reproduzir um conhecimento coletivo a partir das vivências práticas de cada mulher”, até porque essas atividades são realizadas na própria comunidade (escola, igrejas e associações) e/ou na casa de alguma mulher do grupo que realiza a atividade em sua residência para facilitar a locomoção das outras participantes e estreitar laços fraternos e de solidariedade. Além da linguagem popular, outros fatores importantes da metodologia são os instrumentos

pedagógicos utilizados para a realização desta atividade (teatro, cordel e caderno de atividades), o que aproxima mais a realidade local, pois as situações são tratadas com senso de humor.

Segundo o Instituto Banco Palmas (2018), essa atividade começou por conta de as mulheres terem seus nomes negativados pelo uso demasiado do telefone celular, ou seja, a compra de crédito para utilizarem os seus telefones foi uma das causas do endividamento. Até novembro de 2014 mais de 15 mil mulheres que passaram pela oficina foram beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Em sua maior parte não tinham nenhuma prática de planejamento doméstico, muito menos a valorização do consumo local, que é um diferencial para a concessão de crédito pelo banco comunitário.

No caso do Banco Comunitário da Cidade de Deus (BCCD), duas funcionárias, ao perceberem as necessidades dos tomadores de créditos nas elaborações dos planejamentos financeiros, começaram a introduzir o conceito de orçamento familiar, com conversas, aconselhamentos, palestra e oficinas com o amadurecimento da prática. Tudo começou porque um cliente do banco solicitou um empréstimo de valor muito baixo e o mesmo fora negado, uma vez que ele tinha endividamento. A insatisfação do cliente com a negação do crédito pelo banco levou uma das funcionárias a uma prática de diálogo e logo depois aconselhamento sobre endividamento, até se transformar em oficina sobre educação financeira.

Segundo Lizete Martins (2018), funcionária que implantou essa prática no BCCD, a sua formação em Técnico em Administração foi importante para perceber a questão de como esses usuários do banco administravam o seu dinheiro, pois a maior parte possuía renda e não estava em condições de desemprego, tinha um grau de endividamento elevado, “eu nunca entendia como a pessoa tinha o seu salário e fica sempre endividada”. A partir deste questionamento começou a procurar esses usuários de maneira esporádicas para um bate-papo sobre os seus endividamentos e passou a sugerir algumas orientações para retirar os seus nomes do Serviços de Proteção ao Crédito (Serasa Experian) e até mesmo imprimir boletos de pagamentos, em razão de muitos desses inadimplentes não terem correio eletrônico para receberem seus boletos de cobrança, e em alguns casos Lizete recebia no seu correio eletrônico e imprimia em outras instituições na Cidade de Deus.

Quanto à população de um país como o Brasil, que busca resgatar um pouco de soberania na sua posição periférica, o que parece restar é um sentimento de impotência. Perplexas e endividadas, as famílias vêm aparecer o seu “nome sujo” na Serasa-Experian – aliás uma multinacional – caso não respeitem as truncadas regras do jogo. Na confusão das regras financeiras, contribuem para a concentração de riqueza e de poder com os altos juros que pagam nos crediários e nos bancos, com juros surrealistas da dívida pública, e pelas políticas ditas de “austeridade” que as privam dos seus direitos (DOWBOR, 2017, p. 137).

Logo após a realização dos respectivos pagamentos pelos clientes do banco, eles informavam a liquidação da dívida a Lizete como compromisso moral. Para ela, muitas vezes faltava administração com as contas domésticas e instrução para essas pessoas administrarem suas finanças. A partir das atividades das funcionárias, sendo principalmente Lizete, o BCCD começou o trabalho de educação financeira com oficinas, tendo como participantes artesãs, e logo depois outros clientes do banco, com a metodologia participativa onde as participantes descreviam o que estavam gastando (despesas) e o que estavam recebendo (receita). Após um determinado período as participantes passaram a perceber o seu fluxo de caixa, a prova, segundo Lizete, foi uma das artesãs que a procurou e falou: “Ah, Lizete, foi muito legal aquilo que você ensinou porque eu descobri onde eu gastei R\$ 1.000,00”. Para Lizete, o trabalho de educação financeira desenvolvido e realizado por ela no BCCD foi “a oportunidade de ensinar as pessoas a organizar suas dívidas, e foi um grande aprendizado.” (MARTINS, 2018).

No Brasil, a educação financeira não é parte do universo educacional familiar, nem escolar, a formação escolar pode ser considerada uma lacuna nos currículos de grande parte da população, e quando o assunto é educação financeira isso fica mais acentuado. É urgente que eduquemos futuros cidadãos que compreendam a importância de se obter um conhecimento em educação financeira, visando o uso de um planejamento financeiro para que esse cidadão possa assumir certos riscos calculados, evitando assim o endividamento e futuros problemas financeiros. Ter consciência pode ser importante para sua qualidade de vida.

Constatamos que o tema educação financeira ganhou mais espaço nos diferentes meios de comunicações e discussões, mas o seu uso ainda é muito superficial, pois na maioria dos casos não existe um planejamento familiar nas classes mais baixas, ditas C, D e E. Vale ressaltar que a educação financeira apresentada pelos bancos comunitários é mais próxima das duas últimas classes. De certa forma pode ser analisado como o tema educação financeira é apresentado e qual a metodologia utilizada por profissionais, que por sua vez utilizam uma linguagem muito distante da linguagem popular e de uma população com o nível educacional baixo.

Uma educação para a cooperação, uma educação para a solidariedade, não é apenas uma opção ética. É uma condição humana necessária para o desenvolvimento pessoal e social. Respeitar os talentos de cada um, de cada uma, valorizá-los e promovê-los, é um dever educacional e uma responsabilidade social e política de todos e todas (GADOTTI, 2009, p. 45).

Em nosso país, onde boa parte da população tem demanda reprimida e instabilidade nos seus postos de trabalho, a educação financeira deveria ser uma grande aliada, tendo em vista a

inconstância no emprego e na renda, o que levaria o cidadão a ser mais seletivo no consumo abdicando do supérfluo e ao mesmo tempo perceber que renunciar um consumo presente pode ser relevante para manter certo equilíbrio ou um ganho posterior, pois a negligência de hoje é a sua instabilidade financeira no futuro. E a tomada abusiva de empréstimos quando o crédito é farto compromete ainda mais a renda daqueles que possuem baixo poder de compra.

O planejamento financeiro familiar é basilar para as famílias organizarem suas contas principalmente nos momentos de imprevistos, mas é preciso pôr em prática e não ficar na promessa, pois para os mais pobres pode se tornar uma estratégia de sobrevivência em meio às intempéries financeiras que acontecem em suas vidas. E a Estratégia Nacional de Educação Financeira, Decreto nº 7.397, precisa estar mais próxima da população, mesmo o consumo sendo um termômetro da economia do país, pois muitas vezes o crescimento da economia é puxado por esta variável, mas esse não deve ser desordenado de modo a comprometer as famílias, causando-lhes instabilidade, e consequentemente na economia.

O ideal é que na tomada de crédito em banco comercial ou em banco comunitário se realize uma consulta para saber se o crédito é orientado e avaliar o uso deste recurso por parte do tomador. E se for em banco comunitário, se este banco realiza oficina ou palestra sobre educação financeira, para que o empréstimo seja empregado no consumo consciente preferencialmente dentro do território onde está instalado o banco ou de modo a melhorar os empreendimentos locais quando este é utilizado na produção, para que esse crédito tenha impacto no desenvolvimento local.

Os trabalhos desenvolvidos pelo Banco Palmas e pelo Banco Comunitário da Cidade de Deus devem ser considerados de extrema relevância para o ensino da Educação Financeira. Vale lembrar que os mais pobres comprometem a maior parte da sua renda nos itens transporte e alimentação, nas suas cestas de consumo de bens e serviços, uma vez que seus níveis de rendimentos são baixos. E se esses se tornarem endividados ficarão com seus níveis de sobrevivência comprometidos. As metodologias adotadas pelas instituições que aproximaram os mais populares para uma temática que muitos não sabiam que existia é muito interessante, pois servem de exemplo para as outras instituições, ou até mesmo os educadores financeiros. Por isso cabe a estes refletirem ou adotarem metodologias mais próximas do grande público para que aqueles que mais precisam não padeçam com dívidas do consumo ou oriundas dos créditos mal-utilizados, que em muitos casos não podem ser considerados erros, mas uma condição de sobrevivência e/ou falta de conhecimento sobre a temática.

1.3 CRÉDITO

S.P.C

Precisei de roupa nova
 Mas sem prova de salário
 Combinamos, eu pagava
 Você fez o crediário
 Nosso caso foi pra cova
 E a roupa pro armário
 Nosso caso foi pra cova
 E a roupa pro armário...
 E depois você quis
 Manchar meu nome
 Dentro do meu metiêr
 Mexeu com a moral
 De um homem
 Vou me vingar de você
 Porque!
 Eu vou sujar!
 Seu nome no seu SPC
 Tu vai vê!
 Eu vou sujar!
 Seu nome no SPC...
 Quis me fazer de otário
 Mas o crediário
 Já está prá vencer
 Sei que eu não sou
 Salafrário
 Mas o numerário
 Você não vai ver
 Tens um emprego de elite
 Eu tenho um palpite
 Que tu vais perder
 É necessário estar quite
 O patrão não permite
 Que fique a dever
 Com o aumento dos juros
 Você em apuro
 Prá mim vai correr
 Prá me vingar dos teus furos
 Juro que tô duro
 E não pago o carnê
 Porque!
 Eu vou sujar!
 Seu nome no SPC
 Eu vou sujar!
 Seu nome no SPC...
 (ZECA PAGODINHO, 1986.).

O crédito consiste no ato de confiar à entrega de um produto ou serviço, mediante a promessa de pagamento futuro. Existe então uma relação de confiança, ou seja, um contrato entre as partes envolvidas no negócio. O comprador recebe imediatamente o produto ou serviço, mas seu pagamento só será efetuado no prazo determinado pelas partes durante a transação.

“Crédito é uma ferramenta pela qual as empresas alicerçam suas vendas, a partir do instante em que tenham confiança na liquidação da dívida assumida pelos clientes” (RODRIGUES, 2012, p. 22).

No Brasil, a partir de 1994 com a implantação do Plano Real, com a redução dos altos índices de inflação da época, provocada por uma política fiscal e monetária restritiva parte do consumidor brasileiro passou a contar ativamente com a possibilidade da compra a crédito mesmo com juros elevados. Anos depois com juros mais baixos o crescimento do crédito no Brasil não parou e nos últimos anos, se incrementou ainda mais com o surgimento da nova classe média,⁶ que elevou o nível de consumo visando à melhoria do padrão de vida.

Felizmente para o imprudente capitalismo, os pobres estão dispostos a trabalhar duro em empregos essenciais que não pagam um salário decente, por isso eles precisam pedir empréstimos: a maioria deles é honesta e facilmente constrangida por cobradores. Por isso os bancos investem de empréstimos a eles, uma vez que a maioria move céus e terras para pagar dívidas. (BAUMAN, 2010, p. 181).

O crescimento econômico tem uma relação com o crescimento do crédito disponibilizado na economia, pois, com o aumento da disponibilidade do crédito, cresce a demanda gerando consequentemente consumo, empregos e renda. Também diante da grande competitividade gerada pela globalização e da necessidade de lucratividade, as empresas adotaram o crédito como forma de pagamento para que seus clientes sejam atraídos e também como meio de financiamento de novos investimentos e empreendimentos, necessários para permanecer competitivos em um cenário de mudanças constantes.

Segundo o Banco Central (2018), o saldo total das operações de crédito do sistema financeiro, incluindo as operações com recursos livres e direcionados, atingiu R\$ 3,3 trilhões em dezembro de 2018.

... após crescimento de 1,8% no mês. A carteira de pessoas jurídicas registrou a maior expansão no mês, 2,7%, para R\$ 1,5 trilhão, enquanto a de pessoas físicas aumentou 1,1%, atingindo R\$ 1,8 trilhão. No ano, a carteira total cresceu 5,5%, revertendo as contrações dos dois anos anteriores (2017: -0,5%; 2016: -3,5%), com destaque para o crédito às famílias, com expansão de 8,6%, passando a ocorrer também crescimento no segmento de empresas, 1,9%. A relação crédito/PIB atingiu 47,4% no final do ano (BACEN, 2018).

⁶ É um fenômeno de ascensão de grande parte da população de classes inferiores para classe C em termos de renda. O governo define que a classe média tem renda entre R\$291,00 e R\$1.019,00. Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE). Disponível em: <<https://www.sae.gov.br>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

O crédito é operado no mercado de crédito, que é onde se encontram as instituições financeiras bancárias e as instituições financeiras não bancárias. Nesse mercado essas instituições são responsáveis por intermediar as operações de financiamento de curto, médio e longo prazos direcionadas a pessoas física e jurídica, que necessitam de recursos para o consumo direto ou ativos permanentes e capital de giro das empresas. O BACEN é o principal órgão responsável pelo controle e pela normatização deste mercado.

Independente do prazo, o crédito pode ser concedido em forma de empréstimos ou financiamentos. O primeiro é quando sua utilização não está direcionada para uma finalidade específica. O segundo tem sua utilização direcionada para uma finalidade específica e a origem de seus recursos é predefinida. Os elementos envolvidos na operações de crédito são:

O valor do crédito concedido; a taxa de juros remuneratório, mensal e anual equivalente, a ser paga pelo devedor ao credor; a forma de amortização dos juros e do principal da dívida; o prazo final para o vencimento da dívida; as características das garantias à operação dadas pelo devedor e aceitas pelo credor; os tributos, as tarifas e demais despesas e seus respectivos valores; e o contrato consensualmente pactuado entre as partes (FORTUNA, 2013, p. 242).

As principais modalidades de crédito no mercado, realizadas pelas instituições financeiras são: desconto de títulos; contas garantidas; créditos rotativos; *hot money*; empréstimos para capital de giro e para pagamento de tributos das empresas; *vendor*; *comprar*; repasse de recursos externos (Resolução nº 63);⁷ crédito direto ao consumidor; assunção de dívidas; adiantamentos de contratos de exportação; linha de crédito garantida por recebíveis; e microcrédito. Dentre essas modalidades apresentaremos o crédito direto ao consumidor, o microcrédito e as cooperativas de créditos.

1.3.1. Políticas para Concessão de Crédito

As políticas de concessão de crédito têm a função de definir as regras e normas exigidas pelas empresas e instituições em uma operação de crédito. Elas dão direcionamento operacional ao risco de crédito e estão alinhadas com as necessidades dos clientes em equilíbrio com os objetivos estratégicos da empresa (lucro). O nível de flexibilidade da política está ligado ao risco que a empresa ou instituição pretende assumir em suas operações.

⁷ Faculta aos bancos de investimento ou de desenvolvimento privados e aos bancos comerciais autorizados a operar em câmbio promoverem a contratação direta de empréstimos externos destinados a serem repassados a empresas no país. Banco Central do Brasil (BACEN). Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/normativo.asp?tipo=res&ano=1967&numero=63>>. Acesso em: 17 jun. 2015.

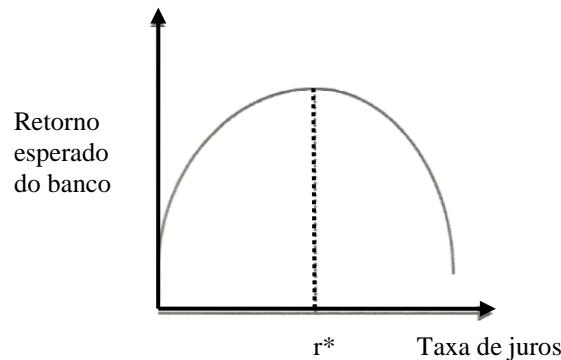
Os elementos que compõem uma política de crédito contêm diretrizes de natureza financeira e mercadológica e causam impacto nos parâmetros econômico-financeiros da empresa, como receitas, necessidades de capital de giro, disponibilidade de caixa e geração de lucro (TSURU; CENTRA, 2012, p. 31).

Esses elementos adotados são mais evidenciados em uma política de concessão de crédito mais liberal, que aumenta o volume de clientes e vendas, mas também aumenta o risco de insucesso e incerteza de retornos nas operações para as instituições financeiras. Para minimizar esses riscos as empresas e as instituições se utilizam da análise de crédito e risco.

1.3.2. Análises de Crédito e Risco

Com o consumo demasiado provocado pelo imediatismo na aquisição, má organização do orçamento familiar, desvalorização salarial, desemprego e falência dos pequenos empreendimentos (que às vezes não conseguem completar um ano de atividades), entre outras questões. Muitos brasileiros não têm conseguido honrar seus compromissos de crédito junto às instituições com quem têm esses acordos de confiança. Dessa forma as empresas ficam diante de situações de risco para a venda a prazo. Em toda a venda ou acordo a crédito existe o risco de a parte pagadora não honrar com o pagamento acordado, ou dar um retorno diferente do negociado e esperado. Isso se confirma no conceito de Gitman (2003, p. 129), que diz que: “Risco é a probabilidade de o retorno real ser diferente do retorno esperado. Nesse sentido, risco é utilizado no lugar de incerteza como referência à variabilidade de retornos”. O risco é a probabilidade de o acordo de crédito não ser honrado. Quando esse cumprimento não se concretiza gera a inadimplência. De acordo com a Figura 1, o retorno esperado depende da propensão a pagar do tomador. O risco aumenta relativamente de acordo com a taxa de juros nos empréstimos (r^*)

Figura 1: Microcrédito – Retorno Esperado *versus* Taxa de Juros Praticada



Fonte: O Mistério Nordestino e o Grameen Brasileiro, 2008.

Por conter esse risco nas operações de crédito, as empresas e instituições utilizam a análise de crédito para dar mais segurança e informações no processo de concessão do crédito ao consumidor e ao empreendedor, o que de certa forma garante o seu retorno e exclui aqueles que não possuem garantias acordadas por essas empresas, principalmente os trabalhadores ou até mesmo os pequenos empreendedores da economia popular e solidária. Existem empresas especializadas nesse processo que prestam serviço terceirizado de analistas de crédito nessas transações. Para Rodrigues (2012, p. 24) análise de crédito “É uma ferramenta ampla, que nos possibilita identificar uma série de informações e de alternativas de negócios para cada cliente”. As empresas e instituições fazem análise de crédito para os clientes de forma individual e não padronizada, seus modelos e critérios são diferenciados para cada cliente, uma vez que sua realidade, condições e necessidades também são diferentes.

Rodrigues destaca três importantes etapas para um eficiente processo de análise de crédito. São elas: análise retrospectiva do cliente; análise de tendência da situação futura do cliente; capacidade de crédito do cliente, levando em consideração as duas primeiras etapas. Dentro dessas são verificadas inúmeras variáveis no processo de análise, destacando-se os cinco Cs de crédito, como são conhecidas. Gitman (2003, p. 520) as coloca como uma técnica que oferece um esquema de referência para análise de crédito mais aprofundada. São elas:

Caráter: É uma análise histórica dos valores do cliente, que influenciam em seu comprometimento diante do pagamento de obrigações.

Condições: É a análise das condições econômicas do cliente, ou seja, se o mesmo terá renda para honrar o pagamento.

Capital: É a análise do montante de dívidas em relação à renda do cliente.

Capacidade: É a análise da capacidade de pagamento do cliente, podendo ser feita verificando-se o relacionamento do cliente com outras empresas em situação semelhante.

Colateral: Trata-se das garantias que o cliente dispõe, caso o mesmo não cumpra com seu compromisso de pagamento (GITMAN, 2003, p. 520).

Outra ferramenta utilizada para análise de crédito e risco é o cadastro positivo⁸. Trata-se de uma política pública destinada à formação do histórico de crédito de pessoas física e jurídica, através da criação de bancos de dados com as informações financeiras de adimplemento dessas pessoas (BACEN, 2016). Para o SERASA, o cadastro positivo não tem o objetivo de monitorar os inadimplentes, mas, sim, os “bons pagadores”, e subsidiar as empresas e instituições na concessão de crédito, permitindo uma melhor avaliação do risco nas operações. Fortuna (2013, p. 271) ressalta: “Com este conjunto completo de informações é possível ter a mensuração precisa do risco individual”. Segundo as instituições financeiras, quando se consegue precisar esses riscos as taxas de juros caem e, na sequência, a inadimplência”.

Inadimplência é a situação em que não é possível efetuar o pagamento, ou transferência de fundos, como acordado, pois o mesmo não reflete uma situação temporária ou problemas operacionais, mas sim resultado de dificuldades financeiras da pessoa que se encontra em inadimplência, também chamado de inadimplente (MARIANI, 2008, p. 25).

Esses pontos considerados importantes do ponto de vista da análise para concessão de crédito ao consumidor buscam evitar a inadimplência nos pagamentos, e consequentemente o prejuízo para as empresas ou instituições financeiras operadoras de créditos. **Todo esse arcabouço metodológico imposto pelas instituições financeiras dificulta o acesso a crédito à população de baixa renda e aos micro e pequenos empreendedores, porque as ditas garantias para a concessão estão geralmente bem distantes das suas realidades.** Claro que esses deverão ser adimplentes para a tomada de empréstimos, mas o acesso ao mercado de crédito é dificultado por tais regras do setor financeiro que sequer consideram tais dificuldades desta população. **Sendo assim, esses tomadores de crédito utilizam outras modalidades de crédito, como o cartão de crédito e/ou empréstimo no mercado informal para se financiarem, mesmo as duas modalidades cobrando juros exorbitantes.** O que de certo modo também é uma fuga das análises creditícias rigorosas, que são chamadas pelo setor financeiro de análises de riscos, uma vez que o objetivo maior destas práticas é a proteção das empresas financeiras na manutenção ou no aumento dos seus lucros.

O sistema financeiro atual é dividido em três partes: a) o capitalista, representado por intermediários financeiros que visam o lucro, b) aqueles bancos estatais, cujo principal objetivo é prestar serviços à população não visando o lucro; e, c) aqueles dos intermediários financeiros de base social e solidária, que não visam o lucro, mas o atendimento à população (SINGER, 2009).

⁸ Lei Complementar nº 166/2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/Lcp166.htm>. Acesso em: 20 maio 2019.

Segundo Bauman (2010), em momentos de inadimplência e para uma garantia dos lucros dos acionistas, bancos e empresas de cartões de crédito contam mais com o serviço continuado das dívidas do que com seu pronto pagamento, o que leva em consideração aquele devedor que não pagaria integralmente suas dívidas, porque os bancos ao invés de financiar, acabam financeirizando, ou seja, o tomador de crédito não consegue pagar os empréstimo, tornando-se “refém” da dívida, pois, além dos juros, pagam os seus encargos e outros empréstimos.

1.4 CRÉDITO DIRETO AO CONSUMIDOR

O Crédito Direto ao Consumidor (CDC) é o financiamento concedido para aquisições de bens e serviços por consumidores ou usuários finais. Comumente utilizados para aquisições de veículos, móveis, eletrodomésticos e eletrônicos, e é concedido por financeira, bancos ou pela própria loja, que fica vinculada pela figura jurídica da alienação fiduciária, ou seja, o bem ficará como sendo de propriedade da financeira até o final do pagamento das parcelas, pois assim serve de garantia ao valor financiado. Os cartões de crédito também são um meio de conceder crédito direto ao consumidor.

O CDC pode ser com interveniência ou direto. Com interveniência, o banco concede o crédito às lojas, que o repassam aos seus clientes no financiamento de bens e serviços para pagamento mensal. No entanto, a loja, que já é cliente do banco é o interveniente responsável por essa operação, o que diminui o seu risco e possibilita uma aplicação de taxas e juros menores. No caso do CDC direto, o banco assume a carteira dos clientes dos lojistas e também todo o risco das operações de crédito. Nesse caso as taxas e os juros são mais elevados, pois nos crediários os bancos brasileiros cobram taxas de juros extorsivas, ou seja, juros com patamares de três dígitos, se considerarmos a taxa efetiva ao ano.

Fortuna pontua que o CDC direto é mais interessante para os lojistas, pois evita o risco de perdas nas operações, além do risco de inadimplência da própria loja junto ao banco. “O financiamento ao consumidor exige poder de captação, controle da inadimplência atrelando prazos e taxas, para que seja seguro e rentável” (FORTUNA, 2013. p. 254). Diante dessas especificações é possível afirmar que os bancos, por serem instituições maiores e mais

poderosas financeiramente,⁹ têm subsídios para controlar as operações de crédito de maneira rentável e mais vantajosa do que os lojistas.

Vale ressaltar que esse tipo de crédito é classificado por Rocha e Mello (2004) como formal, pois apresenta um conjunto de características como o fato de ser regulamentado e fiscalizado, por ter juros padronizados por tipo de operação, entre outras características, diferente do crédito informal, que geralmente é utilizado no comércio de porte menor, constituído por uma ou duas lojas. Nesses casos têm como algumas de suas características as operações de baixo valor, a não regulamentação, o baixo poder aquisitivo do público-alvo, sendo o crédito dito de “entrada” nos bancos comerciais para os pequenos empreendedores e boa parte daqueles que necessitam de crédito e não possuem certas garantias reais para a tomada dos recursos aos bancos.

1.5 MICROCRÉDITO

O microcrédito consiste na concessão de empréstimos de baixo valor e curto prazo a microempresas e pequenos empreendedores informais à margem do mercado de crédito tradicional. A ideia surgiu para suprir as deficiências do mercado de crédito, especialmente em economias subdesenvolvidas, que não atendem aos empreendedores de baixa renda. Possui metodologia específica, sendo um crédito orientado, destinado à produção (entenda-se investimento ou capital de giro), com ausência de garantias reais e com o objetivo de ser uma ação econômica com forte impacto social.

Cada Instituição Operadora de Microcrédito (IOM) atua com uma metodologia específica, ou seja, ao contrário do sistema bancário tradicional, adéqua seus procedimentos operacionais de acordo com seu ambiente e seu público-alvo. A metodologia adotada por cada IOM busca contornar as falhas que causam a exclusão dos empreendedores de baixa renda do mercado de crédito bancário e financeirizado.

Para Paul Singer (2002), microcrédito deve ser “Visto como uma ferramenta fundamental de combate à pobreza, principalmente em um país de desigualdades como o Brasil”. O microcrédito atinge não só as camadas mais pobres, mas chega também até a classe média. Um dos fatos que comprovam a imensa dificuldade de ações efetivas no campo do

⁹ Mesmo a economia brasileira estando em recessão, no ano de 2013 os bancos Bradesco e Itaú tiveram seus lucros declarados aumentados entre 25% e 30%, em 12 meses. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/desempenhosdosbancos/2015/desempenhoBancos2014.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

microcrédito é a heterogeneidade do público-alvo. Em geral, o microcrédito usa como garantia do empréstimo métodos como o aval solidário, o fiador, o cheque e o aval simples.

A mais utilizada entre elas é o aval simples, pois, desde que seja escolhido um bom avalista, esta é a forma mais eficiente e segura de garantir o crédito. Isso porque é assinada uma nota promissória e, dessa forma, o avalista se responsabiliza tanto quanto o avalizado pelo pagamento da nota. Não chega a ser uma garantia real para o crédito, mas a existência de uma nota promissória já garante um comprometimento maior, criando uma espécie de segundo cobrador, fazendo com que o avalista também tenha interesse no sucesso do investimento para não ser cobrado.

Outra possibilidade é a utilização de um fiador, que não é muito comum nas instituições por causa dos riscos e da burocracia para a cobrança. Pelo lado dos empreendedores populares e/ou da economia solidária, existe uma dificuldade de conseguir alguém que assume o papel de fiador.

O aval solidário é uma opção para o atendimento da clientela materialmente destituída, pois nesse caso um mesmo grupo tem papel de devedor e avalista, ou seja, não há de fato uma garantia real. Consiste na reunião de um grupo, em média entre três e cinco pessoas, que se responsabilizam mutuamente pelo crédito de cada um. Com o objetivo de diminuir os riscos através de uma menor inadimplência, usa-se o processo autosseletivo para a formação do grupo, pois, assim, cada interessado buscará “bons pagadores” para integrar seu grupo.

1.5.1 As Experiências Relevantes para a Pesquisa

Engana-se, entretanto, quem acredita que essa ideia seja nova. As primeiras experiências dessa atividade datam dos séculos XVIII e XIX, em países de capitalismo avançado para a época, como Itália e Alemanha, onde já existiam fundos de empréstimos rotativos e cooperativas de crédito voltadas para pequenos produtores rurais.

Mas a sua grande relevância ocorreu no ano de 1976, em um dos países mais pobres do mundo (Bangladesh). O economista Muhammad Yunus desenvolveu a experiência que virou uma referência internacional no campo de atuação do microcrédito, o Grammen Bank.

Sempre achei que varrer do mundo a pobreza é uma questão de vontade, e não de encontrar os meios e modos. Mesmo hoje não damos a devida atenção à questão da pobreza porque, na verdade, não estamos pessoalmente envolvidos nela. Não somos pobres. Afastamos a questão considerando que se os pobres trabalhassem mais eles não seriam pobres.

Quando queremos ajudar os pobres, normalmente lhes oferecemos caridade. Quase sempre usamos a caridade para evitar reconhecer a existência do problema e encontrar uma solução para ele. A caridade se torna o nosso modo de nos desvencilharmos da nossa responsabilidade.

A caridade não é absolutamente a solução para a pobreza. Ela apenas a perpetua, retirando dos pobres a iniciativa. A caridade nos permite prosperarmos na vida sem nos preocuparmos com a existência dos outros. Com ela a nossa consciência fica apaziguada (YUNUS, 2006, p. 281 e 282).

Embasado na ideia de que os pobres são merecedores de crédito, no sentido de confiança e recursos financeiros, Muhammad Yunus, um professor de Economia da Universidade de Chittagong, em Bangladesh, criou o banco, uma instituição privada que cobra taxas de juros de mercado e tem como público-alvo os empreendedores de baixa renda que, antes para financiar suas pequenas atividades produtivas, precisavam recorrer às exorbitantes taxas de juros cobradas por agiotas.

Na prática, a proposta de Muhammad Yunus era driblar o excesso de burocracia, a demora e a exigência de garantias reais dos bancos tradicionais, já que estas são as maiores responsáveis por deixarem os mais destituídos à margem do mercado de crédito. Para tanto, usou uma metodologia própria que resolvia o problema de falta de garantia. Os pontos principais em que se baseou são parte da metodologia básica do microcrédito atual: o aval solidário, o agente de crédito, a realização de empréstimos em grupos de pessoas, que se responsabilizavam de forma conjunta pelo pagamento do crédito, e a priorização da mulher na concessão do crédito. No ano de 2015, sua carteira possuía mais de dois milhões de clientes, concentrando-se nos extratos mais baixo da população, com empréstimos médios na faixa de US\$ 250,00 (duzentos e cinquenta dólares), sendo que os primeiros começaram com US\$ 30,00 (trinta dólares).

Segundo Monzoni (2008), na América Latina, o grande ícone das microfinanças é o Banco Sol da Bolívia, que foi criado com caráter social, e ao longo da sua história se transformou em uma organização estritamente empresarial. Oriundo de uma parceria de empresários bolivianos com a ONG Acción International, que criaram a Fundación para Promoción y el Desarrollo de Microempresa (PRODEM), uma ONG que fornecia pequenos empréstimos para comerciantes de zonas urbanas do país em 1986, mas com o seu crescimento ao longo dos anos se transformou em uma controladora de um banco comercial, especializado em microempresas dos setores urbano e rural, sendo formalizada ou não.

No primeiro ano, o Banco Sol fechou a gestão com uma carteira bruta de 8,8 milhões; Em dezembro de 2017, essa carteira atingiu US\$ 1.456,4 milhões – foi o primeiro banco de microfinanças que ultrapassou a carteira de US\$ 1 bilhão – o menor indicador de inadimplência do sistema financeiro nacional e está presente em todos

os departamentos do país. uma rede de 510 pontos de serviço (PORTAL BANCO SOL, 2018).

Os valores médios dos empréstimos são bem diferentes do Grammen Bank, em torno de US\$ 1.000,00 (mil dólares), chamado por Monzoni (2008), de faixas “mais elevadas” da pobreza. De acordo com o portal do Banco Sol (2016), o banco possui uma carteira de mais de 72.890 mil clientes. “... foi o primeiro banco de microfinanças que ultrapassou a carteira de US\$ 1 bilhão – o menor indicador de inadimplência do sistema financeiro nacional e está presente em todos os departamentos do país com uma rede de 510 pontos de serviço” (PORTAL BANCO SOL, 2018).

Tanto o Banco Grammen Bank quanto o Banco Sol ganharam capilaridade em seus países tendo como ponto de partida a tentativa de reduzir a pobreza. Fortaleceram-se com esta ideia e podem ser considerados empresas sociais, pois seus negócios estão atrelados à ajuda mútua aos mais pobres, uma vez que propiciam benefícios sociais e são lucrativos para os seus sócios ou acionistas.

As experiências do Grammen Bank e do Banco Sol foram inspiradoras para a criação dos programas de microcrédito e banco comunitário de desenvolvimento no país pela metodologia desenvolvida e a relevância dos seus programas no mundo até os dias atuais. O surpreendente foi que o Brasil esteve entre os primeiros países do mundo a experimentar a alternativa do microcrédito como uma tentativa de minimizar os impactos da pobreza pautado em uma ideia de associação coletiva dos trabalhadores. O que chama a atenção é que esta experiência começou na região Nordeste.

1.5.2 Brasil: histórico, experiências e legislações

Em 1973, foi criada nos municípios de Recife e Salvador a Organização Não Governamental **União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO)**, numa parceria de bancos locais e entidades empresariais, com a iniciativa e a assistência técnica da ONG Acción Internacional.

O objetivo da UNO era ofertar o microcrédito para empreendedores de baixa renda do setor informal, com uma espécie de “aval moral”, além de capacitá-los em temas básicos de gerenciamento. Mas, embora tenha fomentado o associativismo com cooperativas, grupos de compra e associações de artesãos, a UNO encerrou suas atividades por volta de 1985. Ela não cobrava juros de mercado, já que associava seus custos às verbas que recebia dos fundos que a apoiavam (não transformavam as doações recebidas em patrimônio financeiro), sofrendo assim

do mesmo mal que faz padecer grande parte das instituições de microcrédito: a ausência de autossustentabilidade.

Outra iniciativa da década de 1980 que conseguiu perdurar até os dias atuais foi a rede **Centro de Apoio aos Pequenos Empreendimentos (CEAPE)**. Inicialmente criada no Rio Grande do Sul, devido ao seu sucesso baseado no princípio de sustentabilidade, metodologia de crédito produtivo e orientado, expandiu-se para mais de 10 centros espalhados pelas capitais do Brasil.

Em 1989, o Banco da Mulher, com apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância, da UNICEF e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), filiado ao Women's World Bank, que inicialmente atendia apenas ao público feminino baseando-se na realidade empírica de que, de um modo geral, as mulheres são melhores pagadoras e mais interessadas no desenvolvimento da família, atende atualmente uma clientela predominantemente feminina e possui sete filiais operando no país.

Apesar do pioneirismo de esforços isolados e de alguns casos de gradual sucesso, antes do Plano Real, em 1994, os avanços no campo do microcrédito no Brasil foram pouco relevantes frente a outros países. O motivo principal que respondia por esse atraso era, sem dúvida, os altos índices inflacionários que desestimulavam a economia e consequentemente a contração de dívidas, devido aos patamares elevados dos juros e da correção monetária. Os bancos também não se esforçavam muito nesse ramo, já que se voltavam para atividades que, ligadas às altas taxas de inflação, possuíam rentabilidade elevada e expressiva, assim como o financiamento da dívida pública, aplicando seus recursos em títulos do governo. Além disso, sofriamos com uma tradição de crédito governamental dirigido e subsidiado aliado a um marco legal não adequado.

Mesmo com a intenção de aumentar o acesso da população de baixa renda ao crédito produtivo, a realidade é que não se obteve o impacto desejado, devido a um problema comum quando tratamos de formulação de regras e medidas no Brasil: fragmentação e falta de coordenação das políticas públicas.

No ano de 1996, foi criado o **Programa de Crédito Produtivo Popular (PCPP) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (BNDES)**. Seu objetivo era difundir os conceitos do microcrédito e investir na formação de uma ampla rede institucional. Assim, atuaria fornecendo recursos financeiros para as instituições que ofertam crédito diretamente ao tomador, ou seja, uma instituição de segunda linha. O serviço de recursos disponibilizados é cobrado pela taxa de juros de longo prazo (TJLP).

No mesmo ano, no mês de outubro, foi criado no Rio de Janeiro o **Vivacred**, por iniciativa da Organização Não Governamental Viva Rio, com o objetivo de conceber crédito aos microempreendimentos de baixa renda da cidade do Rio de Janeiro. A instituição disponibilizava de quatro agências instaladas nas favelas da Rocinha, da Maré e de Rio das Pedras, e outra destinada ao atendimento das comunidades do Centro e da Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, e, anos depois, em Macaé (região Norte do estado). Os recursos eram oriundos do BID, do BNDES e da financeira Fininvest.¹⁰ Os empréstimos eram destinados a investimentos (capital fixo) e capital de giro. Segundo Silveira Filho (2005), até o ano de 2001, o Programa Viva Cred realizou mais de 8 mil operações de créditos com a carteira de aproximadamente R\$ 28 milhões em empréstimos, sendo esses com valores médios de R\$ 1.495,00 (hum mil quatrocentos e noventa e cinco reais).

Também com o objetivo de fortalecer a indústria de microfinanças no Brasil através do incentivo ao estabelecimento de padrões gerenciais e organizacionais para as instituições operadoras de microcrédito, foi criado o **Programa de Desenvolvimento Institucional (PDI)**, firmado em convênio de cooperação técnica entre o BNDES e o BID, com o objetivo de melhorar as condições estruturais do mercado de microfinanças e promover o desenvolvimento de novas tecnologias para esse tipo de operação, como serviços de classificação institucional e sistemas de pontuação de crédito (*credit-scoring*).

Em 1998, deu-se início ao único programa de atendimento direto implementado por um banco estatal, o **Credi-Amigo**, uma iniciativa do Banco do Nordeste. Sua carteira ativa era de R\$ 49.847,60 (quarenta e nove mil oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta centavos), e o valor médio dos empréstimos de R\$ 584,00 (quinhentos e oitenta e quatro reais), valor muito inferior às médias de instituições de outras regiões do Brasil, mas que poderia ser explicado pelas características da região em que atuava. Apesar de ter seu foco voltado para empreendedores de baixa renda, e de fazer parte de uma instituição de desenvolvimento regional, o banco apresentou uma estratégia de crescimento agressiva e tomada de decisões de caráter comercial. Nos dias atuais, pode ser considerado o maior programa de microcrédito do país, e seu sucesso é atribuído ao desenvolvimento de vários instrumentos, como: o serviço de orientação aos clientes atuais e potenciais, os agentes de desenvolvimento (agentes de crédito), as agências itinerantes, os fóruns de discussão em cada município e os programas de

¹⁰ A Fininvest empréstimo foi uma solução financeira, pertencente ao grupo Itaú, após a fusão entre os bancos Itaú e Unibanco. Antes dessa integração da Financeira Fininvest atuando como empresa de crédito pessoal do banco Itaú Unibanco, o Itaú apresentava a marca Taí. como empresa brasileira de financiamento e crédito. Disponível em: <<https://www.itaú.com.br/sobre/memoria/fininvest.html>>. Acesso em: 23 ago. 2018.

capacitação que dão suporte e se integram à política de crédito do banco orientada a seu público-alvo. Para Neri (2008), “quem quiser conhecer uma experiência de microcrédito de qualidade, com escala na sustentabilidade, retorno privado aos clientes e, portanto, consequência social, não precisa sair do país (...) Basta visitar o espalhado pelo Nordeste”.

O exemplo demonstra claramente a estreita ligação entre o sucesso das ações de microcrédito e o desenvolvimento da economia local, mas com uma forte conotação relacionada ao lucro da instituição que opera o microcrédito, que é o Banco do Nordeste. Outro ponto que chama atenção são valores médios atuais dos empréstimos que ficam muito superiores à média dos ofertados aos empreendedores pelos bancos comunitários em territórios populares. De acordo com os dados do portal do Banco do Nordeste, a carteira do Crediamigo em novembro de 2016 foi de 7.095 milhões, e o valor médio de cada empréstimo era de R\$ 1.897,50 (um mil oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta centavos), bem superior ao início do programa no ano de 1998. Um modelo de concessão de crédito com capilaridade, pois, além de chegar ao pequeno produtor, possui juros baixos. Segundo Dowbor (2017), “juros decentes” podem atrair um número maior de clientes e podem garantir lucros “legítimos”.

A partir de 1999 (segundo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso), a discussão do microcrédito foi trazida para a esfera governamental, e importantes mudanças foram realizadas, principalmente através da publicação das leis regulamentando o setor. A revisão do Marco Legal foi articulada pelo Conselho da Comunidade Solidária, um fórum governamental de interlocução com a sociedade civil, resultando nas relevantes e seguintes decisões: 1. Lei nº 9.790/99 (Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público), que foi considerada o Marco Legal do Terceiro Setor no Brasil; 2. edição da Medida Provisória nº 1.914/99, promulgando a não sujeição das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs) à lei da usura (que limita os juros a 12% ao ano).

As OSCIPs foram criadas em 1999, e consistem em um título dado a algumas organizações do terceiro setor, Organizações Não Governamentais (ONGs) sem fins lucrativos, que prestam serviços benéficos à sociedade. Para isso, têm o microcrédito como uma de suas finalidades e contam com a parceria dos governos para formação de convênios. Entretanto, estão sujeitas a exigências como: a não participação do setor público, o compromisso de constituir um conselho fiscal e tornar público o encerramento do exercício fiscal e a possibilidade de auditoria externa.

As ONGs também podem ser instituições ofertantes de microcrédito, porém, estão sujeitas à lei da usura,¹¹ e, em geral, vivem de recursos do poder estatal. De qualquer forma, utilizam o microcrédito com o objetivo de desenvolvimento econômico da região em que atuam. Por isso, receiam o título de OSCIP, que poderia obstruir seu funcionamento.

E a criação de uma nova entidade jurídica pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), a **Sociedade de Crédito ao Microempreendedor (SCM)**, que busca atrair o setor privado ao desenvolver um formato especializado em microfinanças, de certa forma foi interessante para o setor. Segundo o BACEN (2016), as SCMs são instituições privadas pertencentes ao SFN que visam lucro, tendo um caráter mais conservador em termos de risco. Além disso, são limitadas ao financiamento de microempreendimentos, não podendo mobilizar depósitos, ou qualquer outro tipo de serviço microfinanceiro. Também não podem ter nenhuma participação de órgãos públicos e sofrem controle e fiscalização do BACEN. Sem a possibilidade de captar depósitos, tendo um teto máximo de empréstimo por cliente de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e com um limite de alavancagem financeira de, no máximo, cinco vezes o patrimônio líquido, são as instituições ofertantes de microcrédito com atuação mais restrita no Brasil. Uma outra razão relevante para a escassez de iniciativas em torno dessa ação, até o momento presente, é a proibição de se tornarem bancos comerciais no Brasil, o que acontece em muitos outros países, como forma de sobrevivência, quando essas SCMs conseguem atingir um certo desenvolvimento. O que no Brasil pode ser mais difícil, pois o setor bancário é oligopolista.

No ano de 2002, em estudo realizado por Lara Goldmark e Anita Fiori (2002), verificou-se que o Brasil possuía um mercado potencial amplo para as microfinanças. Existe uma demanda potencial estimada de 8,2 milhões de possíveis clientes para o setor de microcrédito e que, entretanto, o universo aproximado de instituições era de 121, possuindo uma quantidade de apenas 158.654 clientes ativos. A carteira ativa combinada de todas as instituições atuantes era de R\$ 138,8 milhões.

A demanda potencial foi estimada de acordo com a metodologia aplicada por Robert Peck Christen em um estudo do Consultative Group to Assist the Poorest (CGAP), administrado pelo Banco Mundial. Embora essa estimativa seja considerada rudimentar, consegue-se comparar, com ela, a taxa de penetração do microcrédito no Brasil em relação a outros países latinos. Para este cálculo, basta dividir o número de clientes ativos dessas instituições pelo número da demanda potencial deste mercado. A taxa de penetração do microcrédito no Brasil

¹¹ É vedado, e será punido nos termos desta lei, estipular em quaisquer contratos taxas de juros superiores ao dobro da taxa legal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D22626.htm>. Acesso em: 16 out. 2017.

é estimada em 2% da demanda potencial. O que significa que a cada 100 microempreendimentos elegíveis para a obtenção do microcrédito, apenas dois estavam sendo atendidos, confirmando que esse mercado possuía um alto potencial de crescimento.

Já no início do Governo Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, houve mudança no tratamento dado ao assunto, paralisando as medidas tomadas pelo governo anterior, deixando alguns atores do setor de microcrédito apreensivos com os rumos do mercado, devido às incertezas quanto à perenidade das políticas que seriam adotadas. Sua formulação de políticas se voltou para a expansão de crédito de consumo popular e acesso ao sistema bancário, através da simplificação para abertura de contas e expansão de correspondentes bancários. Não deixaram de ser iniciativas importantes, privatizando recursos públicos (uma forma de subsídio), o que confundiu o setor.

Tão logo, meses depois, por meio da Medida Provisória nº 122, de 25 de junho de 2003, o governo conferiu ao CMN competência para regulamentar as aplicações dos bancos múltiplos com carteira comercial, dos bancos comerciais e da Caixa Econômica Federal (CEF) em operações de microfinanças destinadas à população de baixa renda e microempreendedores, baseadas em parcelas de recursos oriundos dos depósitos à vista. Cabem ao Conselho: a fixação do percentual dos depósitos a serem alocados para as operações; a definição do perfil dos potenciais beneficiários; o valor máximo; o prazo mínimo e os encargos das operações; bem como os critérios de mobilidade entre as instituições financeiras, dos recursos e dos créditos relativos às operações.

Assim, pela Resolução nº 3.109, de 24 de julho de 2003, o CMN estabeleceu a aplicação de recursos correspondentes a 2% dos depósitos à vista das instituições financeiras referidas, taxas de juros efetivas de 2% a.m. para estas operações, valor máximo de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) para microempreendedores e de R\$ 600,00 (seiscentos reais) para pessoa física.

Em agosto de 2004, a política de microcrédito teve uma nova mudança no governo Lula, quando foi lançado o **Programa de Microcrédito**, amparado com recursos das exigibilidades bancárias. E em novembro desse mesmo ano lançou o **Programa Nacional de Microcrédito Produtivo e Orientado (PNMPO)**, aprovado pelo Congresso e regulamentado pelo CMN. Este segundo programa permitiu:

... que sejam repassados recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para as instituições de microcrédito que trabalham diretamente com a população carente. Os empréstimos poderão atingir até R\$ 5 mil reais e os juros até 4% ao mês. O Fundo de Aval as Micro e Pequenas Empresas (FAMPE) do SEBRAE e FUNPROGER, administrado pelo Banco do Brasil, poderão garantir as operações entre os bancos e as operadoras de microcrédito e, conseqüentemente, que haja um fluxo contínuo de

recursos para essas instituições. O governo estima o público potencial do PNMPO entre 8 e 10 milhões de pessoas (PNMPO, 2004).

No primeiro ano, 2005, o programa tinha 52 instituições registradas, já em 2014 tinha crescido para 499, tendo gerado um total de 24 milhões crédito, com desembolso de R\$ 24 bilhões de reais (PERO; TAVARES, 2016). Em discurso no mês de abril de 2005, ao sancionar a Lei do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse:

O microcrédito está definitivamente inserido nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social. Cada agente, cada gerente de agência deve ser um educador, facilitar a vida de quem o procura para conseguir recursos principalmente para empreender. O povo que vai atrás do microcrédito é bom pagador. O único patrimônio que o pobre tem é um nome a zelar. O SEBRAE vai ser um parceiro fundamental na execução do Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado.

Mesmo com todo desenho institucional, o crescimento dos resultados dos créditos destinados às microfinanças, segundo dados da PNAD/IBGE, foi de apenas 4,5% caracterizados como microempreendedores, e demandaram microcrédito de até R\$ 15.0000,00 (quinze mil reais) nas instituições em 2014. Enquanto a participação daqueles que mais necessitam de crédito que estão no primeiro decil da renda está entre 0,8% e 6%, mostra de fato de que a população de extrema pobreza ainda não possui acesso a crédito.

Em 2011, o microcrédito foi incorporado ao Plano Brasil sem Miséria,¹² criando o **Microcrédito no Programa “Crescer”**. Esse programa realizou até 2014 cerca de 9,4 milhões em transação frente aos 50% dos empreendedores registrados no Cadastro dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), desses 34% foram beneficiados do Programa Bolsa Família. Tão logo podemos dizer que esse programa de microcrédito conseguiu cobrir pessoas abaixo da linha da pobreza, mesmo assim o número ainda é baixo, comparado com o número de pessoas registradas no Programa Bolsa Família.

Segundo o Portal Brasil do Governo Federal (2016), a Caixa Crescer, empresa de microcrédito e microfinanças da Caixa Econômica Federal, o programa em três anos alcançou R\$ 1,2 bilhão em crédito concedido, ou seja, um número expressivo. Neste período, cerca de 500 mil empreendedores dispuseram da oportunidade de alterar o sonho do negócio próprio em

¹² Programa Social do Governo Federal lançado em junho de 2011, voltado às famílias que vivem com uma renda familiar inferior a R\$ 70,00 (setenta reais) mensais por pessoa. Disponível em <<http://mds.gov.br>>. Acesso em: 17 out. 2017.

realidade. A Caixa Crescer conta com orientadores que vão aos clientes oferecendo os serviços de crédito para empreendedores e autônomos.

As experiências de microcrédito no Brasil aconteceram de maneira um pouco diferente dos *benchmarking* apresentados na seção anterior, visto que geralmente são desenvolvidas por bancos e financeiras, oriundas do sistema financeiro, o que deixa mais parecidas com bancos comerciais do que com as famosas instituições de microcrédito do mundo. “Os serviços e produtos ofertados a clientes mais pobres passaram a ser oferecidos diretamente por grandes bancos ou, mais comumente, indiretamente, por meio de organizações informais subsidiadas por eles” (FRANÇA FILHO, 2013). Para essas instituições os microcréditos são oferecidos como forma de nichos de mercado com taxas de manutenção, juros e cláusulas vinculantes no contrato configurando uma nova forma de exploração, o que sacrifica ainda mais pobres entram na burocrática concessão de crédito, perdendo assim o caráter emancipatório da política para aqueles que mais possuem dificuldade na sua obtenção.

1.6 COOPERATIVAS DE CRÉDITO

A cooperação sempre esteve presente na história do homem. Desde seu primitivismo, utilizavam-se da cooperação para alcançar seus objetivos. Entretanto, a partir da evolução do homem, sua natureza acabou sendo modificada, dando evasão do sentimento coletivo, tomando conta a ganância, que estabelece a figura do intermediário, do explorador de patrimônio e de força de trabalho alheio.

Segundo Singer (2002), a criação da primeira cooperativa moderna pode ter sido a derrota de uma greve de tecelões, na cidade de Rochdale, na Inglaterra, onde, em 21 de dezembro de 1844, foi fundada a primeira sociedade cooperativa de consumo organizada, com a “*Rochdale Equitable Pioners Society Limited*”. Criada por 28 operários qualificados de diversos ofícios, metade deles owenista,¹³ um dos objetivos era criar uma colônia autossuficiente e o apoio a outras sociedades com este propósito.

Adotaram uma série de princípios, que seriam depois imortalizados como princípios universais do cooperativismo:

- 1º) nas decisões cada membro tem direito a um voto;
- 2º) participante de membros da cooperativa era aberto;

¹³ Owenismo é a filosofia socialista utópica do reformador social do século XIX Robert Owen e seus seguidores e sucessores, conhecidos como Adenites. O owenismo visava a reforma radical da sociedade e é considerado um precursor do movimento cooperativo (OUTHWAITE, 1996).

- 3º) capital emprestado a cooperativa pagaria taxa de juros fixa;
- 4º) seriam divididas as sobras entre os membros em proporção às compras de cada um na cooperativa;
- 5º) as vendas nas cooperativas seriam sempre feitas à vista;
- 6º) as cooperativas vendiam sempre produtos puros;
- 7º) a cooperativa se empenharia na educação;
- 8º) a cooperativa mantém-se neutra em questões religiosas e políticas.

No caso das cooperativas de créditos, de acordo com Singer (2002), foi fundada na Alemanha nos meados do século XIX, oferecendo aos trabalhadores um importante serviço financeiro que os bancos prestavam às classes alta e média de guardar e aplicar valores financeiros, mas sem oferecer o serviço de empréstimo, que ainda era oferecido pelas cooperativas de consumo. O que levou a fundação desse tipo de organização foi quando mestres sapateiros, visando adquirir couro em maior volume, com preços de atacado, perceberam que só podiam se beneficiar das compras em comum se tivessem acesso a crédito. Cada empréstimo era endossado pelos membros da cooperativa e tinham vencimento em três meses, o que de certa maneira caracterizava o aval solidário. No Brasil, consta que esta experiência teve início com o crédito rural no Rio Grande do Sul, a partir de 1902, com influência alemã e fornecimento de pães a crédito, para aqueles que eram extorquidos pelos agiotas.

Olhando a história das cooperativas de crédito, vê-se que é a segunda mais velha, cujo nascimento ocorreu seis anos após a cooperativa de consumo. Essa cooperativa de crédito, além de visar ao bem-estar dos seus membros na parte alimentícia e em outros bens, tinha uma política bastante interessante, que era a de serem efetuados depósitos com taxa de juros fixos. Com isso valorizava o seu colaborador (associado), que oferecia excelente serviço financeiro, os mesmos que os bancos ofereciam aos seus investidores das mais altas classes, o de guarda e ampliação de valores, uma espécie de poupança.

Observando por outro lado, o colaborador (associado) só poderia investir se tivesse um fundo próprio, porque a cooperativa de valores não disponibilizava o serviço complementar de fornecer crédito em empréstimo a estes. Nesse fundamento as cooperativas de consumo também eram de crédito, só com uma pequena diferença, de que era em crédito pela metade. Ora, na cooperativa de crédito ficava um pouco mais dificultoso o investimento por parte dos membros, tudo por conta das crises e dos terríveis altos e baixos da economia de mercado, por isso ficava inviável aos membros poderem pensar em se programar em reservar o suficiente para enfrentar as adversidades.

Inicialmente, as cooperativas de crédito não tinham capital próprio, e esses recursos eram captados no mercado de capitais, contra a garantia da “responsabilidade ilimitada”. Mas, quando a lei passou a exigir, em 1889, que as cooperativas tivessem capital próprio, logo elas

fixaram valores simbólicos por membro. E o seu caráter porta aberta começou a ser modificado, pois nem todos disponibilizavam de cotas (recursos financeiros).

Em sua origem, a cooperativa de crédito não é um intermediário financeiro, como os bancos e as companhias de seguro, mas uma associação de pequenos poupadores que se unem para potencializar seu acesso a crédito mediante financiamento mútuo. De maneira geral o banco cooperativo (cooperativa de crédito) transfere o excedente para as cooperativas que mais precisam dele, o que reduz o risco de todas as cooperativas e de seus membros. O princípio da socialização dos riscos é aplicado num âmbito micro (regional) e macro (nacional). Via de regra, o banco cooperativo pode mobilizar recursos, de acordo com a sua necessidade no mercado financeiro com valores diversificados e com juros menores do que qualquer cooperativa individual.

Para Singer (2002), após a Segunda Guerra Mundial, no século XX, o cooperativismo de crédito sofreu profundas mudanças estruturais para se adaptar à evolução da intermediação financeira capitalista (leia-se, concorrência), que até hoje é tamanha, pois são oligopólios financeiros com atuação global.

E ainda de forma semelhante, essas cooperativas enfrentam nos países desenvolvidos e em desenvolvimento a concorrência de intermediários financeiros privados e públicos. Isso levou o movimento de cooperativismo de crédito a se concretizar e burocratizar, buscando ganhos de escala e atendimento em massa, com o que abre mão da autogestão e da participação comunitária.

A exclusão financeira não significa apenas a falta de acesso a conta bancária, mas a todos os produtos e serviços financeiros. Além disso, o principal fator que a caracteriza ultrapassa o sentido de ter ou não ter acesso, mas a impossibilidade de acessar tais produtos e serviços. É esta a principal diferença entre inclusão financeira e bancarização: enquanto que a primeira representa a possibilidade de acesso ao uso de produtos e serviços financeiros, a bancarização significa apenas ter uma conta bancária (simplificada, na maior parte das vezes), sem, contudo estar incluído financeiramente (FRANÇA FILHO, 2013).

Apesar do número crescente destas instituições no país poucas estão alocadas no campo das microfinanças. Mesmo com o modelo jurídico próximo ao setor podendo realizar uma grande quantidade de operações no setor bancário, inclusive captação de recursos por poupanças e fundos públicos, o que não é permitido para os bancos comunitários em desenvolvimento.

Sem questionar sua importância no mercado de crédito para os pequenos empreendedores da economia solidária e da economia popular, estas instituições possuem um

caráter fechado (atendem apenas filiados) e, com caráter limitado de crescimento, o que pode distanciá-la de seus associados, enfraquecendo a gestão democrática no que se refere às tomadas de decisões. Esse tipo de atuação difere intensamente dos bancos comunitários de desenvolvimento, uma vez que as cooperativas de créditos compõe o SFN e são regulamentadas pelo BACEN, como os bancos comerciais. O que ainda não é o caso BCD.

1.7 FUNDOS ROTATIVOS SOLIDÁRIOS

Os Fundos Rotativos Solidários (FRS) são organizações autônomas e comunitárias e foram criadas para proporcionar desenvolvimento econômico local, pois estão propensas a realizar atividades em regiões de população de baixa renda.

Segundo França Filho (2013), podem ser definidos como uma reserva de recursos para serem aplicados na própria comunidade, ou seja, os recursos são poupados e investidos no próprio território sob a forma de projetos e/ou programas para a geração trabalho e renda. É um espaço de formação, onde as comunidades aprendem a fazer a gestão de recursos e planejamento das atividades, formado com recursos dos moradores do território, também podendo ser financiados por organismos internacionais, governos federal, estaduais e municipais. “Em 2005 foram aplicados 1,6 milhões de reais, e no primeiro semestre de 2006, 1,3 milhões de reais, a fundo perdido, com recursos originários do BNB” (FRANÇA FILHO, 2013).

Os recursos dos FRS não são reembolsáveis, e com a devolução não obrigatória. São geridos por instituições sociais como Cooperativa de Crédito, ONGs, Associações, Fundações e OSCIPs. A denominação “solidário” pode ser entendida como o critério para a concessão do crédito, que é baseado nas relações sociais de proximidades e confiança. E o título “rotativo” identifica que o fundo, após o uso, pode ser utilizado por outros moradores do território.

Segundo a Cáritas, foram investidos de 2006 a 2008 cerca de 50 milhões no Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários, em todos os estados da Região Nordeste, que foi financiado pelos ministérios do Desenvolvimento Social (MDS) e do Trabalho e Emprego (MTE), onde os recursos foram acompanhados por um comitê formado por representantes da sociedade civil (Articulação no Semiárido Brasileiro, Fórum Brasileiro de Economia Solidária, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil e Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), do MDS, do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES).

Pode-se dizer que os FRS são organizações comunitárias existentes no país desde da década de 1980. Segundo o Atlas da Economia Solidária de 2013, no Brasil existem cerca de 586 organizações (sendo que no Nordeste encontram-se 343) e já atenderam cerca de 329.570 pessoas, levando em consideração que cada família atendida possui de quatro a cinco membros.

É preciso pensar em outras formas de inclusão para os ditos “excluídos” do sistema financeiro tradicional, e que esses possam ter acesso de acordo com os seus perfis de rendimentos e passem por outro tipo de análise de crédito e riscos, pois esses instrumentos ainda continuam sendo uma das formas de segregar os mais pobres que não têm acesso ao mercado financeiro, que se “alimenta” por ora pelo elevado lucro ou por especulação. O Plano CDE Elohim Consultoria e Pesquisa S/A e o Centro de Estudos de Microfinanças e Inclusão Financeira-FGV conduziram o estudo “Segmentação em Inclusão Financeira no Brasil”, com o apoio do J. P. Morgan Chase Foundation, no ano de 2017, e constataram que, “entre os mais pobres, 27% não têm acesso a crédito no país”. Isto pode ser uma das consequências da criticidade para aceitar como clientes aqueles que possuem poucas ou nenhuma garantia real para tomada de crédito, e consequentemente formam um grupo de esquecidos do sistema financeiro.

O crédito no país dominado pelos bancos comerciais, de certa forma, ainda é distante da população mais pobre. Até porque para esta parte da população o simples ato de ir aos bancos pode ser um problema, pois às vezes são barrados nas portas automáticas, por uma questão social ou até mesmo racial. Talvez, a falta de proximidade do sistema financeiro é uma consequência para estes que muitas vezes são empreendedores operem seus investimentos e capital de giro com cartão de crédito e/ou empréstimos no mercado informal com juros mais altos do que os do sistema financeiro.

As finanças solidárias são um conjunto de iniciativas cuja finalidade é democratizar o acesso aos recursos financeiros, fazendo com que as finanças sejam direcionadas a serviço das necessidades coletivas dos territórios com baixo nível de desenvolvimento humano, e não ao lucro dos acionistas como o sistema financeiro tradicional. Via de regra, essas atividades são constituídas para atender segmentos populacionais que se encontram à margem do sistema financeiro convencional, mas vale apontar que os programas de microcrédito ainda não possuem grande penetração nas classes mais baixas e devem ser mais desenvolvidos no país, principalmente em territórios populares, pois estes são os que mais precisam deste tipo de modalidade.

CAPÍTULO 2 – BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Não existem comunidades pobres, existem comunidades empobrecidas.
(JOAQUIM DE MELO – INSTITUTO BANCO PALMAS)

As principais formas das finanças solidárias desenvolvidas no Brasil são os fundos rotativos solidários, as cooperativas de crédito solidário, as instituições comunitárias de microcrédito e os bancos comunitários de desenvolvimento. É importante destacar que no capítulo anterior as duas primeiras instituições não foram abordadas com profundidade, por não serem objetos da tese, mas achamos importante contextualizá-las pelas suas representatividades. Com relação às instituições comunitárias de microcréditos, de maneira cronológica, contextualizamos as mais representativas do país. Neste capítulo apresentaremos o banco comunitário de desenvolvimento, não só pela pesquisa, mas por acharmos uma importante via de inclusão ao sistema financeiro e de desenvolvimento territorial.

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD) são instituições que possuem compromissos com a prestação de serviço no território, além de disseminarem microcrédito para atender o consumo e a produção, seu maior objetivo é com a economia solidária através de uma articulação em rede local. Estas instituições de desenvolvimento são geridas por organizações comunitárias, associações, fundações e ONGs em condições de administrar o banco e que prezem pelas questões democráticas em suas decisões, através de conselhos para a tomada de decisões.

Para Dowbor (2017), os bancos comunitários são sistemas financeiros locais ou finanças de proximidades importantes para contribuir com a dinamização produtiva do território e têm resultados impressionantes em termos de retorno social sobre os pequenos investimentos, pois os recursos financeiros são direcionados para onde existe uma carência de financiamento, o que gera um efeito multiplicador.

Segundo Gadotti (2009), os bancos comunitários são atividades financeiras que atuam com os princípios da economia solidária para a geração de trabalho e renda. Sendo importante para a ampliação das atividades comerciais com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento do território, pois o “dinheiro circula na própria comunidade, ampliando o poder do comércio local, aumentando a riqueza circulante na comunidade.

De acordo com França Filho (2013), o banco comunitário pode ser definido “como uma outra lógica de desenvolvimento local ou comunitário”, que se inicia a partir de uma manifestação da própria comunidade com apoio dos atores externos. E o processo de

intervenção é articulado em quatro eixos centrais de ações: fundo de crédito solidário, moeda social circulante local, feiras de produtores locais e capacitação em economia solidária.

O Instituto Banco Palmas (IBP), define como “... um serviço financeiro, solidário, em rede, de natureza associativa e comunitária, voltado para reorganização das economias locais, na perspectiva da geração de trabalho e renda e da economia solidária”. O objetivo dos bancos comunitários não é o acúmulo de capital (lucro) por parte dos acionistas como os bancos comerciais, mas o desenvolvimento do território onde se encontra. Como o próprio nome sugere, o banco pertence à comunidade que deve participar da sua implantação, gestão e consolidação, “... os bancos comunitários são regidos por mecanismos da democracia direta” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003, p. 8).

2.1 A CRIAÇÃO

De acordo com Heloisa Primavera, professora da Faculdade de Economia da Universidade de Buenos Aires e cofundadora da Rede Latino-Americana de Socioeconômica Economia Solidária (REDLASES), as demandas sobre as criações dos bancos comunitários de desenvolvimento estão sempre misturadas, independente de como elas são pensadas, tampouco pelo território e/ou por iniciativa pública, mas são produtos de uma leitura que o observador faz dela (PRIMAVERA, 2018).

No Brasil, o primeiro Banco Comunitário de Desenvolvimento foi o Banco Palmas (BP), fundado em 20 de janeiro de 1998, pela Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), no Conjunto Palmeiras, bairro da periferia, localizado a cerca de 20km do centro da cidade de Fortaleza, no estado do Ceará. O processo de criação se inicia com a mobilização interna do território, pois o projeto começa a partir de um desejo endógeno, e as ações do BCD vão além da moeda social, e do microcrédito é uma outra lógica de desenvolvimento local e comunitário pautado nas relações sociais promovendo formações em economia solidária, educação financeira e uma série de atividades de desenvolvimento socioeconômicas baseadas no interesse do território, como a rede de empreendedores locais possibilitando o consumo mútuo obtendo fluxo circular da renda.

O desenvolvimento local é o elo entre desenvolvimento sustentável e protagonismo local, é a mobilização democrática e produtiva dos territórios como via de transformação social, uma das premissas do Banco Comunitário de Desenvolvimento. Segundo Pedro Hespanha *et al.* (2009, p.112), o conceito de desenvolvimento local pertence à mesma categoria do conceito de desenvolvimento participativo, ou seja, com a participação das pessoas como forma de

decisão no desenvolvimento comunitário. As dinâmicas de desenvolvimento local são capazes de interagir ações e democratizar seu processo de construção.

Os requisitos iniciais são no mínimo dois funcionários, que precisam ser capacitados para as funções, tais como: gestor, gerente de crédito e agente de crédito e a comunidade possuir um espaço com uma sala, acesso à internet. E recursos financeiros para o lastro inicial da moeda social, fundo de crédito e pagamentos das despesas operacionais do banco.

2.2 O MICROCRÉDITO NO BANCO COMUNITÁRIO

O microcrédito concedido a juros baixos através da confiança é chamado de aval solidário, uma vez que os créditos são oferecidos para os moradores do território e os agentes de créditos consultam a rede de relações de vizinhança do tomador, o que configura um controle social na disponibilidade dos recursos, pois o aval é estabelecido pelos moradores. As linhas de crédito dos bancos comunitários de desenvolvimento também são de extrema relevância em razão de proporcionar aos pequenos empreendedores oportunidades de financiamentos, aos quais não teriam acesso devido à burocracia, ao nível de renda, aos requisitos de fiador, dentre outras restrições para a concessão de crédito, que foram apresentadas no Capítulo 1.

Geralmente nos bancos comunitários também se constituiu o Conselho de Aprovação de Crédito (CAC), pequeno grupo de moradores com poder deliberativo para decidirem a aprovação do crédito, é constituído pelo agente de crédito que visitou o empreendimento do solicitante do crédito, um membro da diretoria da instituição (presidente, vice ou diretor) e um terceiro membro, que pode ser algum morador envolvido com as atividades do banco. Segundo França (2013), dois pontos se destacam neste tipo de análise: a consonante segurança sobre o retorno do dinheiro e o conhecimento da economia do território que opera o serviço de crédito. O primeiro está sujeito também às intempéries da vida cotidiana, mesmo sendo relacionado como um bom pagador, mas no segundo caso existe a possibilidade de assertividade maior porque os recursos passam pela rede de produção e consumo local.

2.3 A MOEDA SOCIAL NO BANCO COMUNITÁRIO

A moeda social (moeda própria) possui valor equivalente ao Real (R\$), ou a moeda que opera no país a tecnologia poderá ser implantada, com nome e personagens escolhidos referenciados na própria comunidade, o que de certa forma é fator de autoestima. Estimula o consumo no comércio local, uma vez que só é aceita na própria comunidade, além de

possibilitar o aumento do poder de compra dos moradores, pois sugere aos comerciantes que ofereçam descontos aos usuários da moeda, e os empréstimos para consumo também são oferecidos em moeda social.

A circulação também fomenta o crescimento do comércio local, pois o consumo aumenta permitindo a expansão dos empreendimentos e a permanência da riqueza no território, chamado na economia de fluxo circular da renda. Teoricamente, se todos os moradores de um território popular fizessem suas compras no próprio bairro, não haveria necessidade de existir uma moeda social, porque a função da moeda é estimular a base monetária dentro do território, o que consequentemente criará poupança interna.

A função da moeda social em um evento de curto prazo é facilitar a troca de produtos, serviços e conhecimento. Funciona como se fosse um “voucher”, que só pode ser usado por um período determinado e em um espaço acordado, entre os organizadores do evento. Insistimos que não é uma “moeda” no sentido estrito do termo, por isso é legal e até recebeu apoio do Banco Central do Brasil a partir de 2004 (PRIMAVERA, 2017, p. 54, tradução nossa).

Para Heloisa Primavera a criação da moeda social, para quem iria usufruir, tinha sentido de dinheiro, mas como observadora tentou mudar o ângulo de observação, até porque antes, na Argentina, se chamava crédito o papel que dava aval a confiança, mas passou a chamar de moeda pois acreditava que era “uma violação a massa monetária universal”, a que chamou de “M1”¹⁴ fruto da Teoria Monetária, do campo da Ciências Econômicas. Para Primavera, a moeda corrente é a chamada moeda “antissocial”, pois a concentração da riqueza fica em poucas mãos (PRIMAVERA, 2018).

Ao pensar a economia na vida cotidiana na Argentina percebeu que a moeda teria a quantidade necessária e suficiente para atender o bem viver das pessoas e não acumular. E via liquidez no clube de troca percebeu uma alternativa para evitar concentração, pois tinha uma extensão de validade em um grande espaço que possibilitaria consumir em determinado local, mas sem o acúmulo e sem poupança.

Nesse sentido, acreditamos que é importante resgatar o valor de todas as formas de resistência às moedas oficiais únicas, que se dizem hegemônicas, sejam elas a moeda nacional de cada país, ou o dólar americano, o euro ou o yuan, que alimentam a especulação da economia global e do acúmulo de riqueza em poucas mãos. Bancos de tempo, feiras de troca, mercados de solidariedade, compras comunitárias ou instrumentos orçamentários participativos de instituições ou governos locais devem ser considerados como parte de um amplo movimento para recapturar um mercado sem moeda oficial, destinado a incluir aqueles que foram historicamente excluídos e

¹⁴ M1 = Papel Moeda em Poder do Público + Depósito à Vista.

hoje eles podem se encarregar de deixar um planeta viável para as futuras gerações (PRIMAVERA, 2017, p. 43, tradução nossa).

De acordo com a professora, a ótica que se observa nas coisas é determinante para a construção do problema e, portanto, da solução. E isto corrobora para dizer que nada vem da base, mas das pessoas. Sendo que alguém deve assumir a liderança com todas as responsabilidades, e cita como exemplo a reunião de Mendes, no estado do Rio de Janeiro, o “Encontro Brasileiro de Cultura e Socioeconomia Solidária”, em junho de 2000, do qual Joaquim Melo (Coordenador Geral do Banco Palmas) era participante da oficina ministrada por ela e entendeu a ideia da moeda social. e logo depois começou a utilizar a moeda social no Banco Palmas, pois antes o banco só utilizava o crédito do chamado “Palma card”, e a partir do encontro de Mendes foi criada a moeda social do Banco Palmas, com o nome de Palmares. Depois da criação de uma espécie de ajuda ou consultoria chamada por ela de “empurrão no Palmares”, aplicou uma nova metodologia com Sandra Magalhães, que na época também era coordenadora do Instituto Palmas, sem a presença de Joaquim de Melo.

... comprei carne e vendi com uso de moeda social, após a compra das carnes pelas pessoas que estavam na oficina aplicamos a nova metodologia, as moedas sociais foram recolhidas e logo depois a paridade da moeda social voltou a ser um para um, ou seja, o lastro da moeda social ficaria igual ao da moeda brasileira real (R\$) (HELOISA PRIMAVERA).

A moeda social lastreada no banco significa dizer que o banco deve possuir em caixa a mesma quantia em reais que circula em moeda social pelo território. E a troca de moeda social para Reais (R\$) geralmente é permitida para os comerciantes cadastrados no BCD, mas são estimulados a trocar somente o necessário. O Banco Palmas cobra uma taxa de 1% sobre o valor trocado, mas essa cobrança depende do banco, outros cobram uma taxa menor em torno de 0,5%, e alguns não cobram.

2.4 A AUTOGESTÃO

A autogestão é a gestão coletiva e democrática do empreendimento por todos os seus sócios, pelo sistema de cada pessoa, um voto. Surgiu na Europa no início da industrialização, como forma de superar a oligarquia empresarial dominante. Foi difundida mais intensamente à medida que o modelo empresarial predominante no capitalismo globalizado passou a gerar desemprego maciço, precarização do trabalho assalariado e enfraquecimento das organizações dos trabalhadores. No Brasil, a metodologia de assessoria, a autogestão, foi assumida pela

Associação Nacional de Trabalhadores de Empresas de Autogestão (ANTEAG), em parceria com universidades mobilizando professores de áreas ligadas à gestão, à tecnologia, entre outras áreas.

Também pode ser definida como um conjunto de empreendimento produtivo de iniciativa coletiva e democrática, que caracteriza um novo modo de produção. Contudo, expressa-se em formas distintas nos diversos momentos da história, como possibilidades concretas de os trabalhadores constituírem sua utopia de uma sociedade igualitária e socialista.

Apesar de ser uma forma solidária de se administrar democraticamente é preciso que todos os membros do empreendimento solidário saibam o que está ocorrendo e tomem as providências e decisões cabíveis. Para que seja a contento é preciso que todos os associados estejam integrados de tudo o que ocorre expressando ideias para a resolução de cada problema. Com o passar do tempo, acumulam-se experiências e decisões que, uma vez adotadas, servem para resolver muitos problemas frequentes. A maior ameaça é o desinteresse dos sócios, que acabam delegando suas responsabilidades para um pequeno grupo que detém a direção.

O maior inimigo da autogestão é o desinteresse dos sócios, sua recusa ao esforço adicional que a prática democrática exige. Em geral não é a direção da cooperativa que sonega informações aos sócios, são estes que preferem dar um voto de confiança à direção para que ela decida em lugar deles (SINGER, 2002, p. 19).

Segundo Lisboa (2004), para ter a autogestão é preciso existir a coesão social independente das atividades profissionais. O principal mérito da autogestão não é a eficiência econômica (necessária em si), mas o desenvolvimento humano que proporciona aos praticantes: estar nas reuniões, participar das discussões e decisões do coletivo ao qual se está associado, conscientizar, tornar a pessoa mais realizada, autoconfiante e segura. Por essa razão vale a pena se empenhar nesta prática nos Bancos Comunitários porque todos que participam possuem o controle da instituição.

2.5 A FORMAÇÃO

Após as nomeações dos gerentes e dos agentes de crédito começa a fase de formação, mas todo processo de implantação por si só mobiliza a comunidade e colabora para articular os atores sociais que farão parte do núcleo operacional diário do banco, o que é uma forma de autogestão. Em contrapartida, é importante que a formação seja em Economia Solidária para ambientar o possível associado (trabalhador) com os princípios da “outra economia” e gestão,

pois são realizados diversos processos no banco que para a maioria dos que ocuparão os cargos de operação são tarefas desconhecidas das suas práticas diárias. A formação também deve passar pela Educação Financeira, para quem irá exercer atividades de gestão, administração e operação, porque aparecerá uma enxurrada de novos termos do cotidiano das finanças, muitas vezes citados como “economês”, que não estão presentes nas atividades diárias da equipe. E para desenvolver algumas ações na instituição é necessário entender a nomenclatura técnica, tais como: lastro; câmbio; crédito; fluxo de produção e consumo; juros; taxa de inadimplência entre outras expressões que os operadores do Banco Comunitário (coordenador, caixa, gerente e analista de crédito) devem saber para praticarem suas atividades.

O processo formativo deve ser cuidadoso, pois a instituição é um banco que exigirá confiabilidade, capacidade técnica, segurança e equilíbrio para administrar os recursos. Por isso é importante direcionar bons critérios para selecionar aqueles que participarão do processo, monitorar suas ações, cobrar resultados e exigir qualidade nos serviços. Segundo o Instituto Banco Palmas (2018),

... um grande desafio: como garantir que a comunidade dê conta dos instrumentos de gestão financeira e social cada vez mais complexos utilizados pelo BCD? Como compatibilizar processos de capacitação e formação das lideranças comunitárias (que geralmente são longos e demorados) com a necessidade de tocar o banco para frente (BANCO PALMAS, 2018).

Outro fator que se deve destacar neste processo formativo são as noções básicas para captação de recursos, que deverá constituir um fundo do banco com recursos oriundos das múltiplas fontes, doações de pessoas físicas e jurídicas, cotizações dos associados (instituições ou moradores) e prestação de serviços do banco, que levará à sustentabilidade da instituição. É um processo que no mínimo terá que trazer alguma noção de elaboração de projetos com todas as fases, pois a comunidade passa a “vender” o projeto do banco como algo transformador para captar recursos, o que não irá depender apenas de conversas, mas de um trabalho mais articulado.

2.6 O FORTALECIMENTO NO PAÍS

Para Antônio Haroldo Pinheiro Mendonça, que foi Coordenador Geral de Comércio Justo e Finanças da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), do Programa de Apoio a Finanças Solidárias, no período de 2003 a 2016 (momento em que a SENAES, tem um diálogo com a sociedade civil, em especial com as experiências exitosas dos bancos solidários,

fundos solidários e cooperativismo de crédito solidário), além de coordenar, organizou editais de fomentos às finanças solidárias que tinha como objetivo fortalecer os bancos comunitários de desenvolvimento e os fundos rotativos solidários. O que orientou toda a política nacional de economia solidária foi a constatação de que até 2005 existiam três bancos comunitários (Banco Palmas, no município de Fortaleza-CE, Banco PAR, no município de Paracuru-CE, e Banco BEM, no município de Vitória-ES) e a partir deste ano até o ano de 2016 foram criados 113 bancos comunitários, resultado de uma articulação com protagonismo do movimento da sociedade civil, o que pode se dizer movimento da economia solidária e Rede Brasileira de Bancos Comunitários (MENDONÇA, 2018).

A experiência dos bancos comunitários com a SENAES foi orientada com base em diálogos com o movimento da economia solidária para a expansão desta metodologia de bancos comunitários para municípios e/ou territórios de baixo IDH, tendo como protagonistas Joaquim de Mello e Sandra Magalhães, ambos do Instituto Banco Palmas que orientaram a política pública de economia solidária focada nas finanças solidárias, pois foram os pioneiros nessa experiência no país a partir de 1998. Vale ressaltar que, para Haroldo, a instalação de uma metodologia do ponto de vista do governo federal, chamada Banco Comunitário de Desenvolvimento, com uma de suas ferramentas, a moeda social é construída pela comunidade, com identidade do território, com lastro na moeda nacional (real), e que o banco comunitário não é uma instituição financeira, pelo contrário, é uma instituição social voltada para o desenvolvimento comunitário e o desenvolvimento local, com base nos princípios da economia solidária (MENDONÇA, 2018).

Em alguns locais em que os bancos comunitários foram implantados, conforme será mostrado à frente, não existia nenhum acesso aos serviços bancários. Vale destacar que um banco comercial originário do oligopólio bancário brasileiro não irá implantar um banco em uma região longínqua dada toda a dificuldade do acesso, consequência de uma pobreza econômica e com as ditas populações tradicionais (assentados, quilombolas, indígenas) organizadas em pequenos agrupamentos. E esta função é feita pelo Banco Comunitário em Desenvolvimento, o que provoca impacto social.

2.7 BANCO PALMAS

2.7.1 O Conjunto Palmeiras

O Conjunto Palmeiras teve a sua história iniciada em 1973, com seus primeiros moradores oriundos das remoções do litoral da cidade de Fortaleza, por conta do Plano

Metropolitano de Urbanização de Fortaleza, que originou uma reforma urbana na cidade, com construções de vias, imóveis e uma rede hoteleira, o que consequentemente provocou uma especulação imobiliária excluindo cerca de 1.500 moradores, em sua maioria pescadores que viviam à beira-mar e foram “jogados” em uma região inabitável, do ponto de vista do ser humano, pois era próxima ao lixão, pantanosa, coberta de lama, com grande vegetação, sem água tratada, esgoto e nem mesmo luz elétrica. Segundo João Joaquim de Melo Neto, “o local foi apelidado de Conjunto Palmeiras, mas não tinha nenhuma construção, o que se tinha era mato e lama, na mais brutal favela do país” (MELO NETO, 2018).

Segundo França Filho (2013), a partir da década de 1970, começaram as construções de forma livre, com barracos de madeira dando origem a uma grande favela e com grande demanda de atendimento assistencial, mesmo esta necessidade sendo suprida em parte pela extinta Fundação do Serviço Social de Fortaleza (órgão municipal). E com as dificuldades aflorando, a comunidade começou a organizar suas formas de resistência com as primeiras organizações, como a Casa de Parto, onde se faziam atendimentos emergenciais, assistência pré-natal, e se realizavam partos. Para Joaquim de Mello, “90% das crianças do Conjunto das Palmeiras nasceram lá”; também pode ser considerada a origem da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, da Escola de 1º Grau e do Centro Social.

No decorrer dos anos 1970, o Conjunto Palmeiras cresceu e outros moradores foram chegando oriundos das áreas desassistidas que vislumbravam no território uma possibilidade de construir suas moradias. E no início dos anos 1980 foi fundada a Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), que se mobilizou, construiu suas casas em mutirões, para a melhoria das condições de vida no bairro, articulando o plano político (reforçar a base de relações), social (relações de convivência entre os moradores) e econômico (com as atividades produtivas). Entre os anos 1980 e 1990 as mais diversas reivindicações nesses três campos foram levadas pela ASMOCONP às autoridades das diferentes esferas públicas, mas nem todas foram atendidas, e algumas merecem destaque. A primeira foi a manutenção de um programa do governo federal na primeira metade da década de 1980, que destinava cesta básica para as famílias de baixa renda, oriundas do cadastro do posto de saúde; e a prioridade no programa de saneamento realizado em Fortaleza.

Em 1990, o Conjunto Palmeiras havia crescido mais e tinha cerca de 26 organizações de base comunitária, o que possibilitou a aproximação e a parceria com a Sociedade Alemã de Apoio Técnico (GTZ), através de um convênio entre o governo do Estado do Ceará, a Prefeitura de Fortaleza e o governo alemão, que selecionou o território como um dos locais para ser implantado o Projeto PRORENDA. Em 1991, foi realizado o seminário “Habitando o

inabitável”, que teve como objetivo discutir e elaborar o Plano Estratégico Decenal para urbanizar o bairro até o ano 2000, e foi criada a União das Associações e Grupos Organizados do Conjunto Palmeira (UAGOCONP).

No ano de 1997, aconteceu o seminário “II Habitando o Inabitável”, onde foi muito positivo do ponto de vista da geração sobre as reflexões para a melhoria das condições de saneamento, construção e pavimentação do território, que aconteceu no final dos anos 1990.

A partir da urbanização, a ASMOCONP fez uma pesquisa por amostragem em torno de 10% do universo de pesquisa (moradores do território) e foi identificado que a pobreza e a fome eram devastadoras no bairro, uma vez que o desemprego atingia 80% da população economicamente ativa e a renda média era de dois salários mínimos. Para efeito comparativo, segundo dados do DIEESE,¹⁵ em 2018 o salário mínimo foi de R\$ 954,00 (novecentos e cinquenta e quatro reais), cerca de US\$ 246,51 (duzentos e quarenta e seis dólares e cinquenta e um centavos), com uma taxa de câmbio (Real/Dólar) de R\$ 3,85 (três reais e oitenta cinco centavos). Já no ano de 1998 o valor do salário mínimo era de R\$ 130,00 (cento e trinta reais) cerca de US\$ 113,64 (cento e treze dólares e sessenta e quatro centavos), com uma taxa de câmbio (Real/Dólar) de R\$ 1,14. Mesmo com um câmbio melhor o poder de compra do salário mínimo do ano de 1998 era bem baixo, o que revelava a falta de acesso ao consumo, serviços e também ao crédito. Neste processo de reivindicação, e após 97 reuniões a comunidade decide criar um banco comunitário dos próprios moradores com a intenção de melhorar as condições econômicas, provocadas pela falta de trabalho, renda e acesso a crédito.

2.7.2 O Sonho

Apesar de existirem os chamados *community banks*, experiências de bancos comunitários fora do Brasil, que atuam principalmente na concessão de microcrédito, o Banco Palmas não teve sua criação embasada em nenhum modelo internacional de bancos que atuam com microcrédito, nem mesmo o Grameen Bank, criado por Muhammad Yunus, embora a ideia central de retirar os pobres da miséria seja a mesma. A experiência é pioneira, sua metodologia foi desenvolvida pelos próprios moradores e serviu de referência para outras comunidades, o que torna o BP o modelo brasileiro de banco comunitário uma ideia endógena, criada por populares com média de escolaridade ensino fundamental e base literária da teologia da libertação (que prioriza a comunidade como portadora de solução) e as referências sobre

¹⁵ Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE). Disponível em: < <https://www.dieese.org.br/> >. Acesso em: 20 dez. 2018.

cooperativismo do professor Paul Singer. Sendo liderado por um ex-seminarista, João Joaquim de Melo Neto, que largou o seminário com o firme propósito de trabalhar para os pobres, mas sem fazer caridade.

Além de o banco ser importante para a dinamização do crédito, seu principal desafio foi a sensibilização dos consumidores para o consumo no território, e que isto gerasse investimento na produção. Com maiores volumes dos gastos com alimentação e produtos de limpeza consumido pelos moradores fora do Conjunto Palmeiras, era fundamental que esses produtos fossem elaborados dentro do território.

Para Mance (1999), a colaboração solidária é como um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém primeiramente de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem-estar de todos e de cada um em particular. Esse conceito é articulado à importância da organização de espaços públicos não estatais em torno do consumo como mediação para o bem-viver.

Por que nós somos pobres? Como é que um povo conseguiu urbanizar um bairro, construir os equipamentos sociais, por que é pobre economicamente falando? As pessoas falavam assim: a gente é pobre porque não tem dinheiro. Eram tão óbvias as respostas que não podia ser verdadeiro. Nós fizemos uma pesquisa lá, de casa em casa, perguntado. O que a senhora compra hoje? Qual a marca do produto? Em que local você compra? Das coisas mais simples, da compra do sabão, do corte de cabelo e outros itens se fazia fora do bairro, gastava cerca de 1,5 milhão fora. A partir daí fizemos a frase que nos inspira até hoje: Nós não somos pobres, não existe bairro pobre, município pobre ou comunidade pobre. Existe bairro, município ou comunidade que se empobrece porque perde suas poupanças locais. Perde como? Porque compra tudo fora. O segredo para desenvolver o bairro e gerar renda e desenvolvimento é fazer com que o consumo fique dentro. A grande revolução é do consumo, daí surge um projeto de geração de renda, que é o Banco Palmas (JOAQUIM DE MELO – COORDENADOR DO BANCO PALMAS, 2013).

Segundo França Filho (2013) foi realizado o projeto para começar o BP, mas não havia recursos financeiros para o financiamento, o que ocorreu com uma parceria com a ONG CEARAH Periferia, que possuía um Fundo de Apoio a Projetos de Autogestão no valor de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), direcionado a iniciativas de associações comunitárias. O empréstimo se deu por meio de 20 cartões de crédito (Palmacard) para estimular o consumo local, totalizando um valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais). A outra parte do recurso, R\$ 1.500,00 (mil quinhentos reais), foi disponibilizada para cinco produtores e comerciantes do território sob a forma de empréstimos com uma taxa de juros de 1% a.a., em 12 meses. Vale destacar que esta taxa mais baixa e o consumo sendo realizado dentro da comunidade foram benéficos para esses empréstimos serem pagos em um prazo de oito meses.

A partir do seu funcionamento surgiram novas parcerias para garantir a sustentabilidade financeira do BP, que se destaca com a Organização de Cooperação Internacional (OXFAM, CESE, MISERIOR, CORDAID, entre outras), realizada no quarto mês de funcionamento, sendo a maior parte dos associados (trabalhadores) voluntários ou bolsistas – foi tudo realizado com poucos recursos. Vale ressaltar que, com apenas um ano, o banco já possuía 120 cartões de créditos entregues a moradores do Conjunto Palmeira, e um saldo de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) em carteira. O que parece fácil não foi tão óbvio assim, pois no início existia dificuldade de o BP convencer os moradores do território de que o banco poderia trazer soluções econômicas e sociais para a população, mas com a adesão do comércio local e a participação dos moradores esta dinâmica mudou e o Banco Palmas foi ganhando adeptos.

2.7.3 As Ferramentas de Desenvolvimento

O Banco Palmas tem como objetivo o fomento à geração de trabalho e renda por meio da utilização de diversas ferramentas de concessão de serviços de finanças solidárias aos produtores e consumidores do território (JAYO; DINIZ; POZZEBON, 2009).

Segundo Ana Clara Torres (2005, p. 106),¹⁶ o desenvolvimento local é “um novo *locus* de esperanças de alcance da modernidade e de superação do imobilismo econômico”, porque o protagonismo local é o fenômeno pelo qual os agentes locais se reconhecem como sujeitos do seu próprio destino. O fundamental na formação e organização de **redes de empreendimentos de economias solidárias** é o fortalecimento das atividades com o intuito de estabelecer viabilidade econômica por meio da melhoria dos processos produtivos (qualidade dos produtos e serviços), estratégias e práticas de comercialização e consumo e de artigos da economia solidária.

Segundo França (2013), o **local** que diz projetar o futuro levando em consideração a realidade existente no espaço “enxergar no território seus aspectos específicos, suas dinâmicas próprias, questões que extrapolam a dimensão econômica e que nos levam a conhecer outras dimensões sociais e culturais” (FRANÇA, 2013, p. 120.). O que está muito distante da nossa realidade, uma vez que o desenvolvimento brasileiro está pautado nos grandes projetos de investimentos sem considerar os envolvidos como os próprios sujeitos desse projeto.

Para proporcionar o desenvolvimento sistêmico no território com as ações de empréstimos oriundos do BP foram criados grupos produtivos setoriais: Palma Fashion –

¹⁶ LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Orgs.). *Tecnologia e Desenvolvimento Social e Solidário*. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. v. 1.

Confecções; PalmaCouro – artigos de couro; e PalmaTur – Agência de Turismo Social. E os programas de desenvolvimento social e econômico local Incubadora Feminina; Escola Comunitária de Socioeconomia Solidária – Palmatech; Palmoricó – Criação de Galinha Caipira; Laboratório de Agricultura Urbana – LAU. Com estes empreendimentos e instituições criadas no território, gerou-se trabalho, renda e consumo. E, conseqüentemente, provocou-se a **criação de uma “poupança” interna**. Os grupos que recebem a marca “palma” são autônomos na sua gestão, porém, não podem divergir das políticas da ASMOCONP.

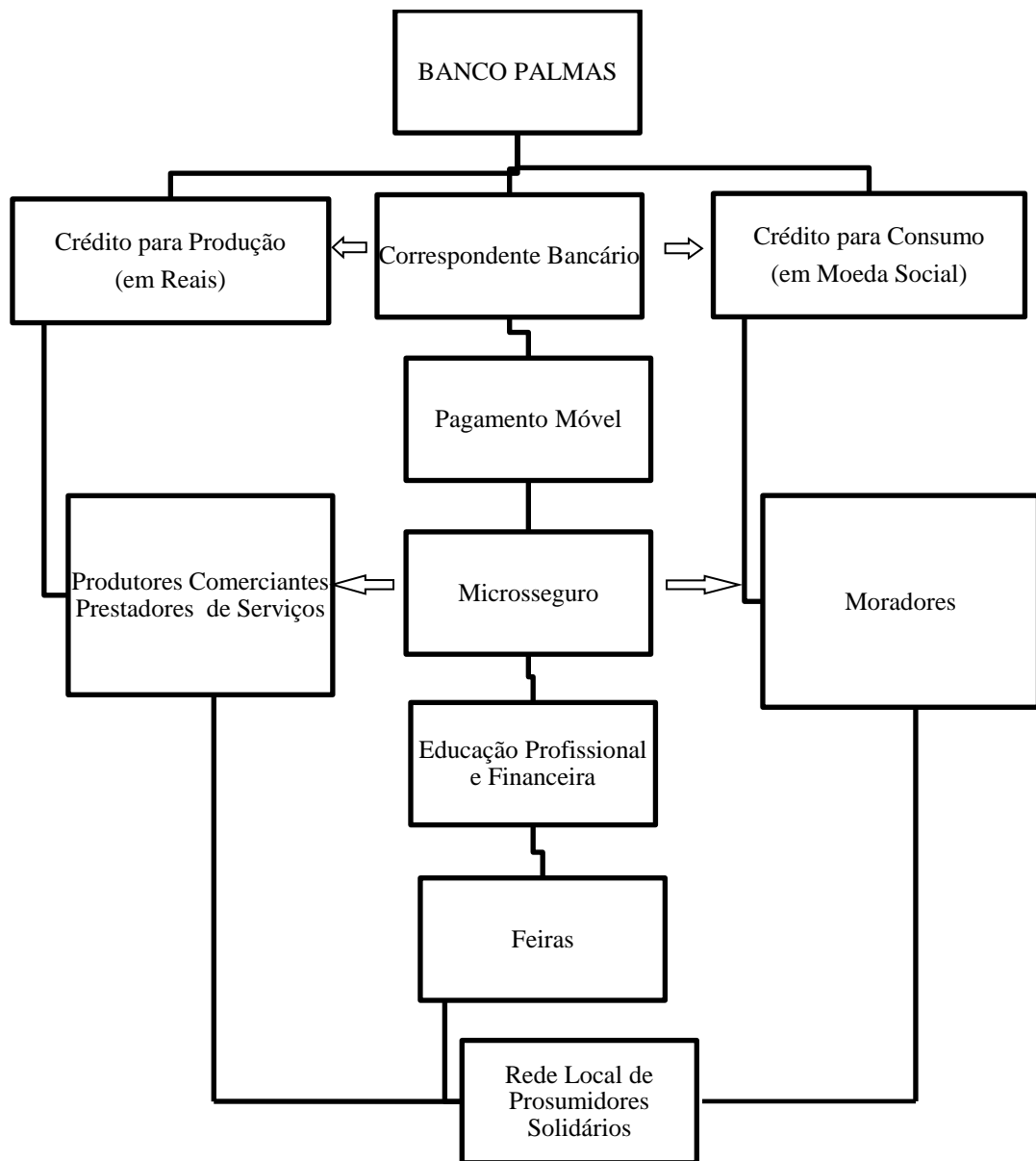
A função principal do BP é garantir **microcréditos** tanto para produção quanto para consumo local, a juros baixos, sem exigir consultas cadastrais, comprovação de renda ou fiador, de acordo com França Filho e Jeová Torres (2009), na perspectiva edificada pelo Banco Palmas para o acesso ao microcrédito, nos valores entre nos valores de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) dados aqueles que normalmente não podem acessar fontes de financiamento oficiais por causa da burocracia, requisitos de fiador, nível de renda e outros regulamentos bancários.

Mais que um cadastro formal, a concessão do crédito exige um conhecimento da vida do tomador do empréstimo na comunidade. O agente de crédito consulta assim a rede de relações da pessoa (possível tomador de crédito) como fonte de conhecimento. Já a cobrança do crédito, por sua vez, passa pela introdução de um mecanismo de controle social extremamente original ao envolver vizinhos, chamado de aval solidário. São os próprios moradores que passam a ter a função de estabelecer mecanismo de pressão moral junto aos demais vizinhos (FRANÇA FILHO; TORRES, 2009). E a inadimplência é um fator relativamente baixo para a concessão, pois em média fica em torno de 1,5% do valor emprestado, considerando que ficou 90 dias sem pagar a primeira parcela.

E o segundo aspecto é a **moeda social** que, como já vimos, cria a cultura do consumo local, pois somente é aceita no território. As moedas são produzidas em uma gráfica de Fortaleza com componentes de segurança para evitar falsificação. Outro motivo são os descontos nos comércios para os pagamentos realizados em Palmas, mas não é uma obrigatoriedade, pois cada comerciante pratica a modalidade se preferir ou não.

Segundo a Figura 2, o controle e a gestão da moeda no território, seja pelo crédito em reais para a produção, seja pelo crédito em moeda social para consumo, tem sua gestão definida pelos presumidores solidários, que são os produtores de bens ou serviços e, ao mesmo tempo, consumidores (moradores) dessa produção.

Figura 2: Comunidade (Controle Social do Banco Comunitário)



Fonte: Instituto Banco Palmas, 2018.

Dentre outros serviços sociais e econômicos realizados pelo Banco Palmas destaca-se o **Microseguro** (Palma Microseguro) que é oferecido em parceria com o grupo Zurich e a Camed Corretora de Seguros, pois, para oferecer este tipo de serviço, é necessário ser uma seguradora, em virtude da regulação da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP). Também é importante ressaltar as **feiras**, sendo uma alternativa comercial que faz a moeda circular no território, pois são realizadas com periodicidade semanal, onde são comercializados os produtos fabricados no bairro, e ao final do evento é cobrada uma taxa de 2% sobre o valor das vendas, de modo a cobrir as despesas de operacionalização e manutenção do espaço. Na

Educação Profissional e na Educação Financeira, são realizados cursos e oficinas de **educação financeira, economia solidária, formação de agentes e gerentes de crédito, formação para gestores públicos e multiplicadores na metodologia de bancos comunitários**. O **Correspondente Bancário** utilizado para abrir conta corrente, poupança, recebimento do Programa Bolsa Família e pagamentos, os quais recebem cerca de R\$ 0,15 centavos por boleto bancário pago, o que traz um retorno financeiro e visibilidade do banco no território. E por último a **Rede de Local de Prosumidores Solidários**, onde todos os moradores são estimulados a comprar, consumir e a ser atores de transformação do território em que habitam. Todas essas atividades mostram o papel preponderante do banco em pensar o desenvolvimento local no território.

Por último é importante destacar a rede de articulação institucional que é inteiramente positiva para o funcionamento do banco, que são as instituições locais (terreiros, igrejas, posto de saúde, instituições culturais e sociais, associação de moradores, cineclubes, fóruns entre outras instâncias representativas), o que poderá possibilitar nova rede de contatos e novas possibilidades para o desenvolvimento do banco. Esse trabalho dará legitimidade ao banco e poderá ser importante para sua sustentabilidade.

2.7.4 A Localização e os Serviços

O Banco Palmas funciona, na Rua Valparaíso, 620 – Conjunto Palmeiras, em Fortaleza, no Ceará, onde boa parte dos moradores trafegam por transporte coletivo ou a pé. O espaço possui dois andares: no primeiro ficam localizadas a Bodega da Solidariedade (Figuras 3 e 4), onde são vendidos livros e roupas usadas, uma espécie de brechó; a sala de Atendimento de Finanças Solidárias (Figura 5), para o atendimento das solicitações de créditos; e a Sala de Controle do E-dinheiro (Figura 6), onde são controladas todas as moedas digitais dos bancos comunitários do país.

**Figura 3: Banco Palmas
(Bodega da Solidariedade)**



Fonte: O autor, 2018.

**Figura 4: Banco Palmas
(Bodega da Solidariedade)**



Fonte: O autor, 2018.

**Figura 5: Banco Palmas
(Sala de Atendimento de Finanças Solidárias)**



Fonte: O autor, 2018.

**Figura 6: Banco Palmas
(Sala de Controle da Moeda Digital)**



Fonte: O autor, 2018.

No segundo pavimento, o corredor funciona como uma espécie de galeria do BP, onde são expostas fotos e reprodução das moedas sociais dos bancos comunitários do país. Ainda no segundo andar, funcionam a sala da Coordenação Geral do Banco Palmas (Figura 7) e a sala

Sandra Magalhães¹⁷ (Figura 8), destinada a cursos e oficinas. O Correspondente Bancário fica localizado no prédio anexo, local de extrema importância para o pagamentos de contas e recebimento do Programa Bolsa Família.

Figura 7: Sala da Coordenação Geral



Fonte: O autor, 2018.

Figura 8: Sala Sandra Magalhães



Fonte: O autor, 2018.

Os serviços financeiros do BP possuem algumas regras, que poderão ser entendidas como controle do crédito da instituição. O Crédito Produtivo para a Economia Solidária (Quadro 1) está dividido em modalidades, e o percentual de juros cobrados aumenta de acordo com o valor do crédito. As melhores opções de parcelamento são para os empreendedores formais ou informais, isto mostra o privilégio do caráter produtivo do crédito, onde o tomador que investe na produção tem o prazo mais elástico para realizar o pagamento. E pelo lado redistributivo destaca-se a cobrança dos juros mais baixos para os beneficiados do Programa Bolsa Família.

¹⁷ Falecida em junho de 2013, Sandra Magalhães militou anos na economia solidária. Atuou no Fórum Brasileiro de Economia Solidária, e, junto com a comunidade do Conjunto Palmeiras e seu companheiro, Joaquim de Melo, trabalhou na fundação e criação do Banco Palmas.

Quadro 1: Crédito Produtivo para a Economia Solidária¹⁸

Modalidade	Limite do 1º Crédito	Juros	Parcelas
Bolsa Família	R\$ 150,00	1,5% a.m.	4
Revenda Economia Popular	R\$ 450,00	2,5% a.m.	4
	R\$ 500,00	2,5% a.m.	8
Empreendimentos formais e informais	Até R\$ 2.500,00	2,5% a.m.	12
	De R\$ 2.501,00 a R\$ 5.000,00	3,0% a.m.	12
	De R\$ 5.001,00 a R\$ 12.000,00	3,5% a.m.	12
Empreendimentos formais Casa Produtiva	R\$ 12.000,00 até R\$ 15.000,00	2,5% a.m.	4
	R\$ 500,00	2,5% a.m.	6

Fonte: Instituto Banco Palmas, 2018.

O Fundo Solidário (Quadro 2) é destinado a grupos sociais (setores econômicos), com limites de créditos que variam de R\$ 200,00 (duzentos reais) a R\$ 500,00 (quinhentos reais) e com parcelas entre quatro a seis vezes. Vale lembrar que o Fundo Solidário é destinado a fundo perdido, ou seja, sem a necessidade de reposição dos recursos, mas no Banco Palmas é utilizado na modalidade de crédito com compras coletivas pelos empreendedores.

Quadro 2: Fundo Solidário¹⁹

Grupo Social	Atividade	Limite de 1º Crédito	Parcelas
Beleza	Manicures	R\$ 250,00	4
	Cabelereiras	R\$ 500,00	6
Confecção	Costureiras	R\$ 350,00	6
	Revendedoras	R\$ 250,00	4
Alimentação	Fabricação	R\$ 300,00	6
	Revendedoras	R\$ 200,00	4
Material de Limpeza	Fabricação	R\$ 300,00	6
	Revendedoras	R\$ 200,00	4

Fonte: Instituto Banco Palmas, 2018.

O Palmas Microseguro (Quadro 3) oferece seguro de vida em caso de morte acidental ou natural, no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais); assistência funeral no valor de até R\$ 1.000,00 (hum mil reais); e um título de capitalização com sorteios mensais pela loteria federal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). A contratação do seguro pode ser feita no Banco Palmas por meio dos agentes comunitários da instituição.

¹⁸ Em todos os créditos é cobrada a Taxa de Abertura de Crédito (TAC), que é de 3%.

¹⁹ O Fundo Solidário é destinado para Compras Conjuntas e não cobra juros.

Quadro 3: Palmas Microseguro

Microseguro com cobertura familiar (Seguro de vida morte natural ou acidental)	Parcela única de R\$ 35,00
Microseguro Bolsa família (Seguro de vida morte natural ou acidental)	Parcela única de R\$ 10,00

Fonte: Instituto Banco Palmas, 2018.

Em relação aos empréstimos em Moeda Social Palmas (E-dinheiro), o limite de crédito diário por pessoa é de até R\$ 300,00 (trezentos reais), sendo este pago em duas parcelas independentemente do valor. Já o emergencial é pago em parcela única, conforme mostra o Quadro 4. Todos estes empréstimos realizados em moeda social, moeda digital e-dinheiro.

Quadro 4: Moeda Social Palmas

Empréstimo em Moeda Social Palmas	Limite de Crédito	Parcelas
Diário	Até R\$ 300,00	2
Emergencial	Até R\$ 50,00	1

Fonte: Instituto Banco Palmas, 2018.

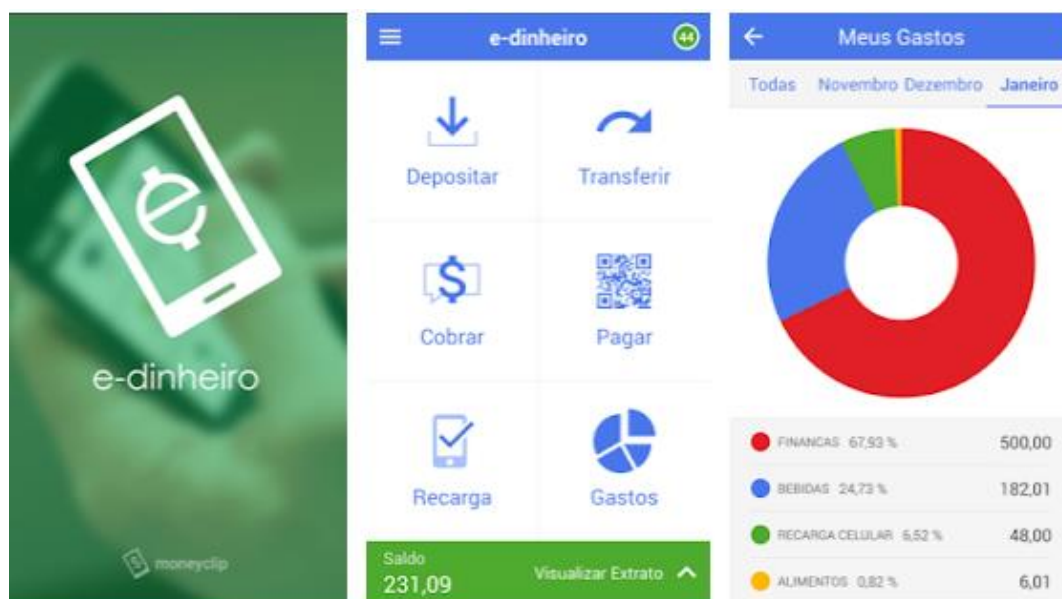
2.7.5 E-dinheiro

É a forma de utilizar o “dinheiro pelo celular”, pois o sistema financeiro de crédito e moedas pode ser utilizado por um celular com acesso à internet. Para utilizar esta modalidade de pagamento o usuário deve se cadastrar no Banco Palmas. O E-dinheiro é uma “plataforma da moeda social eletrônica e arranjo de pagamentos desenvolvida totalmente no Brasil, com o objetivo de promover e aumentar a inclusão financeira para pessoas de todas as classes, com ênfase no público de baixa renda” (INSTITUTO PALMAS, 2018).

O E-dinheiro permite que o Banco Palmas atue em rede com outros bancos comunitários no Brasil, fazendo a função de um “Banco Central”. Vale ressaltar que o BACEN, através da Regulamentação nº 4.282, definiu, em novembro de 2013, regras para os meios eletrônicos de pagamentos. E o Palmas e-dinheiro se enquadrou nesta regulamentação.

Na Figura 9, do lado esquerdo, temos a tela de abertura do aplicativo, ao centro, as funções do aplicativo, e ao lado direito a tela de controle de gastos “Meus Gastos”, a qual é apresentada por meses e modalidades “finanças, bebidas, recarga celular, alimentos” etc.

Figura 9: Telas do Aplicativo E-dinheiro



Fonte: Instituto Banco Palmas, 2018.

Segundo o Instituto Banco Palmas, as funções do aplicativo são:

Depositar: função responsável pela entrada de moeda eletrônica no sistema, através do depósito em banco conveniado ou pelo cartão de crédito. **Cobrar:** função de solicitação de crédito ou cobrança, direcionada a operações comerciais formais ou informais. **Recarga:** função disponível para recarga de crédito em celulares pré-pagos. **Transferir:** função responsável pela troca de moeda eletrônica entre contatos do seu celular ou números novos. **Pagar:** função de pagamento de contas via transferência para contato, ou via QR Code. **Meus gastos:** gráfico de gastos dos últimos três meses organizados por categorias (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2018).

Não abordaremos nesta pesquisa a plataforma E-dinheiro de maneira aprofundada porque o Banco Comunitário da Cidade de Deus não chegou a utilizá-la, apesar de duas funcionárias terem passado pelo processo de formação para a utilização do aplicativo de moeda digital.

A **moeda social digital** é a forma utilizada nos dias atuais pelos bancos comunitários em desenvolvimento. Ao primeiro momento pode ser um empecilho, pois carece de um *smartphone* e acesso à internet, pelos respectivos custos, mas a sua capilaridade se torna mais efetiva por conta do uso do celular, e o seu controle é mais prático, pois todos os bancos comunitários em desenvolvimento do país, oriundos da Rede Brasileira dos Bancos Comunitários, operam na mesma plataforma e com o mesmo aplicativo.

2.8 REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS

Na visão de Manuel Castells (1999), “as redes constituem a nova morfologia social de nossas redes modificadas de forma substancial a operação e os resultados dos processos produtivos e de experiência, poder e cultura” (CASTELLS, 1999).

A Rede Brasileira de Bancos Comunitários (RBBC) é definida por Leonora Mol, Coordenadora da RBBC, fundadora/coordenadora do Banco Bem (Ateliê de Ideias), como enfrentamento político e uma alternativa de fortalecer politicamente os Bancos Comunitários de Desenvolvimento, chamada por ela de “marcação de um terreno, de um espaço e a possibilidade de construir diferente quando está junto”. Um exemplo citado é a replicação da tecnologia dos bancos comunitários do Ceará para outros estados, pois o Banco Bem foi o primeiro banco comunitário fora do estado do Ceará, logo depois apareceram outros. Antes disso a tecnologia de bancos comunitários era vista pelos parceiros por uma tecnologia muito peculiar ao Ceará. E o fato de sair do estado mostrou que a experiência dos bancos comunitários era possível. Segundo Singer (2002),

... não existir uma clientela formada para seus produtos e ainda, por enfrentar uma competição desigual com as empresas capitalistas, a saída racional se dá através da formação de um conjunto de produtores e consumidores organizados para trocar seus produtos entre si (SINGER, 2002).

No primeiro encontro da Rede a proposta “era se juntar”, ou seja, os bancos estavam espalhados, mas não trocavam experiências. E também naquela época era bem difícil, segundo ela “até o virtual que se tem hoje não se tinha e ninguém sabia qual a tecnologia que um ou outro estava utilizando”. Para Leonora a RBBC deu o “tom de que é possível”. A partir deste momento pensou-se também na interlocução política nos três setores (público, privado e terceiro setor), pois seria muito melhor para fortalecer os bancos, já que todos lutarão pelo mesmo objetivo, na época tinha sete bancos, mas havia dezenas de pessoas, intelectuais e movimentos que apostavam nos bancos comunitários. Hoje “nós somos 113, nós somos centenas e milhares de pessoas por esse Brasil a fora, nós somos várias etnias, nós somos várias iniciativas econômicas”.

O I Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, ocorreu na sede da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras, em 14 de janeiro de 2006, e foram criados o regimento dos Bancos Comunitários (BC), o Termo de Referência dos BC, que norteou as iniciativas de Bancos Comunitários, pelo país. Segundo o Instituto Banco Palmas:

A relevância deste evento se sobressai ao se perceber a presença dos representantes do poder público federal (Membros da SENAES/MTE e da DRT-CE/MTE), estadual (Membros da Assembleia Legislativa) e municipal (Prefeitos e secretários municipais das prefeituras envolvidas), além do Ministro da Economia Popular (MINEP) do Governo da Venezuela, Sr. Elias Jaua Milano.

Já o II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado entre 18 e 21 de abril de 2007, no SESC Iparana, em Caucaia (CE), uma das maiores diretrizes foi a questão do BC enquanto identidade, pois já se falava de apropriação do nome banco comunitário pelo Banco do Nordeste, para tanto foi criado um novo Termo de Referência (Anexo I), com a nomenclatura “Banco Comunitário de Desenvolvimento” e o seu conceito “serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária” (FRANÇA, 2013). Segundo o Instituto Banco Palmas, dentre outras diretrizes importantes nesta reunião estão:

Cada banco deve ter um fórum comunitário que decida as ações que serão executadas dentro do banco comunitário;
 Deve ser uma preocupação dos bancos comunitários a realização de atividades educativas junto aos empreendimentos solidários que solicitam crédito: devem ser parceiros, e não clientes;
 Flexibilizar as linhas de crédito e os critérios: cada caso deve ser analisado em particular com as reais possibilidades de retornar o dinheiro;
 Reforçar o objetivo de empoderamento das comunidades;
 Investir na capacitação local para suprir a falta de pessoal qualificado nos bancos comunitários;
 Estimular a elevação no nível de escolaridade da comunidade;
 Devem ser temas prioritários de formação: Comercialização; Economia Solidária Consumo Consciente; Importância da circulação da moeda; Importância do Banco Comunitário para a Comunidade; Trabalhar questões de cidadania ativa; Gestão de empreendimentos solidários;
 Os bancos comunitários devem estimular a participação dos tomadores de crédito em atividades sociais, comunitárias, associativas, comerciais, em movimentos sociais, entre outros (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2018).

Em 2009, o IBP firmou uma parceria com o Banco Popular do Brasil (BPB). O BPB, que é integrado ao Banco do Brasil, disponibilizou uma carteira de crédito de 1,5 milhão em 2009, para o Instituto Banco Palmas, a juros de 1% a.m. pelo Programa Nacional de Microcrédito Produtivo Orientado (PNMPO). Esta carteira fez com que o Instituto Banco Palmas garantisse recursos para a criação de vários outros bancos comunitários no território brasileiro, o que protagonizou o IBP na RBBC, onde é o gestor.

Os encontros da Rede não possuem periodicidade porque, para acontecerem, é necessário um patrocínio, mas nem por isto os bancos comunitários deixaram de se encontrar ou se articular. No III Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado

em Fortaleza, 2013, com o nome de “Seminário de Avaliação das ações do projeto de apoio a Bancos Comunitários”, dentre os debates ocorridos, segundo o Instituto Banco Palmas foram apresentadas três grandes conquistas:

1. A CAIXA aceitou o desafio de criar o produto Correspondente Caixa Banco Comunitário.
2. A Comissão de Trabalho do Congresso Nacional aprovou a Lei que regulamenta os Bancos Comunitários (Lei da Deputada Federal. Erundina).
3. Foi eleita e ampliada a nova coordenação nacional da Rede Brasileira

O IV Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, aconteceu nos dias 25 e 26 de novembro de 2015, em Fortaleza. Segundo o Instituto Banco Palmas, sua principal proposta era levar a discussão da RBBC a ser uma alternativa ao sistema financeiro vigente e delinear pontos para o Sistema Brasileiro de Finanças Solidárias

Vamos sonhar grande e pôr em marcha, de baixo pra cima, uma alternativa ao sistema financeiro e bancário hegemônico. Estamos a construir um berço acolhedor da Democracia Econômica e o engatinhar do Sistema Brasileiro de Finanças Solidárias. (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2018)

Para Eid e Pimentel (2006), “a economia solidária é de superação das dificuldades iniciais e de reivindicação de direitos e de ampliação do campo de atuação, não uma economia dos pobres” (EID; PIMENTEL, 2006). Segundo os autores o debate sobre economia solidária tem crescido no seio das organizações populares, mas é preciso encontrar um elemento articulador fundante para que as diversas experiências históricas sejam potencializadas para além da resistência, pura e simples, ao modelo capitalista.

Já no final de 2016, entre os dias 16 a 18 de dezembro de 2016, em Vitória – ES, foi realizado o V Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, que teve como tema principal “O Comitê de Finanças Solidárias”.

No dia 04 de setembro de 2018, no Encontro Global dos Bancos Comunitários, em Fortaleza, a reunião que aconteceu no evento pode ser chamada de “VI Encontro Nacional da Rede Brasileira de Bancos Comunitários”. A atividade teve o intuito de discutir a abertura dos editais da SENAES, os novos caminhos da economia solidária e o apoio para as políticas públicas de fortalecimento dos bancos comunitários para os próximos anos.

A SENAES, em parceria com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, nos encontros e seminários, realizou sistematizações metodológicas, troca de aprendizados e de tecnologias, formações e planejamento de diagnósticos com o objetivo de contribuir para a articulação destes empreendimentos em rede, a partir do lançamento da Chamada Pública nº 002/2011, que

fortaleceu a criação e a expansão da economia solidária por meio das finanças solidárias, com base na expressão dos bancos comunitários. E logo depois fortalecida com o Edital de Chamada Pública SENAES/MTE nº 01/2012 – Rede Nacional de Centros de Formação e Apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária, que tinha por intuito fortalecer as iniciativas de bancos comunitários.

O Quadro 5 mostra os 113 bancos que contam com o apoio da RBBC em quatro regiões do país, o que mostra grande capilaridade desta rede para a troca de experiências e saberes no processo de consolidação dos bancos comunitários.

Quadro 5: Rede Brasileira de Bancos Comunitários

Região	Estado	Município/Bairro	Nome do Banco
Centro Oeste	Distrito federal	Cidade Estrutural Itapoã Planaltina (DF)	Estrutural Itapoã Planaltina
	Goiás	Iporá	Pequi
	Mato Grosso do Sul	Ponta Porã Dourados Anastácio	Ita Pirê Pantanal
	Mato Grosso	Rondonópolis Alta Floresta Serra (Jacaraípe)	Cerrado Raiz Mar
Norte	Pará	Santa Izabel (Carapuru) Ananindeua (Paar) Curralinho Muaná Belém (Mosqueiro) Belém (Outeiro) Belém Belém (Castanheira) Santo Antônio do Tauá Igarapé-Miri Jacundá (Alto paraíso) Marituba (Marituba1)	Rio Carapuru Paar Rio Canaticu Pracaubense Tupinambá Caratateua Cajueiro Castanheira Tauense Miri Paraíso Mari
	Acre	Rio Branco (Vitoria) Rio Branco (Triangulo novo)	Vitória Triangulgo
	Amapá	Macapá Laranjal do Jari(Centro)	Fazendinha Farol
	Roraima	Guajará-Miri (Cerraria)	Pérola do Mamoré
	Amazonas	Manaus Barreirinha Boa Vista dos Ramos Manaus Manaus Manaus Manaus (Morro da Liberdade) Manaus (Colônia Antonio Aleixo) Parintins (São Benedito)	Colonial Ariramba Boa Vista de Ramos Nova Aliança Mauá Poraquê Conquista Liberdade Parintins

Região	Estado	Município/Bairro	Nome do Banco
Nordeste	Bahia	Cachoeira Cairu Canavieiras Ouriçangas Salvador Simões Filho São Francisco do Conde Vera Cruz Camaçari	Cidadania Quilombola Casa do Sol Resex Fonte de Água Fresca Guiné Ecoluzia Ouro Negro Ilha Mar Abrantes
	Sergipe	Barra dos Coqueiros	Dunas
	Paraíba	João Pessoa João Pessoa (São José)	Jardim Botânico Muçubank
	Rio Grande do Norte	São Miguel do Gostoso	Banco Solidário do Gostoso
	Piauí	São João do Arraial Pedro II	Cocais Rede Opala
	Maranhão	Alcântara	Quilombola
	Ceará	Acarape	Vale Acarape
		Acarau	Dunas
		Beberibe	Bandessb
		Caridade (Campos Belos)	Pe Quilano
		Cascavel	Bandsc
		Caucaia	Potira
		Choró	Sertanejo
		Chorozinho	Rio Choro
		Fortaleza (Pirambú)	Pirambu
		Fortaleza (Grande Portugal)	Rio Sol
		Fortaleza (Conj Palmeiras)	Palmas
		Fortaleza (Sítio São João)	
		Fortaleza (Edson Queiroz)	Dende Sol
		Ibaretama	Serra Azul
		Irauçuba	Bancart
		Irauçuba (Cruzeiro)	Amizade
		Irauçuba (Juá)	Juazeiro
		Itaitinga	Itasol
		Itarema (Almofala)	Tremembé
		Juazeiro do Norte (Timb)	Timbaúbas
		Madalena (Macacoaca)	Bansol
		Maracanaú	Paju
		Maracanaú (Jereissati)	Jaçanã
		Maranguape	Empreendedores
		Maranguape (Itapebussu)	Itapebussu
		Mauriti	Buriti
		Monsenhor Tabosa	Serra das Matas
		Ocara	Ocards
		Pacatuaba	Pacatubano
		Palhano	Artpalha
		Palmacia	Serrano
		Paracuru	Par
		Paramoti	Frei Diogo
		Quixadá	Quixadá
		Tamboril	Feiticeiro
		Tauá	Quinamuiu

Região	Estado	Município/Bairro	Nome do Banco
Sudeste	Espírito Santo	Serra (Planalto Serrano) Serra (Central Carapina) Serra (Vila Nova de colares) Vitória (Nova Palestina) Cariacica (vista Dourada) Vitória (São Benedito) Pedro Canário – Cristal do Norte Cariacica (Nova Rosa) Vila Velha (Ataíde) Vila Velha (Terra Vermelha)	Abraço Passarela Viver Puã Sol Bem União Esperança Verde Vida Terra
	São Paulo	Carapicuíba São Paulo (Inácio Monteiro) São Paulo (Jardim Apuanã) São Carlos (Jardim Gonzaga) São Paulo (Jardim São Luís) São Paulo (Jardim Maria Sampaio) São Bernardo do Campo Várzea Paulista (Vila Real)	Tonato Paulo Freire Apuanã Nascente Autogestão União Sampaio Padre Leo Comissari Orquidea
	Minas Gerais	Chapada Gaúcha Esmeraldas Teófilo Otoni	Chapadense Esmeralda Banclisa
	Rio de Janeiro	Rio de Janeiro (Cidade de Deus) Niterói (Charitas) Maricá Silva Jardim Duque de Caxias	Cidade de Deus Preventório Mumbuca Capivari Saracuruna

Fonte: Instituto Banco Palmas, 2018.

Uma curiosidade que esta pesquisa não conseguiu identificar foi a não abrangência da Região Sul na Rede Brasileira dos Bancos. Apesar de a região possuir dois bancos em Porto Alegre, que foram inaugurados em 25 de julho de 2016, os bancos Cascata, no bairro de mesmo nome, e Justa Troca, no Sarandí e ambos operaram pela plataforma E-dinheiro.

Em 2018, ano em que fizemos a pesquisa de campo para esta tese, dos cinco bancos comunitários de desenvolvimento implantados no estado do Rio de Janeiro, apenas dois estavam em funcionamento Banco Preventório na Comunidade de Charitas em Niterói e Banco Mumbuca, no município de Maricá, mas os motivos da interrupção dos outros três eram distintos e serão apresentados nas próximas seções.

2.9 IMPLANTAÇÃO DE BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

Segundo o Instituto Banco Palmas (IBP, 2018), “o Banco Palmas tem como missão implantar programas e projetos de trabalho e geração de renda, utilizando sistemas econômicos solidários, na perspectiva de superação da pobreza urbana.” O IBP é hoje uma instituição reconhecida, sendo referência para o modelo de bancos comunitários no país e estimulador de diversos projetos de finanças solidárias no mundo. O reconhecimento e o consequente sucesso levaram a procura por parte de outras instituições interessadas em reproduzir esta tecnologia social. E para facilitar a execução deste propósito, em 2003, foi criado o Instituto Banco Palmas, uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), cuja finalidade é difundir metodologias e tecnologias sociais desenvolvidas pelo Banco Palmas no Brasil e no exterior e integrando-os em rede.

Um marco importante da atuação do Instituto Banco Palmas na replicação da metodologia dos BCDs foi a implantação do Banco PAR, em Paracuru/CE, no final de 2004. No ano seguinte, o Ministério do Poder Popular para a Economia Popular (MINEP), do Governo da Venezuela aproximou-se do Instituto Banco Palmas e demonstrou interesse em replicar a experiência dos Bancos Comunitários naquele país. O modelo de banco comunal/comunitário assumido como política pública de desenvolvimento é então assimilado pelo governo venezuelano e já no ano seguinte, em maio de 2006, é aprovada a Lei dos Conselhos Comunais que estabeleceu os bancos comunais como administradores de recursos outorgados pelo executivo para desenvolvimento de projetos locais. Atualmente já são várias centenas de bancos comunais em todo o país estimulados por uma série de programas governamentais, mas conduzidos principalmente pelo Ministério do Poder Popular para a Economia Comunal – MINEC (FRANÇA FILHO, 2013).

No **processo de implantação** os principais **aspectos** da metodologia do Banco Palmas são mantidos, tais como: **propriedade e controle do banco comunitário, uso de moeda social, oferta de crédito para consumo e para produção com juros baixos (1% a 3% ao mês), apoio a empreendimentos locais de economia solidária, filiação à Rede Brasileira de Bancos Comunitários**, mas devem ser consideradas as peculiaridades de cada local. A proposta inicial para a implantação de um banco comunitário do Instituto Palmas é de seis meses, mas no Banco Comunitário da Cidade de Deus, como veremos mais adiante, o processo aconteceu em um tempo menor, embora o IBP tenha continuado com a assistência.

Segundo o Instituto Banco Palmas a **implantação** do banco consiste basicamente em quatro fases: **sensibilização da comunidade, capacitação local, implantação do banco e consolidação**. Nos três primeiros meses são realizados seminários de sensibilização na comunidade, em diversos horários e locais sugeridos pelos moradores. Na capacitação, é preciso fazer um curso de formação com a filosofia do banco, e todo o processo formativo

ocorre no período final da fase de sensibilização, com os possíveis funcionários e/ou associados que ficarão responsáveis pelas atividades do BC, mas não termina neste período, pois novos procedimentos e práticas poderão ser adotados ao longo do período da implantação, que, geralmente, acontece no sexto mês. E a **consolidação é consequência das fases anteriores**, claro que para isso devem ser cultivadas no **território** a cultura da solidariedade e a valorização dos bens e serviços local. O banco deve operar os créditos com juros baixos (subsidiados) para atender à população de baixa renda e profissionalizar e/ou capacitar com formações a equipe técnica na **gestão** e ter uma boa **articulação política** com os setores governamentais, privados e da sociedade civil. **Esses mesmos pontos se constituem na análise do BCCD, que será apresentada no Capítulo 6.**

A gestão de um BC é realizada pela própria comunidade, através da Associação de Moradores ou por funcionários contratados para esta função, com uma equipe que trabalha diretamente no banco e faz a coordenação das atividades. As ferramentas utilizadas para este processo são planilhas, formulários, fichas e controles que facilitem o gerenciamento. Deve prezar pela simplicidade nas operações, pois assim irá permitir que a própria comunidade consiga operar a gestão sem grandes dificuldades, uma vez que em sua maior parte o grau de escolaridade é baixo, mas em muitos casos seus comprometimentos superam as lacunas educacionais, o que gera um compromisso com o banco e facilita a articulação com o território, pois conhecem os moradores, suas histórias, hábitos e culturas.

Segundo França (2013), como veremos no Quadro 6, existem 12 passos previstos para a implantação de um banco comunitário, tratada por ela como “modelo básico”. Utilizaremos parcialmente este quadro novamente no Capítulo 6, onde trataremos do Banco Comunitário da Cidade de Deus para analisarmos também à luz do dito “modelo básico”. Embora algumas destas fases sejam realizadas de acordo com a realidade de cada local.

Quadro 6: Metodologia de Implantação de Bancos Comunitários

Passo 1: Ações Preparatórias	a) Reuniões preparatórias com a comunidade e o poder público. b) Seminários para a sensibilização e deliberação da criação do banco. c) Definição de uma equipe de apoio.
Passo 2: Planejamento do Banco	a) Oficinas de definição do nome do banco, nome da moeda, produtos, organização do conselho gestor, seleção de entidade gestora. Aprovação das artes da moeda, mobilização da comunidade. b) Realização do Mapa da Produção e do Consumo. c) Aplicação dos indicadores (marco zero).
Passo 3: Seleção e Estruturação Local	a) Visitas técnicas para orientação quanto à seleção do local. b) Aluguel do local da sede do banco. c) Reformas no prédio (adaptações de grades, instalação elétrica, hidráulica). d) Instalação/manutenção de internet, água, luz.
Passo 4: Compra de Equipamentos e Móveis	a) Um computador com impressora/pimpe e software original para correspondente bancário. b) Dois computadores com impressora e estabilizador. c) Mesas, cadeiras, armário, cofre boca de lobo.
Passo 5: Regularização da Documentação	a) Regularização do CNPJ, criação ou adaptação dos estatutos e regularização das certidões. b) Registros contábeis e cartoriais. c) Honorários advocatícios e do contador.
Passo 6: Negociação com Bancos/Seguradoras e Similares	a) Entrada de processo no CEF/BB (Correspondente bancário Crédito). b) BNDES (Apoio Institucional). c) Fundos Locais/Bancos regionais (crédito, apoio institucional). d) Contratação da seguradora de valores. e) Carro Forte por 10 meses. Instalação de câmeras.
Passo 7: Impressão dos Materiais	a) Fôlderes, panfleto, <i>banner</i> . b) Impressão das moedas sociais.
Passo 8: Treinamentos e Mobilização das Equipes Locais	a) Cursos de Agentes/gerente de crédito/Caixa/moeda social. b) Cadastramento dos comerciantes e sensibilização da comunidade para o uso da moeda social.
Passo 9: Quadro de Trabalhadores	a) Três Agentes por 11 meses (incluir encargos).
Passo 10: Gestão de Produtos	a) Implantação e treinamento do <i>software</i> e de gestão da carteira. b) Aluguel e manutenção de <i>software</i> . c) Implantação e treinamento do <i>link</i> do microsseguro. d) Implantação e treinamento da carteira de crédito. e) Implantação e treinamento do correspondente bancário. f) Implantação e treinamento das planilhas de gestão da moeda social.
Passo 11: Divulgação	a) Carro de som. b) Distribuição de panfletos. c) Abertura de letreiro no banco. d) Faixa. e) Som, palco, coquetel, outros. f) Imprensa.
Passo 12: Acompanhamento (seis meses)	a) Técnico do Instituto Palmas no local, um mês. b) Cinco visitas técnicas. c) Cem horas de acompanhamento a distância.

Fonte: FRANÇA, 2013.

No estado do Rio de Janeiro, o IBP implantou cinco bancos, são eles: o Banco Comunitário Capivari, em Silva Jardim; o Banco Comunitário Saracuruna, em Duque de

Caxias; o Banco do Preventório, localizado em Niterói; o Banco Popular de Maricá; e o Banco Comunitário da Cidade de Deus, localizado na Cidade de Deus, cidade do Rio de Janeiro, que será apresentado no Capítulo 4.

2.9.1 Banco Comunitário Capivari – Silva Jardim

O Banco Comunitário Capivari em Silva Jardim, localizado na baixada litorânea do estado do Rio de Janeiro, foi a primeira implantação de Banco Comunitário de Desenvolvimento realizado pelo Instituto Banco Palmas no estado. Segundo Araújo (2012), o Banco Capivari foi criado a partir de uma demanda da Prefeitura Municipal de Silva Jardim, para viabilizar o comércio local que, por sua vez, padecia de um problema bem conhecido: a questão do consumo em outro território, o mesmo que foi evidenciado na criação do Banco Palmas. No caso de Silva Jardim, as compras eram realizadas em outro município.

Além de o Prefeito da época Marcello Xavier (Marcello Zelão) ser um entusiasta do projeto, outras instituições foram importantes para a criação do Banco Capivari, tais como: o Fórum de Economia Solidária (FESO), as Igrejas Católica e Evangélica, a Associação Comercial, a Associação de Moradores, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, e Associação de Pescadores.

O Poder Legislativo municipal viabilizou o projeto através de uma legislação própria de fomento à Economia Solidária, a Lei nº 1.502, de 28 de maio de 2010. E a inauguração do banco aconteceu em novembro de 2010, o Banco e a moeda social Capivara foram as primeiras referências de Banco Comunitário de Desenvolvimento no estado do Rio de Janeiro, o que despertou interesse da população local e de outros municípios, pois teve uma boa cobertura dos meios de comunicação, e a experiência obteve repercussão. A cidade passou a contar com uma moeda social que possibilitava descontos no comércio local, cadastrados na Associação Comercial de Silva Jardim, na ordem de 10%, 15% e 20%, o que foi considerado a principal vantagem em relação ao uso do real. A moeda também poderia ser utilizada pelo meio do crédito, que era destinada a produção, no início o valor máximo era de R\$ 800,00 (oitocentos reais), depois de algum período o valor foi para R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), a uma taxa de 2,5% a.m., e com a possibilidade de realização de pagamentos em até 12 parcelas. Em caso de atraso cobrava-se uma multa de 1% a.m., e mais 0,25% a.d. sobre o valor da parcela. E para consumo não havia cobrança de taxa de juros, apenas taxa administrativa de 3%, para o valor de R\$ 200,00 (duzentos reais), com o parcelamento realizado em até duas vezes e carência de 70 dias. O banco também funcionava como Correspondente Bancário do

Banco do Brasil, e era limitado à realização de pagamentos até o limite de R\$ 1.000,00 (hum mil reais).

Mesmo com um projeto bem gerido, funcionamento respaldado pela população que teve sua autoestima elevada, pois muitos moradores estavam fora do mercado de trabalho e resolveram empreender a partir dos empréstimos do banco, sendo ao mesmo tempo clientes e donos da instituição pelo fato de serem munícipes e com projetos para sua viabilidade e consolidação no território, o Banco Capivari deixou de funcionar por questão de improbidade administrativa e hoje passa por investigação dos órgãos de controle municipal.

2.9.2 Banco Saracuruna e Banco Preventório

No dia 03 de dezembro de 2010, na IX Expo Brasil de Desenvolvimento Local, o Coordenador Geral do Banco Palmas, Joaquim de Melo, recebeu o convite para a criação de dois Bancos Comunitários de Desenvolvimento na região metropolitana do Rio de Janeiro, um em Saracuruna, bairro de Duque de Caxias, e outro na Comunidade do Preventório, em Charitas, bairro de Niterói, com o apoio da AMPLA, empresa fornecedora de energia elétrica com atuação nos municípios de Niterói e parte de Duque de Caxias. A solicitação veio de Bárbara França, professora e pesquisadora extensionista da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal Fluminense (IEES-UFF), um núcleo do Departamento de Sociologia com perfil aglutinador, onde estudantes, técnicos e docentes trabalham com economia solidária desde do ano de 2001.

Para Joaquim de Mello, a experiência seria inovadora e poderia servir de estímulo para outras, visto que pela primeira vez no país uma empresa de energia fomentava a criação de dois Bancos Comunitários de Desenvolvimento. O que poderia vislumbrar a oportunidade de alocação de recurso, onde o dinheiro do mercado ia financiar projetos para a comunidade possibilitando o desenvolvimento local e para a empresa era negócio social, pois a Ampla tinha interesse na redução de perdas e aproximação dos laços com a comunidade. O que de certa forma é uma norma regulatória, pois as empresas concessionárias de energia devem investir 0,2% de seu faturamento anual em projetos de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

A ideia do projeto surgiu na reunião mensal da rede de lideranças com a comunidade em uma das idas do presidente da Ampla, e esta atividade manifestou o interesse de apoiar uma proposta de projetos de geração de renda para as comunidades, o executivo da empresa vislumbrava algo voltado para empréstimos e citou o Grammen Bank, e nesta mesma época o IEES-UFF estava fazendo uma avaliação sobre as iniciativas de bancos comunitários de

desenvolvimento; ao ouvir a explicação da instituição sobre o projeto dos BCDs, a empresa acenou todo apoio à proposta.

A escolha da Comunidade do Preventório (Niterói) e de Parque Esperança (região de Saracuruna, em Duque de Caxias) foi relacionada pela questão dos comércios no território e pela certa organização comunitária, identidade local dentre outros fatores importantes para concretizar a seleção. Segundo França (2013), o projeto foi fomentado pela Ampla, teve a consultoria do Instituto Banco Palmas (na replicação da tecnologia de Bancos Comunitários) por 18 meses, com visitas técnicas presenciais, como também apoio e orientação constante por telefone e em meio digital. A execução da maior parte das atividades foi realizada pela IEES-UFF, que advinha de uma experiência de sete anos com projetos de economia solidária. A implantação passou por algumas adaptações, o que de certa forma foi importante para respeitar as realidades locais, e a equipe assessorou a formação de dois bancos de janeiro de 2011 a dezembro de 2012, com 25 visitas técnicas, três cursos e três oficinas, com duração média de quatro horas, num total de 935 horas de trabalho com os dois grupos que iam implantar os bancos.

Em **Saracuruna** o processo, no início, foi complicado em virtude da dificuldade organizacional das instituições e da ausência de uma organização que fosse o ponto de convergência entre os participantes, mas, segundo Joaquim de Mello, a comunidade teve uma grande receptividade e foi muito participativa. A partir das definições dos nomes do banco (Banco Comunitário Saracuruna) e da moeda social (Saracura). O planejamento, cujas etapas foram definidas no Quadro 5, foi colocado em prática pela equipe da UFF. O banco foi gerido por uma nova associação – Associação para o Desenvolvimento Solidário de Saracuruna, cuja sede ficou em uma sala alugada em uma galeria na Praça Vieira Neto, 135, lojas 108 e 112, no Centro de Saracuruna, em Duque de Caxias, bem próximo à estação ferroviária de Saracuruna, com trem operado pela empresa Supervia saindo do bairro em direção ao Centro (Central do Brasil) da cidade do Rio de Janeiro.

Depois de toda a parte organizacional o banco foi inaugurado em 14 de setembro de 2011, com as ferramentas de desenvolvimento (moeda social, crédito a juros baixos e microsseguros), sendo o último operado pela Rede Pax, mas a atividade não conseguiu se desenvolver por muito tempo, o banco deixou de funcionar no ano de 2013 por **falta de articulação política**.

No **Preventório**, a implantação foi mais tranquila, visto que a comunidade possuía uma boa centralidade democrática e sem imposições, e após o planejamento, como o nome do banco

(Banco Preventório) e a moeda local (Prevê) a equipe da UFF deu prosseguimento às atividades de implantação.

O Morro do Preventório fica perto da estação das barcas, que é administrada pelas Barcas S/A, que faz o seu trajeto até a Praça XV. A localização do banco é na rua Quatorze de Abril, 21 (rua principal), onde há uma grande escada que dá acesso a toda a comunidade. Neste logradouro estão localizados os comércios, os prestadores de serviços e outros pequenos empreendedores.

Vale ressaltar que muitos moradores não entendiam a função do banco mesmo ele sendo de grande valor para a comunidade. Achavam até que se tratava de banco de sangue, mas a divulgação do empreendimento da economia solidária foi importante para o desenvolvimento do trabalho de implantação. O banco alterou o cotidiano do território promovendo um novo espaço de desenvolvimento local, com fomento à integração a partir de uma proposta de trabalho coletivo de construção e troca mútua. E a comunidade era sempre recebida com a mensagem “Olá! Sejam bem-vindos ao Banco Comunitário do Preventório” (MACIEL PEREIRA, 2018).

Inaugurado em 13 de setembro de 2011, o banco continua suas atividades até os dias atuais, operando com as ferramentas de desenvolvimento (moeda social, crédito a juros baixos e correspondente bancário do CEF). **Por conta de boa articulação política** conseguiu ganhar editais de financiamento, um deles foi do BNDES, em 2015. Atualmente não utiliza mais o Prevê como moeda social, mas a moeda digital E-dinheiro.

2.9.3 Banco Popular de Maricá

A moeda social mumbuca é uma inovação em política pública para a economia solidária no município de Maricá, no Rio de Janeiro, para o desenvolvimento social, para criar transferência de riqueza (“dinheiro”). A moeda social se chama mumbuca por ter sido inspirada no rio que corta a cidade, como também o bairro.

A construção da mumbuca sustenta uma moeda social implementada no município de Maricá, RJ, a partir de 2013. Por iniciativa do então prefeito Washington Luiz Cardoso Siqueira (o “Quaquá”), em seu segundo mandato, a cidade buscou assessoria do Banco Palmas para implantar uma moeda social. Pelo planejamento inicial, caberia ao Banco Palmas, contratado pela prefeitura com recursos dos *royalties* do petróleo, permanecer em Maricá até o final de 2014, quando a partir de então o banco comunitário faria a gestão da moeda Mumbuca (FARIAS, Luiz, 2018, p. 84).

Segundo a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, diferente de outras moedas já existente no Brasil, a “mumbuca” faz parte de uma política da prefeitura para combater a pobreza extrema na cidade e aquecer o comércio local. No início as famílias cadastradas no programa social recebiam um cartão de débito que era aceito apenas em estabelecimentos locais que aderiram à iniciativa. O objetivo inicial foi reduzir a pobreza na cidade, onde viviam cerca de 13 mil famílias que ganhavam até um salário mínimo por mês. Para o comércio local, o uso da mumbuca também representou um aumento nas vendas. “O movimento melhorou (desde o início do programa), tivemos de contratar mais um funcionário. Está sendo bom para empresa quanto para população, pois, já surgiu mais uma vaga de emprego”, afirmou o proprietário do Mercado Jolumar, José Cláudio Ribeiro Policarpo (GELEDÉS, 2018).

Para Nathália Sciammarella, presidente do Banco Mumbuca, o banco comunitário é um projeto social que ameniza a desigualdade social e desenvolve a economia local. Nasceu a partir da colaboração e da vontade da prefeitura em fazer algo para a população. Tudo começou em fevereiro de 2013, com grande dificuldade de credenciar uma rede de comércio conveniada, mas em janeiro de 2018 eram 170, e em dezembro do mesmo ano esse número chegou em 1.300, tendo mais de 24 mil usuários do sistema e-dinheiro (moeda social). O trabalho do banco, segundo ela, estimula e traz a sensação de pertencimento, pois dá vontade de desenvolver outros projetos. O banco tem como estrutura jurídica uma organização social que tem o governo do lado e serve como exemplo para outras cidades e outros municípios. (SCIAMMARELLA, 2018)

Para o Secretário de Economia Solidária de Maricá, Diego Zeidan a partir do programa de transferência de renda, do município a prefeitura optou pelo cartão, e para ele a moeda social surge através de uma necessidade do poder público. Desenvolveu-se e teve aceitação, e atualmente é utilizada a plataforma e-dinheiro como moeda social. E a prefeitura de Maricá, através dos projetos e programas da cidade, prioriza a utilização da moeda mumbuca. Podemos citar o aluguel social para as famílias que passam pelo problema habitacional. Outro caso é o Mumbuca Futuro, que incentiva os jovens ao empreendedorismo. Mensalmente os estudantes recebem \$50 mumbucas, e ao término do ensino médio \$1.200 serão depositados em uma conta no nome desse beneficiário. E no período de formação escolar o estudante terá aulas de economia solidária, empreendedorismo, entre outras disciplinas da área de gestão, o que irá gerar a circulação da moeda e elevará a autoestima, o empoderamento, uma vez que esse poderá ter seu empreendimento associado com outros estudantes, quando atingirem certa quantia. (ZEIDAN, 2018)

O projeto de implantação de um banco comunitário pelo Instituto Banco Palmas em Maricá é um caso que deve ser muito bem considerado na implantação de um banco comunitário, pois vai além da criação do banco e da moeda. A prefeitura desenvolveu, junto com o Instituto Banco Palmas, uma metodologia de estimular o uso da moeda local e do banco em suas ações através das secretarias de governo. Tudo começou com a legislação, que instituiu a economia solidária no município, tendo um dos artigos a criação de um banco comunitário. A partir de então a secretaria de assistência social começou a utilizá-lo para os programas de transferência, apoiou as feiras solidárias e o uso da moeda, o crédito para consumo e a produção vieram mais tarde e tiveram as mesmas características e ferramentas dos que apresentei nesta pesquisa.

O grande diferencial do Banco Mumbuca foi o governo municipal ter colocado o banco como um dos atores importantes e passar a utilizá-lo nos seus programas, tais como os citados anteriormente (Mumbuca Futuro e o aluguel social). Não podemos nos esquecer do programa de financiamento para qualificação profissional pago na moeda social e também dos pagamentos dos servidores da prefeitura.

Um dos principais fatores para a sustentabilidade do banco na geração de crédito é a taxa de retorno de 2% sobre a utilização da moeda no território, o que cria um acúmulo de capital para a operação sem precisar de aporte de capital do governo.

Podemos dizer que o Banco Mumbuca é um excelente caso no que diz respeito a banco comunitário do país, principalmente pelo apoio do governo para dinamizar um projeto de desenvolvimento local, mas não sabemos se esta política pública terá continuidade em outra gestão.

Os bancos comunitários em desenvolvimento, modelo criado e multiplicado no país, além de ser uma alternativa ao sistema financeiro, não só no que se refere à inclusão da população que não possui acesso ao sistema bancário, como também ao oligopólio bancário existente no país, também pode ser considerado uma importante ferramenta de desenvolvimento local.

É importante destacar o trabalho desenvolvido pelo Instituto Banco Palmas para a sua consolidação e sustentabilidade. O BP possui **boa relação com o território**, sendo um dos seus principais atores, fomentando fóruns e ações constantes na comunidade, e sua relação **política com o ambiente externo** impulsiona parcerias. Um dos exemplos foi a aproximação com a Universidade Federal do Ceará, que atua na formação de profissionais e estudantes, a participação em editais da SENAES com a implantação de BCDs no país, além das ações na própria comunidade. E **o processo organizacional** bem desenvolvido fez com que o BP

conseguisse implantar a sua metodologia de finanças solidárias no país e no mundo, tendo como principal parceiro a Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Seu processo de expansão no país, principalmente a partir de 2005, dinamizado pela Rede Brasileira de Bancos Comunitários com fomento da política governamental da SENAES, foi bom para que esta política pública de desenvolvimento ganhasse capilaridade em diversas regiões, mas é interessante apontar que os atores que proporcionaram o seu fomento, ou seja, governos das diferentes esferas, deveriam ser os grandes incentivadores na sua utilização, como é o caso do Banco Popular de Maricá com a moeda Mumbuca. Mesmo se o banco comunitário fosse utilizado apenas em uma área da cidade, como nos casos dos territórios populares, isto geraria uma multiplicação e/ou elevação da confiabilidade da política de desenvolvimento por parte dos habitantes no uso da moeda social e dos serviços financeiros, tanto para pagamento de títulos diversos e até recebimentos de aposentadorias, pensões e salários em moeda social.

O Banco Palmas, que foi criado para a superação da pobreza no território, pode ser considerado o principal ator no país para a inclusão de uma camada da população no sistema bancário e de crédito. Seus processos de implantação são definidos de acordo com a peculiaridade local, mas a consolidação dos bancos comunitários não pode ser só de sua responsabilidade como vimos nos casos do estado do Rio de Janeiro, com o Banco Capivari, no município de Silva Jardim, que deixou de funcionar por questão de improbidade administrativa. O Banco Saracuruna, em Duque de Caxias, também teve seu processo interrompido por conta de uma carência de articulação política, mas nos cabe lembrar que no caso do Banco do Preventório o engajamento do território atrelado a uma liderança política fez com que o banco conseguisse ganhar edital de fomento e continuasse em operação até os dias atuais, mesmo com todas as dificuldades encontradas no processo de consolidação.

Devemos também destacar que muitas vezes os bancos comunitários deixam de funcionar logo no início da sua operação devido à forma arriscada como começam. Um desses exemplos é o Banco Comunitário da Cidade de Deus, que veremos mais adiante que iniciou o seu processo de implantação de forma rápida, o que pode ter levado a sua interrupção.

CAPÍTULO 3 – O CONJUNTO HABITACIONAL CIDADE DE DEUS

Rap da Cidade de Deus

Sou MC Cidinho e estou pedindo clemência
E pergunto por que tanta violência? (É)
Já que geram tantas mortes e ninguém se toca
Me apresento, eu sou MC Doca

Cidade de Deus é o maior barato
E te pergunta, brigar pra quê? (pra quê?)
Se você for lá uma vezinha só, é,
Você nunca mais vai esquecer
(Vamos lá!)

Venho pedindo nesse rap então
Liberdade, paz e amor no coração
Divertindo (é) e animando
Toda essa massa funkeira no salão
(Falamos de quem?)
Falamos da De Deus porque é uma área difamada
E viemos dar um alô a toda rapaziada
Sem essa de inimigo, sem essa de alemão
Vamos juntar as forças pois somos irmãos
(você)
Você briga no baile e eu te pergunto: por quê?
Tenho certeza, tu não sabe responder
Já que tem tantas mulheres aí dentro do salão
Pare de briga que não vale a pena não.
(Vem com a gente)

Agora sim eu quero ver a união
De todos morros e favelas mas com amor no coração
Quatro galeras que lutam até morrer
(Quem é?)
Furnas, Piedade, Abolição, é o Ererê
Aliança eterna que nunca vai ter fim
Favela da Playboy, Curicica, é o Camorim
(Por isso) Pedimos a todos pra briga parar
Não podemos esquecer mestre de Jacarepaguá
(Vem quem?)

Vem Gardênia Azul e Alto do Boavistão
Vila Sapê, Taquara e Cabeção
(Chamou quem?)
Chamo a galera da Ipas e da Barão
Pra vir cantar com a gente esse refrão
(Canta então. Vamos lá!)

Morro do Borel, Caixa D'Água, Boiuna
Não podemos esquecer a Torcida Jovem Fla
Urubu, Santa Maria, Rocinha, Tabajara
77, Ucampi, Pombal, Fubá
(que beleza)

Morro da Chacrinha, Jorge Turco, Faz Quem Quer
Nova Brasília, Nova Holanda e Jacaré (ê-ê)
Mando um alô pro galerão de Oswaldo Cruz
Acari, Pedra do Bê e Santa Cruz (é)

De ver tanta violência meu coração até dói
 (Eu) Mando um alô pro galerão de Niterói
 Alô segurança, vamos conscientizar
 Em vez de botar pra fora vocês querem espancar
 Mas não é por causa disso que vamos se revoltar
 Então vamos esse refrão cantar (Vamos lá!)

Até mulher agora vai pro baile pra brigar
 Desse jeito, onde nós vamos parar?
 E nos bailes de hoje em dia ninguém mais tá namorando
 A nossa juventude só vive brigando
 (E lá vou eu)

Sou MC Cidinho e estou pedindo clemência
 E pergunto por que tanta violência? (É)
 Já que geram tantas mortes (então) e ninguém se toca
 Me apresento, eu sou MC Doca
 (Vamos lá, vamos lá, vamos lá!)

Vamos lá galera, parem de brigar
 Por favor, amigos, parem pra pensar
 (Quero ouvir)
 Paz, justiça, liberdade, muita fé em Deus
 Esse é o Rap da Cidade de Deus
 (Canta então)

Cidade de Deus é o maior maior barato
 E te pergunta, pergunta brigar pra quê? (pra quê?)
 Se você for lá uma vezinha só, é,
 Você nunca mais vai esquecer (2x)

(Fé em Deus!)
 Mas se você for lá uma vezinha só, é,
 Você nunca mais vai esquecer
 (MC CIDINHO E MC DOCA, 1994)

O Conjunto Habitacional Cidade de Deus, nome colocado por Dom Helder Câmara,²⁰ está localizado na Zona Oeste do Rio de Janeiro, entre os bairros da Gardênia Azul, Freguesia e Taquara. Foi construído pelo então governador do estado da Guanabara, Carlos Lacerda, na década de 1960, para realocação dos moradores oriundos do fracassado modelo de remoção de quatro comunidades históricas da cidade: Praia do Pinto, em Ipanema; Ilha das Dragas, no Leblon; Parque Proletário, na Gávea; e Macedo Sobrinho, no Humaitá, e de outras 57 pequenas favelas, todas da Zona Sul do Rio de Janeiro. Segundo Mello (2012), uma postura presente no governo Carlos Lacerda, sobretudo a partir de 1962, quando foram erradicadas 27 favelas, sendo removidos aproximadamente 42 mil moradores, entre 1962 e 1965. E, posteriormente, entre os anos de 1968 a 1973 foram removidas cerca de 50 favelas, totalizando 90 mil pessoas.

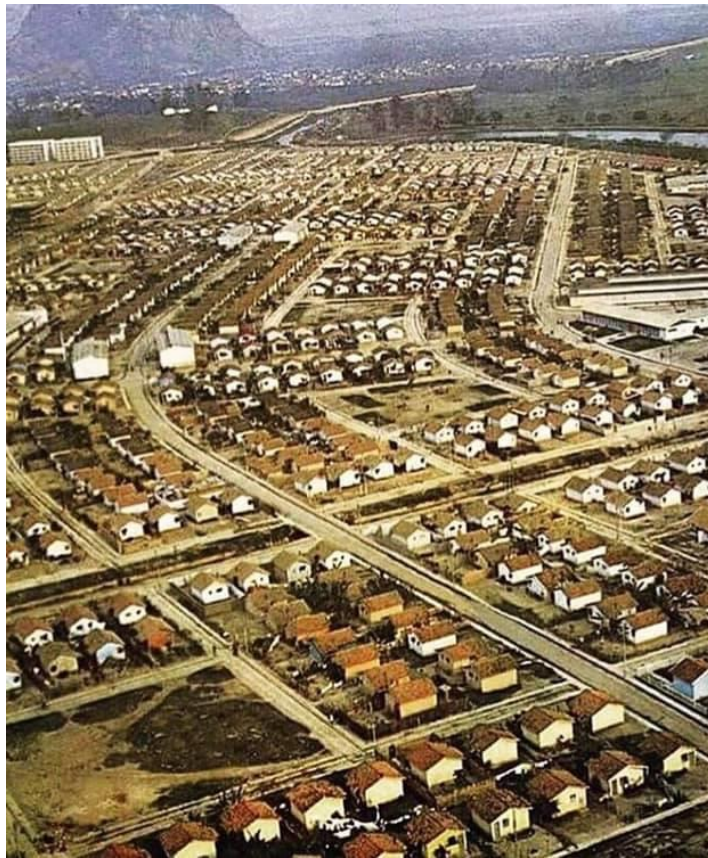
²⁰ Uma das principais lideranças religiosas brasileira, da segunda metade do século XX, e um dos fundadores da Cruzada São Sebastião, primeiro e único Conjunto Habitacional localizado no bairro do Leblon, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.ebiografia.com/dom_helder_camara/>. Acesso em: 20 fev. 2019.

Logo depois, com a escassez de recurso, o programa foi abandonado. A política de remoção mutilou muitas famílias e laços de amizades, pois muitas pessoas não foram para os locais escolhidos pelo governo para estabelecerem suas moradias, o que ocorreu no caso da Cidade de Deus, por acharem o local distante. Os responsáveis pelo Programa Habitacional da época diziam que o novo bairro planejado servia como fonte de mão de obra e prestação de serviços para a Barra. Desde a sua fundação o tratamento dado aos moradores nunca foi digno de respeito, mas de subserviência às elites econômicas da cidade.

Seu *modus operandi* se constitui na erradicação de favelas com suas populações sendo transferidas para áreas distantes da região metropolitana, muitas vezes sendo ignoradas relações de parentesco e de proximidade com oportunidades empregatícias. Postura estatal semelhante persiste no governo militar, porém o programa de remoções passa do âmbito estadual para o federal, sendo criada uma agência para coordenar as ações do órgãos envolvidos na política remocionista (MELLO *et al.*, 2012).

Segundo Lins (1997), o Conjunto Habitacional Cidade Deus, inaugurado em 1960, com ruas que remetem a passagens bíblicas, recebia famílias oriundas de várias favelas do Rio de Janeiro, que chegavam com a expectativa de adquirir uma casa própria e se estabelecer no território, mesmo com toda a precariedade. No início da formação eram três grandes áreas: as Casas; os Embriões, parte mais pobre da comunidade; e os Apês, chamados de Zona Sul. As condições habitacionais eram quase que insalubres, a população tomava banho em banheiros públicos, onde também faziam suas necessidades fisiológicas, as crianças não enfrentavam as filas dos banheiros públicos, pois utilizavam latas para as necessidades fisiológicas e largavam nas ruas. E para ter acesso a água tinham que enfrentar intermináveis filas nas bicas, revezadas pelas mães e pelos filhos. Em relação ao saneamento, não conseguimos identificar em qual ano a água encanada chegou às residências, mas a rede de esgoto só ficou pronta depois de dois anos da inauguração do conjunto habitacional, no ano de 1962. O transporte público era um fator complicador, pois trabalhadores não tinham ônibus para se deslocarem até os seus respectivos trabalhos e andavam cerca de três quilômetros para pegar um coletivo no bairro da Freguesia. A Figura 10 mostra como era a Cidade de Deus no ano de 1967.

Figura 10: Conjunto Habitacional Cidade de Deus, em 1967



Fonte: Memórias do Subúrbio Carioca, 2018.

A comunidade ficou conhecida no mundo pelo estigma da violência, através do filme “Cidade de Deus”, baseado no romance homônimo de Paulo Lins, com roteiro de Bráulio Mantovani, dirigido por Fernando Meirelles, no ano de 2002. Logo depois da obra cinematográfica, um amplo e interessante momento de discussões surgiu na comunidade, com as mais diversas instituições sociais do território. Essas se reuniram e passaram a intervir junto aos governos pela situação social da Cidade de Deus. Os governantes alegavam que o problema da comunidade era a presença do tráfico de drogas e a violência urbana, enquanto o coletivo alegava que o tráfico não era o único problema, faltavam também direitos sociais e econômicos. Consequentemente, formou-se o Comitê Comunitário da Cidade de Deus, que reuniu diferentes entidades locais, tendo em vista a superação do isolamento e as divisões que pautavam a atuação dessas organizações.

Quando o todo se junta
E não se divide em parte
Fica difícil pro povo
Manter a classe com arte

Até mesmo os democratas
Descem dos finos saltos
Dando pinotes bem altos

As nossas reuniões
Eram sempre acaloradas
Mas tinham um diferencial
Não eram ações reservadas

E quando o bicho pegava
Se percebendo a façanha
Alto lá um gritava
Não somos “boi de piranha”.
(MARIA CRISTINA NEVES, 2018)

3.1 ARRANJO INSTITUCIONAL E PLANO DE DESENVOLVIMENTO

3.1.1 Comitê Comunitário da Cidade de Deus

Em 2003, foi fundado o Comitê Comunitário da Cidade de Deus (CCCD), criado após o filme “Cidade de Deus”, do diretor Fernando Meirelles (2002), campeão nacional de bilheteria, indicado para concorrer ao Oscar²¹ e muito mal-visto pelos moradores do local, o que de certa forma revelou uma tristeza pela forma como a Cidade de Deus fora retratada e estigmatizada pela violência. Essa imagem da brutalidade levou as organizações de base comunitária, alguns moradores e instituições até mesmo de fora do território a criarem o Comitê, um fórum político participativo para pensar a Cidade de Deus, através de uma ação de cooperação.

O Comitê surge justamente quando da indicação do filme “Cidade de Deus” para o Oscar e a repercussão negativa que reafirmava o velho preconceito de que seus habitantes são violentos e perigosos. Unimo-nos com o propósito de articular as forças de organização e mobilização da comunidade em torno da proposta de um Plano de Desenvolvimento Comunitário. Com propostas de políticas públicas que queremos, para que todos na comunidade possam ter os conteúdos de políticas estruturante pelas quais devemos lutar, tanto para os governos, como a iniciativa privada e as universidades. O plano é como o leme de um barco a nos guiar (DIAS, *et al.*, 2014, p. 153).

Segundo Lizete Martins, moradora da Cidade de Deus, uma das participantes do CCCD, tendo anos depois trabalhado no Banco Comunitário da Cidade de Deus,

A ideia do Comitê Comunitário da Cidade Deus nasceu logo após o filme Cidade de Deus, na união de treze instituições do bairro que foram contrárias à fala do secretário de segurança da época, que dizia que o problema da Cidade de Deus era a falta de segurança, sendo que estas instituições diziam que também faltavam saúde, educação, dentre outras problemas sociais. Estas instituições, juntamente com outros parceiros, como SESC, LAMSA, Farmanguinhos, Criança Esperança (Rede Globo/UNICEF)

²¹ Premiação da Academia de Artes e Ciências Cinematográficas dos Estados Unidos

entre outros, se reuniram no final de 2002 e início de 2003 para a formação do Comitê. Logo depois perceberam que a Cidade de Deus precisava de um norte, que era o Plano de Desenvolvimento Comunitário, que apresentava todas as deficiências da Cidade de Deus para o governo e as soluções divididas em nove temáticas (MARTINS, 2018).

Vale destacar que, em 2003, existia o Fórum Empresarial do Rio, que foi criado por entidades do setor produtivo do estado do Rio de Janeiro, tendo como parceiro o poder público, e com o objetivo de realizar ações para o desenvolvimento social da cidade com responsabilidades compartilhadas. Sendo que este fórum teve o seu contato inicial com atores e lideranças políticas e comunitárias da Cidade de Deus. “O fórum identificou que na Cidade de Deus havia atividades de iniciativas sociais, mas estas aconteciam de maneira isolada” (PFEIFFER, 2011).

... logo após a Criação do Comitê foi criado Núcleo de Articulação, composto por: 1 representante das FENASEG, 1 representante do SESC Rio, 1 representante da Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (FETRANSPOR), 3 representantes do governo (federal, estadual, municipal), 3 representantes da Comissão Executiva do Comitê Comunitário e 1 representante de cada entidade/empresa parceira (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresa no Rio de Janeiro-SEBRAE/RJ, Linha Amarela S.A - LAMSA, etc.). E o Plano de Desenvolvimento Comunitário foi um dos produtos do núcleo (PFEIFFER, 2011).

3.1.2 Plano de Desenvolvimento Comunitário da Cidade de Deus

O grupo interventor de entidades de base comunitária que se transformou em Comitê Comunitário da Cidade de Deus, como consequência desta atividade, elaborou o **Plano de Desenvolvimento Comunitário da Cidade de Deus**. Os representantes do território contrataram quatro consultores para elaborarem em conjunto um documento que tinha como objetivo discutir nove áreas temáticas (educação; esporte; cultura; saúde; meio ambiente; comunicação; promoção social; habitação; trabalho, emprego e renda) para os cinco anos seguintes (2004-2009) e as suas possíveis soluções. E que contribuísse para o avanço de projetos e atividades sociais na comunidade, para que no futuro pudessem se tornar políticas públicas. A elaboração deste documento fora realizada no SESC Nogueira, no município de Petrópolis (RJ), nos dias 27 e 28 de março de 2004. A atividade foi dividida em duas etapas, de acordo com a sugestão da consultora em gerenciamento do projeto que fora contratada para esta função. Na primeira etapa foram alçadas as nove áreas temáticas e discutidas as possíveis soluções. E no segundo momento os eixos foram apresentados para as instituições que constituíam o Comitê Comunitário e o Núcleo de Articulação Empresarial.

O Quadro 7 mostra apenas a área Trabalho, Emprego e Renda, do Plano de Desenvolvimento Comunitário, não por acharmos as outras áreas menos importantes, mas por esta pesquisa se interessar pelo campo em que estão constituídos o papel da economia solidária e o apoio ao empreendedor, com fomento ao crédito.

Quadro 7: Comitê Comunitário da Cidade de Deus – Trabalho, Emprego e Renda

Principais problemas hoje	Situação a Alcançar até 2009
Grande ociosidade de mão de obra	Maioria da mão de obra com trabalho
Baixo nível de escolaridade da mão de obra ociosa	Maioria da população economicamente ativa com ensino fundamental completo
Baixa qualificação/capacitação profissional dos trabalhadores	Mão de obra com maior/melhor qualificação/capacitação para absorção no mercado de trabalho
Falta de apoio ao trabalhador autônomo	Criação de cooperativas de catadores de material reciclado, construção civil, costura etc.
Falta de apoio ao empreendedor	Apoio e incentivo técnico financeiro ao empreendedor
Baixo nível de integração entre agentes da economia local	Economia solidária difundida e apoiada técnica e financeiramente

Fonte: Adaptado do Plano de Desenvolvimento Comunitário da Cidade de Deus, 2004.

Importante notar que os eixos do Quadro 7 eram situações que o território almejava alcançar até 2009. Segundo Ana Lúcia Serafim Pereira, a partir do momento em que a Agência Comunitária da Cidade de Deus foi convidada para participar da Expo Brasil de Desenvolvimento Local em Salvador, no ano de 2006, e assistiram a uma apresentação de Joaquim de Mello (Coordenador do Banco Palmas), vislumbraram ainda mais a possibilidade de ter o banco na Cidade de Deus.

Com isso, podemos dizer que o Projeto Rio Economia Solidária, implantado em 2010, através de uma parceria com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (prefeitura da cidade do Rio de Janeiro), com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (governo federal), com recursos oriundos do Programa Nacional de Segurança com Cidadania (Ministério da Justiça), que tinha como um dos objetivos a criação de um banco comunitário, pode demonstrar que respeitou os anseios do território, tendo em vista o Plano de Desenvolvimento Comunitário da Cidade de Deus um dos principais parâmetros para negociar ação coletiva e projetos com os governos e instituições que desejam investir na comunidade.

Em relação às atividades para a superação das ações almejadas para a área de Trabalho, Emprego e Renda, de acordo com o Quadro 8, o item 5 “Economia Solidária difundida e apoiada técnica e financeiramente” é também “*reflexo da realidade*”, na seção “o que queremos

até 2009” pode ser constatado que houve o entendimento de que um banco comunitário contribuiria para o desenvolvimento local, o que também pode estar expresso no item 1 “Maioria da mão-de-obra com trabalho”, na seção o que precisa ser feito “Criar Agência de Microfinanciamento de Empresas Comunitárias”. E na seção “quem poderá contribuir” aparece a palavra “Parceiros”; tudo isso são instituições e atores sociais dos quais o Comitê possui articulação política, tais como LAMSA, SEBRAE, entre outras.

**Quadro 8: Comitê Comunitário da Cidade de Deus – Trabalho, Emprego e Renda -
Superação dos Problemas**

O que queremos até 2009	O que precisa ser feito	Quem poderá contribuir	Como poderá contribuir
1. Maioria da mão de obra com trabalho	Criar e estruturar o Banco de Emprego (BE); criar a Agência de Microfinanciamento de Empresas Comunitárias	Comitê comunitário Parceiro	Solicitando participação dos três níveis de governo implementando e gerindo o BE em parceria; buscando parcerias com instituições que atuem com qualificação profissional; capacitando, qualificando e requalificando mão de obra
2. Mão de obra com melhor qualificação e capacitação para absorção no mercado de trabalho	Garantir vagas nas instituições profissionalizantes	Comitê Comunitário Parceiros Universidades	Capacitando e qualificando mão de obra
3. Criação de cooperativas de catadores de material reciclado, construção civil, costura etc.	Incentivar técnica e financeiramente o cooperativismo; identificar mercado para absorção de mão de obra, produtos e serviços	Parceiros Universidades	Apoiando técnica e financeiramente, qualificando e requalificando mão de obra; incubando as cooperativas ou associações
4. Apoio e incentivo técnico-financeiro ao empreendedor	Buscar apoio e incentivo; capacitar para o empreendedorismo	Comitê Comunitário Parceiros	Reunindo e sensibilizando o empreendedor e o empresário da micro e pequena empresa; capacitando e apoiando técnica e financeiramente os empreendedores
5. Economia solidária difundida e apoiada técnica e financeiramente	Difundir o conceito de economia solidária; apoiar o seu desenvolvimento na comunidade; implantar fábrica de materiais esportivos	Comitê Comunitário Parceiros Universidades Governo (Ministério dos Esportes)	Realizando eventos e cursos com essa finalidade; capacitando a população local para a economia solidária; apoiando técnica e financeiramente empreendimentos; solicitando implantação ao governo e acompanhando o processo; implantando a fábrica.

Fonte: Adaptado do Plano de Desenvolvimento Comunitário da Cidade de Deus, 2004.

3.1.3 Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local

A partir das reivindicações do Comitê Comunitário da Cidade de Deus, que foram colocadas em prática no Plano de Desenvolvimento Comunitário, houve a necessidade de uma entidade jurídica, para dar um ordenamento às propostas. Sendo assim, nasce a **Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local (ACDDDL)**, um órgão executor (institucional) do Comitê, que, segundo Lizete Martins (2018), “nasceu em parto sem gestação”, pois surgiu de forma imediata tendo em vista a necessidade de uma entidade. Foi criada em 2006, com o objetivo de executar as áreas temáticas que foram propostas no Plano de Desenvolvimento Comunitário. Segundo Ana Lúcia Serafim Pereira (2018), presidente do Banco Comunitário da Cidade de Deus (BCCD), “a ACDDDL foi potencializada pela união das instituições que pensaram ações para o desenvolvimento local, assim construímos as comissões temáticas, que deram origem ao Plano de Desenvolvimento Comunitário”.

Em 2009, ocorreu a revisão do I Plano de Desenvolvimento Comunitário da Cidade de Deus em parceria com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR – UFRJ). Após a revisão foi lançado o II Plano em 2010, o qual trazia o balanceamento e resultados das metas determinadas para o ano de 2009, assim como as perspectivas para os próximos cinco anos. Nesta revisão foi constatado significativo avanço nos eixos temáticos “Trabalho e Renda” e “Habitação”, um certo avanço em “Cultura”, “Educação”, “Esporte” e “Comunicação”. Os revisores apontaram poucos avanços nos setores de “Saúde”, “Meio Ambiente” e “Promoção Social” (PFEIFFER, 2011).

Pelo fato de a Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local ser uma entidade jurídica, todos os projetos implantados na comunidade passavam por ela, o que não foi diferente com o projeto Rio Economia Solidária (RIOECOSOL), que, segundo Marcelo H. Costa, Secretário Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (entre 2009 a 2012), o projeto fez com que a agência ganhasse fôlego, pois custeou o aluguel da instituição por um ano, pois o Banco Comunitário da Cidade de Deus (BCCD) utilizava o espaço. “A escolha do banco foi importante para revigorar também a Agência, pois o espaço passou a ser também o BCCD, e o aluguel foi pago por um período de um ano”. Para a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário, o local era bem central, o que, segundo eles, era um bom local para instalar o BCCD.

3.2 ASPECTOS POLÍTICOS E SOCIAIS MAIS RECENTES DO TERRITÓRIO

A partir da década de 1980, a Cidade de Deus já possuía vários blocos e prédios, e se tornou bairro em 1981. Em 1997, próximo aos blocos, já existiam muitos barracos e o território foi dividido com a inauguração da Linha Amarela (via expressa que se estende da Ilha do Fundão, zona norte da cidade do Rio de Janeiro, à Barra da Tijuca, que fica na zona oeste) que passa pelo local, conforme mostra a Figura 11. Se compararmos com a figura 10, perceberemos o crescimento de unidades habitacionais, consequentemente, o número de moradores, o qual não apresentamos no registro histórico.

Figura 11: Conjunto Habitacional Cidade de Deus – dias atuais



Fonte: Jose Roberto Couto/Tyba, 2005.

Alguns acontecimentos merecem destaque na Cidade de Deus na última década, pelo fato de o território ter recebido um número considerável de projetos, programas de políticas públicas. Mesmo com todo questionamento da metodologia adotada pelos atores públicos, o território de certa forma recebeu um quantitativo considerável de projetos governamentais. Vale analisar como este processo foi dialogado e implantado na comunidade com seus moradores.

No ano de 2009, a Cidade de Deus recebeu a intervenção da Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), fruto da política de pacificação proposta pelo então governador do estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (2006-2014). A UPP funcionou até o ano de 2018, com críticas

e desgastes do fracasso do programa, tendo perdido parte de seu alento com a interrupção do programa UPP Social, onde por intermédio da prefeitura implantaria uma série de políticas públicas no local. A UPP criou uma ilusão de que resolveria o problema da violência nas ditas áreas conflagradas principalmente quando seu comando era visto com bons olhos pelos moradores.

Em 2010, foi a vez da Unidade de Pronto Atendimento (UPA), um projeto do governo do estado do Rio de Janeiro para a área de saúde, que funcionava por 24 horas, durante sete dias na semana. Mais uma proposta do governador Sérgio Cabral, que foi interrompida pela escassez de recursos que assola até os dias atuais o estado do Rio de Janeiro, e por ineficiência operacional, com a atividade regida pelas Organizações Sociais, com funcionários terceirizados e sem a presença de servidores públicos concursados trabalhando no equipamento público de saúde.

No mês de agosto de 2010, a Prefeitura do Rio iniciou o projeto “Bairro Maravilha”, executado pela Secretaria Municipal de Obras, por meio da Coordenadoria Geral de Obras. O processo de urbanização, segundo a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, é “o prêmio que a comunidade pacificada recebe por ter sido a região da cidade que mais contribuiu com a limpeza entre dezembro de 2009 e dezembro de 2010, diminuindo em 21% a quantidade de lixo em suas ruas, segundo monitoramento realizado pela Comlurb através do Lixômetro” (PCRJ, 2011).

Com investimentos de aproximadamente R\$ 39 milhões (trinta e nove milhões de reais), a comunidade recebeu novas calçadas, meios-fios e sarjetas, além da recuperação de drenagem e pavimentação de 182 ruas da região, uma nova rede de esgoto, com mais de 19 mil ligações domiciliares e plantio de 380 árvores. Foram 98.711,70 m² de pistas pavimentadas e 87.609,50 m² de calçadas construídas, com 600 rampas de acessibilidade. As áreas do território beneficiadas pelo projeto foram: o Treze; Quinze; Karatê/Santa Efigênia e Apartamentos, o que representou cerca de 186.320,20 m² de área recuperada (PCRJ, 2011).

Em 20 de março de 2011, a CDD recebeu a visita do Presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, acompanhado de autoridades e alguns moradores do território, pois o presidente estadunidense desejava conhecer um território popular (favela) no Rio de Janeiro, prática adotada por Bill Clinton em visita à cidade no ano de 1997, quando esteve na comunidade da Mangueira, no Rio de Janeiro. A Figura 12 mostra parte desta comoção na comunidade.

Figura 12: Visita de Barack Obama à Cidade de Deus



Fonte: G1, Banco Comunitário da Cidade de Deus, 2011.

A visita de Obama melhorou a autoestima dos moradores, parte deles se sentiram privilegiados ao receber a visita do primeiro presidente negro estadunidense na Cidade de Deus, o que pode ter sido um reflexo da expressão “*yes, we can*” (cunhada por Obama em sua campanha para presidente), onde a maior parte dos moradores são negros e viram um negro se tornar presidente.

Em 2014, o território recebeu os conjuntos residenciais Itamar Franco 1 e 2, construídos pelo Programa Minha Casa Minha Vida, do Governo Federal, por meio da Secretaria Estadual de Habitação e da CEHAB (Companhia Estadual de Habitação). Na primeira fase foram entregues 576 apartamentos, e no segundo momento, mais 420, totalizando 996 unidades habitacionais, divididas em 17 blocos, com apartamentos de 42 metros quadrados, divididos em dois quartos, cozinha, banheiro e área de serviço em todos os ambientes. O investimento total dos conjuntos habitacionais na Cidade de Deus foi de R\$ 99.131.386,06 (noventa e nove milhões, cento e trinta e um mil e trezentos e oitenta e seis reais e seis centavos).

Já o desfile da judoca Rafaela Silva, campeã olímpica no Rio de Janeiro em 2016 (Figura 13), que, de acordo com a Coletânea FLUP HQ vol. 2 Cidade de Deus 50 anos (2017), não foi tão fácil de ser realizado, em agosto do mesmo ano da conquista da medalha olímpica. Só aconteceu depois de tensas negociações entre as partes envolvidas na guerrilha urbana do território, as forças de segurança pública e o “poder paralelo local”.

Figura 13: Desfile da judoca Rafaela Silva



Fonte: Globo Esporte.com, 2016.

A não realização desse ato poderia ser lamentável, pois é um território que possui carência de ídolos e sítios “... o sentido oculto que cada sítio dá a seu mundo impregna os múltiplos aspectos das ações individuais e coletivas” (ZAUOL, 2006, p. 24). E este não poder se apresentar para os seus seria bem complicado explicar para aquelas crianças que praticavam o esporte como uma alternativa à violência que é imposta à comunidade e a moradores que estavam esperando por um momento como este no território.

Nos dias atuais, segundo dados do Instituto Pereira Passos (IPP), órgão da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, tendo como referência o ano de 2015, o bairro criado em 23 de julho de 1981, localizado na XXXIV Região Administrativa da cidade, faz parte da Área de Planejamento 4 da PCRJ, possui quase a sua totalidade de área urbanizada (98,59%), uma população de cerca de 36.515 habitantes, 12.285 domicílios e ocupa uma área de aproximadamente 120,58 hectares.

Pelo lado da econômico, segundo dados do IPP (2016), foi registrada a abertura de 38 empresas, sendo: 33 prestadores de serviços; 4 comércios atacadistas; e 1 atividade auxiliar. Em relação aos postos de trabalho, segundo o IPP (2016), foram totalizados 1.352, sendo: 29 na indústria de transformação; 13 nos serviços industriais de utilidade pública; 115 na construção civil; 421 no comércio; 773 em serviços; 1 em agricultura, silvicultura, criação de animais e extrativismo vegetal; e 14 ambulantes de ponto fixo (autorizações concedidas), mas

não conseguimos obter o rendimento médio da população do território, com base nos dados do IPP.

Na área de educação, o IPP (2015) aponta que a comunidade contava com 15 equipamentos educacionais de ensino fundamental do primeiro e do segundo ciclos, num total de 1.533 matrículas, sendo 542 creches e 991 na pré-escola. E no ensino fundamental 4.962 matrículas, sendo 3.175 de 1º a 5º ano) e 1.787 de 6º ao 9º ano. Não apresentamos nenhum registro de escolas do ensino médio, o que de certa forma é uma demanda do território. Vale destacar que o último projeto pensado para a implantação de uma escola de ensino médio técnico e integrado foi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ).²² De acordo com dados da instituição, a última reunião com a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro para tratar desta questão foi em agosto de 2017, e desde então nada avançou. Também não conseguimos encontrar dados que mostrassem o interesse do governo do estado em implantar uma escola de ensino médio. O bairro também não possui nenhum equipamento municipal de cultura, como também de esporte e lazer, outra necessidade do território que possui jovens ociosos, que conseqüentemente escolhem outros caminhos para suas vidas também pela falta de oportunidade.

É importante ressaltar que os dados oficiais da comunidade sempre foram objetos de questionamentos por parte dos moradores. Para a população, estes números não refletem a realidade vivenciada no dia a dia das pessoas na Cidade de Deus, o número de habitantes é maior e os índices econômicos e sociais são bem piores, essa máxima foi ajuizada nas reuniões de devolutivas da pesquisa de mapeamento dos dados econômicos e sociais do território do projeto Rio Economia Solidária realizada pelo SOLTEC/UFRJ.

A Figura 14 mostra o Território da Cidade de Deus, dividido em seis (favelas), totalizando cerca de 15 subáreas. Vale destacar que a área de referência para concentração das atividades econômicas é o Quinze,²³ onde estão localizadas as subáreas Lazer, Laminha e Catorze.

²² Disponível em: <<https://portal.ifrj.edu.br/ifrj-e-prefeitura-conversam-sobre-implantacao-campi-complexo-alemao-e-cidade-deus>>. Acesso em: 18 out. 2018.

²³ Esse local também foi escolhido para a realização da pesquisa do tecido socioprodutivo do Projeto Rio Economia Solidária.

Figura 14: Território da Cidade de Deus



Fonte: Jacarepaguá On Line, 2018.

É importante também destacar que, de dezembro de 2010 até o ano de 2012, a Cidade de Deus também recebeu o projeto Rio Economia Solidária (RIO ECOSOL), que teve como objetivo criar e implementar o desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários, desenvolvidos no âmbito do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (PRONASCI), como alternativa econômica e de inclusão social em quatro comunidades populares do Rio de Janeiro (Manguinhos, Alemão, Santa Marta e Cidade de Deus). Esse projeto, pela sua importância, originou o Banco Comunitário da Cidade de Deus.

3.3 RIO ECONOMIA SOLIDÁRIA

O projeto Rio Economia Solidária foi realizado em parceria com a Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES), do município do Rio de Janeiro, e com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), subordinada ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que implantou o RIO ECOSOL. Dentre as “metas” do Projeto 001/2009, MTE/SENAES convênio SICONV 722081, estava a criação do Banco Comunitário da Cidade de Deus (BCCD).

O projeto *Rio Economia Solidária* tem por objetivo fomentar e apoiar o desenvolvimento da economia solidária como alternativa econômica e de inclusão social em quatro Territórios de Paz do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – PRONASCI na cidade do Rio de Janeiro: os complexos do Alemão e de Manguinhos, a comunidade Santa Marta e o conjunto habitacional da Cidade de Deus. Em suas metas, o projeto *Rio Economia Solidária* afirma a cultura da paz, constituindo-se, assim, como ferramenta estratégica de combate à violência urbana no Rio de Janeiro.

Nos quatro Territórios de Paz selecionados, o projeto *Rio Economia Solidária* prevê realizar diagnósticos participativos para a identificação dos tecidos sócio produtivos; formar e capacitar atores locais para atuarem como empreendedores solidários; apoiar materialmente empreendimentos solidários; fomentar a constituição e consolidação de empreendimentos econômicos populares e solidários; estimular a formação de redes sócio produtivas.

Para desenvolver as ações do projeto, a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro planeja criar, em cada um dos quatro Territórios de Paz selecionados, Centros Públicos de Economia Solidária – os Pontos Solidários, especialmente projetados e devidamente equipados para a realização das atividades planejadas, e que servirão de endereço de referência do projeto nos territórios.

O *Rio Economia Solidária* inclui, também, a criação, do primeiro banco comunitário da cidade, em um dos Territórios de Paz em foco nesta proposta. Além de operar sistema alternativo de crédito, especialmente adequado ao perfil da economia local, o banco comunitário estará preparado para realizar operações de câmbio com moeda social, de circulação restrita aos limites do território, para apoiar o sistema de trocas local.

Ainda no escopo da proposta, a Prefeitura dá os primeiros passos para resolver um gargalo antigo da economia solidária – o do escoamento, da distribuição, da comercialização e do consumo de bens e serviços produzidos em ambientes solidários. Nesta direção, o projeto prevê a montagem de feiras de produtos da economia solidária não só em cada um dos Territórios de Paz, mas, também, nos bairros de sua influência. Serão promovidas, ainda, viagens de intercâmbio, entre elas e Feira Latino-Americana de Economia Solidária, que acontece uma vez por ano, na cidade de Santa Maria, Rio Grande do Sul.

Por fim, um Plano de Comunicação será concebido para assegurar visibilidade ao *Rio Economia Solidária* nos Territórios de Paz e junto à opinião pública nacional (PROJETO nº 001/2009 MTE/SENAES CONVÊNIO SICONV 722081 PREFEITURA RIO DE JANEIRO, 2009, p. 17 e 18).

Segundo Sandro Nascimento (2016) – Núcleo de Solidariedade Técnica – SOLTEC/UFRJ, o projeto foi elaborado a partir de diversos diálogos com a SENAES, Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (SEDES), Prefeitura do Rio de Janeiro e SOLTEC/UFRJ (atualmente um programa do NIDES). O projeto é fruto de uma política pública que envolveu o Ministério do Trabalho, Ministério da Justiça e a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Em nível federal, a execução coube à Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e no âmbito municipal, à SEDES. O SOLTEC/UFRJ foi convidado pela SEDES para ajudar na elaboração do projeto e após ter finalizado essa etapa da elaboração, foi convidado a participar do edital para realizar uma pesquisa do tecido sócio produtivo na comunidades do Rio de Janeiro.

Pela complexidade do projeto e para atender seus objetivos foi fundamental a mobilização de organização da sociedade civil e acadêmica, já que tinha como foco quatro

territórios – os Complexos do Alemão e Manguinhos, a Comunidade Santa Marta e o Conjunto Habitacional da Cidade de Deus.

Na Cidade de Deus, a escolha recaiu sobre a localidade conhecida por Lazer, próxima ao -15", no eixo da Avenida Edgard Werneck, que liga o conjunto habitacional ao bairro de Jacarepaguá. Trata-se de uma área central, marcadamente comercial, de fácil acesso, bem servida de linhas de transporte, onde fica a praça principal, em torno da qual gravitam a Igreja católica, a quadra da escola de samba escolas públicas. Uma área que também oferece as condições necessárias para o desenvolvimento do banco comunitário (PROJETO nº 001/2009 MTE/SENAES CONVÊNIO SICONV 722081 PREFEITURA RIO DE JANEIRO, 2009. Anexo III p. 23).

Para Nascimento (2016), foram muito valiosos para o projeto os processos de envolvimento com os atores locais, em todas as ações do RIO ECOSOL, viabilizarem multiplicar agentes de desenvolvimento local em economia solidária, possibilitando que centenas de pessoas se envolvessem na economia solidária criando mais espaços para a atividade no Rio de Janeiro.

Para Marcelo H. Costa (2018), Secretário Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário (entre 2009 a 2012), no período do projeto, para ele o Rio Economia Solidária vem na esteira de um projeto maior, o Programa Nacional de Segurança para a Cidadania (PRONASCI) do Ministério da Justiça (COSTA, 2018). Era um momento político diferente dos dias atuais no país com mais otimismo para as estratégia de pacificação e empoderamento nos territórios populares diferentes das modalidades que são empregadas atualmente. Segundo Costa, o projeto tinha como grande desafio fazer economia solidária em territórios historicamente conflagrados, sem a lógica do poder público intervencionista, não só na Cidade de Deus como também nas outras três comunidades em que estava presente, sem que o estado fosse dono do projeto, mas com compartilhamento em todos os lugares que adentrou. “O projeto afirma a cultura da paz, constituindo-se em uma ferramenta estratégica de combate à violência” (ALVEAR, 2012 *et al.*, p. 12).

O RIO ECOSOL implantou uma metodologia participativa nas quatro comunidades em que foi realizado e desenvolveu com os atores locais ações integradas através da metodologia de pesquisa-ação com a política pública de economia solidária, nos territórios e nos empreendimentos locais. E promoveu a divulgação desses na inclusão no cadastro de empreendimentos solidários de economia solidária da SENAES.

O principal objetivo do projeto era o desenvolvimento de ações de economia solidária que contribuíssem para a construção de alternativas econômicas de fortalecimento do tecido

socioprodutivo, e consequentemente favorecessem o desenvolvimento local dividido em oito objetivos específicos:

1. Realizar suporte técnico, metodológico, de avaliação e monitoramento das atividades do projeto; 2. Instalar quatro Centros Públicos de Economia Solidária; 3. Desenvolver e executar Plano de Comunicação; 4. Pesquisar e mapear dados econômicos sociais e culturais das comunidades beneficiárias; 5. Formar 860 participantes, das quatro comunidades do projeto, em gestão de empreendimentos populares e em economia solidária; 6. Realizar 8 Feiras de Economia Popular e Solidária; 7. Apoiar a constituição e a consolidação de 40 Empreendimentos de Economia Popular Solidária; 8. Implantação e gestão de um banco comunitário (MTE/SENAES CONVÊNIO SICONV 722081 PREFEITURA RIO DE JANEIRO, 2009, p. 3).

Segundo Marcelo H. Costa (2018), o projeto combinava formação, capacitação e desenvolvimento de estratégia de economia solidária. A formação foi desenvolvido por uma ONG com larga experiência em economia solidária (CEDAC), mapeamento do tecido socioprodutivo (SOLTEC/UFRJ), gestão integrada nos territórios a partir da implantação de um ponto solidário, “um guichê ou uma repartição pública”, ou seja, uma ação que tinha apoio do poder público que os moradores trabalhavam. E o banco comunitário com a metodologia do Instituto Banco Palmas, sendo gerido pelo território. Ele enfatiza que, com o projeto, a economia solidária teve um salto principalmente com feiras, e a partir daí muitas pessoas passaram a conhecer a economia solidária. E finalizou com exemplo do projeto na orla de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, no quiosque do Banco do Brasil, onde foi pensada uma associação de produtores da economia, solidária e esses produtores passaram a utilizar o espaço que era destinado ao BB. Esta associação jurídica e legal foi aberta para diversos produtores da economia solidária que quisessem comercializar os seus produtos. Porém, ele percebeu que havia um incômodo dentro da estrutura da própria Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro em colocar os moradores da periferia no espaço destinado aos turistas. Mesmo este projeto gerando uma externalidade positiva na formação e na vida desses empreendedores, pois esta ação teve envolvimento do SEBRAE, de outros atores, gerou aprendizado sobre pontos estratégicos no aspecto gestor de um negócio, passaram a se envolver na escala da produção e das vendas. O ex-secretário afirma que esse trabalho “mexeu em estruturas”, uma alusão ao preconceito social e racial gerado por alguns gestores. Após um ano, o próprio Banco do Brasil retirou a associação do local alegando que o espaço seria utilizado para outras atividades, pois havia pouca divulgação do banco no quiosque. O que em nossa opinião é um retrato da sociedade brasileira.

Em relação aos oito objetivos específicos do projeto, o de número 8 (“implantação e gestão de um banco comunitário”) é um dos objetivos desta tese, mesmo assim não podemos deixar de dizer que o de número 4 (“pesquisar e mapear dos dados econômicos e sociais das comunidades beneficiárias”) foi de grande importância para o projeto, e conseqüentemente para a realização desta tese, pois, através deste trabalho, e com uma certa curiosidade, pude conhecer bem de perto a implantação e a importância de um banco comunitário para um território popular. E a partir do ano de 2011 comecei a estudar esta temática.

3.3.1 Pesquisa e mapeamento dos dados econômicos, sociais e culturais das comunidades beneficiárias

Podemos dizer que meu trabalho como pesquisador responsável em uma das comunidades beneficiárias do projeto Rio Economia Solidária, realizado pelo SOLTEC/UFRJ, no Conjunto Habitacional da Cidade de Deus, foi de intenso aprendizado e saberes compartilhados, pois todos os agentes de pesquisa (pesquisadores de campo) que trabalharam no projeto eram do território, o que revelou um caráter positivo e seguro para a investigação, pois os moradores sabiam onde e o que iam pesquisar.

A pesquisa teve início em novembro de 2010 e terminou no mês de outubro de 2011. Segundo Alvear (*et al.*, 2012), o percurso metodológico iniciou com a “formação da equipe”, com cerca de 32 agentes comunitários de pesquisa, quatro estagiários, quatro pesquisadores, coordenadores de campo, de monitoramento e avaliação, de sistematização, de gestão e um coordenador geral. Logo depois da segunda etapa (“envolvimento dos atores locais”), com a metodologia de pesquisa-ação envolvendo os atores do território fora criada a figura do Comitê Local da Pesquisa, um espaço de troca de saberes sobre as mais variadas questões da comunidade importantes para a pesquisa, que de certa forma era também uma devolutiva do andamento da pesquisa para as instituições sociais do território e outros agentes que tinham trabalhos específicos nos territórios. Após esta fase iniciou-se o “reconhecimento do território” com as incursões na comunidade, e mais especificamente nas áreas pesquisadas. Terminado a fase de arruamento, foi o momento de começar a quarta fase “levantamento de informações complementares”, onde aprofundamos o conhecimento sobre a comunidade através das fontes secundárias “os dados secundários foram pesquisados buscando seguir um roteiro comum, com informações gerais sobre o local, sua história, população, equipamentos públicos economia local, trabalho e renda” (ALVEAR, *et al.*, 2012, p. 24). Por ora também fora realizado um

mapeamento dos atores sociais, ou seja, um quantitativo das organizações que atuam nos territórios divididos por categorias.

Na fase cinco, elaboramos o instrumento da pesquisa “questionário” e realizamos cerca de 96 entrevistas de pré-teste, em média três por agente de pesquisa, sendo aplicado com a possibilidade de correção antes de o processo de investigação iniciar. Foram pesquisados nos quatro territórios cerca de 940 empreendimentos, sendo 216 no Conjunto Habitacional Cidade de Deus, na área geográfica delimitada pela pesquisa conhecida como Quadra Quinze, que compreendia as ruas Israel, Jeremias, Josias, e a Estrada Marechal Miguel Salazar Mendes de Moraes, como também o seu entorno.

E por fim uma pesquisa qualitativa, onde aprofundei o trabalho com uma pesquisa semiestruturada: com uma amostra em torno de 5%, elegemos como temáticas para esta fase a economia solidária e as formas de articulação (cooperatividade). Estes resultados revelaram baixo grau de cooperatividade, e os que mais despontavam certo grau de cooperação eram as atividades que possuíam mão de obra familiar, o que para alguns membros da equipe da investigação foi visto com surpresa, uma vez que nas comunidades as relações sociais são mais próximas, mas esta máxima não pode ser levada em consideração nos casos dos empreendimentos, porque em sua maior parte são oriundos da economia informal e popular, e não da economia solidária, o que consequentemente preza pelas questões individuais e não coletivas, o que pode ser um caráter de sobrevivência ou um retrato do capitalismo vigente. “A pesquisa apontou a quase inexistência de empreendimentos econômicos solidários, ou empreendimentos da Economia Solidária” (ALVEAR, 2012, p. 207).

A pesquisa mapeou 216 empreendimentos que ocupavam cerca de 610 pessoas, uma média de 2,8 pessoas por empreendimento. Destacamos alguns resultados que consideramos importantes para apresentarmos nesta tese e que deveriam ter sido considerados na implantação do BCCD. Sobre o perfil dos empreendedores, a pesquisa revelou que em sua maioria é do sexo masculino (55,6%), tem ensino médio completo (50,0%), tem idade média de 43 anos, e tem rendimento médio de um a três salários mínimos (58,2%). (ALVEAR, 2012 *et al.*, p. 12).

Sobre os empreendimentos, quase 30% possuem entre dois a cinco anos, o que revela um tempo muito curto dos empreendimentos. A maioria com CNPJ (57,9%), sendo esses microempreendedores individuais, do setor de comércio (43,1%), do ramo de alimentação (28,7%) e quase 60%, dessas atividades contavam com apoio de alguém da família, sendo que a maioria utilizou capital próprio para empreender a atividade (70,6%), o que pode revelar à dificuldade para obtenção de crédito. Desses, 75% receberam assistência para empreender o negócio, mesmo assim, “66% dos entrevistados afirmam que necessitam de apoio técnico em

seus empreendimentos”. O que denota a falta de cooperação e fomento para as atividades produtivas no território. E por fim destacamos que 60% dos entrevistados afirmaram que gostariam de colaborar com a comunidade, o que para nós mostra um desejo de mudança na realidade local e/ou engajamento.

A pesquisa qualitativa do Rio Economia Solidária durou cerca de um ano, até a apresentação dos resultados qualitativos, ou seja, a devolutiva na universidade e nos territórios. Nesse processo foi realizado o plano de ação para as comunidades, fase que deveria ter sido iniciada pelo território após o fim do projeto, mas pela falta de capilaridade dos atores locais e a não participação do poder público esse trabalho não avançou. No ano de 2012, a pesquisa gerou uma publicação, organizada pelo Pesquisador-Extensionista do Núcleo de Solidariedade Técnica (Soltec/UFRJ) Celso Alexandre Alvear.

O Instituto Banco Palmas, no período da sensibilização e implantação do BCCD, realizou o mapeamento do consumo local (formulário no Anexo A), uma pesquisa quantitativa e mais rápida do que a do Rio Economia Solidária. Para esta atividade contratou parte da equipe que trabalhou no SOLTEC/UFRJ. Embora tenha sido uma pesquisa mais rápida e com metodologia distinta, tinha a intenção de mapear uma maior parte do território (415 domicílios) com o consumo de alimentos; vestuário; higiene pessoal e beleza; material de limpeza; e outros produtos domésticos. Isso serviria de base para a implantação do banco e revelar o volume de recursos que eram movimentados pelos moradores dentro e fora do território, sendo que estes dados precisavam ser apresentados antes do mês de setembro de 2011 (mês de inauguração do banco). “... o mercado consumidor que vive na própria comunidade e gasta, anualmente, quase R\$ 55,5 milhões fora dela. São 65 mil moradores, sendo que 29% consomem em outros bairros...” (INSTITUTO BANCO PALMAS, 2011).

Os resultados da pesquisa do RIO ECOSOL só ficaram disponíveis no final do mês de outubro de 2011. Em nossa opinião seria importante o diálogo sobre as pesquisas no território. Porém, nunca fomos contatados pelo Instituto Banco Palmas, visto que não haveria problemas em disponibilizar os dados por estarmos envolvidos no mesmo projeto. As investigações tinham instrumentos distintos e geraram resultados diferentes, mas os objetivos eram os mesmos: o desenvolvimento do território. Por tanto, acreditamos que a utilização destes dados poderia ser importante para pensar a proposta do banco. Isto também mostra que as etapas do projeto aconteciam em paralelo, mas desconectadas, por uma exigência do cronograma ou pela falta de articulação entre os atores envolvidos no mesmo projeto.

O Conjunto Habitacional Cidade de Deus, criado na década de 1960 para os oriundos da política de remoção que acontecia na cidade do Rio de Janeiro, era visto como fonte de mão

de obra e prestação de serviços para os bairros mais abastados que cresceriam próximo ao seu território, o que caracterizava total submissão desses habitantes já fragmentados pelo fatídico processo de retirada dos locais que escolheram para seus habitat. Passou ao longo dos seus 50 anos por mudanças em seu tecido espacial, com a divisão do território por uma via expressa que liga a zona norte à zona oeste da Cidade do Rio de Janeiro, expansão das unidades habitacionais na maioria das vezes sem nenhuma assistência governamental, adensamento populacional e agravamento da questão social.

Ao longo desses anos instituições sociais de base comunitária foram criadas no território como alternativa para a superação do processo de desigualdade provocado principalmente pela ausência do estado no que se refere a sua responsabilidade, que infelizmente é muito comum nos territórios populares. O que de certa forma pode levar aos significativo aumento da violência, como foi retratado no filme “Cidade de Deus”. Mesmo apresentando o território no passado, o filme impetrou a imagem da comunidade. Sendo assim seus moradores não se curvaram a essa significância, e como alternativa criaram o Comitê Comunitário, o Plano de Desenvolvimento e consequentemente a Agência, na primeira década dos anos 2000.

Nos últimos anos, a Cidade de Deus, além de ter sido vista como a comunidade que recebeu o presidente estadunidense Barack Obama no país, também recebeu uma série de projetos e programas de maneira concentrada, muitas vezes até solicitados no plano de desenvolvimento local, mas sem um debate com o território, e o pior, com descontinuidade e abandono. Não fizemos uma análise quantitativa dos valores dos projetos e/ou programas e tampouco uma qualitativa dos seus impactos, mas, tendo em vista a pesquisa realizada para elaboração desta tese, como também os números dos recursos que apresentamos neste capítulo, podemos dizer que o território nos últimos 10 ou 12 anos apresentou o maior volume de investimento desde a sua criação, o que consequentemente não foi suficiente para reduzir as lacunas sociais deixadas por aproximadamente 40 anos. E a maior parte destes projetos foram interrompidos e não se transformaram em uma política pública, um dos exemplos é a política de pacificação territorial, que tentou ser um propulsor da redução da violência no território, o que para os governantes acabaria com o problema da comunidade, como fora apresentado no processo de formação do comitê comunitário. Enfim, tudo voltou como era antes, muitas vezes moradores acuados em seus próprios lares, estabelecimentos comerciais evadindo-se, e a carnificina sendo colocada como solução de política pública, uma vez que seus agentes possuem os seus ditos “tipo padrão” preto, pobre e favelado. O que em alguns casos levou a interrupção desta pesquisa.

No entanto, outros projetos conseguiram importância não só pelo fato de poderem elevar a autoestima ao morador, mas por cumprirem seus objetivos, mesmo com todas as dificuldades, como foi o caso do projeto Rio Economia Solidária, que realizou todas as etapas na Cidade de Deus e impetrou os moradores como protagonistas, mesmo que para parte desses poderia parecer ausência do território. É bem verdade que um projeto com esta magnitude deveria ser pensado com viés de política pública, pois os seus resultados qualitativos proporcionaram respostas de que esta prática deveria ter sido evidenciada em prazos mais elásticos, e não apenas para a realização de dois anos, como foi o caso do Banco Comunitário da Cidade de Deus, que logo após o término do projeto passou por dificuldades, como veremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO 4 – O BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS

Moradores da Cidade de Deus terão moeda local a partir do dia 15 com imagens de habitantes ilustres. (AGÊNCIA O GLOBO, 10/09/2011)

Banco comunitário movimenta economia carioca. Comerciantes e moradores da Cidade de Deus comemoram lançamento de nova moeda. (AGÊNCIA SEBRAE, 15/09/2011)

Cidade de Deus ganha primeiro banco comunitário do Rio de Janeiro. (Portal R7, 15/09/2011)

Cidade de Deus tem moeda própria para impulsionar economia local. (SBT BRASIL, 15/09/2011)

Cidade de Deus, no Rio, ganha moeda e banco próprios. (TV BRASIL, 15/09/2011)

Cidade de Deus ganha moeda própria. Cédulas valem só na favela da zona oeste do Rio e dá desconto a quem usa. (ESTADO DE SÃO PAULO, 15/09/2011)

Cidade de Deus ganha moeda própria para fomentar venda. (FOLHA UOL, 16/09/2011).

Real perde a realzeza em vários bolsões mais pobres. (VALOR ECONÔMICO, 20/09/2011).

Brasil: comunidade Cidade de Deus inaugura banco próprio (TELESUR – REDE DE TELEVISÃO MULTI-ESTATAL PARA AMÉRICA, “TELE SUR NOTÍCIAS, 20/09/2011.).

Líderes estampam notas na Cidade de Deus. (CARTA CAPITAL, 27/09/2011)

O marco do projeto Rio Economia Solidária foi o lançamento do Banco Comunitário da Cidade de Deus (BCCD) e da moeda social CDD, no Conjunto Habitacional da Cidade de Deus, em 15 de setembro de 2011, o 63º banco comunitário criado no Brasil, e ainda o primeiro e único banco comunitário na cidade do Rio de Janeiro, teve a sua inauguração logo após seis meses da vinda de Barack Obama no território, e contou com cobertura jornalística dos mais diversos veículos de comunicação do país e do mundo, um pouco parecido com o dia da vinda do presidente estadunidense na comunidade. O que melhorou a autoestima dos moradores, pois mais uma vez a Cidade de Deus não era manchete pelo estigma da violência urbana, mas por uma conquista da comunidade e que de certa forma criou muita expectativa para os grupos, instituições e moradores que se envolveram para o projeto se tornar uma realidade. Segundo Ana Lúcia Serafim Pereira (2018), a partir do banco a Cidade de Deus é mostrada de outra

forma, não só pela violência que assola os moradores, mas teve um sentido de pertencimento, não só no sentido midiático, mas pela criação do banco. (PEREIRA, 2018).

Missão: ser uma estratégia político-pedagógica, social e econômica de organização de produção e de consumo numa proposta ampla de desenvolvimento local e solidário.

Visão ser visto como um poderoso instrumento de organização, transformação e redução de desigualdade da Cidade de Deus, tendo como foco a sensibilização de produtores e consumidores para o desenvolvimento local e solidário.

Valores orienta-se pelos princípios de cidadania, garantindo que o banco comunitário seja uma instituição que extrapola o seu sentido econômico, reforçando o aspecto social e pedagógico; defender o humanismo e resgatar os princípios da economia solidária se opondo ao individualismo, à competitividade exacerbada e ao consumismo; disseminar a prática solidária e de apoio ao cidadão contra a cultura do consumismo e do endividamento; preservar os valores estatutários da Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local; defender a moeda CDD como um bem social da comunidade (BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS, 2016).

A Figura 15 mostra a agitação minutos antes da cerimônia de inauguração à frente da sede do Banco Comunitário da Cidade de Deus, na rua Edgard Werneck, nº 1656, era notória a presença dos moradores, jornalistas e atores envolvidos aguardando o então prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, para dar início à solenidade de inauguração do banco.

Figura 15: Momentos antes da Inauguração do Banco Comunitário da Cidade de Deus



Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

A Figura 16 mostra a presença das autoridades e dos atores locais no ato da inauguração, no primeiro plano, da esquerda para a direita, Paul Singer, Secretário Nacional de Economia

Solidária (2003-2016), seguido por Eduardo Paes, prefeito da Cidade do Rio de Janeiro (2009-2016), Ana Lúcia Serafim Pereira, presidenta do Banco Comunitário da Cidade de Deus, Marcelo Costa, Secretário Especial de Economia Solidária (2009-2012), Dona Benta Neves e Dona Geralda Maria de Jesus, que estampam as notas do banco por sua relevância no território. E, ao fundo, Thiago Mohamed, subprefeito da Barra da Tijuca e Jacarepaguá na época. O ato de inauguração foi marcado por muita emoção dos moradores, apresentações de grupos culturais do território e discursos inflamados das autoridades públicas com o objetivo de elevar a autoestima da comunidade. O prefeito Eduardo Paes, no término do ato de inauguração, anunciou que o Complexo do Alemão seria a próxima comunidade a receber um banco comunitário (o que não se concretizou). Após o ato de inauguração as autoridades seguiram para a utilização da moeda no comércio local.

Figura 16: Inauguração do Banco Comunitário da Cidade de Deus



Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

O banco comunitário é uma ferramenta de economia solidária, o trabalho da instituição será orientar e disponibilizar ferramentas adequadas, sempre exigindo que seus participantes assumam consigo mesmos o compromisso solidário da mudança. Deste modo, as ajudas concedidas se afastam do assistencialismo e se tornaram meios para a construção de uma rede solidária para o desenvolvimento da comunidade (MARIA CRISTINA NEVES, 2018).

De acordo com o Projeto nº 001/2009, MTE/SENAES convênio SICONV 722081 Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, a implantação do Banco Comunitário da Cidade de Deus foi dividida em etapas. A primeira delas foi a “implantação da metodologia de criação de

um banco comunitário”, visitas técnicas para levantamento socioeconômico da comunidade, palestras de sensibilização com técnicos do poder público e a comunidade; oficina sobre economia solidária (ABC da Economia Solidária); oficina sobre clube de trocas com moeda social; curso de manuseamento de caixa; curso de agente e gerente de crédito: módulo I; oficina de planejamento do Banco Comunitário; visitas técnicas de assessoria; oficina de preparação da documentação jurídica da instituição, oficinas para criação dos instrumentos de gestão, mapeamento simplificado da produção e do consumo local, curso de agente e gerente de crédito, oficina sobre moeda social circulante local, oficina de cobrança. Visitas técnicas de assessoria, bem como encontros de formação e troca de experiência da rede de bancos comunitários. Como resultado destas ações se dará início a implantação do banco comunitário com proposta de dois meses.

A segunda, “Consolidação da Implantação do Banco Comunitário”, pode ser entendida como a preparação e edição do material de divulgação sobre o banco comunitário e sua moeda. Além disso, a instalação física do banco, e, por último a “Gestão do Banco Comunitário”, que são as despesas de manutenção operacional e de gestão do banco comunitário, com 10 meses de duração.

O projeto RIO ECOSOL tinha recursos da ordem de R\$ 8.000.000,00 (oito milhões de reais), sendo R\$ 7.840.000,00 (sete milhões oitocentos e quarenta mil reais), valor solicitado pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (PCRJ). Divididos em R\$ 7.282.741,40 (sete milhões duzentos e oitenta e dois mil setecentos e quarenta reais e quarenta centavos), sendo R\$ 557.257,60 (quinhentos e cinquenta e sete mil duzentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos) relativos a despesas de custeio e R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil), relativos a despesas de investimento como contrapartida da PCRJ. E para implantar as oito metas do projeto foram disponibilizados R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais), sendo estes divididos em três partes: a primeira, com R\$ 14.000,00 (catorze mil reais) para cada mês da fase de “Implantação”, que se desenvolveu por dois meses, totalizando R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais); a segunda parte, “Consolidação da Implantação”, com valor mensal de R\$ 5.300,00 (cinco mil e trezentos reais), consolidando-se por 10 meses, obtendo um total de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais); e por último a gestão do banco com o custo mensal de R\$ 4.800,00 (quatro mil e oitocentos reais), com total de R\$ 48.000,00 (quarenta e oito mil reais), também por 10 meses. Em nossa pesquisa:

Meta 8 – Implantação e Gestão de um Banco Comunitário

Nesta meta prevê-se a criação, do primeiro banco comunitário da Cidade do Rio de Janeiro. O Banco Comunitário, além de operar sistema alternativo de crédito,

especialmente adequado ao perfil da economia local, também está preparado para realizar operações de câmbio com moeda social, de circulação restrita aos limites do território, apoiando assim o sistema de trocas local.

O banco comunitário alcança a dimensão de um verdadeiro “sistema econômico”, alternativo ao da economia de mercado, que se apoia em três pilares: a) gestão pela própria comunidade, envolvendo coordenação e operação dos recursos; b) implantação de um sistema financeiro integrado, para o financiamento do desenvolvimento local, que atende, simultaneamente, às demandas de produção, consumo e comercialização; c) e a emissão de meio circulante local, a moeda social, complementar à moeda brasileira oficial, o real, aceita por produtores, comerciantes e consumidores. Um sistema que cria um mercado alternativo e solidário entre as famílias e promove a geração de trabalho, emprego e renda.

Para a criação do banco comunitário são necessárias diversas atividades, a primeira delas se refere à implantação da metodologia de criação de um banco comunitário, ação que se dá a partir de visitas técnicas à localidade; palestras de sensibilização; **oficinas e cursos sobre temas e ações relacionados a economia solidária**, gerenciamento, gestão e planejamento; mapeamento da produção local; clube de **trocas entre outros**.

A segunda atividade refere-se à consolidação da implantação do banco comunitário, para isso faz-se necessário o desenvolvimento de ações de divulgação, preparação e edição de moeda local e a instalação física do próprio banco.

A terceira atividade refere-se à gestão do banco comunitário, ou seja, sua manutenção **operacional**.

Para a realização desta meta faz-se necessária a contratação através de processo licitatório de empresa apta a prestar este tipo de serviço (PROJETO nº 001/2009 MTE/SENAES CONVÊNIO SICONV 722081 PREFEITURA RIO DE JANEIRO, 2009, p. 28 e 29).

4.1 O PROCESSO DE SENSIBILIZAÇÃO E PLANEJAMENTO

Os processos de sensibilização, formação e implementação do BCCD foram muito democráticos e participativos: as reuniões e assembleias foram realizadas na Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local (ACDDL), no Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Unida da Cidade de Deus, na Paróquia Pai Eterno e São José e na Igreja Anglicana Cristo Rei (quando eram reuniões com grande público, utilizava-se os três últimos locais). Assim, a escolha da moeda e de seus personagens, o nome do banco e a própria decisão se o banco era ou não viável à comunidade foram deliberações coletivas e participativas, o que pode ser considerado um dos pontos fortes deste processo de implantação do BCCD.

A seguir apresentaremos as reuniões de sensibilização e planejamento que fomentaram a criação do banco. Ao todo foram realizadas seis reuniões, sendo que na maior parte estivemos presentes, o que também foi importante para aprofundarmos o olhar para esta pesquisa.

4.1.1 Primeira Reunião de Planejamento

No dia 13/05/2011, foi realizada no Ponto Solidário da Cidade de Deus a primeira reunião de sensibilização para a implantação do Banco Comunitário da Cidade de Deus, a ser

desenvolvido com a metodologia do Banco Palmas. “É importante ressaltar que o banco comunitário vai além de uma simples concessão de microcrédito e se constitui num programa de desenvolvimento local que passa pela autonomia da comunidade, bem como pela sensibilização para a solidariedade e colaboração” (MELO NETO; MAGALHÃES, 2003).

O evento não teve um número muito expressivo de empreendedores, atores sociais e moradores do território. Na apresentação do Coordenador Geral do Instituto Banco Palmas, Joaquim de Melo Neto abordou alguns aspectos do banco comunitário como: objetivo de ofertar crédito com inclusão socioprodutiva, cursos de educação financeira e perfil do público do banco, cuja maior parte é composta por mulheres oriundas de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família, do Governo Federal, com registro no Serviço de Proteção ao Crédito (SPC); desempregados e pessoas que estão na linha da pobreza. Outra característica apresentada é que o banco possibilita meios para que o dinheiro dos moradores circule no território onde eles moram, promovendo assim o desenvolvimento social e econômico do local, através do fluxo circular da renda. E ressaltou a possibilidade do pioneirismo da Cidade de Deus em receber a implantação do banco comunitário com a metodologia do Banco Palmas na Cidade do Rio de Janeiro.

Após a apresentação do Gestor do Banco Palmas, moradores, lideranças e empreendedores locais presentes no encontro elogiaram a proposta de implantação do banco comunitário. Porém, ressaltaram que o seminário deveria ter sido mais divulgado. Segundo eles, os moradores da Cidade de Deus possuem poucas informações sobre o assunto tratado no encontro, sendo que esses serão os maiores beneficiados com a proposta, mas para isso precisam ser consultados, se apropriar e assim executá-lo.

Uma liderança local abordou que a reunião não teve um quórum suficiente de moradores para deliberar um projeto de extrema complexidade para o território, e que a maior parte dos participantes no seminário eram pessoas envolvidas no Projeto Rio Economia Solidária. Diante desse cenário as lideranças locais propuseram a realização de uma nova reunião com melhor divulgação para que os moradores, empreendedores e atores sociais da Cidade de Deus possam ser informados sobre o projeto, com isto foi elaborada uma estratégia de divulgação para a reunião do dia 31/05/2011, às 18h, na Igreja Anglicana, e mais uma vez fazer a sensibilização sobre o Banco Comunitário. A proposta de divulgação foi o uso de um carro de som, a colocação de 10 faixas em locais de grande circulação da comunidade e a impressão de cinco mil convites a serem distribuídos em todo o território.

4.1.2 Segunda Reunião de Planejamento

Apesar de não ter participado da 2ª reunião do banco comunitário, no dia 31/05/2011, mas de acordo com a entrevista concedida por Ana Lúcia Serafim Pereira – Presidenta do Banco Comunitário da Cidade de Deus, a reunião/plenária teve um grande número de participantes da comunidade.

A atividade objetivou mostrar a importância do banco comunitário para a Cidade de Deus. E os moradores definiram que o banco era importante para o território e que o mesmo deveria ser implantado. Logo depois foi agendada outra reunião para o dia 10/06/2011.

4.1.3 Terceira Reunião de Planejamento

No dia 10/06/2011, às 14h, foi realizada no Ponto Solidário da Cidade de Deus a terceira reunião de planejamento para a implantação do banco comunitário. O evento contou com a presença do Coordenador Geral do Instituto Banco Palmas, Joaquim de Melo Neto, do Secretário de Desenvolvimento Econômico Solidário da Cidade do Rio de Janeiro, Marcelo H. Costa, e da Administradora do Ponto Solidário da Cidade de Deus, Ana Lúcia Serafim Pereira.

Na apresentação de Joaquim de Melo foram abordados os seguintes pontos: a) Entidade gestora Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local (ACDDDL); b) local de funcionamento do banco, rua Edgard Werneck, 1656 – CDD – Jacarepaguá; c) número de funcionários (quatro): um caixa; um atendente; dois analistas de campo, sendo que dois destes nomes serão indicados pela SEDES/PCRJ Projeto Receso; d) o volume mínimo de recursos para abertura do banco deve ser de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), sendo razoável um crédito de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), mas, para conseguir este montante, a entidade gestora Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local (ACDDDL) deverá captar com os bancos do sistema financeiro formal; e) modelo de operação do crédito – através de um fundo de aval, que pode ser captado junto da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, ideia apoiada pelo secretário Marcelo Costa; f) correspondente bancário podendo ser a Caixa Econômica Federal ou o Banco do Brasil; g) nome do banco; os participantes sugeriram 11 nomes, sendo eles:

1. Banco CDD; 2. Banco Cidade de Deus; 3. Banco Comunidade Unida de CDD; 4. Banco Comunitário de CDD; 5. Banco da Comunidade de CDD; 6. Banco de Desenvolvimento Local; 7. Banco Guarani; 8. Banco Rio Grande; 9. Banco Territorial de CDD; 10. Banco Trevo CDD; 11. CDD Rio;

Em seguida foi pensado o nome da moeda comunitária (h); os participantes sugeriram cerca de 25 nomes:

1. Carioca; 2. CDD nunca esquecer; 3. CDD Rio; 4. CDD; 5. Céu; 6. Cobra; 7. Criação; 8. Éden; 9. Esperança; 10. Garça; 11. Guarani; 12. Jacaré; 13. Lírio; 14. Livre; 15. Mágica; 16. Paraíso; 17. Pataca; 18. Resistência; 19. Rico; 20. Santinha; 21. Santinho; 22. Semente; 23. Verde; 24. Verdinha; 25. Vitória CDD.

Na sequência, Joaquim de Melo pediu a formação de grupos para escreverem os objetivos e missão do Banco CDD, i) o que é o Banco de CDD (objetivo e missão) – após o término os originais foram recolhidos por ele. E, por fim, o organograma, a ideia inicial e a composição – conselho local (não é operativo), com parceiros da ACDDDL, entidades e comunidades sendo elas:

1. Amunicom – Associação de Moradores União Comunitária Cidade de Deus; 2. Associação Comercial de CDD – naquele momento estava sendo restabelecida; 3. Associação de Moradores; 4. ASVI – Associação Semente da Vida /Bairro Educador; 5. Bairro Educador; 6. Banco do Brasil; 7. CEACC – Centro de Estudos e Ações Culturais e de Cidadania; 8. CECFA – Centro Educacional Criança Futuro e Adolescência; 9. Comitê Comunitário CDD; 10. CRAS/Elis Regina – Centro de Referência de Assistência Social Elis Regina; 11. CRJ – Centro de Referência da Juventude; 12. Feira do Talento – Farmanguinhos; 13. Fórum da Baixada de Jacarepaguá 14. Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Unida de Jacarepaguá; 15. Grupo Alfazendo/Rede Eco; 16. Grupo de Capoeira Aliança Ariri; 17. IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas; 18. Inezita/7ª CRE Luiz Carlos Prestes; 19. INPAR – Instituto Presbiteriano Álvaro Reis; 20. Instituto Dona Benta ou Comitê da 3ª Idade; 21. Igreja Anglicana; 22. Igreja Católica Pai Eterno e São José; 23. Igreja Evangélica (escolher um representante); 24. Assembleia de Deus Ministério Deus dos Humildes; 25. Igreja Assembleia de Deus Ministério Jeová Nissi; 26. OSAMI – Obra Social Apoio ao Menor e ao Idoso; 27. Posto de Saúde de CDD; 28. RA/PCRJ – Região Administrativa de Jacarepaguá/CDD; 29. SEDES/PCRJ – Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário; 30. SESI – Serviço Social da Indústria; 31. UPP/Social – Unidade de Polícia Pacificadora; 32. Restaurante Popular (não para o Conselho mas para o uso da moeda local).

Segundo Joaquim de Melo, os seis primeiros meses serviriam de aprendizado, para conseguir grandes resultados. E, no primeiro ano, o banco daria uma pequena resposta, porque as denominações locais do território da Cidade de Deus são paradigmas ainda não esclarecidos (locais conhecidos como Pantanal, Rocinha II ou Casinhas, Apartamentos, e Quinze, Catorze e Treze) entre os próprios moradores.

Por fim, Joaquim de Melo definiu os critérios para ter acesso ao crédito, pelo menos nos seis primeiros meses, são:

1. ser morador de uma das comunidades do projeto RIO ECOSOL; 2. não ter restrição no SPC e no Serasa, ou oferecer explicação razoável (o que não ficou claro); 3. ter fiador ou formar um grupo solidário; 4. Comprovar a atividade produtiva.

E, mais adiante, elencou a importância de enumerar os empreendimentos levantados pelo CEDAC e pelo SOLTEC/UFRJ, no Projeto Rio Economia Solidária, para estes dados sejam elementos importantíssimos para o banco comunitário. Os empreendimentos pesquisados devem ser inseridos na cartografia *Google*; foi solicitado o mapeamento do comércio da Cidade de Deus e que este fosse enviado para o seu correio eletrônico.

Segundo Juliano Martins, responsável pela logística do Projeto Rio Economia Solidária, o Instituto Pereira Passos e a SEDES/PCRJ plotaram todos os empreendimentos de economia solidária no Rio de Janeiro. Logo após esta informação Joaquim de Melo ressaltou a importância de realizar uma plenária com os comerciantes locais para explorar e discutir o ideal do banco comunitário. Embora estes empreendimentos estejam longe de serem a maioria na Cidade de Deus.

No final do encontro foi determinado o prazo para o *layout* com as ilustrações das cinco cédulas, dia 22/06/2011, e ficaram agendadas as reuniões seguintes de planejamento para os dias 16/06/2011 – quinta-feira, às 13h; 21/06/2011 – terça-feira, às 13h; 30/06/2011 – quinta-feira, às 18h; 12/07/2011 – terça-feira, às 13h; 13/07/2011 – quarta-feira – com os comerciantes – 9h; 28, 29, 30/07/2011 – durante o dia inteiro, treinamento de funcionário do banco.

4.1.4 Quarta Reunião de Planejamento

A reunião do dia 16/06/2011, realizada no Ponto Solidário da Cidade de Deus, foi liderada por Ana Lúcia Serafim Pereira (Lucinha) – Administradora do Ponto Solidário da Cidade de Deus. O objetivo da reunião foi eleger o nome do banco, da moeda e sua missão.

Porém, alguns deles questionaram mais uma vez a baixa participação da comunidade, cerca de 40 pessoas. Lucinha ressaltou que a distribuição dos convites foi feita pessoalmente aos comerciantes e a todas as entidades do território. Esse convite foi relacionado em protocolo com endereço e telefone de cada convidado, que assina o recebimento. O convite é estendido a outros convidados por *e-mail* ou diretamente por telefone. Portanto, os procedimentos estão corretos, mas na opinião dela o problema é o desânimo dos moradores da Cidade de Deus.

Já Carlos Alberto, do Grupo Afazendo, sugeriu alguns nomes de moradores da comunidade para fazer a ilustração e o *layout* das cédulas: Pablo das Oliveiras, Eduardo Villarin, Waldomiro e Renato. E logo depois assumiu a direção da reunião e redefiniu a pauta incluindo a tarefa de discutir os objetivos e a missão do banco comunitário, porque Lucinha se retirou do auditório para outra reunião do projeto Rio Economia Solidária.

Os participantes realizaram uma dinâmica na qual se dividiram em cinco grupos para eleger o nome do banco, o nome da moeda e a missão. As propostas para o nome do banco e o da moeda foram escolhidas por votação acalorada. Ficaram assim definidos: Banco Comunitário da Cidade de Deus, e a moeda CDD\$. A missão foi apresentada por cada um dos cinco grupos:

Grupo 01: Fomentar o desenvolvimento das pessoas e do local pensando em uma inclusão socioprodutiva da comunidade de Cidade de Deus na perspectiva da economia popular e solidária. Apoiar o comércio, os serviços, os empreendedores individuais e coletivos, o formal e o informal.

Grupo 02: Desenvolver a comunidade de Cidade de Deus na perspectiva da economia popular e solidária.

Grupo 03: Atender as diversidades locais; atendimento diferenciado às mulheres pequenas empreendedoras; buscar o envolvimento integrado ao território; promover e implementar ações junto aos pedidos de crédito para reforma de imóveis que utilizem material adequado, e para isso buscar parcerias com instituições governamentais que viabilizem esse atendimento; promover o acesso aos diferentes seguimentos para efetuar compras em conjunto obtendo melhor resultado; trabalhar com um cadastro de prestadores de serviços (hidráulicos, eletricitas etc.) credenciados para serem indicados aos solicitantes de créditos para reforma de imóveis, e desta forma gerar uma maior circulação da moeda no território.

Grupo 04: Fomentar o comércio e a atividade econômica comunitária no território.

Grupo 05: Promover o desenvolvimento socioeconômico do território através da moeda social/local. Promover o fluxo circulante da renda no território. (BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS, 2011)

Pelo debate, a escolha da missão ficou acordada para a reunião seguinte, do dia 22/06/2011. No final da atividade foram pensados outros moradores da comunidade para a criação do *layout* do Banco Comunitário da Cidade de Deus: Pablo Oliveira, irmão Anderson Augusto e Villarin.

4.1.5 Quinta Reunião de Planejamento

A quinta reunião de planejamento para a implementação do Banco Comunitário da Cidade de Deus, realizada no dia 22/06/2011, às 13h, no Ponto Solidário da Cidade de Deus foi dirigida pelo Coordenador Geral do Instituto Banco Palmas, Joaquim de Melo. A atividade contou com as seguintes presenças: Eugênio Soares – Subsecretário de Projetos e Apoio ao Desenvolvimento Local (SEDES/PCRJ), Vinícius de Assumpção Silva – Subsecretário de Políticas Emancipatórias e Empreendedorismo Social SEDES/PCRJ, Tereza Mara Cruz – Gerente de Operações do Projeto Rio Economia Solidária, Tânia Malheiros – jornalista do Projeto Rio EcoSol, Ana Lúcia Pereira Serafim (Lucinha) – Administradora do Ponto Solidário da Cidade de Deus.

A instalação de um banco comunitário é um dos elementos que refletem a disposição da comunidade para promover o desenvolvimento humano e social por meio da mobilização local, da construção coletiva do conhecimento, da criação e manutenção de espaços de participação, da valorização dos talentos e recursos locais e da articulação intersetorial das parcerias internas e externas à comunidade (FRANÇA FILHO, 2013).

A atividade foi aberta por Lucinha, que em seguida leu as anotações da quarta reunião (16/06/2011). Uma das partes dizia que “a assembleia, através do voto direto, definiu o nome do banco que assim é: Banco Comunitário de Cidade de Deus”.

O nome da moeda também voltou à pauta. A denominação CDD foi aprovada pela maioria, com um adendo proposto por Carlos Eduardo Ferreira de Oliveira (Grupo Afazendo e Rede Eco) de levar para apreciação de profissional de *marketing* e elencou os nomes sugeridos pelos 40 participantes. A inclusão da Comunicação não foi colocada em assembleia, mas, sim, no ato da redação da série documental classificada como reunião/anotações do Ponto Solidário da Cidade de Deus, assim registrada foi sugerido encaminhar para Flavia Cavalcanti, responsável pela Comunicação do Projeto Rio Economia Solidária.

Depois de um caloroso debate a assembleia assegurou o nome da moeda social e do banco, denominados CDD, nome afirmado por quase totalidade dos presentes, confirmado pelo sentimento de resistência e elemento de identidade cultural guardados na alma da comunidade da Cidade de Deus, e Banco Comunitário da Cidade de Deus.

Outro item retomado da quarta reunião foi o uso de marcos históricos da memória da CDD nas estampas das cinco cédulas solidárias. Por sugestão do esportista Marcelo Quilombo, o jacaré entrou na lista. Alguns participantes demonstraram restrição à imagem do animal, que

no território está associada à ditadura do tráfico. Os inocentes e resistentes jacarés que vivem nos rios Grande, Estiva, Banca da Velha foram rejeitados, e assim foi intensificado o debate.

Joaquim de Melo começou a sua participação na atividade lembrando que era a quarta vez que estava na Cidade de Deus “e que está certo de que preciso ficar mais tempo no território para entender quando a Lucinha diz que tem pouca gente nos encontros”. Para ele, pelo número de participantes na última reunião (40 pessoas) mostrou que a iniciativa está indo de forma positiva, portanto, na reunião do dia 30/06/2011, foi apresentado o planejamento do banco comunitário, e se iniciou a plenária com os comerciantes locais para explorar, discutir e entender o ideal do banco comunitário. Começou com uma apresentação com o uso de projetor, exibindo um texto que elaborou tendo como base as respostas dos quatro grupos constituídos na 3ª reunião (10/06/2011) e com o acréscimo de mais respostas elaboradas na 4ª reunião. Também indicou a formação de um grupo para redigir o documento final. O grupo foi formado por Maria Cristina Neves Costa (Grupo Revivendo Arte), Carlos Eduardo Ferreira de Oliveira (Grupo Alfazendo/Eco Rede), Laudelina de Almeida Ferreira (Agência Comunitária da Cidade de Deus).

Dois outros pontos foram colocados em pauta na reunião, primeiro a constituição do Conselho Local do Banco Comunitário da Cidade de Deus retomou a pauta com o pedido de inclusão dos representantes do Instituto Dona Benta (Benta Neves do Nascimento), da Abosep (Sandra Maria Rosa) e pelo Centro Cultural Tupiara (Severino Gomes da Silva). E segundo sobre a abrangência do território da Cidade de Deus que o banco comunitário iria atender. Carlos Alberto Ferreira de Oliveira (Grupo Afazendo/Rede Eco) definiu com a seguinte frase: “Em Cidade de Deus ou acontece com todos ou está fadado a não dar certo. Este banco tem uma base territorial dividida em 14 pequenas áreas. Futuramente, o entorno”.

Com a participação e o estímulo dos moradores, a quinta reunião teve participação qualitativa da comunidade, no sentido de colocarem suas ideias na intenção de colaborar com a vinda do banco para o território. Logo fora definido um dos critérios para a concessão de crédito, que é ser morador da Cidade de Deus. Os produtos iniciais do banco são: crédito de produção, crédito para consumo e moeda social. Novamente foram apresentados por Joaquim de Melo os produtos do banco comunitário da Cidade de Deus.

Crédito para produção:

Bolsa Família – até R\$ 150,00

Economia popular – até R\$ 400,00

Empresarial – até R\$ 800,00

Semic – Linha de microcrédito da CEF – até R\$ 1.500,00

DRS – Linha de microcrédito do BB

Crédito para consumo:

Moeda social – até 100,00 (pensar em comerciantes estratégicos)

Microseguro: futuramente

Correspondente bancário:

Caixa Econômica Federal (BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS, 2011).

Joaquim de Melo avaliou que os três primeiros meses são os mais difíceis porque é o tempo que as pessoas têm para avaliar o banco. Para ele é bom começar com poucos comerciantes, em torno de 10, pois o impacto da nova moeda é pequeno e melhor para avaliar. Carlos Eduardo (participante da reunião) – “É bom esclarecer que o crédito virá para todos e que os três primeiros meses são para aprender a lidar com o banco e com a nova moeda”. Márcia Valéria M. R. Santos (comerciante que faz parte do grupo que restabelece a Associação Comercial de CDD) – fez uma sugestão para que talvez o banco possa contribuir orientando as pessoas que estão com problemas no Serasa e no SPC. Para ela, as pessoas têm vergonha de dizer que estão doentes e se fecham no quarto, e no caso de estarem devendo é pior. Joaquim de Mello respondeu da seguinte forma “vou abrir uma nova janela – perspectiva para o futuro, que pode tratar do problema”. A afirmativa da Comerciante Márcia Santos reforça a ideia de educação financeira do banco.

Em relação às cédulas da moeda CDD, Eris Cardoso Júnior (presidente do Conselho Comunitário Gabinal Margarida) sugeriu a imagem do Cristo Redentor para estampar uma das moedas. A opinião de Carlos Eduardo (morador da Cidade de Deus) foi contundente, CDD é um nome que pertence ao lugar, por isso é caro para os moradores. “Por longos anos não podíamos falar que éramos da Cidade de Deus por conta da discriminação [estigma]. E nós resistimos, então está decidido que o nome da moeda é CDD! [Aplausos!] (Ana Lucinha – convicta e emocionada). (BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS, 2011).

Nas cédulas oficiais é praxe estampar a imagem de alguma pessoa representativa no território, para este caso sugiro o nome do João Batista dos Santos, primeiro presidente da Associação de Moradores que dá nome ao CIEP João Batista dos Santos, situado na Praça Pe. Júlio Grooten.

Diante do nome do banco e da moeda, os participantes definiram a missão e pensaram em pessoas e locais representativos para estampar as notas (moedas) do Banco Comunitário da Cidade de Deus. Com isso, alguns moradores e/ou instituições se responsabilizaram para conseguirem as imagens que são símbolos para a moeda social, são eles: João Batista dos Santos – líder comunitário (já falecido), Ponto Solidário da Cidade de Deus e Sandra Maria Rosa (Abosep); Benta das Neves do Nascimento – líder comunitária do Instituto Dona Benta, Ponto

Solidário da Cidade de Deus; Pe. Júlio Grooten – padre da igreja católica; Cleonice Dias; Persiliana – professora da creche (já falecida); Eris Cardoso (morador); Dona Geralda – moradora, Ponto Solidário da Cidade de Deus.

Joaquim de Melo pediu permissão aos moradores para que, uma equipe de documentaristas franceses pudesse filmar a reunião do dia 30/06/2011. E foi além, “vamos nos mobilizar para a grande plenária do dia 30, que irá legitimar o planejamento com 300 pessoas”. O local escolhido para a grande plenária da 6ª Reunião de Planejamento do Banco Comunitário da Cidade de Deus foi a sede do Grêmio Recreativo Escola de Samba Mocidade Unida de Jacarepaguá. Os senhores Eris Cardoso e Bruno Machado UPP/Social ficaram responsáveis em providenciar o som e as cadeiras para a reunião.

4.1.6 Sexta Reunião de Planejamento

A atividade do dia 30/06/2011, conforme o convite na Figura 17, teve um público muito significativo, e foi realizada no horário noturno, no Grêmio Recreativo de Escola Samba Mocidade Unida de Jacarepaguá. Nessa reunião a maior parte da população passou a conhecer um pouco mais sobre o banco comunitário e seus conceitos e fazer seus questionamentos sobre o mesmo. Foi uma plenária aberta, mas também serviu para apresentação dos modelos da moeda (CDD) para a população.

Segundo o subsecretário de Desenvolvimento Econômico Solidário Vinicius Assumpção: “A emissão de CDDs será de acordo com o aporte inicial de dinheiro da instituição comunitária. ...conforme o projeto comece a se desenvolver, a tendência é que a moeda seja emitida em maior volume... o impulso no desenvolvimento será motivado pelas vendas e empréstimos feitos pelo banco” (PORTAL G1, em 29/06/2011). Além de ter sido bem esclarecedora, a atividade foi ampla e contou com a cobertura da imprensa, a relação democrática na sensibilização para implantação do BCCD foi bem conduzida, porém, não podemos dizer que os moradores e ACDDDL sabiam que seriam os responsáveis diretos pela consolidação do banco a partir da sua inauguração. No término da reunião foi agendada a inauguração do Banco Comunitário para o dia 25/08/2011, porém a inauguração aconteceu no dia 15/09/2011.

Vale destacar que, no dia 18/08/2011, foi realizada outra reunião no Ponto Solidário, ou seja, na Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local e futura sede do Banco Comunitário da Cidade de Deus com as lideranças locais e responsáveis governamentais pelo BCCD. Segundo relato do evento realizado pela ACDDDL, compareceram à reunião Mário

Pereira Lima Filho, Supervisor de Canais do CEF; Joaquim de Melo, Coordenador do Instituto Palmas; Marcelo H. Costa, SEDES; Ana Lúcia Serafim Pereira, presidente do BCCD; Silvia Regina de Almeida Contadora da ACDDL; Paulo Magalhães, sociólogo; Maria Cristina Neves, Grupo Revivendo Arte; Sandra Maria Rosa, Abosep; Benta Neves, Instituto Dona Benta da Terceira Idade; Cleonice Dias, Fiocruz; Carlos Alberto de Oliveira Ferreira, Grupo Alfazendo; e Adriana Bezerra, CEDAC. A reunião teve como objetivo organizar o planejamento para o funcionamento do banco, algumas pendências que eram importantes para a abertura foram tratadas e organizadas. Os pontos importantes foram: a divulgação para o uso da moeda – o Instituto Palmas se prontificou em elaborar panfletos e adesivos explicativos para serem fixados nos comércios; a documentação dos membros do conselho da agência para elaboração do convênio entre o BCCD e a CEF, que, por fim, poderá liberar o equipamento para o correspondente bancário, a contadora ficou responsável por encaminhar; Mário Pereira, CEF, ficou responsável por entregar uma senha que irá gerar um código para a transmissão de dados entre a CEF e o BCCD; o cadastro ou termo de adesão de cada comerciante (Anexo C) – ficou registrado que no dia da inauguração também serão entregues panfletos nos pontos comerciais que aceitam a moeda; o lastro da moeda (R\$), segundo Joaquim de Melo, não quebra; o atrativo da moeda CDD, empréstimo sem juros, é empréstimo até R\$ 800,00, e recebimento de pagamentos de contas e boletos bancários, pelo correspondente bancário.

Todas as lideranças presentes ressaltaram a importância do BCCD para o território. No final da atividade foi definido um cronograma de atividades: 23/08/2011, às 9h30min – formação para a comissão de mobilização, tendo como responsável o CEDAC; 25/08/2011, às 17h – Plenária do Conselho Gestor do BCCD e comerciantes locais para apresentação do mapeamento do consumo local; 30/08/2011 – apresentação dos termos de adesão do comércio local pela comissão de mobilização; 12/09/2011, às 19h – plenária popular com o setor privado, apresentação de divulgação do material para inauguração.

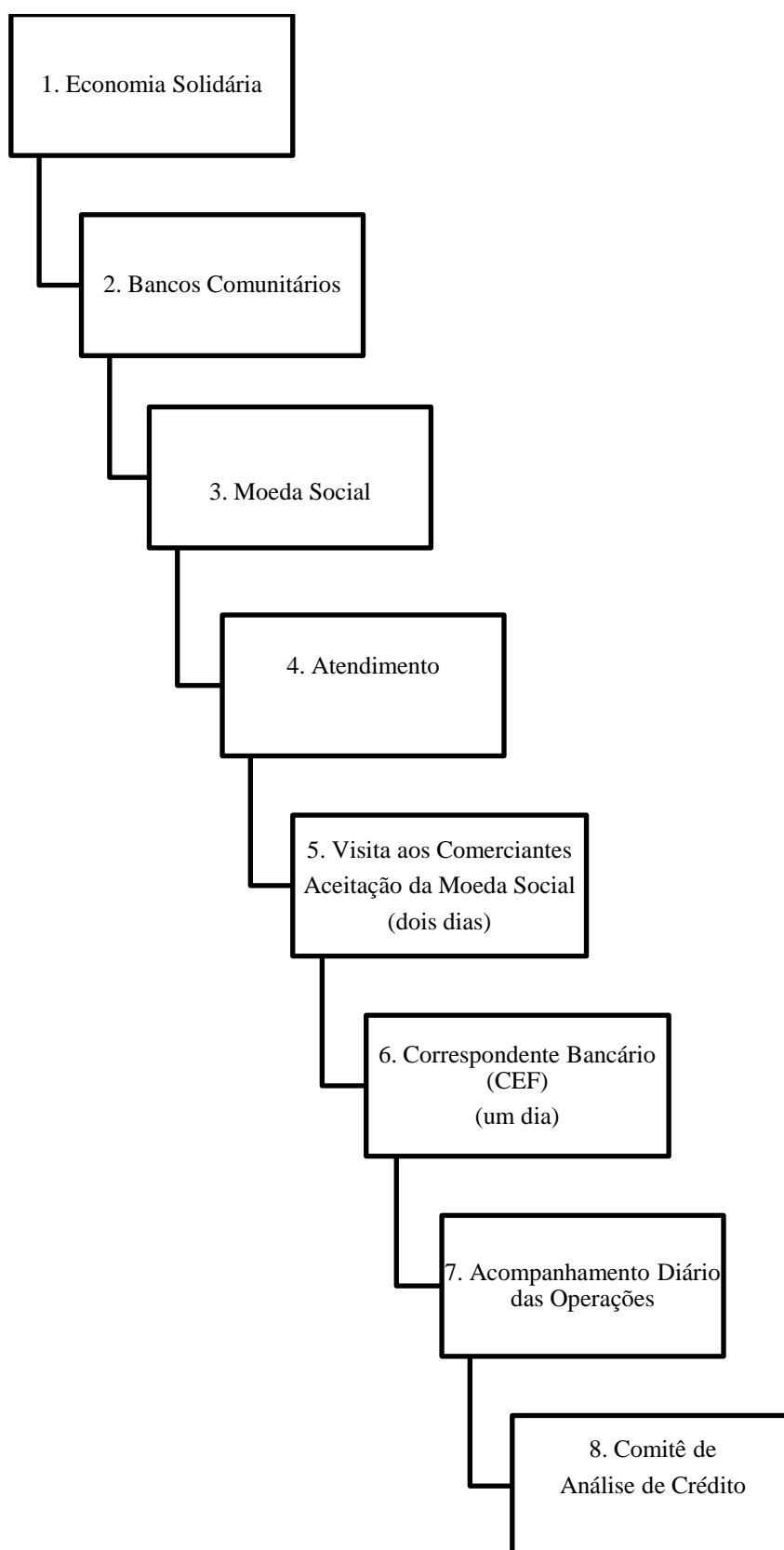
De acordo com a Figura 18, o BCCD foi inaugurado no dia 15/09/2011, oferecendo aos moradores a oportunidade de fazer câmbio com moeda social CDD, empréstimos para produção de empreendedores e consumo, além de ser correspondente bancário da Caixa Econômica Federal.

4.2 PROCESSO DE FORMAÇÃO

Para definir o processo de formação entrevistei Otaciane Barros (Tatá), Técnica do Instituto Banco Palmas, responsável pelo processo de formação para o trabalho no BCCD. Esta

atividade teve um período de três meses, iniciada em setembro de 2011, estendendo-se até o mês de novembro do mesmo ano. Para Tatá a atividade de formação, que logo depois se tornou uma assistência diária, foi dividida em etapas (30 dias, 15 dias, e por último 20 dias).

Segundo Otaciane, alguns processos de formação na implantação de um banco comunitário dos quais ela participou podem ter sido deixados a desejar pelo Instituto Palmas, o que de certa forma é até normal em alguns aspectos, porque existe uma possibilidade de retornar e corrigir as falhas, mas no caso da Cidade de Deus o trabalho foi muito bem caprichado, “muito bem arrumadinho, pois tinha uma simbologia por ser no Rio, que é a porta de entrada para o país”. O capricho na formação foi de suma importância, ao ponto que, quando se via algum problema no processo, o mesmo era relatado e rapidamente corrigido. Ela ressalta que a comunidade teria que “tomar conta e se apropriar”. Talvez, o processo de apropriação não tenha sido tão bem-feito, por conta da característica jurídica e organizacional do Banco Comunitário da Cidade de Deus, pelo banco ser uma das atividades e/ou parte do portfólio da Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local. Tatá também enfatiza que o pensamento da coletividade e da autogestão nas decisões sobre o banco deve ser sempre levado em consideração, mesmo sem desconsiderar a hierarquia em algumas tomadas de decisões. Estas peculiaridades podem garantir maior solidez ao processo de implantação do banco, o que consequentemente será importante para a consolidação. As fases do processo de formação são mostradas na Figura 17.

Figura 17: Fluxograma de Formação – Banco Comunitário da Cidade de Deus

É iniciado por uma conversa sobre os conceitos de **Economia Solidária**, o que para a técnica do Instituto Banco Palmas é uma “filosofia de vida”, quando se pensa o banco pensa-se a parte financeira, mas com uma forma solidária, “o ideal é que as pessoas, ou seja, as funcionárias se reconheçam como parte desse processo e tomem para si e repliquem para a comunidade”. Para ela, existia na Cidade de Deus, mas nem sempre quem devia possuía espaço para fazer.

A segunda etapa do processo é o **banco comunitário**, o seu significado e funcionamento, fase chamada por Otaciane de “bate-papo para sentir as coisas do banco”, na verdade, esta fase tem a intenção de fazer com que as funcionárias entendam o funcionamento das atividades na instituição. O terceiro passo é a **moeda social** (tabelas de controles das entradas e saídas do caixa e emissão da moeda), o que de maneira geral acontece simultaneamente com a segunda fase.

Em seguida, **atendimento**: vale ressaltar a maneira diferenciada no atendimento do banco comunitário com uma linguagem próxima da população. Para Tatá, o banco nasceu para ser um “banco diferente, com uma linguagem diferente da utilizada pelos bancos tradicionais, o banco está a serviço da comunidade, não a comunidade a serviço do banco”, mesmo os funcionários sendo moradores da comunidade e possuindo uma linguagem popular, essa questão é sempre reforçada, “não precisa fazer firula para atender”, para ela, é preciso utilizar uma linguagem que a comunidade entenda. Esse diferencial no atendimento reflete na tentativa de resoluções dos problemas pessoais dos clientes até a prática de educação financeira.

A quinta etapa é a **visita aos comércios**, que ela chama de “cadastro dos comércios para aceitar a moeda social”, que neste período de formação foi realizado em dois dias com as quatro funcionárias do banco, sendo dividido em dois grupos (Otaciane Barros e Elisângela, ex-funcionária do Instituto Palmas, ficavam, cada uma, com duas funcionárias. A atividade teve continuidade em outras semanas do processo de assistência do Instituto Banco Palmas ao BCCD.

A etapa seguinte fase é o **correspondente bancário**, onde são inseridas as questões de controle dos recursos recebidos com os pagamentos. Normalmente acontece quando todas as atividades estão formatadas, para Tatá esse recurso é importante porque é uma forma de captar novos clientes para o banco, pois através do pagamento de uma conta os moradores passam a conhecer o banco.

A fase seis, **acompanhamento diário das operações**, verifica o atendimento que é observado pelas técnicas do Instituto Palmas: os pontos que exigem modificações são anotados e analisados para possíveis correções. Por fim, o **comitê de análise de crédito (CAC)**, que

verifica a utilização da moeda e do controle do crédito. Formado por um grupo de pessoas que se reúnem com o analista de crédito após a visita deste ao tomador de crédito, logo se verifica “os prós e os contras” da concessão do crédito, ou seja, se as informações descritas na visita de análise são verídicas. Pois se algo estiver errado ele retorna com a informação e pode até restringir o crédito. Geralmente, este analista é a mesma pessoa que atendeu o cliente no banco, pois, de maneira geral, a estrutura dos bancos é enxuta. Depois de todas as informações verificadas o CAC aprova ou reprovava o crédito.

Após este período de formação as funcionárias trabalham sozinhas. E o ciclo de formação passa para a fase de **assistência**, pois tudo é acompanhado novamente, em alguns casos a distância e outros de forma presencial, principalmente quando as questões envolvem relacionamentos interpessoais.

4.3 PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO

A partir do princípio que o BCCD foi fomentado, implantado, apoiado por diversos atores e parceiros apresentamos nesta seção as percepções de alguns atores que elegemos como importantes para a criação e o funcionamento do banco. Destacamos quem fomentou, na figura da SEDES (o secretário que estava à frente da pasta na prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro à época); logo depois, quem implantou com a coordenação do Instituto Banco Palmas; em seguida quem contribuiu destacando os papéis da SENAES e da Rede Brasileira dos Bancos Comunitários.

4.3.1 Quem fomentou (Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário – SEDES)

O professor Marcelo H. Costa, que esteve à frente da SEDES entre 2009 e 2012, não trabalha com a ideia de certo e/ou errado na implantação de um banco comunitário, mas com o fator tempo. Cita como exemplo a experiência de Maricá, onde o banco é utilizado em toda a cidade, com administração distinta do BCCD, com muito mais recursos e com certa impressão de ingerência do poder público sobre a atividade, apesar de não conhecer os detalhes do projeto para avaliar o todo e que a experiência possui pontos positivos, como também foi o caso do BCCD (COSTA, 2018).

Segundo Costa, durante todo o tempo a implantação foi dialogada com a Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local, mas o fato de se consolidar ou não no território não tem uma relação só com preparação, como também com elementos da comunidade Cidade

de Deus e da Cidade do Rio de Janeiro. Pensar em banco comunitário é pensar em resposta de longo prazo. Claro que uma liderança mais interessante no projeto facilitaria, “eles tinham os problemas deles, existia também um adensamento democratista, um conselho com 180 membros, dentre outras questões, mas não é só a questão dos recursos”. O ex-secretário cita a fragilidade da democracia, para comparar que sofre revés, e a lógica da dependência política até em casos como o Banco Comunitário de Maricá. Para ele, o desafio da política pública é gerar um processo sistêmico que se articule com outras políticas, mesmo no Banco Palmas demorou muito tempo, mas hoje é preciso pensar as estratégias dos Bancos Comunitários de Desenvolvimento e até que ponto a política da SENAES de ampliá-los foi positiva.

Para o professor Marcelo Costa, o fato de ter havido assaltos, brigas e esvaziamento político na Cidade de Deus logo depois da retomada com a junção, mas qual é o “devir” não é uma pesquisa histórica linear, mas o que pode sofrer mudança. Porque a relação de micropoder era um compartilhamento da relação, pois o Banco Comunitário com a SEDES também passou por antagonismo: quando algo interessava o colegiado do território o BCCD era da Cidade de Deus, e quando passava por questões difíceis era da Prefeitura. Existe também a tensão histórica na Cidade de Deus, estereótipo do favelado. A Figura 18, da esquerda para a direita, mostra Eduardo Paes, Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro à época, Ana Lúcia Serafim Pereira, Presidenta do Banco Comunitário da Cidade de Deus, e Marcelo H. Costa na sede do Banco Comunitário da Cidade de Deus, no dia de sua inauguração.

Figura 18: Sede do Banco Comunitário da Cidade de Deus



Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

Para Costa, é uma questão imediatista o banco apresentar um retorno rápido no território. Segundo ele, as confusões fazem parte do processo pedagógico de aprendizado, e os resultados do Projeto Rio Economia Solidária não foram imediatistas, as contradições aconteciam e o banco é do território. Ele acredita que o trabalho político realizado foi positivo, trouxeram Instituto Banco Palmas, que fez todo o processo, mas idiossincrasias do território, da Cidade do Rio de Janeiro e de todo o processo podem ter contribuído para uma derrocada na consolidação.

4.3.2 Quem implantou (Instituto Banco Palmas)

Para Joaquim de Melo, Coordenador Geral do Banco Palmas, responsável pela implantação do Banco Comunitário da Cidade de Deus (BCCD), o momento da implantação do Banco Comunitário da Cidade de Deus aconteceu quando existia no Brasil um movimento favorável para a expansão dos bancos comunitários (cerca de 60% dos bancos surgiram a partir deste período), os projetos com a SENAES e com a Rede Brasileira dos Bancos Comunitários estavam dando certo. Outros fatores importantes foram o Projeto Rio Economia Solidária, o convite recebido pela SEDES e a vontade do Instituto Palmas em atuar no Rio de Janeiro, que ele chamou “juntou a fome com a vontade de comer”. No mesmo período o Instituto Palmas implantou o Banco Comunitário do Preventório, no município de Niterói, e o Banco Comunitário de Saracuruna, em Duque de Caxias, ambos oriundos do convênio com a Incubadora de Empreendimentos em Economia Solidária da Universidade Federal Fluminense (IEES/UFF), como visto no Capítulo 2. Segundo ele, a inauguração do Banco da Cidade de Deus foi maior e mais simbólica para o Instituto Palmas no país, com divulgação nos canais de mídia nacional e internacional, o que causou uma grande expectativa em todos que estavam envolvidos no projeto.

O Instituto Banco Palmas adotou nesta implantação o mesmo modelo utilizado em outros processos no país. A primeira etapa foi a sensibilização na comunidade, que é explicar o que é economia solidária, banco comunitário, fazer o processo de conscientização, apresentar a questão do nome do banco, o nome da moeda e o seus principais produtos. Após a fase de sensibilização surgiram as reuniões para a criação do grupo de apoio e/ou comitê de apoio local. E consequentemente as reuniões de planejamento do banco, até as atividades operacionais (nome do banco, nome da moeda, sede, como funciona e horário de funcionamento), ou seja, um protocolo padrão de implantação. O que diferenciou o Banco Comunitário da Cidade de

Deus dos outros bancos foi o seu formato (dentro de uma instituição já existente), o horário de funcionamento, a sede e os produtos que iriam utilizar, isto o território escolheu.

O processo de implantação até a inauguração foi longo, pois o “ator externo” no caso da Cidade de Deus foi o Instituto Palmas, que, logo após a abertura do banco, disponibilizou uma assessoria por mais dois ou três meses (metodologia que não está mais sendo utilizada pelo Instituto Banco Palmas). O ideal era que fosse realizado um período mais longo de acompanhamento após a inauguração do banco, fase em que se tem mais problema por conta do tempo muito elástico nas fases de sensibilização e planejamento, o período de assessoria foi menor.

Entretanto, o coordenador do Banco Palmas ressalta que a maneira como se implanta e capacita e/ou assessora é praticamente a mesma, o que define um banco para o outro é o poder local, “como o banco consegue ou não aceitar o desafio ou resolver os problemas que surgirão a partir da sua implantação”. Os desafios e os problemas são imensos, tais como: recursos financeiros, violência no território, sinistro, adesão dos moradores, entre outros. Sendo que o grande diferencial é a capacidade que o local tem de enfrentar esses desafios no ambiente desfavorável, mesmo com poucos investimentos do poder público.

4.3.3 Quem contribuiu (Atores Políticos)

Para Antônio Haroldo Pinheiro Mendonça, Coordenador Geral de Comércio Justo e Finanças da **Secretaria Nacional de Economia Solidária – SENAES** (2003-2016), a implantação do BCCD, oriunda da parceria com o Ministério da Justiça, com recursos do PRONASCI, cogestão entre a SENAES (governo federal) e SEDES (prefeitura da cidade do Rio de Janeiro), criou uma nova estratégia de promoção e fomentos às finanças solidárias. Até porque a política nacional de economia solidária estava muito focada na relação com as entidades de apoio e fomento da sociedade civil. E nesta estratégia surge um diálogo federativo (acordo político institucional): o governo federal, em diálogo com o governo municipal, estabelece um programa de governo em conjunto para o desenvolvimento das ações relacionadas com a economia solidária. E na Cidade de Deus a metodologia de bancos comunitários foi apropriada pelos técnicos da SEDES e pelas entidades que compõem a ACDDDL, que foi a protagonista e gestora do BCCD.

Além de essa concepção ter sido diferenciada, pois o apoio foi dado pela prefeitura, não mais pelas organizações da sociedade civil que têm a experiência em desenvolver a metodologia de bancos comunitários de desenvolvimento, o que de certa forma foi singular, pois o estado

brasileiro dentro do pacto federativo passou a promover, desenvolver, fortalecer e consolidar políticas voltadas ao desenvolvimento local com base nos princípios e nas práticas da economia solidária focados nas finanças solidárias com a constituição, criação e organização dos bancos comunitários de desenvolvimento, que foi o BCCD. A partir de então, de forma operacional a SENAES, por meio da Coordenação Geral de Comércio Justo e Finanças dialogou com a Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local, no tripé que envolvia SENAES (governo federal), SEDES (governo municipal) e ACDDDL (sociedade civil), que ajudou na contratação de uma instituição reconhecida no Brasil e no exterior, que é o Instituto Banco Palmas, que detém a metodologia de bancos comunitários, e esse banco foi implementado respeitando a realidade local da comunidade de Cidade de Deus, o que se constitui como um desafio para a SENAES, que ao mesmo tempo podia financiar as práticas populares solidárias de economia solidária e da economia popular, e consequentemente tratar ACDDDL como a entidade gestora do BCCD para o financiamento destas práticas dentro do território.

Para Haroldo Mendonça, após a implantação do Banco Solidário da Cidade de Deus, do ponto de vista do governo, não existe um quesito personalista, mas a SENAES com sua equipe técnica deve avaliar o desenvolvimento desse e de outros programas de economia solidária com a sua atual equipe.

De acordo com a **Rede Brasileira dos Bancos Comunitários** a participação dos bancos comunitários na Rede Brasileira de Bancos Comunitários foi fortalecida através do Edital de Chamada Pública SENAES/MTE nº 01/2012 – Rede Nacional de Centros de Formação e Apoio a Assessoria Técnica em Economia Solidária, que tinha por intuito fortalecer as iniciativas dos bancos comunitários. Segundo Leonora Mol, “com esta política pública os elos da rede foram ampliados”. No Rio de Janeiro, o NESOL-USP “colaborou” com a iniciativa do Banco Comunitário da Cidade de Deus porque o banco foi implantado pelo Instituto Palmas. E nesse primeiro edital da SENAES, o apoio aos Bancos Comunitários era regional, logo, o NESOL/USP prestou uma colaboração a entidades da Região Sudeste.

No segundo edital, a colaboração foi no formato de regionalização, quatro entidades ficaram responsáveis (Capital Social – Região Norte; Ateliê de Ideias – Região Sudeste; UFBA – Região Nordeste; e Instituto Palmas – Ceará). E o NESOL/USP fez a articulação entre as três iniciativas das finanças solidárias (fundos, bancos e cooperativas). Diante da responsabilidade do Ateliê de Ideias sobre a Região Sudeste pelos bancos da região, onde estava inserido o Banco Comunitário da Cidade de Deus, entre 2013 a 2016, o banco deu uma “animada” com a assistência e a contratação de funcionários pelo Ateliê de Ideias.

4.4 PROCESSOS DE GESTÃO E OPERAÇÃO

O Banco Comunitário da Cidade de Deus é gerido pela Agência de Desenvolvimento Local da Cidade de Deus, com cinco coordenadores eleitos a cada três anos, que não recebem salário e nem possuem vínculo empregatício. A gestão é colegiada, mas existe a figura do presidente por conta das necessidades jurídicas. Segundo consta do livro-ata do BCCD, as atividades do banco de maior representatividade (operação) aconteceram do dia 15 de setembro de 2011 a 28 de maio de 2015, funcionando de segunda-feira a sexta-feira, das 9h às 17h. Porém conseguimos registro de atividades pontuais sem a operação do banco, com reuniões, eventos e encontros nos anos de 2016, 2017 e 2018.

O BCCD tinha recursos para infraestrutura (móveis e computadores), pagamento dos três funcionários e despesas administrativas custeadas pelo Projeto Rio Economia Solidária de setembro de 2011 a setembro de 2012 e o aluguel da sede fora pago também pelo projeto até o final de 2012. O Banco Palmas abriu uma linha de crédito para o BCCD de cerca R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), em parceria com o Banco do Brasil, e implantou o Correspondente Bancário em parceria com a Caixa Econômica Federal.

Após o término do projeto Rio Economia Solidária, os funcionários passaram a ser remunerados pelo Núcleo de Apoio às Atividades de Extensão em Economia Solidária da Universidade de São Paulo (NESOL-USP), em conjunto com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, por conta de um edital de expansão de bancos comunitários no país. Mas, com o término do projeto no final de 2013, passaram a trabalhar praticamente de forma voluntária, pois não havia mais recursos para os seus respectivos pagamentos. A integração do BCCD com a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, além do fomento às atividades, também foi importante para manter o diálogo com os outros bancos comunitários do Rio de Janeiro e do país.

Em pesquisa documental no BCCD, realizada em outubro de 2018, constatamos que alguns funcionários reclamavam das lacunas deixadas pela capacitação e da dificuldade de operarem as planilhas do *Microsoft Excel*, que talvez esta pode ter sido a brecha no processo de formação, mas vale lembrar que informática não fazia parte do processo. Para tanto, criaram um sistema administrativo próprio com uso de cadernos de anotações contendo as operações do banco, o que para eles era mais fácil, organizado, e todos poderiam acessar.

Elegemos para esta pesquisa, como elementos da gestão, o conselho consultivo, a operação com a moeda CDD, o crédito e o correspondente bancário. Essa escolha está relacionada aos locais onde surgia, os respectivos problemas ou deficiências do processo de

implantação e consolidação, e que por vezes foram questionados pelo Conselho Consultivo, mas nem sempre foram colocados em prática.

4.4.1 O Conselho Consultivo

O Banco Comunitário da Cidade de Deus é gerido pela Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local, para tanto foi constituído o Conselho Consultivo do Banco Comunitário, um espaço democrático formado por atores sociais (sociedade civil) e poder público, que atuam na Cidade de Deus, sendo esses indicados por suas ações no território ou participação ativa no processo de criação do BCCD. O Conselho não tem registro oficial, mas seus componentes²⁴ possuem direito a voz e voto, e para o seu funcionamento é necessário um coordenador responsável pela convocação e pela reunião e o secretário responsável pelo registro da atividade. A proposta inicial era funcionar com reuniões fixas toda 2ª segunda-feira do mês ou de acordo com a necessidade do banco por um período de seis meses, após esta temporada faria uma avaliação do quadro de participantes para verificar a sua efetividade, corresponsabilidade e diálogo do conselho com o banco. Para tanto, as entidades que compõem os órgãos consultivo e deliberativo deveriam manifestar por escrito o desejo de continuar (mandato de um ano) e ser aceito pelos demais membros através de maioria simples.

Especificamente o conselho informa e colabora para as ações do BCCD na comunidade; contribui para a divulgação do banco no país e no exterior; emite parecer técnico sobre os relatórios apresentados pela Agência sobre o BCCD, analisando a prestação de contas, o controle de inadimplência, a criação de novos produtos, realiza a controladoria social das suas ações e trabalha para a captação de recursos e parcerias.

²⁴ Seus componentes convidados inicialmente foram: 1. Ana Lúcia Serafim Pereira (Presidente do BCCD); 2. Marcelo Henrique da Costa (SEDES); 3. Mário Pereira Lima Filho (CEF); 4. Silvia Regina de Almeida (Consultora Contábil da Agência da Cidade de Deus); 5. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ); 6. Carlos Alberto Ferreira de Oliveira (Grupo Alfazendo); 7. Derli Silva Costa (Grupo de Capoeira Aliança Ariri); 8. Ednalva Batista de Assis (Centro Estudos e Ações Culturais e Cidadania – CEACC); 9. Josias da Silva de Oliveira (Associação de Moradores Cidade de Deus); 10. Marcelo Modesto da Cruz (Associação de Moradores União Comunitária Cidade de Deus – AMUNICOM); 11. Maria Therezinha Justo de Jesus (Obras Social Apoio ao Menor e Idoso – OSAMI); 12. Pedro Sérgio Vicente (Projeto Missionário Crescer); 13. Maria do Socorro Melo Brandão (Associação Semente da Vida da Cidade de Deus – ASVI); 14. Roberto V. Barros dos Santos (Grêmio Recreativo Escola de Samba Unidos de Jacarepaguá); 15. Nicholas Wheeler (Paróquia Anglicana Cristo Rei); 16. Miriam Ferreira de Lima (XXXIV Região Administrativa Cidade de Deus – Prefeitura do Rio); 17. José Maximiano de Melo Júnior (Centro de Saúde Hamilton Land – Prefeitura do Rio); 18. Eliana Maria Freitas (CRAS Elis Regina Cidade de Deus); 19. Luiz Roberto Accacio de Matos (CVT/FAETEC); 20. Cinthia Gonçalves Taveira (Centro de Referência da Juventude Cidade de Deus); 21. Elisabeth Angelina Ferreira da Conceição (SINE/SETRAB); 22. Fabiano Augusto da Silva Caldeira (Banco do Brasil); 23. Gilberto Fugimoto de Andrade (Gerência de Responsabilidade Social|SESC); 24. Itamar Silva (Instituto Brasileiro de Análises Sociais – IBASE); 25. Aritiméa Belarmina da Paz da Silva (Thimeia Cabeleireira Botique de Cabelo e Estética); 26. Júlio César de Lima Miguel (Viação Redentor) (LIVRO-ATA DO BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS, 2018).

A **primeira reunião do Conselho Consultivo**²⁵ foi realizada no dia **09 de janeiro de 2012**, iniciada às **18h**, com o término às 20h. De acordo com o registro no livro-ata dois itens compunham a pauta: “o regimento interno do banco e a escolha do coordenador e do secretário do conselho”.

Vale registrar a proposta apresentada por Claudia Pfeiffer sobre o projeto de extensão com alunos da UFRJ para que pudessem contribuir com o progresso do banco (produção de um livro com normas e procedimentos), mas para isto carecia de uma bolsa no valor de R\$ 360,00 (trezentos e sessenta reais). Marcelo Costa ficou de verificar a possibilidade de conseguir os recursos e Fabiano Caldeira, de revisar o material. Como reunião inicial e ainda sem problemas reais a atividade foi boa e transcorreu de maneira rápida e sem grandes polêmicas.

Já a **segunda reunião do Conselho Consultivo**, realizada no dia **24/01/2012**, às **15h**, tendo como pautas balanço das atividades do banco; mudança na operação; funcionamento do conselho e segurança. Participaram da atividade cerca de 11 conselheiros. Foram registradas em ata a baixa operação da moeda no território e a falta de confiança dos comerciantes em trabalhar com o instrumento, o que para a presidenta do BCCD se dava pela falta de divulgação. Outro problema relatado foi o correspondente bancário, principalmente pelo limite de horário dos depósitos recebidos porque teriam que ser compensados na agência mais próxima, no bairro da Freguesia. Em geral, os debates desta reunião perpassaram pela questão da divulgação e segurança do banco. Sobre a divulgação o projeto tinha poucos recursos para a realização e para o segundo item foram pensadas diversas soluções, a mais factual foi uma parceria com a CEF para a instalação de câmeras, sendo que a Caixa Econômica Federal só poderia cobrir parte dos recursos. Um ponto importante fora colocado por Joaquim de Melo: a necessidade de um gerente do banco para organizar as operações do BCCD e dinamizar as atividades, depois de diversos posicionamentos sobre a proposta fora pensado que o cargo fosse ocupado por Lizete Martins, mas a funcionária do BCCD não se sentiu apta por conta da complexidade do cargo, sobre esse assunto foi combinada outra reunião com Joaquim de Melo para o processo organizacional do BCCD junto com os funcionários. E sobre a questão da segurança foi sugerida a montagem de um Grupo de Trabalho para discutir a proposta e que pudessem levar para a reunião seguinte algumas sugestões, paralelamente também foi criado o grupo de

²⁵ Estiveram presentes: 1. Ana Lúcia Serafim Pereira (Presidente do BCCD); 2. Marcelo Henrique da Costa (SEDES); 3. Mário Pereira Lima Filho (CEF); 4. Silvia Regina de Almeida (Consultora Contábil da Agência da Cidade de Deus); 5. Claudia Ribeiro Pfeiffer (IPPUR/UFRJ); 6. Maria do Socorro Melo Brandão (Associação Semente da Vida da Cidade de Deus – ASVI); 7. Eliana Maria Freitas (CRAS Elis Regina Cidade de Deus); 8. Fabiano Augusto da Silva Caldeira (Banco do Brasil); 9. João Joaquim de Melo (Instituto Banco Palmas); 10. Sandra Rosa (Abosep); 11. Luiz Alberto de Jesus; e 12; Maria Cristina Neves Costa (Grupo de Capoeira Aliança Ariri) (LIVRO-ATA BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS, 2012).

trabalho de divulgação do banco. Marcelo Costa foi enfático ao dizer que para o BCCD estar ativo, o conselho deve ter o regimento do banco em pleno funcionamento.

E por último o tensionamento gerado sobre a discussão independência do BCCD da Agência. O que para uns é importante, para outros é visto como algo que não será positivo, por acharem que o BCCD é uma luta da Agência Comunitária. Analisaremos melhor este assunto no Capítulo 6.

A terceira reunião do Conselho Consultivo foi realizada no dia **12 de março de 2012**. De acordo com ata a que tivemos acesso, a pauta majoritariamente foi a divulgação do BCCD no território que vigorou com o GT de divulgação, que fora implantado a pedido do conselho consultivo. Alguns membros foram enfáticos e afirmaram que a divulgação deve ser feita pelos funcionários do banco e do ponto solidário, outro pelos comerciantes e mais uma vez foi sugerido o material de divulgação. Um ponto que fora abordado por um membro foi a abertura de um “canal” de divulgação que poderia ocorrer em alguma instituição para que o BCCD pudesse apresentar os seus produtos, foi sugerido o Centro de Referência da Juventude (CRJ). E, por fim, a possibilidade de expandir a divulgação boca a boca. O GT de segurança realizou uma reunião em 02 de fevereiro, às 17h, na Agência e estabeleceu em consenso que a utilização de carro forte não seria bom e chamaria a atenção, e o valor do alívio (transporte de valores) não é significativo para o uso. O grupo definiu como indispensáveis: “a instalação de câmeras, sensor, alarme sonoro, contratação de seguro para pessoa física e seguro do valor (capital) e utilização de táxi quando necessário”, e por último um rodízio de pessoas com horários e dias diferentes para o alívio. Participaram da atividade Ednalva Assis, Luiz Alberto, Sandra Maria Rosa e Lizete Martins, com colaboração por *e-mail* de Paulo Magalhães.

A reunião também foi marcada por uma grande tensão sobre a sustentabilidade do banco após o projeto Rio Economia Solidária. De certa forma ficou claro que não existia um planejamento para o BCCD, pois neste momento já tinha seis meses de atividades, contava com convênios, carecia de divulgação, ocorria problema de ingerência e preocupação em torno da remuneração dos funcionários. O secretário da SEDES se prontificou a trabalhar um dia no BCCD para tentar dinamizar as questões.

No nosso ponto de vista, nesse momento foi instalada a primeira crise do BCCD, mas faltou a percepção por parte dos envolvidos em corrigir o rumo do processo gestor com as reuniões temáticas, colocando a prática para futuramente elaborar um planejamento estratégico para o BCCD e desenvolver sua sustentabilidade. Até porque a preocupação com o futuro não refletia a questão presente, que era muito mais emergente.

Na **quarta reunião do Conselho Consultivo realizada no dia 09 de abril de 2012**, de acordo com a ata a que tivemos acesso, em pouco mais de uma hora fora realizada a atividade tendo como ponto de pauta majoritariamente a inadimplência: o número chegava a 15, ou seja, cerca de 27% da carteira de crédito, um número alto. E mais uma vez a divulgação foi mencionada, mas nesta ocasião com proposta clara para a realização de reunião do BCCD na Associação Comercial da Cidade de Deus, que se reúne todas as quartas, às 19h, no CRJ. Concluímos que mais vez o problema da divulgação do BCCD assolou a reunião, mas nesta foi apresentada uma nova dificuldade: a inadimplência do crédito.

Segundo consta do livro-ata do BCCD, a reunião seguinte **do Conselho Consultivo** fora realizada no dia **17 de setembro de 2012**. Não podemos afirmar que fora realizada anteriormente outra reunião do conselho. A pauta desta atividade foi o aniversário do BCCD e a avaliação e a definição dos critérios para eleição e devida participação dos membros do conselho consultivo. Vale destacar a fala do conselheiro Itamar Silva, que foi objetiva ao perguntar o período do banco, pois “vê o banco como um doente terminal”, uma crítica aos problemas apresentados pelo BCCD. Outro ponto importante abordado por este conselheiro foi a definição da proposta do calendário de aniversário do BCCD (ver Anexo E – Plano de Marketing da Moeda CDD), para o dia 19 de outubro de 2012, com a dinamização das responsabilidades das atividades “O que fazer? Como fazer? E quem assume o quê?”, uma espécie de matriz “5W2H”. Foi a primeira vez que postura como esta foi registrada em reunião do Conselho. Estiveram presentes na reunião cerca de 11 conselheiros e outros convidados, nesta atividade surgiu também uma proposta de uma reunião com o BNDES, que fora agendada para o dia 08 de outubro de 2012.

A **última reunião do Conselho Consultivo** registrada em ata foi no dia **14 de janeiro de 2014**. Pode ter sido uma reunião extraordinária em virtude do assalto que ocorreu no banco, pois o evento teve como pauta a questão da segurança e contou com a participação dos membros dos bancos comunitários.

É notório que o processo de gestão do BCCD, passou por problemas antes de completar os seis primeiros meses que não foram corrigidos. Por ora vale ressaltar os pontos que merecem destaque: questão da divulgação, pois quase em todas reuniões do conselho consultivo esta pauta foi abordada e não foi realizada nenhuma ação mais objetiva para a resolução desta questão, o que foi efetivado conversas com os comerciantes, em nenhum momento, não constatamos a abordagem com morador e com os jovens do território, que tende a disseminar novos aprendizados para os seus amigos e familiares; outro ponto que deve ser apresentado é a atuação e/ou frequência do conselho, que possuía baixa frequência; e por último a gestão do

banco que, de forma enxuta, com poucos funcionários, tinha que resolver diversos tipos de problemas que iam além do trabalho no banco, tal como a divulgação no território, sem contar a falta de *expertise* no que se refere à administração de um negócio complexo como um banco comunitário, o que é bem diferente de uma instituição de base comunitária, onde em muitos casos o saber fazer, atrelado à vontade de incluir socialmente a população, pode fazer a diferença.

4.4.2 A Moeda CDD\$

O banco opera com a moeda social própria chamada CDD, com paridade ao Real (R\$). A utilização do CDD\$, seja pelo crédito ou pelo câmbio com o R\$, tem por objetivo manter a riqueza dentro do território, além de fortalecer os laços com a identidade e o comércio local, pois os moradores aumentam seu poder de consumo porque se propõe aos comerciantes que aceitem a moeda e ofereçam descontos aos que a utilizarem. Como só é aceita na Cidade de Deus com os comerciantes cadastrados (Anexo C – Ficha de Adesão Sistema da Moeda CDD) esses são beneficiados, já que podem garantir a fidelidade dos clientes, e quanto maior a circulação da moeda social maior o fluxo circular da renda no território, pois possibilitará o desenvolvimento da comunidade, tendo em vista que os recursos são utilizados no local. Segundo uma das funcionárias, no dia da inauguração foi uma surpresa muito positiva ver a moeda CDD, receber cerca de R\$ 1.8000,00 (mil e oitocentos reais) em investimentos pelo câmbio. Havia cerca de 180 comerciantes aptos a aceitar a moeda social no primeiro mês de funcionamento.

Moeda Social à prova de fraude

Produzidas dentro de um conceito de segurança em camadas, as cédulas da moeda social CDD passam por dois sistemas de impressão, offset e calcográfico, também chamado de talho doce, e recebem, em cada um deles, múltiplos elementos que, superpostos, impedem sua reprodução ou adulteração (SEDES-PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, 2011).

Uma das premissas das moedas sociais é a personalidade ou o símbolo do território em que o banco comunitário está inserido. As notas de CDDs trazem personalidades e o símbolo do território. A Figura 19 contém a nota de 0,50 (cinquenta centavos de CDD), que estampa a Casa do Barão da Taquara, que fica na Fazenda Olho D'Água, em Jacarepaguá, no Rio de Janeiro.

Figura 19: Moeda Social do Banco Comunitário da Cidade de Deus (0,50 CDD)



Fonte: O autor.

A Figura 20 apresenta a nota de 1 CDD, que tem o rosto de Geralda Maria de Jesus (Dona Geralda) estampado, que à época da fundação do banco tinha 81 anos e era considerada uma das moradoras mais antigas da Cidade de Deus.

Figura 20: Moeda Social do Banco Comunitário da Cidade de Deus (1,00 CDD)



Fonte: G1, 2013.

Na nota de 2 CDD (Figura 21) está estampado o rosto de João Batista dos Santos, primeiro presidente da Associação de Moradores da Cidade de Deus e uma das mais importantes lideranças comunitárias do território. Segundo a Coletânea FLUP HQ (2017, v. 2 – Cidade de Deus 50 anos), foi um dos primeiros moradores da comunidade, tendo sido

catalogado como subversivo pela ditadura, na década de 1960. Com talento para negociação política, liderou a campanha para o primeiro posto de saúde e a primeira linha de ônibus da Cidade de Deus. Sua esposa, Dona Elza, lia e escrevia as cartas dos moradores, e **emprestava seu nome para obtenção de crédito**, pois era uma das poucas pessoas que possuíam carteira de trabalho, um tipo de aval para obtenção de crédito na época, o que pode ser considerado uma das primeiras formas de os moradores obterem crédito pela via coletiva no território.

Figura 21: Moeda Social do Banco Comunitário da Cidade de Deus (2,00 CDD)



Fonte: O autor.

A Figura 22 mostra a nota de 5 CDD, que traz a ialorixá Benta Neves (Dona Benta), o detalhe que a nota foi assinada pela própria. Segundo a Coletânea FLUP HQ (2017. v. 2 – Cidade de Deus 50 anos), comprometida com as causas sociais, D. Benta tornou-se uma referência no país com o Comitê da Terceira Idade. Tinha como premissa o empreendedorismo feminino, na dita “melhor idade”. A atividade levou as artesãs da Cidade de Deus a produzirem para a semana de moda Rio Fashion Week. Vale destacar que ela também participou de algumas reuniões do Conselho Consultivo do BCCD.

Figura 22: Moeda Social do Banco Comunitário da Cidade de Deus (5,00 CDD)



Fonte: O autor.

E, por último, na Figura 23 está a nota de 10 CDD com o rosto do Padre Júlio Groten estampado. Segundo a Coletânea FLUP HQ (2017. v. 2 – Cidade de Deus 50 anos), o religioso criou a primeira creche da Cidade de Deus, montou peças teatrais na Paróquia Pai Eterno e São José, foi um entusiasta da cultura no território. A casa onde morava se transformou em Casa da Cultura da Cidade de Deus.

Figura 23: Moeda Social do Banco Comunitário da Cidade de Deus (10,00 CDD)



Fonte: O autor.

De acordo com as entrevistas realizadas para esta pesquisa, percebemos que a circulação da moeda CDD era realizada em sua maior parte por conta dos empréstimos para consumo, pois não era muito comum a troca do ativo diretamente no banco, mesmo com parte do comércio aceitando e oferecendo desconto, a não ser no período de inauguração, como vimos no início deste item. O que define a moeda é a sua liquidez, ou seja, a aptidão que ela possui de ser ativo prontamente disponível e aceito para as mais diversas transações. “Quanto mais aceita como intermediária de trocas, maior a possibilidade de se alcançar o objetivo final das transações econômicas, isto é, mais universal se torna sua aceitação perante a sociedade” (MARINHO, 1999, p. 7).

Segundo Lopes (1998), o número de **relações de troca**, expressão que significa, literalmente, as relações de valor entre os produtos, para a efetivação das trocas diretas, que os agentes econômicos precisam estabelecer, é extraordinariamente alto, crescendo geometricamente à medida que se amplia o número de itens disponíveis no mercado, ou seja, a aceitabilidade da moeda. Em geral, o número de relações de troca (RT) que precisa ser estabelecido é dado pela seguinte expressão:

$$RT = \frac{n(n-1)}{2}$$

Onde n significa o número de produtos disponíveis no mercado. Se, por exemplo, a CDD\$ fosse utilizada para compra de apenas 20 produtos, haveria de estabelecer 190 relações de troca, se fossem 50 produtos havia uma relação de 1.225, ou seja, quanto maior a sua aceitabilidade maior a relação de troca no território, conforme mostra a Tabela 1.

Tabela 1: Número de relações de troca que precisa ser estabelecido, dadas as diferentes quantidades de produtos disponíveis

Produtos disponíveis (n)	Número de relações de troca (RT)
20	190
50	1.225
100	4.950
200	19.900
500	124.750
1000	499.500

Fonte: Adaptado de LOPES (1998).

A adoção da moeda leva em conta uma medida de valor. Os bens e serviços transacionados passam a ter, como denominador comum, seus valores. A racionalização do sistema de valoração traz vantagens adicionais, como: “Torna possível a contabilização da atividade econômica e a administração racional das unidade de produção, fator de importância crucial para o desenvolvimento da economia e a resultante ampliação do bem-estar” (LOPES, 1998, p. 22).

Tivemos acesso ao controle de circulação da moeda CDD, realizado pelo banco nos meses de junho e agosto de 2014, talvez os únicos meses que o BCCD realizou este tipo de atividade. Pelo menos na pesquisa documental que realizarmos não encontramos outro registro como este. Para efeitos comparativos com a Tabela 1, utilizaremos o controle realizado no mês de junho de 2014, tendo como referência os dados do mês de maio, quando foi movimentado um total de CDD\$ 3.888,00 (três mil trezentos e oitenta e oito), totalizando 614 relações de troca da moeda (somatório da quantidade de moedas) da seguinte maneira:

CDD\$ 0,50 X 72 notas	= CDD\$ 36,00
CDD\$ 1,00 X 63 notas	= CDD\$ 63,00
CDD\$ 2,00 X 97 notas	= CDD\$ 194,00
CDD\$ 5,00 X 145 notas	= CDD\$ 725,00
CDD\$ 10,00 X 237 notas	= CDD\$ 2.370,00
TOTAL = 614	= CDD\$ 3.888,00

(BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS, 2014).

Se levarmos em consideração as relações de trocas contida para aquisição dos produtos, que foram descritas na tabela 1, e fizemos uma regra de três simples para efeitos comparativos com os dados da terceira linha, com as 614 relações de troca da moeda CDD\$, pode-se dizer que a moeda teria o alcance de $n = 12,40$, ou seja, 12,4 produtos, o que é consideravelmente baixo. Se a moeda CDD alcançasse maior circulação poderíamos afirmar pela teoria monetária que poderia provocar o desenvolvimento econômico do território, ou seja, o desenvolvimento local, mas isto não aconteceu com o BCCD e a sua moeda.

O que causou certa surpresa nos dados sobre a moeda CDD\$ foi o número de notas com defeito recolhidas no mesmo período, totalizando cerca de CDD\$ 6.119,50 (seis mil cento e dezenove reais e cinquenta centavos), número maior do que a movimentação da moeda no território.

CDD\$ 0,50 X 511 notas =	CDD\$ 255,50
CDD\$ 1,00 X 440 notas =	CDD\$ 440,00
CDD\$ 2,00 X 402 notas =	CDD\$ 804,00
CDD\$ 5,00 X 346 notas =	CDD\$ 1.730,00
CDD\$ 10,00 X 289 notas =	CDD\$ 2.890,00
TOTAL = 1.988	= CDD\$ 6.119,50

(BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS, 2014).

O saldo em caixa no mês de maio de 2014 foi de R\$ 1.280,95 (mil duzentos e oitenta reais e noventa e cinco centavos), a carteira de empréstimos, CDD\$ 1.240,00 (mil duzentos e quarenta reais), e o registro da moeda CDD\$ ficou em:

I	CDD\$ 3.388,00	Em movimentação (circulação)
II	CDD\$ 6.074,00	Com defeito “recolhido”
III	CDD\$ 19.500,00	“Fechado nos lotes”
IV	CDD\$ 10,00	“Rasgado, inutilizado”

(BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS, 2014).

Com os dados apresentados percebemos que o volume de operação da moeda CDD\$ foi considerado baixo. Claro que não há uma série histórica desde a inauguração para fazermos uma comparação, um processo de gestão facilitaria o controle da moeda e sua aceitação. Nos últimos dados registrados no dia 14/08/2014, havia cerca de CDD\$ 8.626,00 em circulação, sendo CDD\$ 3.564,50 de notas com defeito e CDD\$ 5.061,50 de notas sem defeito.

- O saldo do banco é composto por três saldos:
1. O saldo em R\$ no caixa do banco;
 2. O saldo em R\$ depositado na conta de investimentos
 3. O saldo devedor dos inadimplentes do empréstimo de consumo;
- (BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS, 2016).

Segundo dados do BCCD, o somatório destes saldos chega ao número próximo do valor em CDD\$ que está em circulação, o resultado é que em três anos não houve perda significativa de recursos do lastro em reais.

Entretanto, o que tratamos aqui reforça a ideia questionada no Conselho Consultivo no ano de 2012, sobre a divulgação da moeda. Mas deve ser lembrado que em todas as reuniões os comerciantes sempre foram colocados em primeiro plano, e pouco se falou do morador, que mais utilizaria a CDD\$ para demanda transacional, talvez esse tipo de percepção não tenha sido pensado. Em junho de 2015, foi realizado um recadastramento de alguns empreendimentos interessados em continuar com a moeda CDD\$, mas a ação não conseguiu revigorar a moeda no território. Vale ressaltar que o banco começou suas atividades sem lastro para moeda, o que originalmente seria de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais). O lastro se constitui com a troca.

4.4.3 O Crédito

Os créditos do BCCD são oferecidos somente para os moradores do território, após todo o processo cadastral e a realização de uma visita feita pelos funcionários do banco, que consultam os vizinhos sobre a postura do morador, pois o aval do crédito é concedido pela própria comunidade, após a avaliação do possível tomador do empréstimo realizada pelos moradores (Comitê de Análise de Crédito). O banco avalia internamente e dá o seu parecer sobre a concessão do crédito. Para aquele que conseguiu captar a quantia desejada o banco considera bom relacionamento com o cliente quando o mesmo paga o empréstimo em dia. Em caso de não pagamento, o cliente comparece ao banco para explicar a inadimplência.

Procedimentos do Crédito

Crédito Produtivo

Documentos necessários para todas as modalidades: RG, CPF, comprovante de residência e conta na CEF

1 – Bolsa Família

- Valor do empréstimo até R\$ 150,00;
- Taxa Administrativa de Crédito (TAC): 3%;
- Taxa de Juros/mês de 1,5%;

Documentos necessários: três últimos comprovantes de recebimento do benefício e cartão do Bolsa Família;

- Microseguro: R\$ 10,00;

Obs.: Qualquer restrição não liberar.

2 – Crédito para empreendedor da economia popular

- Valor do empréstimo até R\$ 400,00;
- Taxa de Administrativa de Crédito (TAC): 3%;
- Taxa de Juros/mês de 2,5%;

Pode ser liberado de acordo com a restrição qualquer tipo de empreendedor comércio ou serviço;

– Microseguro: R\$ 35,00.

3 – Crédito empreendedor

- Valor do empréstimo até R\$ 800,00;
- Serve para qualquer empreendedor, dentro da CDD, que tenha no mínimo seis meses de residência fixa, com pequenas restrições, obrigatoriamente ter conta na CEF e passar pelo COC (Comitê de Análise de Crédito).
- Taxa Administrativa de Crédito (TAC): 3%;
- Taxa de Juros/mês de 2,5%.

4 – Empréstimo em CDD\$ para Consumo

- Valor do empréstimo até CDD\$ 100,00;
- Taxa Administrativa de Crédito (TAC): 1%

5 – Microseguro

- Valor único por ano R\$ 35,00

(BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS, 2011).

Para o crédito produtivo (Anexo D – Formulário de Análise de Crédito Produtivo) era necessário que o morador tivesse algum tipo de empreendimento, até como vendedor ambulante, localizado em pontos comerciais móveis no território: dividido em beneficiados do Programa Bolsa Família o valor era de no máximo de R\$150,00, com juros de 1,5% e TAC de 3,0%; oriundo da economia popular o valor era de CDD\$ 400,00, com juros de 2,5% e TAC de 3,0%; crédito ao empreendedor (pontos comerciais fixos), o valor máximo era de R\$ 800,00, com juros de 2,5% e TAC de 3,0%. No período de 15/09/2011 a 10/08/2012, o banco gerou 11 créditos produtivos, totalizando R\$ 4.695,00, tendo três inadimplências.

O crédito para consumo (Anexo E – Formulário Análise de Crédito Consumo) solicitados para compras ou pagamentos de contas tem o valor máximo CDD\$ 100,00. E prazo para pagamento de 60 dias, sem juros e TAC de 1%. Foi a modalidade de crédito mais solicitada no banco, cerca de 97 créditos concedidos. Em critério mais analítico poderíamos dizer que este tipo de modalidade de crédito levaria à insustentabilidade do banco em determinado período de tempo pelo fato de os empréstimos serem realizados sem juros. No entanto, pode aquecer o consumo local, já que é realizado na moeda social CDD\$.

Pedir o nome da pessoa com quem falou;

Pedir o telefone com operadora;

Lembrar que o banco comunitário faz um trabalho social, cobrando juro zero, sem visar lucro;

Deixar a carta explicando para a pessoa do que se trata (MANUAL DE COBRANÇA BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS 2011).

A partir do dia 21/09/2011, seis dias após a inauguração do BCCD, foi gerado o primeiro empréstimo, no valor de CDD\$ 50,00. No decorrer do primeiro mês de atividade o banco realizou seis créditos para consumo com valores entre CDD\$ 50,00 a CDD\$ 100,00 atingindo uma média de CDD\$ 75,00. De acordo com a Tabela 2, o BCCD realizou, em 2011,

30 empréstimos, pagos em até duas parcelas, totalizando CDD\$ 2.480,00, e valor médio de CDD\$ 82,67. É importante notar que, em quatro meses de funcionamento, o banco realizou um volume considerado de crédito para consumo, o que correspondeu a 30% da carteira total do banco em dois anos e três meses com esta operação.

Tabela 2: Créditos para Consumo em CDD\$ no ano de 2011

Meses	Número de Crédito	Total em CDD\$	Média em CDD\$
Setembro	6	450,00	75,00
Outubro	8	630,00	78,75
Novembro	7	550,00	78,57
Dezembro	9	850,00	94,44
Total	30	2.480,00	82,67

Fonte: Adaptado de Controle de Empréstimos, BCCD, 2014.

Os empréstimos do ano de 2012 iniciaram no dia 12 de janeiro. No período do primeiro ano completo (12 meses), o BCCD realizou 51 créditos, pagos em até duas parcelas, atingindo um total de CDD\$ 4.950,00, e valor médio de CDD\$ 97,07. Embora nos meses de agosto e setembro os empréstimos tenham sido suspensos em decorrência da inadimplência, pode-se constatar que em média de operação o ano de 2012 foi inferior a 2011, pois o número médio dos créditos gerados por mês foi de 4,25, com uma média de desembolso por operação de CDD\$ 412,50. Já em 2011, o número médio de empréstimo gerado por mês foi de 7,5, com uma média de CDD\$ 620,00 por operação, conforme mostra a Tabela 3.

Tabela 3: Créditos para Consumo em CDD\$ no ano de 2012

Meses	Número de Crédito	Total em CDD\$	Média em CDD\$
Janeiro	5	500,00	100,00
Fevereiro	7	700,00	100,00
Março	6	600,00	100,00
Abril	4	400,00	100,00
Maio	11	1.100,00	100,00
Junho	4	400,00	100,00
Julho	8	800,00	100,00
Agosto	—	—	—
Setembro	—	—	—
Outubro	3	250	83,33
Novembro	1	100,00	100,00
Dezembro	2	100,00	100,00
Total	51	4.950,00	97,06

Fonte: Adaptado de Controle de Empréstimos, BCCD, 2014.

Já no ano de 2013, segundo ano de operação, o BCCD realizou 16 empréstimos, pagos em até duas parcelas, atingindo um total de CDD\$ 1.510,00, e valor médio de CDD\$ 94,48, tendo ficado sem realizar empréstimos nos meses de julho, outubro, novembro e dezembro, quatro meses, o que comparativamente totalizava os meses de operação do ano de 2011. Não podemos afirmar que foi por conta da inadimplência, pois não obtivemos este dado em nossa investigação. Podemos constatar que em média a operação do ano de 2013 foi inferior à de 2012, e consequentemente à de 2011. O número médio de empréstimo gerado por mês foi de 1,33, com uma média de desembolso por operação de CDD\$ 125,83. Estes dados revelam a baixíssima operação do banco no seu terceiro ano, conforme mostra a Tabela 4.

Tabela 4: Créditos para Consumo em CDD\$ no ano de 2013

Meses	Número de Crédito	Total em CDD\$	Média em CDD\$
Janeiro	2	200,00	100,00
Fevereiro	1	100,00	100,00
Março	4	400,00	100,00
Abril	1	100,00	100,00
Maio	2	150,00	75,00
Junho	2	200,00	100,00
Julho	—	—	—
Agosto	2	160,00	80,00
Setembro	2	200,00	100,00
Total	16	1.510,00	94,38

Fonte: Adaptado de Controle de Empréstimos, BCCD, 2014.

De acordo com o registro do acompanhamento de cobranças realizado pelo BCCD, até o dia 12 de agosto de 2014, existia 14 inadimplentes em CDD\$, cerca de 14,43% da carteira que praticamente deviam CDD\$ 100,00. Apenas um tomador de crédito tinha uma dívida de CDD\$ 80,00, uma média de CDD\$ 99,00 por devedor, atingindo um valor em reais de R\$ 1.380,00. E para recuperação deste crédito o banco colocou algumas ações em prática, como envio de cartas, ligações telefônicas e visita ao local, mas foi constatado que duas fichas foram perdidas na desorganização do banco, uma pessoa faleceu, um não foi encontrado e quatro se mudaram, restando apenas seis devedores para serem contatados. Esta situação de inadimplemento já se aproximava de dois anos, pois as operações iniciaram em setembro de 2011 e se estenderam até setembro de 2013, mesmo assim os funcionários do BCCD não desistiram de cobrar estes clientes pelo número significativo que representavam na carteira do banco. A partir de abril de 2013, estendendo-se até dezembro, o BCCD elaborou uma proposta

de planejamento com ações em diversas áreas para melhorar a efetividade do banco até o final do respectivo ano.

- qualificação pessoal (Gestão – SEBRAE);
- aumentar o quadro de funcionários (1);
- maior participação no polo;
- participar na feira do polo;
- reunião do comércio polo fidelizar;
- **plano de divulgação da moeda a partir dos comerciantes;**
- capacitação dos credenciados do polo para câmbio/desconto;
- organização interna do Banco para concessão nos empréstimos;
- promoção de material para divulgação a moradores e comerciantes;
- posto de troca descentralizado itinerante;
- remuneração da equipe;
- reformulação do conselho (BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS, 2014).

Claro que realizamos esse tipo de análise *ex post facto*, mas é importante considerar que o baixo volume de crédito no decorrer dos anos apontava para o insucesso da operação com a moeda, e consequentemente nos empréstimos. Segundo consta dos dados do BCCD, “Caderno de Anotações Banco Comunitário da Cidade de Deus, seção Clientes do Banco Comunitário Cidade de Deus”, o banco possuía 34 clientes (76% mulheres), e como mostramos anteriormente gerou 97 créditos, com média de 91,37 CDD\$, totalizando R\$ 8.940,00 (oito mil e novecentos e quarenta reais), do período de setembro de 2011 a dezembro de 2013 (27 meses), um número baixíssimo de clientes e volumes de crédito para consumo, dadas a população e a abrangência do território da Cidade de Deus. Estes dados podem ressaltar que o BCCD atingiu pouquíssimos moradores, mesmo com toda a mídia e os incansáveis esforços da equipe. Segundo o relatório do BCCD a que tivemos acesso para esta pesquisa, o volume baixo do crédito correspondia à “... falta de organização interna para o fluxo de atividades e demandas do banco”, o que também não deixa de ser motivo, mas não podemos dizer que foi o único.

4.4.4 O Correspondente Bancário

Segundo Ana Lúcia Serafim Pereira, o BCCD possui duas contas bancárias: a primeira para o correspondente bancário, com o qual o banco ganhava R\$ 0,20 (vinte centavos) por transação, e a segunda para a troca de moeda, ou seja, do câmbio (que ela chama de lastro da moeda). Ela, como também Lizete Martins, afirma que o correspondente bancário era importante para divulgar o banco, mas não obtinha lucro.

O BCCD também foi bastante procurado por ser correspondente da CEF, uma maneira de a população pagar títulos/boletos, realizar depósitos, além de trazer visibilidade para o banco

comunitário. Também poderia potencializar o retorno financeiro dependendo do volume de operações, com os pagamentos. Segundo Joaquim de Melo, esta modalidade gera para o Banco Palmas cerca de 20% da sua receita.

Na reunião do Conselho Consultivo do BCCD, em 24 de janeiro de 2012, o representante da CEF que acompanhava o convênio do BCCD com a instituição relatou que o correspondente realizava cerca de 780 operações mensais, sendo que a média era de 260, mesmo assim ele achava que carecia de mais divulgação. O problema não era mais o número de operações, visto que estava três vezes acima da média. A questão era que, com mais operações no correspondente, as funcionárias iam se dedicar cada vez menos às outras operações do BCCD.

De acordo com as funcionárias que foram entrevistadas para esta pesquisa, um dos problemas provocados pelo correspondente bancário era o recebimento de notas falsas. Casos como esse eram registrados e encaminhados pelo malote de ocorrência da Caixa Econômica Federal (no Anexo G – Malote Empresarial de Ocorrência, onde estão o registro de dois casos), embora outros casos parecidos também tenham ocorrido.

Sem falar do chamado alívio (depósito dos recursos do correspondente bancário na CEF), onde as trabalhadoras levam em transporte público, o que representa um sério risco para as suas vidas. O BCCD deixou de ser correspondente bancário em virtude de um assalto, no dia 14 de janeiro de 2014, e por problemas administrativos.

Segundo o economista voluntário do BCCD, André Aranha, o correspondente bancário atrelava a imagem do banco “à imagem da Caixa, imagem de banco comercial”, que para ele levava o caminho da expansão do banco pela CEF, o que descaracteriza o papel de um banco comunitário. O economista fez um diagnóstico sobre o correspondente bancário, ao qual tivemos acesso, mas não apresentamos nesta pesquisa na seção Anexo, por se tratar de um documento privado. A análise constatou que este trabalho dava prejuízo e tomava tempo das trabalhadoras do banco, o qual ele definia como “sugador de energia do início ao fim” e afirma que o seu encerramento foi positivo para melhorar a dedicação das trabalhadoras ao banco.

4.4.5 Articulações Institucionais

O banco conseguiu parcerias e articulações com diversas instituições, mas esta relação parece um pouco confusa, tendo em vista que o Banco Comunitário da Cidade de Deus era regido pela Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local (ACDDDL), ora algumas parcerias eram para a Agência, ora eram para o Banco. Até porque a presidente era a mesma

para as duas instituições. Destas articulações é importante lembrar a parceria comercial com a empresa de telefonia Vivo, realizada em fevereiro de 2012, para comercialização de chips, recarga telefônica e venda de aparelhos na moeda CDD\$.

A parceria com NESOL-USP, de fevereiro de 2012 a 28 fevereiro de 2013, que representou a contratação de três funcionárias (Agentes de Crédito), assessoria técnica e capacitação. O BCCD chegou a recorrer a SEDES com o término do projeto do NESOL para que as funcionárias ficassem por mais seis meses, adicionadas ao custo da mão de obra, ao aluguel do espaço do banco e às despesas de custeio que totalizavam cerca de R\$ 66.400,00, mas não conseguiram obter os recursos. Obtiveram com a Linha Amarela S/A – LAMSA apenas os recursos para o pagamento dos funcionários até o final do ano.

A parceria com o NESOL-USP, de fevereiro de 2012 a 28 fevereiro de 2013, representou a contratação de três funcionárias (agentes de crédito), assessoria técnica e capacitação. O BCCD chegou a recorrer à SEDES com o término do projeto do NESOL, para que as funcionárias ficassem por mais seis meses, adicionadas ao custo da mão de obra, ao aluguel do espaço do banco e às despesas de custeio, que totalizavam cerca de R\$ 66.400,00, mas não conseguiram obter os recursos. Obtiveram com a Linha Amarela S/A (LAMSA) apenas os recursos para o pagamento dos funcionários até o final do ano.

Em 22 de fevereiro de 2013, aconteceu uma tentativa de parceria com a AgeRio,²⁶ que ofereceu uma linha de microcrédito para o BCCD a juros de 3% a.a. operados por agentes de crédito do BCCD (pagos pelo banco), mas não se concretizou porque para o banco a parceria seria complicada, pois iria operar o crédito da AgeRio sem que o parceiro cotizasse o custo operacional do crédito.

Por fim, a Rede de Bancos Comunitários do Estado do Rio de Janeiro teve reuniões no BCCD nos dias 22 de agosto de 2013 e 14 de janeiro de 2014, com o objetivo de fortalecer as relações entre as instituições e construir e/ou pleitear reivindicações coletivas para a política pública dos bancos comunitários de desenvolvimento e organizar suas participações na Rede Brasileira de Bancos Comunitários.

Com o Banco do Brasil para o financiamento do concurso da moeda social, realizado entre os dias 10 a 11 de novembro de 2014, com o valor de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) com cota de patrocínio, e o SEBRAE, carta de intenção foi estabelecida pela atuação do órgão em comunidades pacificadas, como também a atuação da instituição na Cidade de Deus a partir de 21 de dezembro de 2010, com o Polo Multissetorial da Cidade de Deus. A parceria

²⁶ Agência de fomento do governo do estado do Rio de Janeiro, que tem como objetivo estimular o desenvolvimento econômico do estado.

contou com as atividades de capacitação (oficinas e palestras), tendo iniciado a partir de outubro de 2014. Uma pena que nesta época o BCCD já estava em estágio de derrocada, pois seria importante para a gestão do banco.

Em 02 de março de 2017, o BCCD se reuniu com a nova equipe da SEDES – Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que deixou de existir e passou a se chamar Subsecretaria de Desenvolvimento, subordinada à Secretaria de Trabalho. Neste encontro não foi delineada nenhuma ação da PCRJ com o BCCD. Em entrevista realizada com o Subsecretário Epitácio Brunet para esta pesquisa, em outubro de 2018, segundo ele, existe uma possibilidade de pensar um novo modelo para o BCCD, uma fórmula para gerir os créditos para que esse seja sustentado, ou seja, um banco de microcrédito não só de circulação da moeda social. Para Brunet, se não tem uma forma para gerir não tem como vislumbrar a sustentabilidade do banco, porque o modelo do BCCD precisava sempre de uma injeção de recursos para melhorar este fluxo de recursos (algo que não identificamos em nossa pesquisa, o que precisava era da maior relação de troca da moeda). E ainda ressaltou a necessidade de uma aplicação financeira para o BCCD se capitalizar, pois o crédito precisa ser estabelecido com uma sustentabilidade e os bancos comunitários precisam operar em uma rede de convergência. Colocações pertinentes para a realidade dos bancos comunitários, algo que já acontece com e-dinheiro, nota-se que pelo lado governamental o resgate do BCCD seria pela plataforma digital. Vale lembrar que, em outubro de 2016, a funcionária Maria Cristina das Neves realizou uma capacitação para implantação da plataforma no BCCD.

Seria muito mais importante que o banco conseguisse mais articulações para prover de maior reconhecimento não só o território, mas os atores políticos, sociais e econômicos que reconhecem as demandas sociais da Cidade de Deus e que estejam dispostos a contribuir para que estas sejam cada vez menores. É importante notar que, por ora, a articulação de duas instituições pela mesma pessoa e/ou personalidade jurídica pode ajudar, como também atrapalhar. Acreditamos mais na última opção, pois tudo o que era articulado politicamente para o BCCD era pela Agência, esta não independência das relações políticas sociais e econômicas podia levar a confusão sobre a entidade que regia. Outra questão era a falta de confiança de algum parceiro, pois será que a sua relação política, social ou econômica iria contribuir para o Banco ou para Agência? Não que esta relação seja vista de forma pejorativa, mas trata-se da efetividade do BCCD como banco, o que para alguns parceiros seria importante para definir sua contribuição e/ou relação. Porque o banco tem a questão da sustentabilidade financeira, e quanto maior e mais duradouro melhor, e a agência pode realizar um projeto específico para uma determinada área com recursos limitados e prazo determinado.

4.4.6 Organização do Trabalho

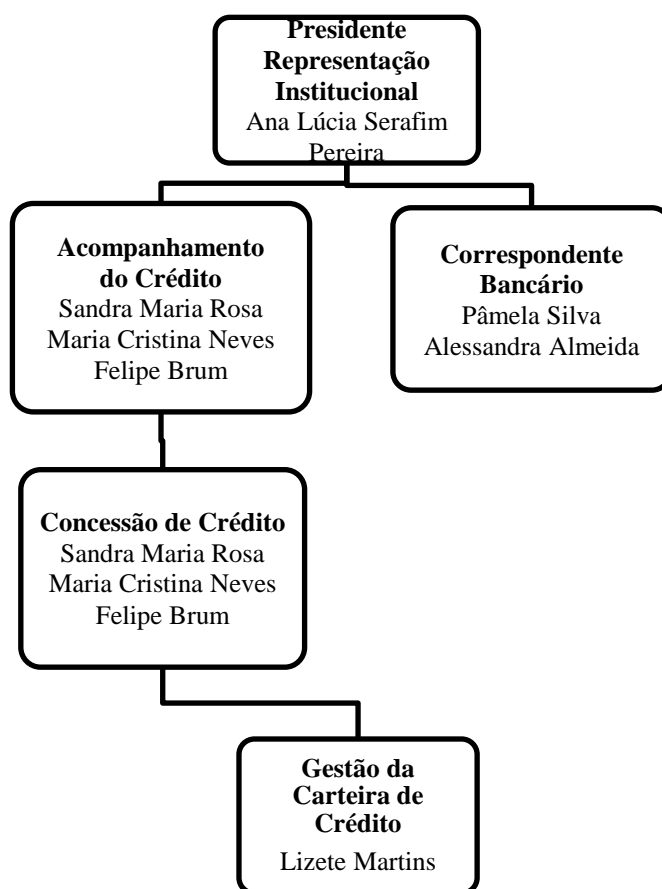
Segundo Fleury (1983), a organização do trabalho é como a especificação do conteúdo, dos métodos e das inter-relações entre os cargos, de modo a satisfazer os requisitos organizacionais e tecnológicos, assim como os requisitos sociais e individuais do ocupante do cargo. Para estabelecermos que existe um processo de organização do trabalho é preciso saber a jornada de trabalho, a divisão do trabalho, o ritmo, a qualificação, a remuneração e o método de trabalho.

De acordo com os dados do relatório do BCCD do mês de agosto de 2012, verificamos que a divisão do trabalho era constituída das seguintes atividades: **correspondente bancário** – é a abertura e o fechamento (das 9h às 17h), com recebimento, pagamentos, atendimento ao público e alívio;²⁷ o **acompanhamento do crédito** é o contato antes do vencimento e renegociação do crédito para não possibilitar a inadimplência; na **concessão do crédito**, as atividades são o preenchimento da ficha de análise, a verificação de ficha de análise, visita do Comitê de Análise de Crédito (CAC), o contato e a geração do recurso financeiro solicitado; e por último a **gestão da carteira de crédito**, que compreende o controle da moeda, recebimento de parcelas dos créditos e controle dos empréstimos.

Cabe ressaltar que a **presidente** do BCCD era responsável por atividades políticas e sociais, com o objetivo de promover o banco. A Figura 24 mostra um organograma do BCCD, que fora elaborado com base na pesquisa, pois o banco não possui este instrumento de gestão, mas não quer dizer que não existisse esta representação na prática laboral do empreendimento.

²⁷ Depósito em dinheiro em uma agência bancária dos recursos oriundos do Correspondente Bancário.

Figura 24: Organograma do Banco Comunitário da Cidade de Deus



Elaboração: O autor.

De acordo com a observação não participante que realizamos no BCCD, no ano de 2013, em relação à **organização do trabalho**, existiam conflitos, e geralmente a solução se dava por consenso, a **jornada de trabalho** era de 40h semanais, de segunda-feira a sexta-feira das 8h às 17h, embora algumas vezes acontecesse de o BCCD fechar mais cedo ou abrir mais tarde, por conta das reuniões na Agência Comunitária da Cidade de Deus. O **ritmo** era administrado pelos trabalhadores dentro de determinado limite, que não atrapalhasse o desenvolvimento das suas atividades. A **qualificação** média dos trabalhadores era o ensino médio, embora uma trabalhadora possuísse ensino superior, e todos eles tenham passado pelo processo de formação em economia solidária. Já a **remuneração** média era de 1½ salário mínimo e o **método do trabalho** não era predefinido, dava-se de acordo com cada função. A **presidenta** tinha atribuições políticas e representativas, não exercia o controle da operação do BCCD, e muitas vezes trabalhava além das 40h semanais, o seu modo de trabalho era conciliador e articulador entre o BCCD, o território e as instâncias políticas sociais.

Praticamente todas as atividades no BCCD eram desenvolvidas por todos os funcionários. Para tanto, quando apresentarmos o método de trabalho não apresentaremos como o respectivo responsável faria o trabalho, mas o modo genérico da realização do mesmo.

No **acompanhamento de crédito**, adotava-se o modo de trabalhar com as cobranças do crédito antes do vencimento com os inadimplentes, ou seja, os responsáveis por este setor trabalhavam como cobradores dos empréstimos; o **correspondente bancário** era um tipo de trabalho parecido com uma pequena agência bancária, o modo de trabalho adotado era próximo da perfeição pelo fato de estarem trabalhando com recursos de terceiros, e estes terem que ser depositados em uma agência bancária da CEF mais próxima, pois quanto mais rápido o alívio fosse realizado menor seria o risco, de maneira geral a atividade consistia em operações de pagamentos e recebimentos de contas; na **concessão do crédito**, o modo de trabalho se atentava na questão da liberação do crédito com o desenvolvimento do trabalho do CAC, que se reunia para liberar o crédito de acordo com as informações recebidas pelos moradores; na **gestão da carteira de crédito**, o controle de operação da moeda social CDD, o recebimento das parcelas dos créditos concedidos. Não existia uma orientação para a tomada do crédito pelo morador, embora o BCCD realizasse um processo de educação financeira que contribuía para esta orientação.

A maneira como apresentamos a organização do trabalho neste item não existia no BCCD, pois, como descrevemos anteriormente, todos os funcionários eram responsáveis por todas as atividades, sendo que por ora um outro era designado por um setor específico. De maneira geral, a falta de organização do trabalho no BCCD comprometeu a sua gestão, sua operação e consequentemente a sua consolidação.

4.5 PERCEPÇÃO DOS ATORES

A percepção dos atores apresenta três grupos que para esta pesquisa são considerados de grande relevância. O primeiro deles são os funcionários, visto que conheceram, trabalharam e desenvolveram os processos no BCCD. O segundo, os membros do Conselho Consultivo do Banco, que para nós, além de terem contribuído para o processo de implantação do Banco Comunitário da Cidade de Deus, foram e são pessoas relevantes no território. Resolvemos entrevistar uma dessas pessoas dado o seu posicionamento mais crítico sobre o banco comunitário. E, por último, os comerciantes e moradores, que são as partes mais interessadas e importantes para promoverem o banco, pois utilizavam de forma plena o BCCD. Para tal,

realizei cerca de sete entrevistas qualitativas e obtive outros dados através das fontes secundárias.

4.5.1 Quem trabalhou (Presidente e Funcionários)

A presidenta do BCCD, **Ana Lúcia Serafim Pereira** (Lucinha), tem uma trajetória de 35 anos como liderança em atividades sociais na Cidade de Deus. Começou como vice-presidente da Associação de Moradores na Cidade de Deus, em 1983, logo depois passou a Presidente do Conselho Deliberativo da Primeira Escola de Samba da Cidade de Deus. Em 1996, fundou o Centro Educacional Criança Futuro e Adolescente (CECFA) e foi presidente da Agência Comunitária da Cidade de Deus com dois mandatos de quatro anos, cada (2009-2016), que, segundo ela, foi uma passagem de oito anos de muito aprendizado e de grande dificuldade. Para Lucinha, a oportunidade de ter tido experiência em diversas instituições no território fez com que conhecesse a economia solidária “não com o nome economia solidária, mas bancos comunitários são uma novidade, foi muito bom e sou muito apaixonada... foi um crescimento e uma determinação que ganhei”.

No ano de 2010, recebeu o convite para uma reunião com Marcelo Costa, Secretário de Desenvolvimento Econômico e Solidário. Neste encontro surgiu a proposta do banco comunitário, que após muitas reuniões se concretizou, em 2011, mas ao longo dos anos de 2010 e 2011 obteve formação em economia solidária e bancos comunitários na SEDES, no Fórum de Economia Solidária de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, no Instituto Palmas, em Fortaleza, em Vitória, com o Banco Bem, e pelo CEDAC, na Cidade de Deus, todas as formações foram obtidas com cursos, oficinas e atividades práticas. Porém, não teve nenhuma formação em gestão na área administrativa e financeira, mas ela esclarece que sua gestão era política, pois não ficava na atividade operacional do banco.

Presidir o banco comunitário da Cidade de Deus, para Lucinha, foi muito importante, até porque tanto ela quanto os moradores do território trazem uma marca muito sofrida e de luta oriunda da falta de políticas públicas. Foi aí que sempre pensou em desenvolver algo que pudesse ajudar a comunidade. Acredita que o BCCD abriu uma porta, mas “se não tivesse racha ninguém os conseguiria deter, mesmo com dificuldades o banco teria ido muito mais e poderia estar funcionando até hoje”. O que ela chama de “fazer valer os nossos direitos”, ou seja, as instituições deveriam estar mais próximas para que o BCCD pudesse funcionar, mas infelizmente possuem dificuldades de se relacionarem.

Para a implantação do banco comunitário também teve um lado negativo, “trouxeram a coisa pronta e me deram, mas de onde vêm os recursos?”. Existia convênio entre a ACDDDL com o Instituto Palmas ou com a SEDES? Segundo ela, as coisas foram sendo trazidas e acontecendo ao longo do tempo, “as moedas vieram no dia da inauguração”. Afirmo que a falta de recursos também atrapalhou a evolução do banco. Muitas pessoas trabalhavam como voluntárias no período próximo à redução das atividades, pois a falta de dinheiro também era uma cobrança, e no período após o assalto foi mais desesperador porque, além de trabalharem como voluntárias, também tinha a questão eminente da violência, o que se tornou algo muito complicado para as vidas daquelas que estavam envolvidas com as atividades do BCCD.

Já **Maria Cristina Neves (Cristina)**, uma das funcionárias do Banco Comunitário da Cidade de Deus, antes de atuar no BCCD foi pesquisadora do Rio Economia Solidária, pelo Núcleo de Solidariedade Técnica – SOLTEC/UFRJ, sendo que já tinha um aprendizado e experiência em Economia Solidária, desde 2005, atuando em projetos e eventos no Brasil e no exterior, oriunda da área de educação, teve a sua grande virada profissional nos projetos sociais. Sua atuação no BCCD começou antes da sua implantação, com uma pesquisa sobre o potencial de consumo da Cidade de Deus, contratada pelo Instituto Palmas, logo depois percebendo a dificuldade das funcionárias do banco, como também o seu envolvimento com Agência Comunitária da Cidade de Deus de Desenvolvimento Local, começou a trabalhar como voluntária enquanto trabalhava no CEDAC como educadora popular em economia solidária, também pelo Projeto Rio Economia Solidária. Depois desse período foi contratada para trabalhar no Banco Comunitário da Cidade de Deus. Vale destacar que Cristina pode ser considerada uma das pessoas com mais experiência e saber acumulado no projeto Rio Economia Solidária, na Cidade de Deus, e/ou nos quatro territórios onde o RIO ECOSOL esteve presente, pois trabalhou em áreas e instituições distintas no projeto.

... possui um tipo de caixa preta feita de crenças, mitos, valores e experiências passadas, conscientes ou inconscientes, ritualizadas. Ao lado desse aspecto feito de mitos e ritos, o sítio possui também uma caixa conceitual que contém seus conhecimentos empíricos e/ou teóricos, de fato, um saber social acumulado durante sua trajetória. Enfim, os atores em dada situação operam com uma caixa de ferramentas que contém saber-fazer, técnicas e modelos de ação próprios ao contexto (ZAOUAL, 2006, p. 32).

No BCCD, Cristina foi caixa no correspondente, além disso sua atuação tinha uma relevância muito interessante, pois sempre pensava na questão educacional e na disseminação da educação financeira para os demandantes de crédito, primeiro por meio da conversa e do

bate-papo, conseqüentemente com um curso, atividade também desenvolvida por Lizete Martins.

Para Maria Cristina Neves a expectativa da comunidade com o banco foi boa no início, mas depois os moradores foram desencantando. De certa forma ela deixou claro que a implantação foi rápida, com poucas reuniões no território e não muito bem planejada, “teria que ter um tempo maior de conversa com a população para digerir melhor a ideia, pois a ideia em si é muito boa, o melhor dos mundos, não é para ficar rico, mas para ter dignidade e tranquilidade para viver”. Ela segue com outras duas constatações que também atrapalharam o processo: a primeira, a não independência do Banco Comunitário da Cidade de Deus da Agência Comunitária de Desenvolvimento Local, o que parece ter sido um complicador, pois todas as atividades do banco tinham que ser autorizadas pela Agência, se falar da definição dos parceiros do BCCD e da agência, que abordamos anteriormente; a segunda foi o correspondente bancário, que não tinha segurança no local e tampouco para transportar os valores “eu ia com R\$ 30 ou R\$ 40 mil para a Freguesia, dentro da minha bolsa e o cara dentro do botequim falava ‘vai a mulher do dinheiro’, isto no 600”. A falta de segurança e a vulnerabilidade para transportar os recursos do banco eram um dos maiores problemas enfrentados pelas trabalhadoras, levavam dinheiro de um bairro para outro em transporte coletivo, como consta do relato: “... não era só eu, era Alessandra, era Lizete e a falecida Sandra, todas nós fizemos isto”.

O transporte de valores em um ônibus circular da linha 600, além de ser um grande complicador, trazia o risco de vida para estas trabalhadoras, segundo o GT de segurança em fevereiro de 2012, que fora mencionado na terceira reunião do conselho consultivo do banco em março do mesmo ano. Foi pensado o uso de táxi para transporte de valores, mas pelo visto não se concretizou. E no dia 09/01/2014, no horário da manhã, ocorreu um assalto no BCCD. A Figura 25 mostra o aviso que fora colado no vidro da entrada do banco, logo após o corrido. No sinistro foram levados R\$ 6.000,00 (seis mil reais), Cristina foi ameaçada por uma arma e o roubo foi realizado por alguém que conhecia a rotina do BCCD, pois sabia onde estavam os recursos, até o dinheiro que estava com um cliente o ladrão levou, cerca de R\$ 90,00 (noventa reais). Este fato, segundo Cristina, foi o estopim para acabar com o correspondente bancário. Ela ressalta que “a voluntária Sandra, que pertencia à ACCDDL, estava no banco sem nenhum vínculo, tampouco seguro”, para ela esta atividade não tinha segurança.

Figura 25: Aviso do Assalto ao BCCD

AVISO DO BANCO COMUNITÁRIO
A COMUNIDADE

PREZADOS CLIENTES, O NOSSO BANCO
QUE TANTOS SERVIÇOS VEM PRESTANDO A
COMUNIDADE DE CIDADE DE DEUS E SEU
ENTORNO, SE VER FORÇADO A PARAR
TEMPORARIAMENTE, POR TER SOFRIDO UM
ASSALTO A MÃO ARMADA DIA 09-01-2014
ÀS 11:40, ONDE O INDEVIDUO REDEU
DUAS FUNCIONARIAS E ALGUNS CLIENTES
QUE SE ENCONTRAVAM NO BANCO.

ATÉ QUE CONSEGUÍMOS RESOLVER
O PROBLEMA DE SEGURANÇA, IREMOS PERMA-
NECER FECHADOS PARA ATENDIMENTO.

ATENCIOSAMENTE: A DIREÇÃO

Fonte: Banco Comunitário da Cidade de Deus, 2014.

O risco do assalto não estava previsto na instalação do correspondente bancário por estar dentro da comunidade, mas depois do ocorrido Cristina e Lucinha foram algumas vezes na SEDES para propor medidas de segurança para o banco, mas nada aconteceu. Antes do assalto o banco já estava bem fragilizado, com pouco uso da moeda CDD\$, e com o término do correspondente bancário após o sinistro o desinteresse pelo BCCD foi grande.

Para **Lizete Martins**, que já conhecia a economia solidária propriamente da Cidade de Deus, trabalhar no BCCD foi muito bom e ao mesmo tempo frustrante, ela diz que o uso da moeda no comércio local impactava e poderia gerar maior relevância na economia do território e daria um futuro melhor para a Cidade de Deus. A fase de sensibilização e planejamento foi muito interessante, com as grandes reuniões da comunidade para decidir se queria ou não o banco, e inclusive a escolha dos nomes e personagens da moeda, mas a implantação do BCCD foi rápida e não realizada pelos moradores, e sim pela prefeitura, ou seja, faltou o protagonismo do território. O banco trouxe uma riqueza de aprendizado para sua vida, pois pode trabalhar com outros aspectos positivos, além do banco, como a educação financeira, algo que ela sempre quis fazer. Outro ponto que ela abordou como significativo foi a formação em conhecimentos bancários, sendo esta oriunda dos cursos da Caixa Econômica Federal. Com relação à questão negativa ela é categórica com a falta de protagonismo do território, onde a SEDES fez praticamente todo o processo e os moradores não se apropriaram.

O aspecto gestor do banco também foi deixado a desejar, conjugado com a falta de comprometimento das pessoas, inclusive dela mesma, pois muitas vezes se aborrecia e deixava

todo o processo de lado. E a falta de recursos para pagar os funcionários. Poderiam ter sido pensadas outras atividades para a captação de recursos para o BCCD.

Não entrevistamos a funcionária **Pâmela Silva**, que trabalhou por um período curto no BCCD, mas no caso de **Alessandra Almeida Ferreira Coelho**, tivemos acesso ao seu relatório de trabalho do mês de janeiro a agosto de 2012, constatamos que a funcionária teve problema com o correspondente bancário nos meses de fevereiro, maio e junho, sendo que esses foram sanados por técnicos da CEF. Já com a moeda social a técnica relata que nos meses de fevereiro, março, junho e agosto os usuários reclamavam que era difícil obter descontos, que era propaganda enganosa e faltava divulgação do meio de pagamento. O que ficou mais evidente foi o mês de maio, quando os empréstimos foram paralisados para os inadimplentes. A interrupção dos empréstimos, mesmo por falta de pagamento dos credores, pode ter gerado um descrédito do BCCD.

O economista voluntário **André Aranha** começou sua atividade no ano de 2012, por interesse na moeda local e os seus mecanismos de desenvolvimento. Chegando ao banco, deparou-se com uma realidade bem diferente da que pensava e começou a se envolver com a atividade do BCCD no início de 2013. Com seu trabalho voluntário ajudou a organizar as contas do banco, a convite da presidenta Ana Lúcia Serafim Pereira, e duas vezes na semana ia ao BCCD para contribuir na tentativa de organizar o processo administrativo e dar aula de *Microsoft Excel* para as duas funcionárias. Um fator que ele identificou como não muito positivo para o seu trabalho era o correspondente bancário, que de certa forma concorria com o tempo que as funcionárias disponibilizavam para aprendizado das suas aulas e com outras atividades do banco.

André define sua experiência no BCCD como “uma experiência antropológica”, porque possui uma formação liberal pois é oriundo do curso de Ciências Econômicas da PUC-Rio, mas acredita nos bancos comunitários. Ele passou todo o ano de 2013 indo ao banco, ora duas vezes por semana, ora quinzenalmente, com carga horária de oito horas diárias.

Em 2014, para a organização da rotina administrativa do banco, ele desistiu do uso do software *Microsoft Excel* e passou a utilizar um caderno para registro da contabilidade “entrada e saída” (receita e despesa) do banco. Mesmo porque as planilhas não seguiam um padrão, tampouco eram bem utilizadas pelas funcionárias. Após esse processo começaram a elaborar um projeto de desenvolvimento do banco comunitário, com a participação de diversos membros que compõem a Agência de Desenvolvimento Local da Cidade de Deus, esse projeto não chegou a ser encaminhado para nenhuma agência, governo ou banco de fomento, mas foi um ponto de partida para pensar a sustentabilidade do BCCD. Para ele, a falta de uma estratégia

para os tempos vagos dos funcionários com outras atividades que desenvolvam o banco, não repetindo divulgar para os comerciantes, que ele define como “uma ideia muito vaga do que faria o banco crescer”, pois nem sempre é só de divulgação que o banco precisa, mas de uma estratégia na concepção do projeto do banco comunitário. (ARANHA, 2018)

Segundo o economista, foram gerados 11 empréstimos produtivos apenas no início do projeto, mas a partir desses abandonado por conta da inadimplência elevada, mas o que pode ter levado a isto foi a falta de metodologia, pois esses empréstimos eram gerados com recursos do Banco do Brasil. Já os empréstimos para consumo em média ficavam em torno de R\$ 100,00 (cem reais). O maior número da moeda CDD que circulava na comunidade era através destes empréstimos em CDD, não pelo câmbio em si. Na sua opinião, esta carteira era mais interessante, pois os funcionários do banco conheciam os clientes, e isto era um ponto importante para não ocorrer inadimplência e dava mais giro ao BCCD, o que poderia provocar um aquecimento na atividade local com o uso da moeda, pois, além de intermediar o consumo, formava uma “poupança” interna, que era um facilitador para o consumo no território.

4.5.2 Quem aconselhou (Conselheiros)

Segundo **Cleonice Dias de Almeida** (líder comunitária com quase 40 anos de atuação na Cidade de Deus, além de membro do Conselho Consultivo do Banco, foi uma das fundadoras do Comitê e da Agência de Desenvolvimento da Cidade de Deus), o Banco Comunitário da Cidade Deus também tinha um papel político e ideológico no território, que talvez tenha sido impactado por alguns fatores presentes no território, o que de fato pode ter impactado na sua atividade.

Para ela o BCCD funcionou, mas pelas vias dos noticiários a implantação foi um sucesso de repercussão nacional, embora, não existisse uma construção na comunidade dos pressupostos da economia solidária, ou seja, a questão conceitual e de conteúdo da “outra economia”, e a negação do arcabouço do capitalismo, com a lógica perversa de que este sistema opera para se reproduzir com os mais pobres. Para ela, esta reflexão deveria ter sido discutida e dialogada com a comunidade antes da implantação do banco. O que também pode ter sido causado não só pela implantação rápida do BCCD por interromper um processo de construção da economia solidária no território, mas por ter sido pensada a relação do empreendedorismo individual e competitivo, que foi fomentado principalmente pela UPP Social, a partir de 2009. Em determinado momento as ações desta organização não só pregaram o individualismo na

relação produtiva, como também contribuíram para o esvaziamento das ações realizadas pelas instituições sociais, “nós perdermos a força, não foi só o banco”. (ALMEIDA,2019)

Outro ponto abordado por Cleonice foi sobre as lideranças das instituições do território, que compõem a Agência e consequentemente o BCCD. Essas organizações deveriam ter trabalhado a economia solidária e consequentemente o banco comunitário pensando no socialismo. Era preciso estarem convencidos de que o capitalismo não humaniza as relações, mas enaltece as disputas, a competição e o individualismo “... é preciso ter um conteúdo ideológico muito firme para romper com o individualismo e trabalhar mais com o coletivo”. Na opinião dela o rompimento das organizações ao longo do processo, e com a renovação dos quadros levando à formação de novas lideranças sem reflexões políticas mais à esquerda contribuíram para o cenário de despolitização. Ela deixa claro que é importante retomar o processo no território, mesmo com todo o retrocesso que acontece no país.

Sobre a operação do banco, ela fez uma crítica ao correspondente bancário que deveria atender a todos os beneficiários do programa Bolsa Família para gerar um retorno financeiro à instituição, fato que não se contemplou, embora tenha atendido parte deste público. Outra questão foi a segurança: ela aborda o fato de as funcionárias transportarem os valores financeiros até a agência bancária da CEF no bairro da Freguesia, o que gerava uma grande exposição e insegurança para estas pessoas, e consequentemente o assalto que levou à paralisação das atividades do banco.

4.5.3 Quem utilizou (Comerciantes e Moradores)

O comerciante **Sérgio Ribas**, proprietário da sorveteria Moleka na Cidade de Deus, sensibilizado por Cristina Neves, funcionária do BCCD, participou de todos os eventos de implantação do banco comunitário. Logo após a instalação do banco, adotou a moeda social em seu comércio para potencializar o uso no território e tentar fazer com que a economia da Cidade de Deus tivesse esse diferencial e fosse importante para que outras comunidades se inspirassem na implantação de bancos comunitários. Ele também via como alternativa a divulgação que fazia para outros comerciantes, como forma de gerar crescimento econômico local, ou seja, provocar o desenvolvimento do território.

A partir do aceite da moeda social, começou a oferecer desconto na compra dos seus produtos, que para ele era uma forma de priorizar o uso da moeda CDD pelos seus clientes. E quando utilizava no próprio Banco Comunitário da Cidade de Deus para pagar boletos bancários do seu negócio e também nas suas compras no supermercado local. Não recebia a

totalidade nos volumes de compras pagas em CDDs, pois segundo ele a maior parte dos seus clientes eram de fora da Cidade de Deus e utilizavam o Real em suas compras, mas via a sua atividade como forma de incentivo. Para Sérgio faltou ter falado do uso da moeda para os moradores: “o que faltou foi esse tipo de propaganda com os moradores, não só com os comerciantes, como foi realizado”. Na sua opinião, em torno de 5% dos comércios do território aceitavam a CDD\$, um percentual bem baixo, mesmo sendo aceita no supermercado do bairro, que era grande, faltaram outros comércios da Cidade de Deus, principalmente, os localizados na rua Josias (na área Quinze), onde tem a maior concentração de comércio no bairro. Com a utilização da moeda pelo morador estimularia a aceitação pelo comerciante, mas muitos não conheciam o projeto “o morador devia adotar a ideia”. Para tanto, o banco precisava ter maior clareza para os moradores sobre o projeto, pois se o morador adotasse a ideia, com certeza ficaria mais fácil entender o uso da moeda social e do banco. E, por fim, ressalta que a Cidade de Deus a partir de 2010 tinha muitos projetos somados a outras ações vivia um bom momento, “teve até uma tentativa de formar uma associação comercial na Cidade de Deus”, sendo incentivada pelo SEBRAE-RJ, no ano de 2012, que não foi à frente. A abordagem dos comerciantes para a utilização da moeda CDD\$ carece de consideração, pois o BCCD realmente focou no comércio e esqueceu dos moradores.

Já o empresário **Nando Lima**, proprietário do Supermercado Rainha, o único dentro do território da Cidade de Deus, localizado na rua Cenáculo, 40 – dentre outros negócios que possui no território, tais como comércios e imóveis que são alugados. Ao perceber que o uso da moeda seria importante pelos benefícios que ela trazia para a comunidade e por sua circulação no território, onde os moradores não saíam da comunidade para consumirem em outro local, ele resolveu aceitar. A estreia do CDD no comércio local foi no seu supermercado, com uma compra realizada por Eduardo Paes, junto com Paul Singer no dia da inauguração do banco, como mostra a Figura 26. Segundo ele, era feito um trabalho especial (descontos para compra com a moeda e a divulgação dos produtos do mercado e da aceitação da moeda pelo carro de som), o que ele chama de “trabalho de mídia”. Segundo Nando, o seu mercado era um centralizador de recebíveis de CDDs, mesmo sem saber os números, ele afirma que o local era onde mais recebia a moeda no território. E as utilizava para pagar as duplicatas no BCCD, para promover o fluxo da moeda no local.

Figura 26: Utilização da Moeda Social no Mercado Rainha da Cidade de Deus



Fonte: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 2011.

O objetivo maior da moeda era sua circulação no território, ele acredita que foi falha a explicação da importância do uso da moeda não só para os comerciantes mas também para a população, ou seja, os consumidores. Ele também chegou a explicar a alguns comerciantes do território, mas o esclarecimento ficou carente para conscientizar a população quanto ao uso da moeda, pois as pessoas ficaram em dúvida. Segundo Lima, faltou uma “fidelização”, ou seja, uma pequena vantagem para quem trocasse a moeda no território, o que incentivava o uso do CDD. Até mesmo para ele oferecer alguma vantagem ficava um pouco complicado, diante da pequena margem de lucro do supermercado, mesmo assim, ele promovia alguns descontos. Outro ponto que foi ressaltado por Nando foi o local em que foi instalado o BCCD, muito exposto, sem fluxo de pessoas e poucos comércio que aceitavam a moeda. Embora sendo visto por um agente externo, era bem localizado, pois fica na via principal do território para quem vem de fora (Avenida Edgard Werneck), mas muitas pessoas que moram na comunidade sequer passavam na porta do banco, pois andariam muito para trocar a moeda e depois utilizá-la como, por exemplo, no Supermercado, “o banco não ficou em um local muito favorável e foi exposto”. Ele dá o exemplo do seu mercado, que tem um volume de 2.300 a 2.400 pessoas por dia, e talvez se o banco ficasse bem próximo ao mercado seria um facilitador para a utilização da moeda.

O empresário fez uma crítica à implantação do BCCD: para ele, não foi muito bem organizada visto que foi de forma pouco criteriosa, deveriam ter sido levantados os possíveis pontos para o recebimento da moeda, um trabalho de maior conscientização com o morador, ou

seja, atingir de fato quem iria utilizar a moeda, ou seja, o seu maior interessado. Segundo Nando, o foco político foi maior do que atingir o morador, *vis-à-vis* as aparições na mídia na inauguração do banco e consequentemente a frágil conscientização levaram à interrupção do BCCD, pois o fluxo da moeda foi reduzido, mesmo com o trabalho que o seu mercado fazia para a divulgação com carro de som, o próprio cliente perdeu o interesse no uso da moeda.

Usar a moeda CDD em vez do real simbolizava as relações econômicas que se dão da comunidade para a comunidade – clientes fidelizados e com acesso a pequenos empréstimos no Banco Comunitário da Cidade de Deus.

Wander Lucia Farias, 45 anos, natural da Paraíba, mudou-se para a Cidade de Deus há seis anos e é proprietária de uma empresa de joalheria há quatro anos. “Conheci o CDD nas reuniões organizadas pelo Polo Inova Cidade de Deus (associação de comerciantes), estabelecida há dois anos pela primeira vez em uma favela na Cidade de Deus. Quase todos os diferentes comerciantes aceitaram, registraram e exibiram em seus negócios. No entanto, esse dinheiro não ganhou tanto terreno, não está circulando o suficiente. É um bom projeto para a comunidade, mas falta uma promoção que propicie sua total compreensão e importância” (PORTAL RIO ON WATCH, 2014).

Segundo **Keila Carvalho**, moradora da Cidade de Deus, que conheceu o BCCD por intermédio de Ana Lúcia Serafim Pereira, por ser próxima a sua família, ela utilizava a moeda para a compra de roupas e para almoçar no restaurante popular, embora utilizasse mais o Real, porque poucas lojas aceitavam a moeda CDD, mas nunca pegou empréstimo. Ao divulgar o BCCD, achava que era importante para a comunidade, mas muitas coisas não ficaram claras para poder explicar o papel do banco ao morador. Para Keila, o banco era “algo diferenciado, mas muitos moradores não sabiam da existência da moeda porque não teve muita propaganda, ficou muito entre os comerciantes e o banco”. Para a moradora a palavra “banco” lembra os membros da Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local (ACDDDL), o fator divulgação levou à interrupção das atividades, pois o projeto deveria ter sido mais informado aos moradores.

Outros moradores reclamam da falta de promoção adequada do CDD. Sandra Mara, de 54 anos, mora fora da Cidade de Deus, mas trabalha em uma loja de roupas na comunidade. Ela também acha que o projeto deve procurar expandir e comercializar seus benefícios para um público maior da comunidade. “Estamos pedindo ao banco para se engajar na promoção do CDD. Por enquanto, a troca de moeda é lenta”, explicou ela. “Seria bom para o desenvolvimento de toda a comunidade dar incentivos à economia e às pessoas da Cidade de Deus.”

Até o início de 2012, o BCCD caminhava de forma coerente com os princípios da economia solidária, dito que sua fase de avaliação interna era uma ótima oportunidade para enxergar o que precisava ser mantido e melhorado. Talvez, na segunda reunião do Conselho Consultivo, em março de 2012, tenha sido constatada a primeira crise no banco (alguns pontos são passíveis de questionamento). A baixa circulação da moeda pode ter sido provocada pela baixa divulgação aos moradores ou a não aceitabilidade na maior parte dos comércios, pois, quanto mais aceita como intermediária de trocas, maior a possibilidade de utilização. A quantidade reduzida de crédito no ano de 2012 pode ter sido também provocada pela alta na economia, pois neste ano a economia brasileira operava com uma baixa taxa de juros, “a taxa média em dezembro foi de 5,44% ao mês, a menor da série histórica, sendo que o juro para pessoa jurídica também foi o menor desde 1995: 3,07% ao mês” (ANEFAC, 2013).²⁸ E o serviço de correspondente bancário que por ora era o útil para a comunidade, pois favorecia o pagamento de títulos e divulgava o BCCD e a Agência, mas dava trabalho, preocupação, porque não possuíam serviço de carro forte ou malote, e os recursos eram levados em transporte público pelas funcionárias do banco, pessoas que colocavam a comunidade primeiro do que as suas próprias vidas, e sem falar dos prejuízos financeiros, talvez o instrumento pudesse ter sido colocado em prática em outro momento.

Também podemos dizer que estes três produtos operados pelo BCCD de forma fragmentada são originários do processo de organização do trabalho no banco, que tem uma relação com o seu processo de implantação.

Em julho de 2015, começou a ser estruturado um projeto de sustentabilidade para o BCCD, mas este não foi enviado a nenhuma agência de fomento, o que certamente evidenciou o grau de dependência do BCCD com o ator que o fomentou e/ou uma falta de *expertise* dos que estavam à frente do banco para saber que estão atuando com um empreendimento, mas é importante destacar que tudo isto deveria ter sido delineado no início do processo, pois comprometeu sua consolidação no território, a qual iremos analisar no Capítulo 6.

²⁸ Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (ANEFAC). Disponível em: <<https://www.anefac.org/>>. Acesso em: 29 dez. 2012.

CAPÍTULO 5 – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A ideia de pensar uma pesquisa sobre a política de crédito comunitário no Rio de Janeiro nasceu a partir da premissa de aprofundar o entendimento acerca de bancos comunitários e como estes se inserem no contexto da Economia Solidária, uma vez que o estado Rio de Janeiro possui cinco bancos comunitários de desenvolvimento: Banco Comunitário Capivari, localizado em Silva Jardim; Banco Preventório, localizado em Niterói; Banco Saracuruna, localizado no bairro de Saracuruna, em Duque de Caxias; Banco Mumbuca, em Maricá; e Banco Comunitário da Cidade de Deus, ao acompanhar todo o processo de criação do Banco Comunitário da Cidade de Deus até o início da sua atividade, no ano de 2011, por conta do trabalho de pesquisador do tecido socioproductivo na Cidade de Deus, que desenvolvia o Projeto Rio Economia Solidária, nos anos de 2010 e 2011, ao participar das reuniões de sensibilização e implantação por questão institucional, uma vez que fazia parte do projeto, mesmo que este compromisso não fosse deliberativo, pois erámos apenas convidados, por ter formação em economia e ter experiência laboral em projetos em periferias e favelas cariocas, desde do início da minha formação, ainda como estudante. E, por último, talvez a principal ideia de concretização desta pesquisa foi quando investigamos no mestrado os empreendimentos econômicos solidários da região metropolitana do Rio de Janeiro, e estes tinham dificuldades na obtenção de crédito, o que vale também para os empreendimentos populares. Com isto, vislumbramos a necessidade de realizar uma pesquisa sobre os bancos comunitários e a sua contribuição para o desenvolvimento local, ou seja, qual a importância do banco comunitário para o desenvolvimento econômico do território onde este está localizado e como objeto da pesquisa o Banco Comunitário da Cidade de Deus.

No entanto, a partir de 2013, com o decorrer das operações do BCDD, percebemos que suas atividades não estavam ocorrendo de modo a estimular a economia local. Com isto, a pesquisa caiu no limbo, pois achávamos que tínhamos perdido o objetivo. Para tanto, começamos a organizar os estudos e as pesquisas com novas temáticas sobre banco comunitário e economia solidária, visto que temos uma trajetória nesta área. Como também verificamos a importância do assunto e resolvermos pesquisar o tema, pois a investigação bibliográfica nos revelou que poucos estudos tratam do objeto da pesquisa no campo da engenharia de produção, e quando é pesquisado fica mais evidente serem mostrados os ditos casos de sucesso.

Ao longo dos anos de pesquisa e anseios encontramos o caminho e vislumbramos o processo de implantação e consolidação de um banco comunitário tendo como estudo de caso a pesquisa no BCCD. Segundo Godoy (2005), trata-se de um **estudo de caso avaliativo** que se

preocupa com a geração de dados e informações cautelosamente, com o objetivo de julgar os resultados de um programa ou projeto, o qual é pesquisado. A pesquisa foi estruturada na perspectiva da sua implantação e consolidação, pelos pontos de vista dos funcionários, moradores, comerciantes, atores sociais, ou seja, quem fomentou, implantou e aconselhou a construção do BCCD, e a partir das construções das variáveis escolhidas por este pesquisador.

A pesquisa bibliográfica apresenta no referencial teórico autores que dialogam com os temas economia solidária, finanças pessoais e educação financeira, crédito e bancos comunitários. Embora sua realização seja de forma aplicada visando gerar conhecimento para as questões práticas acerca dos bancos comunitários em desenvolvimento, resolvemos apresentar a temática economia solidária na introdução, na perspectiva de quem construiu e quem ajuda a construir a chamada “outra economia”, ou seja, os ditos autores clássicos da economia solidária, a fim de convidar o leitor a conhecer o contexto em que está inserido o chamado banco comunitário em desenvolvimento. No Capítulo 1, apresentamos as premissas do mercado de crédito, com o conceito de planejamento financeiro e educação financeira, através das referências bibliográficas e institucionais do tema, mas a maior intenção desta seção foi mostrar a metodologia de educação financeira desenvolvida pelos bancos comunitários. E, na sequência, o conceito de crédito, tendo como referências a literatura do campo da economia, finanças e sociologia. Na construção deste capítulo levamos em consideração a repercussão histórica dos programas de microcrédito que foram implantados no país, por instituições não governantes e por iniciativa do governo, a partir da segunda metade dos anos 1990, até o ano de 2016. Esta seção também mostrou as modalidades de crédito mais acessadas pelos empreendedores populares e da economia solidária que ainda carecem de maior proximidade com os seus públicos demandantes, por conta da sua política seletiva para o acesso a este instrumento de desenvolvimento. No Capítulo 2, a pesquisa apresentou os bancos comunitários em desenvolvimento; utilizamos como referência para a construção desta seção as obras dos principais intelectuais do país e do mundo que pesquisam e contribuem para a criação deste tipo de empreendimento.

A coleta de dados foi realizada por documentos, registros em arquivos, entrevistas e observação, ou seja, também podemos dizer que se trata de uma **pesquisa descritiva bibliográfica, documental e de campo**. A partir deste momento começamos a construir o capítulo 3, onde tratamos sobre o território da pesquisa, o Conjunto Habitacional Cidade de Deus, pois, além de utilizarmos a literatura sobre o território, os dados secundários também utilizamos as entrevistas dos moradores, sendo estes atores sociais oriundos da militância política quando o assunto é Cidade de Deus. Vale destacar que o trabalho desenvolvido por

mim no projeto Rio Economia Solidária teve uma singularidade para poder descrever o território da pesquisa, pois pude registrar uma realidade que vivenciei praticamente todos os dias no período de um ano, período do projeto. E em momentos distintos e com frequências menores no período da pesquisa da tese. Isto também foi um diferencial para a pesquisa de campo.

5.1 PESQUISA DE CAMPO

O trabalho de campo foi realizado ao longo dos anos de 2014 a 2018, através de uma incursão nos eventos (seminários, debates, audiências públicas, oficinas, plenárias, encontros e congressos acadêmicos) sobre economia solidária e bancos comunitários e nos seus processos de trabalho nos estados do Rio de Janeiro e Ceará. “... quanto mais se restringe o campo, melhor e com mais segurança se trabalha. Uma tese monográfica é preferível a uma tese panorâmica” (ECO, 2007, p. 10). Como também nos eventos profissionais e acadêmicos da área de educação financeira.

O universo da pesquisa para o desenvolvimento do trabalho foi a realização de pesquisa bibliográfica e de campo em quatro bancos comunitários, três no estado do Rio de Janeiro (Preventório, Mumbuca e Cidade de Deus) e um no estado do Ceará (Banco Palmas).

Segundo Yin (2003), o estudo de caso é uma investigação empírica que pesquisa um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. Logo, haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado, baseia-se em várias fontes de evidências e beneficia-se do desenvolvimento prévio de proposições teóricas para conduzir a coleta e a análise de dados. O estudo de caso desta pesquisa foi de fato realizado no **Banco Comunitário da Cidade de Deus**, o qual definimos como **amostra da pesquisa**, onde também realizei uma pesquisa documental e uma observação não participante, que, segundo Vergara (2009), neste tipo de observação não há interferência ou envolvimento do observador na situação. E quanto aos critérios desta observação foram estruturados, mesmo sendo em anos e períodos diferentes, sempre agendados de acordo com as datas propostas pelo BCCD com a intenção de validar a pesquisa bibliográfica.

Por possibilitar realizar alguns tipos de reconstrução, o documento escrito constitui, portanto, uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidente, insubstituível em qualquer reconstrução referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito

frequente, ele permanece como único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (NASSER, 2008).

De maneira geral, a pesquisa verificou como foram implantados os bancos comunitários e quais foram os aspectos importantes para sua consolidação. A partir do campo, determinamos os elementos que elegemos como variáveis para a consolidação.

5.2 MÉTODO

De acordo com Thiollent (2007) a fase exploratória da pesquisa é a fase da descoberta do campo de pesquisa e dos interessados, onde os primeiros contatos são estabelecidos e se identificam os problemas da situação, as características e outros aspectos relacionados à pesquisa.

A pesquisa de campo **descritiva e exploratória** constitui um estudo de caso realizado em um empreendimento iniciado em 2011, tendo a suspensão das suas atividades no ano de 2016. De fato as operações aconteceram no período de 2011 a 2015, pois no ano posterior o seu funcionamento era bem restrito. Segundo Andrade (2001),

Pesquisa exploratória é o primeiro passo de todo trabalho científico. São finalidades de uma pesquisa exploratória, sobretudo quanto bibliográfica, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto; facilitar a delimitação de um tema de trabalho; definir os objetivos ou formular as hipóteses de uma pesquisa ou descobrir novo tipo de enfoque para o trabalho que se tem em mente. Através das pesquisas exploratórias analisa-se a possibilidade de desenvolver uma boa pesquisa sobre determinado assunto (ANDRADE, 2001).

Como já relatamos neste capítulo o meu contato com o BCCD aconteceu antes da sua criação e do início desta pesquisa para a tese. Ao optarmos por conhecer o papel do banco comunitário e construirmos um projeto de pesquisa nas reuniões de que participávamos no período de sensibilização e implantação fizemos muitos registros, mas não perpetrarmos uso de gravador e tampouco de máquina fotográfica, o que em nossa apreciação poderia não ser legítimo por não estávamos diretamente envolvidos no projeto do BCCD. Tivemos o primeiro contato com este tipo de empreendimento, mas não com seus trabalhadores, os quais já conhecíamos., o que de certa forma foi um diferencial para a pesquisa de campo, pois o mesmo pesquisador do tecido socioprodutivo do Projeto Rio Economia Solidária, ou o “pesquisador do SOLTEC”, passou a pesquisar o Banco da Cidade de Deus, o que legitimou uma relação de confiança para a realização das pesquisas de campo (entrevistas) e bibliográfica (documental),

uma vez que esta fidedignidade, não tenha passado por nenhum questionamento, pelo menos de forma direta. Acredito que ocorreu o contrário, a pesquisa foi vista com bons olhos. Sua realização documental fora autorizada pela atual presidente da Agência Comunitária da Cidade de Deus e acompanhada das trabalhadoras do BCCD, Lizete Martins e Maria Cristina Neves, que também compõem a Agência da Cidade Deus, pois trata-se de documentos privados de uma instituição (vale lembrar que a figura jurídica do BCCD é Agência). As trabalhadoras que me acompanharam na pesquisa documental sabiam informar o significado de cada material e como foram arquivados. Mesmo tendo este diferencial, analisamos com criticidade a documentação, em todo o seu contexto, os autores, que na maioria dos casos eram elas próprias e a confiabilidade do texto. Logo pude fazer as minhas análises sobre o material encontrado.

A pesquisa qualitativa foi realizada por meio de duas abordagens: **escuta livre e entrevista semiestruturada**. Segundo Vergara (2009), nas entrevistas livres o interlocutor elabora suas ideias quase sem interferência do entrevistador, e nas **entrevistas semiestruturadas** a ordem dos questionamentos depende da dinâmica da própria entrevista.

Na **modalidade de escuta livre**, o entrevistado falava sobre o tema em questão, ou seja, com liberdade para falar a sua percepção sobre a temática, sendo que os dados obtidos foram gravados e depois transcritos. Relatos e fragmentos dessas entrevistas foram citados na pesquisa, e outros dados foram interpretados para a composição das seções. Este tipo de entrevista carece de muito cuidado, pois na maioria das vezes o entrevistado fala além do esperado, e a interpretação dos dados merece ainda mais atenção para não se tornar repetitivo.

A opção em realizar esse tipo de entrevista foi o seu caráter enriquecedor do ponto de vista das informações geradas para as temáticas que foram investigadas, sendo elas: educação financeira, com profissionais da área, como Carlos Batalha, Gestor da Escola de Educação Financeira do Governo do Estado do Rio de Janeiro, e Adenias Gonçalves, Consultor em Educação Financeira, que é responsável por implantar uma das principais metodologias de educação financeira no estado do Rio de Janeiro; sobre a economia solidária, com militantes, gestores públicos e intelectuais, destaco as entrevistas com Antônio Haroldo Pinheiro Mendonça, Coordenador Geral de Comércio Justo e Finanças da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), entre os anos de 2003 a 2016, Antônio Oscar, do Fórum Estadual de Economia Solidária do Rio de Janeiro, e Sandro Nascimento, sendo que os dois últimos contribuíram para a elaboração do projeto Rio Economia Solidária. Por fim, sobre bancos comunitários, falei com os trabalhadores do Instituto Banco Palmas. É importante salientar a entrevista realizada com Otaciane Barros, responsável pelo processo de formação na Cidade de Deus, Marcos Rodrigo, que na época da realização da investigação, em 2015, presidia

o Banco Preventório, Natália Sciammarella, Presidente do Banco Mumbuca desde a sua fundação, e Leonora Mol, da Rede Brasileira de Bancos Comunitários. E com os professores e pesquisadores da temática, Genauto de Carvalho de França Filho, professor da Universidade Federal da Bahia, e Heloísa Primavera, professora na Faculdade de Economia da Universidade de Buenos Aires.

Já as entrevistas realizadas com os **instrumentos de pesquisa semiestruturado** foram construídas com base no referencial teórico e na pesquisa documental. Essas foram direcionadas para o objeto da pesquisa, ou seja, análise do Banco Comunitário da Cidade de Deus. Com isto, construímos instrumentos para as seguintes figuras: representante governamental; responsável pela implantação do banco; presidente, funcionários e voluntário do BCCD; comerciantes e moradores da Cidade de Deus.

5.3 ROTEIRO DA ENTREVISTA

Segundo Rosa (2006), as entrevistas são utilizadas em sua maioria quando temos dificuldades de obter dados que não podem ser encontrados em registros, arquivos e/ou documentos. Foram realizadas cerca de 26 entrevistas, com duração média de uma hora, gravadas digitalmente, com o conhecimento e a autorização prévia dos entrevistados. Optou-se por divulgar o nome dos entrevistados onde estão contidas suas falas, o que denotou o caráter de confiabilidade na realização da pesquisa pelos entrevistados.

O roteiro da entrevista foi estruturado com o objetivo de caracterizar os aspectos considerados importantes no âmbito do banco comunitário pesquisado, de acordo com os capítulos de fundamentação teórica (introdução, capítulos 1, 2 e 3). Segundo Thiollent (2007), os elementos teóricos devem ser adaptados e “traduzidos” em linguagem simples para permitir certo nível de entendimento dos participantes. Geralmente alguns intelectuais em suas palestras, ou até mesmo em intervenções em campo, utilizam uma linguagem hermética em suas falas, o que dificulta o entendimento de alguns participantes. Os roteiros foram adequados de acordo com o tipo de trabalho ou contribuição que cada um dos entrevistados pode gerar para o banco comunitário, sendo que as partes mais genéricas destes instrumentos foram repetidas.

Para a escolha do representante governamental, Marcelo Costa – Secretário Especial de Economia Solidária da cidade do Rio de Janeiro (na época da implantação do banco), foi levada em consideração a questão de este ter sido o primeiro gestor desta secretaria municipal e ser o responsável pelo projeto Rio Economia Solidária, o qual originou o BCCD.

Ao entrevistar o responsável pela implantação do BCCD, realizei uma entrevista presencial com Joaquim Mello, Coordenador Geral do Instituto Banco Palmas, em Fortaleza, no decorrer do evento Encontro Global dos Bancos Comunitários, em setembro de 2018. A entrevista foi de grande viabilidade para a pesquisa, não só pelo fato de este ter sido o responsável pelo processo de implantação do BCCD, mas por a partir desta investigação gerar outras entrevistas para a pesquisa

Na entrevista com a presidente do BCCD, Ana Lúcia Serafim Pereira (Lucinha), foram levadas em consideração, além do seu caráter representativo na instituição, a sua trajetória de longa data na Cidade de Deus e a posição que ocupava, pois também era a presidente da Agência Comunitária de Desenvolvimento, o que também contribuiu para elaboração de outros capítulos que vão além do Capítulo 6.

Para entrevistar as funcionárias do BCCD preferimos realizar esta atividade com trabalhadoras que tiveram maior atuação no banco e no campo da economia solidária, além de não obtermos contato com outras funcionárias que tiveram passagem mais rápida pelo banco, mas em alguns casos tivemos acesso aos relatórios de trabalho. Com isto, elegemos as entrevistas com Lizete Martins e Maria Cristina Neves, que foram de grande importância para a pesquisa, dado o período que trabalharam no banco, tendo em vista as suas trajetórias de militância no território da Cidade de Deus e na economia solidária, o que foi o caso de Maria Cristina Neves. Ambas as entrevistas contribuíram para a elaboração de outros capítulos, principalmente na seção que tratamos sobre educação financeira dos bancos comunitários, além da análise que será apresentada no Capítulo 6.

O economista voluntário, André Aranha, foi entrevistado por ter trazido um olhar externo à estrutura do BCCD. Na sequência o roteiro da entrevista que começamos a utilizar na investigação com o economista, mas deixamos a entrevista acontecer pela modalidade escuta livre, porque André trouxe outros elementos importantes para a pesquisa, como sua análise sobre o correspondente bancário que fora significativo e não se encontra no roteiro.

Ao entrevistarmos os comerciantes da Cidade de Deus, decidimos entrevistar os maiores usuários e incentivadores do uso da moeda CDD no território. Sendo assim, entrevistamos Sérgio Ribas, proprietário da Sorveteria Moleka, e Nando Lima, do Mercado Rainha.

E, por último, os moradores. Não contatamos uma amostra significativa de clientes ou usuários do banco, pois o BCCD contava com apenas 34 clientes tomadores de crédito. Com isto, elegemos de forma aleatória Keila Carvalho e Sandra Mara. Na sequência o roteiro utilizado.

Segundo Rosa (2006), as vantagens apresentadas nas entrevistas são: obtenção de grande riqueza informativa; oportunidades de esclarecimento junto aos segmentos momentâneos de perguntas e respostas, possibilitando a inclusão de roteiros (todos os roteiros utilizados nas entrevistas encontram-se na seção apêndice); cumpre um papel estratégico na previsão de erros. As limitações são: o fator tempo (pois consome mais tempo do entrevistado); a informação (concretizada a partir da relação entrevistador-intervistado); a confiança (para que tudo se concretize com a devida validação); a observação (contribui com análise e verificação); a sinergia (não produz o tipo de informação que a investigação em grupo fornece).

5.4 ANÁLISE DOS DADOS

Por meio de pesquisa bibliográfica e de um estudo de caso, a pesquisa tem como característica uma pesquisa exploratória, desenvolvida na tentativa de dissertar o tema abordado com levantamento das informações sobre o objeto de estudo.

De acordo com Rosa (2006), durante o desenvolvimento e na fase final da entrevista, são analisados com muita clareza os seguintes aspectos: contraste qualitativo dos resultados obtidos; facilidade para a compreensão dos mesmos; comparação da entrevista individual com a técnica de discussão em grupo. Para a autora a entrevista qualitativa requer, portanto, a qualificação plena do pesquisador, compromisso com as atitudes éticas frente à realidade da pesquisa. Deve-se, acima de tudo, saber visualizar as circunstâncias atuais do desenvolvimento da metodologia científica que tem favorecido esse tipo de pesquisa.

Mesmo com toda limitação que a pesquisa possui para analisar a implantação de um banco comunitário, a partir da realidade do Banco Comunitário da Cidade de Deus, a investigação também contou com uma análise de dados comparativos dos bancos do Preventório (Niterói) e de Mumbuca (Maricá), pois estes cotejos serviram para retificar as falhas no processo de implantação e consolidação do BCCD.

Nas **entrevistas livres**, depois das transcrições, comparei os dados obtidos por meio da análise dos discursos. Este tipo de julgamento ideológico foi importante para entender o uso da linguagem presente nas entrevistas que articulava com a implantação e consolidação do BCCD. Essas reflexões sobre o sentido do banco por meio da investigação no campo me conduziu a descobertas de outros questionamentos e ajudou a encontrar novos elementos da implantação do banco que a pesquisa bibliográfica não conseguiu mostrar, além de ter enriquecido o trabalho à medida que novas questões foram apresentadas de forma crítica de modo a explicar estes discursos para elegermos as variáveis da consolidação.

Já as entrevistas baseadas no **roteiro semiestruturado**, após o tratamento dos dados fizemos uma comparação dos resultados obtidos, onde obtivemos as decorrências qualitativas que foram importantes para a exploração da análise do material coletado visando responder ao objetivo da pesquisa, ou seja, as análises de consolidação de um banco comunitário.

De maneira geral, ao analisarmos os dados obtidos com as entrevistas da pesquisa podemos dizer que as entrevistas livres foram importantes para avaliarmos as fases de implantação de um banco comunitário e levantarmos hipóteses sobre o método. Já as entrevistas semiestruturadas utilizamos para a construção das variáveis de consolidação de um banco comunitário, pois os dados que foram mais evidenciados nas entrevistas me levaram a construir a análise da consolidação de um banco comunitário a partir dos aspectos do território, político e organizacional, os quais apresentaremos no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 6 – ANÁLISE DOS FATORES DA IMPLANTAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DE UM BANCO COMUNITÁRIO – O CASO O BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS

Este capítulo apresenta uma análise dos fatores de implantação e consolidação de um banco comunitário, tendo como objeto da pesquisa o Banco Comunitário da Cidade de Deus (BCCD). Para a análise dos fatores de implantação temos como base fragmentos do Quadro 10 (Metodologia de Implantação de Bancos Comunitários), pois apresentamos apenas as fases não realizadas no BCCD, por entendermos que a não efetivação destes passos impactou na implantação e na consolidação do banco. E de forma analítica as fases de implantação de um banco comunitário de acordo com a metodologia do Instituto Banco Palmas, as quais foram realizadas no BCCD e são referências para discorrermos sobre os fatores de implantação. Em seguida apresentaremos os fatores de consolidação de um banco comunitário analisando os aspectos do território, político e organizacional, que, de acordo com a pesquisa, foram os pontos que deveriam ser mais difundidos para o BCCD e de certa forma são importantes para a consolidação de um banco comunitário. Por fim, para efeito de boas práticas, elaboramos um roteiro de implantação e consolidação de um banco comunitário para um período de três anos, como mostraremos no Quadro 11.

Iniciamos essa análise apresentando um comparativo entre os bancos comunitários do estado do Rio de Janeiro implantados pelo Instituto Banco Palmas na última década, que estão em funcionamento, sendo eles: o Banco Mumbuca e o Banco Preventório, exceto o BCCD, que é o objeto da pesquisa. Percebemos que estas instituições vivenciam realidades bem distintas, mas é importante destacar alguns pontos que evidenciam estas divergências. O Quadro 9 apresenta na sua composição fatores que elegemos como significativas para estabelecermos os termos de comparação.

Quadro 9: Comparativo entre os Bancos Comunitários

Evento	BCCD	Preventório	Mumbuca
Fundação	Setembro/2011	Setembro/2011	Dezembro/2013
Responsável pela Implantação	Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro SEDES “Projeto Rio Economia Solidária”	Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários da Universidade Federal Fluminense	Prefeitura de Maricá
Tempo de Implantação	5 meses	9 meses	2 anos
Origem dos Recursos	SENAES Ministério da Justiça	Ampla Energia e Serviços S/A	Prefeitura de Maricá (Tesouro Municipal)
Recursos Utilizados	R\$ 129.000	R\$ 161.337,64	R\$ 3.872.269,36 ²⁹
Gestão	Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local	Associação Banco Preventório	Banco Mumbuca
Captação de Recursos	Projetos da Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local	Projetos de Fomento	Operação da Moeda Mumbuca
Número de Agências	1	1	4
Situação	Fechado	Em funcionamento	Em funcionamento

Fonte: O autor, 2018.

O BCCD e o Banco Preventório foram fundados no mesmo período (o Preventório tem um dia a mais), porém, o tempo de implantação e os recursos utilizados no caso do segundo possibilitaram uma vantagem comparativa, pois o processo de implantação foi bem desenvolvido e teve a oportunidade de formar lideranças. Mesmo com poucos recursos o empreendimento funciona até os dias atuais e realiza o trabalho de captação de recursos, a partir dos editais de fomentos a bancos comunitários, como os do governo federal (SENAES) e do BNDES. Outra vantagem é que o banco começou a sua operação com um lastro de R\$ 30.000,00, algo que o BCCD não obteve, e por último a gestão própria que possibilitou a independência e foi positivo para sua sustentabilidade.

Já no caso do Banco Mumbuca a realidade é bem diferente de ambos os casos anteriores. Primeiro, a prefeitura municipal de Maricá fomentou a criação do banco com recursos dos

²⁹ Entre 2017 e 2018.

royalties do petróleo. Segundo o Portal da Transparência do Governo Federal (2019), só no primeiro trimestre do ano de 2019 o município recebeu 396 milhões, ou seja, o município possui um fator positivo para o enfrentamento da pobreza e um diferencial para a criação e fomentos a empreendimentos como este. Porém, mesmo com a independência da gestão, existe uma relação de dependência do agente público (prefeitura municipal). Vale ressaltar que esta gestão possui a mesma origem do governo que implantou este tipo de empreendimento. Embora o banco consiga hoje captar recursos com a utilização da moeda, pois a taxa de operação paga no giro na utilização é de 2% e isto possibilita a sustentabilidade, vale lembrar que o programa de transferência de renda e outros pagamentos da prefeitura são pagos pela moeda mumbuca. O que de certa forma configura a relação de parceria e/ou dependência da prefeitura, mas acreditamos que este tipo iniciativa é louvável, pois de fato o banco poderá se tornar uma política pública e se multiplicar no território. Sendo assim poderá não ser uma política de governo, o que pode tornar muito difícil pleitear o seu funcionamento.

6.1 FATORES DA IMPLANTAÇÃO

Como vimos anteriormente, os bancos comunitários são implantados no país com a metodologia do Instituto Banco Palmas (IBP). De certa forma, para isto acontecer, o Instituto é demandado de maneiras distintas. A primeira delas é oriunda do território que gostaria de possuir esta ferramenta para o desenvolvimento econômico e social da comunidade, uma instituição local procura o Instituto Banco Palmas com o desejo de implantar um banco comunitário, seja através dos recursos próprios ou captados via projetos. Podemos estabelecer como parâmetro os bancos do Preventório e Saracuruna, embora estas iniciativas tenham sido fomentadas pela UFF, como projeto de extensão universitária, mas os recursos para as implantações advinham de um projeto social de uma empresa que desejava apoiar iniciativas para o desenvolvimento local. A maneira mais genuína deste desenho seria de forma direta, ou seja, as instituições sociais dos territórios populares demandariam o IBP para a implantação de um banco comunitário sem que tenha sido organizado e/ou provocado por outros atores. Porém, para isto acontecer as organizações sociais carecem de maturidades nos processos organizacionais e serão responsáveis pela captação dos recursos para a implantação, como aconteceu no Banco Bem, no Espírito Santo, em que a comunidade procurou o Instituto Banco Palmas após a realização de um evento social para implantar o banco no território.

A segunda maneira é pelo poder público que procura o IBP para o fomentar ações de desenvolvimento no território e após a implantação com os processos estabelecidos de forma

estruturada esta iniciativa, sendo dialogada com outros projetos e programas geridos pelo governo, pode se tornar uma política pública, como é o caso do município de Maricá, no estado do Rio de Janeiro. O poder governamental também pode demandar esta iniciativa por um determinado projeto e que no seu escopo tenha a implantação de um banco comunitário, que foi o caso do projeto Rio Economia Solidária, como o BCCD.

De maneira geral, o quadro 6 apresenta **a metodologia de implantação de um banco comunitário**. Segundo França (2013), nem todos os 12 passos deverão ser realizados pelas instituições, uma vez que alguns deles já podem ter sido concretizados pela organização que deseja instituir um banco comunitário. **No caso do BCCD** os passos 3 e 6, não foram realizados, mas carecem de observações porque poderiam ter sido importantes, visto que a não efetivação prejudicou a implantação e consequentemente a consolidação, por terem sido **de certa forma adaptados**. No caso do passo 3, podemos ressaltar o item “Visitas técnicas para orientação quanto à seleção do local”, deveria ter sido importante, pois constatamos como a pesquisa que o BCCD não deveria ter funcionado onde fora implantado e talvez se este passo fosse realizado as consequências poderiam ter sido outras, como veremos mais adiante. E sobre o passo 6 (“Negociação com Bancos/Seguradoras e Similares, Contratação de seguradora de valores”) poderia ter sido importante no momento do sinistro ocorrido no BCCD, pois o fato de o banco estar em uma comunidade não foi impedimento para passar por um assalto, talvez se tivessem instalado câmeras isto não teria ocorrido. E por último, e já relatado no capítulo 4, o uso de carro de transporte de valores traria mais segurança para “alívio”, mesmo sendo uma recomendação do conselho consultivo a não utilização, por chamar a atenção. O uso deste traria mais tranquilidade para as funcionárias e as liberaria para cuidarem das operações do banco.

Quadro 10: Metodologia de Implantação de Bancos Comunitários (itens não utilizados)

Passo 3: Seleção e Estruturação Local	a) Visitas técnicas para orientação quanto à seleção do local. b) Aluguel do local da sede do banco. c) Reformas no prédio (adaptações de grades, instalação elétrica, hidráulica). d) Instalação/manutenção de internet, água, luz.
Passo 6: Negociação com Bancos/Seguradoras e Similares	a) Entrada de processo no CEF/BB (Correspondente bancário Crédito). b) BNDES (Apoio Institucional). c) Fundos locais/Bancos regionais (crédito, apoio institucional). d) Contratação da seguradora de valores. e) Carro forte por 10 meses; instalação de câmeras.

Fonte: FRANÇA, 2013.

A implantação de um banco comunitário segundo o Instituto Banco Palmas é demarcada pelas fases: sensibilização e planejamento, implantação, formação e gestão.

... dois dos elementos mais importantes, segundo nossa avaliação, para se obter ao final dele resultados positivos (quantitativos e qualitativos).

O primeiro é ter sido iniciativa da própria comunidade organizada, que num segundo momento solicitaria apoio de outras entidades de apoio.

O segundo, a existência no local de alguma iniciativa comunitária anterior à presença de uma assessoria ou a existência de alguma organização popular ativa (FRANÇA, 2013, p. 73 e 74).

6.1.1 Sensibilização e planejamento do BCCD

O processo de **sensibilização e planejamento**, como vimos anteriormente, corresponde às reuniões realizadas para a implantação do banco comunitário no território, no caso do **BCCD** foi iniciado no mês de maio de 2011 e findado no mês de agosto do mesmo ano, ou seja, com duração de **cinco meses** e cerca de **sete reuniões ampliadas**, que puderam contar com a participação dos atores políticos, sociais e econômicos do território. Ao olharmos para trás e compararmos com o Banco Palmas, onde foram realizadas cerca de 97 reuniões com a comunidade para implantar o banco, temos uma imensa lacuna do BCCD. Claro que o processo do Banco Palmas não pode ser comparado na íntegra com o BCCD, pois estamos falando do primeiro banco comunitário brasileiro criado há cerca de 20 anos, e o seu processo de implantação de bancos comunitários é bem diferente da sua criação, mas, apesar disso, não se realiza um número extenso de reuniões para implantar um banco comunitário em um prazo de cinco meses, como foi o caso do BCCD. Este tempo também merece evidência se compararmos com os bancos Saracuruna e Preventório, os quais foram implantados em nove meses, cada um. É importante notar que o número de atividades realizadas e o tempo consideravelmente pequeno para a fase de sensibilização e planejamento podem prejudicar o processo de implantação e consequentemente a consolidação de um banco comunitário. Vale destacar que esta fase no BCCD foi muito democrática e participativa, mas podemos considerar que foi curta e com poucas reuniões realizadas para discutir a temática com mais profundidade e com outros moradores. A partir da pesquisa de campo, o que identificamos é que deveria ter sido realizada tendo como referência, o que se pretendia atingir inicialmente com o banco na comunidade, ou seja, sua delimitação populacional e geográfica. Para estabelecermos um parâmetro com os bancos do Preventório e de Saracuruna destacamos que ambos possuem populações e delimitações geográficas menores do que a Cidade de Deus, mas isto não foi motivo para que esta fase fosse realizada de forma mais apressada, muito pelo contrário, foram quatro meses a

mais. Na segunda observação debruçamo-nos sobre os participantes das reuniões ampliadas, dos quais tomemos como citação a palavra capilaridade, pois este processo deveria ter atingido o maior número possível de moradores do território, não só as instituições sociais de base comunitária sempre presentes nos debates, os atores sociais relevantes e alguns comerciantes, mesmo muitos desses sendo moradores, mas estamos falando daqueles que não estão como figuras política e/ou econômica na comunidade, mas os que de fato irão demandar o banco e sempre eram os que menos estavam presentes nas reuniões de sensibilização e planejamento.

Em relação à realidade local da Cidade de Deus, encontra-se um ambiente propício e característico das comunidades onde tais experiências são geralmente implantadas. Trata-se de contextos marcados pela pobreza da população, exclusão de uma parcela considerável da população do mercado formal e sistema financeiro. E não menos importante, com um histórico de resistência e mobilização social (MEDEIROS, 2014, p. 81).

Levando em consideração o aspecto populacional da Cidade de Deus, segundo dados do IPP MOREI 2015, o território possui cerca 36.515 habitantes. Tomemos como amostra 1% da população estimada, cerca de 365 pessoas, logo, podemos dizer que poucas foram as reuniões em que se atingiu este número de participantes. Embora a pesquisa do mapeamento do consumo realizado pelo Instituto Banco Palmas tenha abordado cerca de 415 domicílios, o que pode representar que cerca de 4,5% dos moradores do território receberam informação sobre o BCCD, claro que outras estratégias além das reuniões para divulgar a fase de sensibilização foram adotadas, tais como carro de som, faixas, impressão de prospectos, entre outras, o que também atingiu os moradores, mas devemos considerar que as reuniões de sensibilização e planejamento teriam esta função, e em nossa opinião o número não foi satisfatório.

Sobre o aspecto geográfico é importante destacar que a pesquisa do Rio Economia Solidária foi realizada na “Quadra 15” (ver Figura 13), área de maior concentração comercial e composta por três subáreas (Lazer, Laminha e 14), mas o banco objetivou inicialmente atingir toda a Cidade de Deus, fato que não se concretizou, seria pelo menos relevante o BCCD ter começado a sua sensibilização e consequentemente atividade em áreas delimitadas no território para depois atingir outras áreas com crescimento gradativo ao longo do processo, dados o aspecto populacional e a limitação geográfica da Cidade de Deus, e a Quadra 15 teria maior relevância para o funcionamento em virtude do agrupamento das atividades econômicas, ou seja, nesta região se concentra o maior número de comércio e serviços na comunidade.

6.1.2 A Implantação do BCCD

Como apresentamos no Capítulo 4, a **implantação do BCCD** foi fomentada pelo Projeto Rio Economia Solidária, e a sua sede ocupou o mesmo espaço da Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local (ACDDDL), sendo essas premissas para a nossa análise nesta fase. O primeiro caso pela questão dos **recursos**, e o segundo, pela **localização**. Tendo como referência o Projeto nº 001/2009, MTE/SENAES convênio SICONV 722081 Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, podemos dizer que os recursos destinados ao fomento de um banco comunitário, levando em consideração o montante do projeto, de acordo com o Cronograma de Desembolso (Quadro 9), comparado com as outras metas do Projeto Rio Economia Solidária, e por sua complexidade, são **considerados baixos**. Pois foi utilizado na implantação o valor de R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais), um percentual de 1,61% do valor total destinado à realização do projeto, o menor desembolso de todas as metas. Talvez, se fosse superior poderia ser importante para o aspecto qualitativo da implantação do banco. Primeiramente para o lastro da moeda que não existia, pois se constituiu através das trocas, e segundo poderia ser utilizado na contratação de funcionários para a realização de tarefas que geravam um acúmulo de trabalho, como por exemplo a divulgação do BCCD, com equipe específica, e também a figura de um gerente de operações, o que contribuiria para a qualidade do serviço do banco. Outro aspecto é relacionado ao orçamento superior aos compromissos com os custos operacionais, dentre esses a remuneração dos funcionários do banco, dado o período que trabalharam como voluntários após o término dos recursos do Rio Economia Solidária, pois acreditaram no potencial do BCCD para a comunidade e achavam que o período de derrocada poderia ser apenas uma fase.

Quadro 11: Rio Economia Solidária – Cronograma de Desembolso

Concedente e Rendimentos Financeiros

Meta	Total (R\$)
Meta 1. Realizar suporte técnico, metodológico, de avaliação e monitoramento das atividades do projeto	2.837.522,80
Meta 2. Instalar quatro Centros Públicos de Economia Solidária	1.435.322,00
Meta 3. Desenvolver e executar Plano de Comunicação	558.287,00
Meta 4. Pesquisar e mapear dados econômicos, sociais e culturais das comunidades beneficiárias	1.158.549,00
Meta 5. Formar 860 participantes, das quatro comunidades do projeto, em gestão de empreendimentos populares e em economia solidária	483.140,60
Meta 6. Realizar oito Feiras de Economia Popular e Solidária	538.876,10
Meta 7. Apoiar a constituição e a consolidação de 40 Empreendimentos de Economia Popular Solidária	859.302,50
Meta 8. Implantação e gestão de um banco comunitário	129.000,00
Total	8.000.000,00

Fonte: Adaptado de MTE/SENAES CONVÊNIO SICONV 722081 PREFEITURA RIO DE JANEIRO, 2009, p. 45.

Para França (2013), o custo de implantar um banco comunitário em valores de maio de 2012 ficou em torno de R\$ 161.337,64 (cento e sessenta e um mil, trezentos e trinta e sete reais e sessenta quatro centavos), mas o projeto da Cidade de Deus, oriundo do projeto Rio Economia Solidária, no ano de 2010, teve o custo menor, de R\$ 129.000,00 (cento e vinte e nove mil reais), e sem recursos para o lastro, ou seja, o câmbio. O que de certo modo pode ser considerado baixo, tendo em vista a implantação de um banco comunitário dentro de uma comunidade urbana na cidade do Rio de Janeiro com diversas peculiaridades, e sobretudo o valor total do projeto. Isso também pode explicar o porquê de a implantação do BCCD ter sido mais rápida, ou seja, foram utilizados poucos recursos, o que de certa forma não daria para contar por muito tempo com a consultoria do Instituto Banco Palmas. Este período maior de permanência seria importante para a consolidação do banco no território, dada a expertise desta instituição em implantação de bancos comunitários no país. Claro que o Instituto Banco Palmas também poderia ter ajuizado que o seu período de implantação deveria ter sido maior, mesmo que isto impactasse no custo do projeto, mas não podemos avaliar as razões que levaram à implantação de um banco comunitário em um período curto, dada a questão dos recursos que foram destinados para o BCCD. O ideal é que este período de implantação fosse de pelo menos um ano.

Em relação à localização do BCCD no mesmo espaço ocupado pela ACDDDL, não podemos negar que foi positiva, por criar um ambiente favorável para os atores e parte dos

moradores que já frequentavam a agência, e assim poderiam conhecer e consequentemente divulgá-lo. Também é respeitável a decisão de colocar neste local pelo fato de otimizar os recursos da agência, que na época eram escassos e até mesmo deficitários para saldar o compromisso financeiro do aluguel, que após o término do projeto utilizou o espaço cedido pelo CEDAC.

No entanto, a localização não era tão próxima ao comércio, o que impactava no câmbio da moeda e na sua utilização, ou seja, caminhar até chegar ao banco para fazer o câmbio e conseguir pequenos descontos nem sempre era tão atrativo. Caso o BCCD funcionasse na Rua Josias, ou próximo a este logradouro, na “Quadra 15” da Cidade de Deus, onde estão localizados os pontos comerciais por ser uma das principais vias de acesso à comunidade e consequentemente grande circulação de moradores, o que poderia comportar maior aceitabilidade do meio de troca nos comércios e entre os seus moradores. Outro fato sobre esta localização é a **perda da identidade** do BCCD, por ora parecia uma sucursal da ACDDDL e às vezes banco comunitário. Isto consequentemente impactou na autonomia e em toda a sua constituição como instituição no território.

6.1.3 Processo de formação do BCDD

O **processo de formação** adotado para implantação advém também do projeto Rio Economia Solidária, com a formação em economia solidária realizada pelo CEDAC (Quadro 9), de que algumas funcionárias e a presidente do banco participaram.

Claro que o Instituto Banco Palmas (IBP) teve a sua responsabilidade e realizou este processo iniciando com o tema economia solidária, e depois com as etapas espaço para o trabalho no banco (Figura 19). Conflitando as entrevistas das funcionárias do BCCD que passaram pelo processo de formação com a entrevista da responsável pela formação do IBP, respaldamo-nos a dizer que foi a **melhor fase do processo de implantação**, mesmo esta não sendo seguida de forma presencial em uma determinada etapa, talvez por conta do término deste período no projeto, ou consequentemente pode ter sido ocasionado pelo limite dos recursos destinados à implantação, do qual falamos anteriormente. O que podemos criticar sobre esta fase é que deveria ser reproduzida por aqueles que participaram para todos que estavam envolvidos no projeto, pois seria mais abrangente em uma fase de escassez de recursos e tomada de decisão pelo princípio da autogestão, que é uma das características da economia solidária.

A **gestão** é um dos pontos da implantação cujas observações também devem ser apresentadas. O banco, além de ocupar o espaço da ACDDDL, também foi gerido por esta

entidade. Como esta instituição já estava presente no território o banco comunitário se tornou **mais um dos projetos da agência**, o que de certa forma dificultava a gestão. Se compararmos com o Banco Mumbuca (Maricá) e com o Banco do Preventório (Niterói), foram criadas associações para dirigir o banco, e isto deu mais solidez à administração. Já no caso do BCCD eram as mesmas pessoas que estavam presentes no banco e na agência.

Na opinião de Joaquim de Mello, Coordenador do Instituto Banco Palmas, pode ter sido um problema, não que as outras atividades realizadas pela instituição fossem ruins, muito pelo contrário, mas segundo ele “banco é banco”, ou seja, tem que separar porque um banco comunitário exige um denso processo de gestão com **equipe bem definida** para atuar somente no banco, e, não tendo outro compromisso, o ideal é que se respeite a comunidade imprimindo um padrão de atendimento e compromisso com os usuários da instituição, que são os moradores do território, pois isso estabelece confiança. Ele citou como exemplo o caso do correspondente bancário da Caixa Econômica Federal, com a definição dos processos (horário de abertura do banco, abertura e fechamento do caixa, carro forte, entre outros) exigia muito de quem estava na gestão, para ele faltou este planejamento. Em sua opinião, existia uma mistura dos conceitos “solidariedade com bancos solidários”, a ação do gestor como liderança social é uma, do diretor/presidente do banco, é outra, o banco não pode deixar de abrir ou então abrir em horário não específico da rede bancária, ou até fechar mais cedo, o que pode gerar dúvida por parte dos clientes, nesse caso os moradores que ajudarão a consolidar a imagem da instituição, bem como os parceiros institucionais, no caso, a Caixa Econômica Federal.

As colocações de Joaquim Mello a respeito da gestão são legítimas para ratificarmos a nossa afirmação. Porém, sobre o **correspondente bancário** o BCCD não poderia ter realizado esta operação no início da sua atividade; talvez tenha **faltado preparação**, quadros, maturação das atividades do banco comunitário (moeda social e crédito), e o ponto que já abordamos: segurança. Porque além de ser uma atividade mais rebuscada para o banco comunitário, as atividades do BCCD ficavam comprometidas, o que também consequentemente comprometeu a consolidação. Em alguns momentos ficou conhecido como “Caixinha”, ou seja, uma pequena filial da CEF que comprometeu a identidade do banco no território.

Já André Aranha acredita que a informatização de todo processo de operação do banco causou um enfraquecimento da gestão, “pois muitos não sabiam o básico da informática”, como também a falta de uma liderança, uma equipe responsável pelo BCCD e **meta** na geração dos empréstimos, pois existia uma falta de formação para a geração de crédito e o correspondente bancário. Concordamos com o economista na formação em informática, mas não podemos enxergar como falha no processo de implantação. Acreditamos que pode ter faltado este aspecto

na capacitação, embora não se preveja na formação do banco este tipo de atividade, mas de forma mais assertiva poderíamos dizer que as funcionárias deveriam ter uma formação em informática básica. Claro que isto deveria ter sido pensado antes de elas ocuparem os postos de trabalhos no banco, e também temos a clareza de que não seria fácil para todas conseguirem fazer tais cursos. Ratificamos que o processo de gestão de um banco comunitário nos dias atuais é muito mais informatizado, tendo em vista o uso da plataforma e-dinheiro como moeda social, onde seria muito mais difícil estabelecer os procedimentos da gestão sem o uso da microinformática.

Falta uma sensibilização da comunidade em relação à importância da moeda social e a constituição da rede de economia solidária no bairro. Apesar da realização de um mapeamento da produção e consumo no bairro por ocasião da implantação do banco comunitário, a gestão do BCD não implantou nenhuma ação no sentido de induzir a oferta e a demanda por produtos e serviços no bairro. (MEDEIROS, 2014, p. 82).

E sobre a liderança talvez tenha faltado a figura de um **gerente** para as atividades operacionais do banco, que a nossa afirmação não seja uma contradição no sentido de abordarmos esta figura sendo o banco uma instituição autogestionária. Porque pelo menos esta liderança, assim chamemos, seria responsável por prescrever as tarefas para a equipe, e poderia deliberar metas gradativas de acordo com as operações do banco (moeda, crédito e correspondente bancário). E a presidente assumiria de fato a figura política para a captação de recursos; afirmação da própria Ana Lúcia Serafim, presidente do BCCD na época: “eu era presidente, abria portas, mas faltou gestão no banco”.

Segundo Lianza e Addor (2005), existe uma falta de organização dos empreendimentos na gestão dos negócios e nas dificuldades técnicas que são encontradas no processo produtivo, que são decorrentes da falta de experiência em organização e administração dos negócios coletivos, uma vez que a formação escolar dos trabalhadores é em geral baixa, por isso tende-se a ocasionar esses fatores. Esses empreendedores estão “enfrentando” empresas organizadas administrativa e tecnicamente, que não são meros amadores do mercado. Se a economia solidária tem a intenção de construir uma nova realidade para a vida econômica desses empreendedores, ela tem de ser organizada e produtiva, tanto quanto o capitalismo, claro que respeitando as limitações dos atores envolvidos e se utilizando de meios que tragam benefícios para a população

A discussão atual na Rede Brasileira de Bancos Comunitários é que o banco comunitário seja uma alternativa financeira popular de confiança, mas este aspecto exige gestão e processos bem definidos, e não pode ser mais uma atividade secundária de uma instituição, pois deverá

existir expertise específica porque muitos gestores dos bancos comunitários possuem perfil de liderança social, o que difere do perfil técnico para gerir o banco, e muitas vezes este aspecto compromete sua sustentabilidade, chamado por Joaquim Mello de “barbaridade do ponto de vista bancário”, como por exemplo, dispensar juros e dispensar crédito.

Segundo Heloisa Primavera, para a experiência de banco comunitário de desenvolvimento virilizar precisa “ser simples, ser concreta, ser inesperada, ter um chamamento emocional, ter uma história real”. Porque a simplicidade de “um a um é fundamental”. Para ela, o projeto de implantação de um banco comunitário deve ficar o tempo que a comunidade quiser, ou seja, as propostas devem nascer com o diálogo e a cooperação.

Podemos concluir que as fases de **sensibilização e planejamento** foram curtas, careciam de um tempo maior, pelo menos nove meses, como aconteceu nos bancos do Preventório e Saracuruna, mas o ideal é que fosse um ano, pois esta ideia teria atingido e/ou sensibilizado mais moradores. No entanto, podemos considerar que, mesmo não atingindo 1% dos moradores do território, percentual que elegemos como limite para variável de participação, existia uma mobilização comunitária, embora pudesse ter sido maior. Do ponto de vista do planejamento das ações do BCCD, seria importante delimitar uma área específica do território para começar as suas atividades, e a melhor definição do escopo do banco, pois a sua atuação como correspondente bancário era maior do que como banco comunitário, dado o número de operações realizadas, as quais apresentamos no Capítulo 4, o que levou o BCCD a ser conhecido como “caixinha”, não um banco comunitário que poderia dinamizar as atividades de desenvolvimento local na Cidade de Deus.

Sobre a **formação** que consideramos a melhor fase, esta sofreu uma crítica do economista André Aranha, pois para ele faltou a formação para a geração de crédito, mas pode ser perigoso estabelecer este critério sem avaliar as formações das funcionárias, aquelas que chamamos de “guerreiras”, pois mesmo com toda limitação educacional e/ou formativa conseguiram realizar as atividades do banco e ainda desenvolveram orientação para o crédito com as oficinas de educação financeira, ou seja, através de um conhecimento empírico muitas vezes gerado das suas realidades financeiras, conseguiram gerar novos aprendizados.

E sobre a **implantação** as lacunas que foram deixadas impactaram na **identidade** do BCCD na operação com seus produtos (moeda, crédito e correspondente bancário), na **gestão** e consequentemente na **consolidação**. Um baixo volume de recursos para a implantação, o que talvez justifique o rápido processo de implantação e as brechas que foram admitidas para a composição da estrutura organizacional, tais como: mais um “produto ou projeto” da agência, o que não foi satisfatório do ponto de vista da gestão; a divulgação comprometida pela falta de

equipe específica; e a falta de uma figura responsável pela operação, não só uma figura política. Tudo isso contribuiu para que o banco não se tornasse importante para o desenvolvimento do território, o que de fato assumiria no processo da consolidação com os produtos, pois precisa ter sido mais difundido, o que exigia tempo e uma técnica mais apurada, até porque não é fácil convencer o comércio local a utilizar a moeda e o moradores tomarem o crédito para consumo sobre o efeito de circulação do meio de pagamento para o desenvolvimento local. Se isso não foi bem definido pela gestão como prioridade, ou se ela não estava preparada para isso, esse ponto ficou secundarizado e a implantação foi mal-sucedida, mesmo com todo aparato que fora realizado na inauguração do BCCD, em setembro de 2011, o qual apresentamos no capítulo 4.

Para implantar um banco comunitário em um território popular, **a fase de sensibilização e planejamento** deve ter um período maior, de pelo menos um ano, para que as atividades possam acontecer sem pressa e limitação por conta da falta de recursos. E para que este processo seja proveitoso, ou seja, a comunidade possa entender como esta nova instituição pode beneficiar o território, não é algo tão simples de ser incutido, mas não é impossível, e isto precisa de tempo e metodologia distintas que vão além das reuniões e seminários específicos sobre o banco. Essas atividades também podem ser realizadas em conjunto com outras instituições que já possuem atividades no território, o que poderá caracterizar ações mais ampliadas de sensibilização do banco, pois em um território com 20 instituições distintas, que vão de escolas a organizações de bases comunitárias, se em todos esses locais acontecessem atividades sobre o banco comunitário antes da sua implantação, consequentemente o empreendimento ficaria mais conhecido e se obteria capilaridade. Sobre a **implantação**, os recursos devem de fato ser mais altos, mas não podemos estimar com assertividade o volume, até porque se deve elaborar um projeto específico para um banco com fases que contemplem um período maior para implantação, ne que tenha funcionários específicos para a divulgação e gestão, e estes estejam dentro do contexto do banco comunitário e da economia solidária, não adianta contratar uma empresa para fazer este tipo de trabalho ou profissionais que não estejam envolvidos com a temática, pois levaria a um novo processo de **formação** e também poderiam implantar uma nova cultura, pois trata-se de um Empreendimento Econômico Solidário, e este precisa da contribuição dos trabalhadores dessa área, pois, além dos seus saberes acumulados, acreditam que este tipo de iniciativa pode melhorar um território, e não estão neste tipo trabalho puramente por remunerações financeiras. E para que isto seja concretizado os quadros envolvidos na economia solidária também deverão ter formação específica na área de gestão, pois mesmo se tratando de um (EES), é uma organização que requer todo um processo de planejamento e administração para sua consolidação.

6.2 FATORES DA CONSOLIDAÇÃO

Consolidar é concretizar a instituição no território, seja com o volume de operação ou até mesmo com a confirmação de que este existe e possui atividade, mas consolidar um banco comunitário não é algo tão simples que um projeto de seis, 12 ou 24 meses pode realizar. Para nossa pesquisa elegemos como **variáveis para consolidação o papel do território, a articulação política e os aspectos organizacionais**. Sobre os dois últimos a escolha reflete o aspecto tratado no Capítulo 4, no qual abordamos estas exterioridades, no item “processo de gestão e operação”. Podemos dizer que de fato o que conjecturou estas variáveis foi a pesquisa de campo, pois, ao percebemos que estes pontos foram suscitados por todas as partes interessadas no funcionamento e na consolidação desse importante instrumento de desenvolvimento local, vislumbramos que seriam fatores de análise para a concretização de um banco comunitário.

6.2.1 O Papel do Território

O papel do território na consolidação de um banco comunitário pode ser visto através de três pontos. O primeiro é a localização da instituição, o segundo é a utilização do banco pelo demandante (contratante) e por último a apropriação dos moradores. A **localização que** fora apresentada nos fatores da implantação também deve ser considerada na consolidação, para avaliarmos onde será estabelecido um significativo intermediário financeiro, *vis-à-vis*, onde se encontra um banco comercial em qualquer território, cidade e/ou município do nosso país. Devemos considerar que implantar um banco comunitário em uma via de acesso principal onde há poucos pontos comerciais é algo relativamente questionável. Porque para quem vem de fora da comunidade, mesmo que parte desta via esteja localizada na rua que dá acesso às entradas do território, pode se tornar fácil, mas para os moradores que pouco transitam neste logradouro, pois geralmente passam quando estão em transporte coletivo, torna-se algo que muitas vezes passa despercebido, por isto, como afirmamos na implantação, o banco não deveria funcionar na via que dá acesso à comunidade (Rua Edgard Werneck), mas dentro da comunidade, na Rua Josias, que pode ser considerada a principal entrada da Cidade de Deus, e por ser o perímetro onde se encontra a maior concentração de comércio e serviços: os comércios locais. Porque facilitaria o acesso dos moradores, segundo Maria Cristina Neves, funcionária do BCCD: “muitos moradores não passam no local onde o banco comunitário está localizado, ou até mesmo poucos transitam na comunidade, a não ser na Associação de Moradores, na UPA, no

Posto de Saúde, na praça ou no supermercado”. O banco é excelente para quem vem de fora da Cidade de Deus, mas para quem está dentro do território a sua visibilidade fica comprometida. De maneira geral, ele, bem localizado, consegue cumprir o papel de ser uma instituição facilitadora das operações comerciais que tenha, além da visibilidade, **o reconhecimento da sua importância como ator do desenvolvimento local.**

Outra conotação sobre a localização é que na Cidade de Deus parte dos seus moradores não conquistam suas rendas no território dados os números dos estabelecimentos comerciais e postos de trabalhos, os quais apresentamos no capítulo 4. Por este motivo será que podemos dizer com que esses habitantes consumam maior parte dos bens e serviços na comunidade? Devido ao rápido acesso aos mercados populares, como por exemplo o bairro de Madureira, na Zona Norte, dentre outros bairros que possuem preços mais acessíveis para o consumo de bens e serviços, podemos dizer que não, embora não tenhamos tido acesso aos resultados do mapeamento do consumo realizado pelo Instituto Banco Palmas, pois a boa análise desta investigação foi importante para a confrontarmos com a nossa constatação. Até porque os resultados do mapeamento deveriam ser apresentados no processo de sensibilização, não às vésperas da inauguração do BCCD.

E para findarmos, **a localização de um banco comunitário em um território como a Cidade de Deus é passível de apropriação, por se tratar de um bairro inserido na dinâmica da cidade do Rio de Janeiro, bem diferente do Conjunto das Palmeiras, em Fortaleza, e também da Cidade de Maricá?** Segundo o último Anuário de Fortaleza, realizado pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), nos anos de 2012-2013, com base no Censo do IBGE de 2010, o Conjunto Palmeiras possui uma população de 36.599 habitantes, população próxima ao número de moradores da Cidade de Deus, que, segundo o Censo do IBGE 2010, possui 36.515 habitantes, mas o Banco Palmas tem 20 anos e no seu início a população era menor. Em relação a Maricá, o Banco Mumbuca começou de forma gradativa e hoje possui cerca de quatro agências na cidade. Para que o BCCD fosse apropriado pelos moradores, esta pesquisa constatou que esse EES deveria ter sido iniciado de forma gradativa, ou seja, que fosse determinada uma área para a sua atuação inicial. Como mostramos no capítulo 4, na Figura 14, a Cidade de Deus possui cerca de seis áreas e treze subáreas, o que torna difícil a apropriação do banco por todos de maneira imediata, o ideal é que o banco fosse localizado próximo ao comércio local, para que todos que ali frequentam o logradouro pudessem de fato conhecer e utilizar o BCCD, para depois, quem sabe, esse serviço se ampliasse e ocupasse novos espaços no território.

Outra constatação que vislumbramos com a pesquisa é que um banco comunitário implantado através de uma iniciativa pública, como foi o caso do projeto Rio Economia Solidária, talvez **não poderia ter começado em uma comunidade com as dimensões populacionais e geográficas como a Cidade de Deus, com mais de 39 mil moradores e 12.285 domicílios**. Se começasse em um território menor, onde o projeto contemplou, tal como a comunidade Santa Marta, no bairro de Botafogo que, segundo o Censo do IBGE, 2010 possui uma população de 3.908 habitantes e 1.176 **domicílios**, ou seja, aproximadamente 10% da população e dos domicílios da Cidade de Deus e dimensões geográficas menores, poderia ter ocupado de forma mais rápida todo o território. Vale lembrar que a implantação foi realizada em um período curto, o que poderia ser respeitável para **consolidar a construção com a população menor**. Na nossa opinião, este tipo de projeto de desenvolvimento local deve começar em territórios **pequenos ou em parte deste quando possui grande população** para se tornar algo simples de consolidar e após o seu desenvolvimento se tornar uma realidade. Até porque a estrutura inicial de um banco comunitário é bem enxuta, o que de certa forma comprometia este atendimento, pois os funcionários, além de trabalharem no banco, devem divulgar este tipo de empreendimento no território e este, sendo grande, se torna quase impossível.

A **utilização pelo demandante** atualmente é uma das premissas para a implantação de um banco comunitário. Segundo Joaquim de Mello, quando um banco comunitário está sendo implantado pelo poder público é que este banco seja utilizado pelo ente governamental. Ele citou como exemplo a SENAES que ao longo de oito anos financiou com mais de 20 milhões de reais a criação dos bancos comunitários, mas não estimulou o governo federal a utilizá-lo. Nos dias atuais, um dos critérios adotados pelo Instituto Banco Palmas para a implantação de banco comunitário, quando estimulado pelo poder público, é a utilização do banco, que é definido como “pré-requisito”, pois, ao receber convites para a criação de bancos comunitários de prefeituras, a primeira pergunta que lança mão é “você irá utilizar esse banco comunitário?”. Mesmo o seu contratante dizendo que irá estimular o desenvolvimento o coordenador do IBP é enfático e reforça a pergunta: “você confia que ele vai se desenvolver?”. “O primeiro cliente vai ser você?” Para ele não adianta criar o banco e que este fique à espera de um cliente que se desloca para os bancos privados.

O acordo assumido hoje pelo Instituto com o poder governamental na implantação de um banco comunitário é que este banco seja utilizado pelo setor público com algum tipo de operação financeira: “pagar um benefício, pagar uma bolsa, pagar vale transporte, pagar bolsa família”. O que de fato irá animar e/ou atrair, movimentar o banco e estimular a população a

utilizá-lo, que foi o caso do Banco Mumbuca em Maricá, no estado do Rio de Janeiro, onde começou com o pagamento de benefício social, e até setembro de 2018 registrou 24 mil correntistas, sendo que desses 14 mil são beneficiários dos programas sociais e 10 mil são usuários dos serviços do banco. Para ele, o poder público deve ter uma razão para criar o banco comunitário e não ser mais uma propaganda política, e consequentemente a utilização por este agente econômico irá respaldar a sua consolidação.

A **apropriação dos moradores** nos remete à participação, pois é importante para adicionar esforços, mobilizar potenciais, desenvolver e fortalecer a organização, para que cresça com a contribuição dos envolvidos, pois estabelece um processo de mudança social e política. Desse modo, deve-se procurar estimular a capacidade criativa e crítica para contribuir com as ações do banco e a autonomia dos envolvidos de maneira direta no sentido de aprenderem a decidir, agir e praticar o exercício da autogestão na medida em que se compartilha conhecimentos e experiências. “Assim, a construção conjunta de oferta e demanda, bem como a apropriação da titularidade do banco pela população do território, constitui um importante desafio a ser enfrentado por esta experiência” (MEDEIROS, 2014, p. 88).

O comprometimento e o empoderamento dos moradores diferenciam a implantação de um banco que nasce da vontade da própria comunidade, como foi o caso do Banco Palmas, no Ceará, para o banco oriundo de uma ação governamental, como o Banco Mumbuca, no Rio de Janeiro. No caso do BCCD, mesmo a comunidade tendo como premissa o plano de desenvolvimento local que deseja a criação de um banco comunitário como um meio desenvolvimento do território, o projeto não foi genuíno dos moradores, talvez tenha sido articulado pelas lideranças que desejavam receber um banco comunitário.

O Projeto Rio Economia Solidária poderia ter implantado esse tipo de empreendimento em qualquer outra comunidade. Talvez, a existência do plano de desenvolvimento local, a representatividade do território e as articulações das lideranças tenham levado à implantação do banco neste sítio. Contudo **faltou a apropriação do banco pela comunidade**, o que pode ter sido consequência de uma maior conscientização sobre o sentido e o significado de um banco comunitário, pois, além de ser diferente dos bancos comerciais, os seus produtos e serviços impactam no desenvolvimento local. Para Maria Cristina Neves esta consolidação **poderia ter acontecido se a população e as pessoas envolvidas achessem no banco como uma oportunidade de desenvolvimento para os empreendedores e para os moradores.**

Na raiz de todos esses desafios acima apresentados encontramos dois aspectos básicos que dificultam o enfrentamento das questões e sua respectiva resolução: falta

empoderamento da tecnologia social pela comunidade, bem como a sua sensibilização para a economia solidária (MEDEIROS, 2014, p. 85).

Além de difundir a parte social que o banco exerce, ou seja, possuir uma linha de crédito sem burocracia, pois é a função do banco comunitário, a sua constituição não é um trabalho fácil, que inicia com o uso da moeda, o crédito e o correspondente bancário, tem um sentido mais humano e social, que deveria começar pela **cooperatividade e pela formação em economia solidária**. A cooperatividade foi um dos pontos abordados pela pesquisa do Projeto Rio Economia Solidária, o qual foi considerado baixo no território da Cidade de Deus. E sobre a formação em economia solidária, além das oficinas, as feiras poderiam ter exercido este papel se comesçassem antes da implantação do BCCD. Além do conceito de banco comunitário ser um exercício de aprendizado e de transformação, deve atingir maior número de residentes, principalmente os jovens, pois são dinamizadores das novidades para os seus familiares.

O que de fato atrapalhou a apropriação pelos moradores para que o banco se consolidasse no território foi o prazo delimitado. E, claro, não há como um banco comunitário se consolidar em uma comunidade com dimensões populacional e geográfica consideráveis sem o empoderamento dos moradores. Para tanto era preciso ser instalado em um local de fácil acesso, no caso de uma comunidade de grandes dimensões, e que este local fosse a área de maior adensamento populacional ou comercial para que a ideia pudesse se multiplicar. E se o território da Cidade de Deus fosse menor, tornar-se-ia mais fácil, pois de certa forma o banco conseguiria atender boa parte dos moradores por isto consideramos que um banco comunitário iniciado em um território de menor proporção e população fica mais fácil de se consolidar, pois tende a ter mais proximidade com seu moradores, de modo a trazer maiores articulações políticas.

6.2.2 A Articulação Política

A falta de união dos EES é um dos grandes nós na economia solidária, principalmente nos grandes centros urbanos. Com a união das pequenas empresas e autônomos, busca-se quebrar o isolamento usual destes empreendimentos que estão submetidos na lógica competitiva do mercado capitalista. A ideia de Singer (1999) é oferecer às pequenas empresas possibilidades de intercâmbio que aumentem suas chances de êxito através da conquista de um mercado para seus produtos e serviços, uma variedade de economias externas, de financiamento, orientação técnica, legal e contábil através da solidariedade de produtores autônomos de todos os tamanhos e tipos.

De acordo com Singer (1999), o mercado protegido, com crédito solidário, formação profissional, aperfeiçoamento técnico contínuo, além de serviços comunitários como instâncias de câmaras de arbitragem que facilitem o entrosamento das empresas complementares das cadeias produtivas, centros de pesquisa e de projetos de novas empresas, é o pilar da relação de parceria ou união da economia solidária.

De certa forma o BCCD realizou **poucas articulações políticas** para fortalecer a sua sustentabilidade no período em que o projeto com a SEDES ainda estava em operação. Talvez pelo fato de existirem os recursos do Projeto Rio Economia Solidária esse caminho tenha sido deixado de lado, e quando os recursos findaram o banco se articulou pouco e não conseguiu se consolidar, o que configura uma relação de dependência. Isto também pode ter sido prejudicado pela **falta de autonomia** com personalidade jurídica própria. Como falamos anteriormente por ora era visto como um **projeto e/ou caso da Agência Comunitária**, o que pode ter impactado até em negociação ou parceria principalmente quando existia transferência de recursos para o BCCD. Sem falar das relações internas dos quadros e das instituições que compõem a Agência.

É interessante destacar que as crises políticas internas não se direcionam especificamente à presidência da gestão colegiada, apesar de algumas serem voltadas para este aspecto. As disputas políticas se dão de forma difusa, ocorrendo ao mesmo tempo entre todos os representantes e se transformando juntamente com as mudanças de foco dos interesses políticos e econômicos da Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local (ACDDL). Ao mesmo tempo em que o grupo é unido “da porta para fora”, ele possui contínuas crises “da porta para dentro”, tornando-se parcialmente fragmentado internamente. O uso do termo “parcialmente” se deve ao fato de que as crises internas são tão voláteis e mutáveis que o grupo não chega a se fragmentar concretamente. Os membros possuem objetivos em comum, mas discordam muito sobre os caminhos que devem seguir para atingir estes objetivos. Assim, geram-se constantes microdisputas políticas internas, o que contribui significativamente para agravar a concreta crise econômica de sustentabilidade e independência ACDDL (MEDEIROS, 2014, p. 77 – adaptado).

Além de a ACDDL ser composta pelas instituições do território, seus membros possuem representatividades na Agência, atuam também nas instituições que a compõem, ou seja, suas instituições de origem, o que reforça suas idiossincrasias políticas. Outro fato é que estão sempre assoberbados de trabalho, pois se dedicam as suas organizações, à agência e ao banco, o que reflete na baixa articulação política do BCCD. Por isto podemos dizer que **o fato de o banco estar situado na Agência é um problema que decorre por todos os fatores da consolidação**, pelo aspecto de o território ser mal-localizado, **pelo lado de a articulação política reforçar a falta de parcerias estratégicas para a figura do BCCD, a qual é realizada pela e para a ACDDL**, e pelo mote organizacional o banco não possui uma figura

jurídica que o legitima, fá-lo perder sua identidade, e em alguns casos falta confiança na sua representatividade, dependendo do parceiro político e/ou institucional.

Para Joaquim de Melo, a articulação política traz uma perspectiva de **captação de recursos**. Mesmo sendo difícil, o ideal é que o banco comunitário dispute mercado com os bancos privados, mas para isto acontecer é preciso que o setor público apoie as iniciativas dos bancos comunitários. Ele deu o exemplo de que um banco privado detém cerca de 90% da carteira de uma prefeitura no estado do Rio de Janeiro, desde os pagamentos das obras até os servidores do município, mas o ideal é que os bancos comunitários concorram com os bancos privados através de licitação. Outro exemplo citado por ele foi o banco comunitário de Choró, no estado do Ceará, onde a folha de pagamento da prefeitura da cidade é paga por um banco privado com sede no município de Quixadá, no mesmo estado, ou seja, cidade mais próxima a Choró. Logo, os recursos são utilizados em outro município, o que reduz a movimentação da economia local, pois os servidores recebem seus pagamentos em Quixadá e movimentam a economia deste território. Segundo ele, é preciso que os bancos se organizem, o que ele chamou de “cruzada”, e mostrem que possuem regulamento e todo o arcabouço técnico para atender ao setor público e à população.

Segundo o Projeto de Reestruturação da Agência Cidade de Deus de Desenvolvimento Local, elaborado pelo Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro (ITERJ), em parceria com a Femptec e o Banco da Providência, no ano de 2016, as ações institucionais do banco que podem se configurar como articulações políticas são:

Cadastro e visita aos empreendimentos locais;
 Pesquisa de consumo;
 Feiras de artesanato;
 Inova *fashion* (desfile de moda – Polo Inova CDD)
 Festa junina (evento viabilizado através da moeda social com o SOLTEC/UFRJ)
 Parcerias com as escolas da rede municipal local;
 Concurso da moeda social CDD;
 Parceria com os comerciantes locais (BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS, 2016).

Mesmo tendo como parceiros-chave o Instituto Banco Palmas (IBP), a Rede Brasileira de Bancos Comunitários, o SEBRAE, as Escolas da Rede Municipal, o Centro de Referência da Assistência Social da Cidade de Deus, a SEDES, as ONGs (instituições sociais de base comunitária do território), o Centro de Referência da Juventude, a Linha Amarela S/A (LAMSA), a Fiocruz-Farmanguinhos, as universidades, foram poucas e boas as articulações políticas realizadas pelo BCCD. Podemos destacar três: a primeira, com o apoio da Rede Brasileira de Bancos Comunitários e do IBP foi a parceria com o NESOL|USP, que fomentou

a atividade do banco com o pagamento de três funcionários por um período de um ano (entre 2012 a 2013), através do convênio com a SENAES. E após este período a LAMSA operacionalizou o BCCD no ano de 2013 com recursos. A segunda, por meio da ACDDL com o Banco do Brasil, que disponibilizou a quantia de R\$ 2.0000,00 (dois mil reais) para a premiação do concurso da moeda social CDD, que ocorreu em 2014, iniciativa que mobilizou as escolas de ensino fundamental da Cidade de Deus com o objetivo de difundir a moeda e divulgar a educação financeira. Esse concurso foi realizado por meio de oficinas colaborativas com os seus participantes (crianças) para a criação de cartilhas pedagógicas sobre a função da moeda social e do banco comunitário, o qual também foi um canal para sensibilizar os adultos. Por último, a terceira, devemos ressaltar que, no período do assalto, o BCCD conseguiu realizar reuniões com a Rede Estadual de Bancos Comunitários, que se solidarizou com o ocorrido com o BCCD.

As **articulações políticas também podem ser consideradas articulações em rede**, pois são apresentadas em sua dimensão econômica através da descrição exaustiva dos processos de organização em suas diversas dimensões estruturais, sempre tendo em vista a formulação de condições de desenvolvimento de uma economia solidária centrada na colaboração solidária. Segundo Mance (2003), as redes de colaboração solidária, organizadas pela iniciativa dos próprios excluídos, têm um potencial forte de transformação em vista de um novo sistema de organização da vida, centrada no bem-viver de todos e de cada um.

Podemos considerar que a **falta de articulações políticas também é um entrave para a consolidação do banco no território**, como foi o caso do BCCD. A realização de arranjos políticos é um importante canal de fomento, visibilidade e acima de tudo solidificação, pois uma instituição de um território popular atrelada a parceiros estratégicos importantes poderá trazer resultados não só financeiros e comerciais, como também estratégicos do ponto de vista institucional, ou seja, poderão ser respeitáveis para balizar o banco como sujeito de relevância social. **Em nossa análise a figura da Agência na identidade do BCCD atrapalhou este processo**, embora em alguns casos podemos dizer que até foi positivo, pelo fato de o parceiro já ter tecido laço em um determinado projeto com instituição, que foi o caso da LAMSA com a Agência Comunitária da Cidade de Deus, mas de modo geral seria mais importante a constituição ser originada pelo BCCD.

Assim como muitos outros empreendimentos solidários, o BCCD precisa recorrer a parcerias ou articulações institucionais para garantir sua sustentabilidade social e econômica. Observamos que este ponto é comum não apenas no caso do BCCD, mas no âmbito nacional dos bancos comunitários de desenvolvimento. É um grande desafio o incremento de estratégias

que possibilitem aos empreendimentos solidários alcançarem autonomies para suas consolidações e que em muitas situações são criticados ao formarem parcerias com instituições do setor privado, até porque estes são pautados por princípios antagônicos aos da economia solidária, mas o banco precisa gerar créditos e ser autossustentável, pois nem sempre o poder público é o principal parceiro deste tipo de empreendimento.

6.2.3 A Questão Organizacional

Para analisarmos os aspectos organizacionais de um banco comunitário devemos analisar a **Gestão**, que compreende o conselho consultivo, o comitê de aprovação de crédito, a figura do gestor com suas atividades e o planejamento financeiro, a percepção do banco pelos **clientes**, que compreendem os moradores e comerciantes e a **operação** com o crédito e a moeda.

A gestão dos bancos comunitários é colegiada, com a figura do presidente, e em alguns casos, quando existem recursos, tem-se a figura de um gerente e/ou coordenador de operações. Uma das funções do **Conselho Consultivo** é avaliar e reformular as ações do banco. No BCDD, de acordo com a nossa pesquisa, esta instância foi formada com 21 instituições e com frequência variável, mas é importante lembrar que as instituições que fizeram parte do Projeto Rio Economia Solidária (SOLTEC/UFRJ e CEDAC) deveriam ter sido convidadas para participar do conselho do banco. Pelo menos de maneira formal, em registro documental, este convite não fora realizado. Não querendo minorar a participação das outras instituições ou atores, devemos destacar que o SOLTEC/UFRJ e o CEDAC teriam muito a contribuir com o Conselho Consultivo do BCCD, pois, além de atuarem na temática economia solidária, tiveram experiências, trocas de saberes, na formação e no tecido socioproductivo do território, além de possuírem subsídios importantes, e suas contribuições não deveriam ter sido preteridas. Registramos ao todo seis reuniões, sendo cinco em 2012 e uma em janeiro de 2014, que parecia uma reunião extraordinária em virtude do assalto. Ao analisarmos o **papel do conselho na gestão podemos dizer que foi atuante** em todas as cinco reuniões, uma vez que é consultivo e não deliberativo, o seu objetivo foi cumprido. Para ponderarmos alguns pontos de pauta das reuniões, é preciso primeiramente lembrar que em todas as reuniões a **divulgação** do BCCD foi abordada. Como apresentamos no capítulo 4, a primeira reunião foi realizada no mês de janeiro de 2012, serviu de referência para o cumprimento do regimento interno do banco e contou com grande participação. O segundo encontro no mesmo mês atentou para a baixa operação da moeda e a independência do BCCD da Agência. Este último ponto de pauta causou discussão acalorada, pois não foi consenso. Já na terceira reunião, no mês de março do mesmo

ano, os temas mais emblemáticos foram a segurança, onde todas as abordagens aconselhadas não se tornaram concretas, o que talvez evitaria o assalto de janeiro de 2014, e a sustentabilidade do banco após o Projeto Rio Economia Solidária, que culminou na derrocada do banco após alguns anos do término do projeto. E por último a falta de planejamento, que podemos considerar um planejamento estratégico e/ou projeto, uma projeção com olhar na sustentabilidade financeira do EES. Na quarta reunião, o tema foi a inadimplência, o que carecia de uma análise mais preponderante do **comitê de aprovação de crédito**, pois esse era responsável por isto. É importante notar que os créditos foram suspensos durante os meses de agosto e setembro do ano corrente, por conta do saldo devedor dos clientes. E na quinta reunião no mês de setembro de 2012, e talvez a fatídica, foi a fala do conselheiro que via o BCCD como “um doente terminal”. De toda maneira podemos dizer que o Conselho Consultivo **se posicionou nos assuntos respeitáveis para o ponto de vista da consolidação do banco**, o que carece de grande consideração, mas seus aconselhamentos e recomendações deveriam ter sido considerados pela gestão porque, ao contrário, ela perde a sua significância. Vale lembrar que a falta de posicionamento da gestão, que neste caso seria a presidente do banco, prosseguiu também pelo fato de o projeto ainda estar na instância da SEDES, ou seja, aos olhos da presidente ela não geria o BCCD, pois o governo municipal que implantou. Ao olhar do poder público o BCCD pertencia à Agência Comunitária da Cidade de Deus, sendo que esta premissa impactou de maneira direta o funcionamento da instituição ocasionando uma falta de planejamento da organização na organização do trabalho, o que consequentemente minorou o seu funcionamento e a sua sustentabilidade, o que levou ao seu fechamento.

Para apresentarmos a **gestão** é importante relatar que esta crítica foi quase unânime nas entrevistas realizadas para a pesquisa. Porém, acreditamos que a figura do gestor não é a do presidente, mas a de um responsável pela operação diária do banco, que faltou no BCCD. E sem falar que a presidente era também da Agência e da sua instituição, que pertencia ao colegiado da ACDDDL, o que tornava a questão ainda mais complicada, pois sua polivalência tinha limitações técnicas para operacionalização do banco. Temos que lembrar que o BCCD está dentro da estrutura da Agência e participava diretamente dos tensionamentos das instituições que compõem essa organização, o que tornava complicado pensar estratégias de um banco comunitário. E a gestão no primeiro ano do BCCD, mesmo sendo de responsabilidade da ACDDDL, ficava “dividida” com a SEDES, ou seja, quem de fato assumiria a responsabilidade, pois o Rio Economia Solidária ainda não tinha terminado, logo, a prefeitura ainda tinha responsabilidades. Não podemos dizer que era compartilhada, pois não existia um termo que especificava este tipo de postura acordada entre as partes.

A presidente do BCCD ressalta que também faltou comprometimento de algumas funcionárias no trabalho do banco, o que mais uma vez ratifica a **falta de uma liderança** que poderia ser responsável por **gerir as tarefas** dos associados e/ou empregados do banco. Já André Aranha, economista voluntário do BCCD, acredita que era importante uma equipe que trabalhasse pelo banco, com um projeto **factível sem megalomania**, sem ser uma instituição financeira, pois, para ele existem outras atividades que faziam o banco funcionar. A opinião do economista é uma crítica direta ao correspondente bancário, que segundo ele o BCCD, sem este tipo de operação, cresceria como um banco da economia solidária, o que corrobora com Maria Cristina Neves, funcionária do BCCD que destacou **as feiras de economia solidária** como importantes para a circulação da moeda, ou seja, manteria o meio de pagamento dentro do território, ideia que também é defendida por Heloisa Primavera, especialista em moedas sociais,. Para ela esta é **uma das principais estratégias para a consolidação de um banco comunitário**.

No caso do banco existiam processos definidos, principalmente com a questão da parceria com a CEF (correspondente bancário) e todas as atividades que envolviam a operação do BCCD (moeda e empréstimos), sendo que o correspondente bancário deveria alcançar o máximo possível de moradores para gerar um efeito multiplicador no território, já o sucesso da moeda e do crédito dependia da aceitação dos moradores e do baixo nível de inadimplência, o que requeria critérios seletivos para a avaliação do risco do crédito.

E por último é válida a consideração de Joaquim Mello, que também fora apresentada pelo Conselho Consultivo, sobre a **falta de planejamento financeiro** para o banco comunitário, pois, sendo um projeto de um ano, tinha que ter uma articulação com atores institucionais que pudessem fazer serviços financeiros (seguradoras, agências de créditos, correspondentes bancários): “não dava para esperar somente da SEDES e do seu secretário, que já tinha dado tudo o que podia, como também do Instituto Palmas, que já tinha dado o que podia”. Para tanto, a consolidação de um banco comunitário deveria apresentar um estudo de viabilidade. Para que este tipo de atividade **consiga operar com seus custos operacionais**, devem ser definidos o volume de circulação da moeda e a operação com crédito.

O planejamento financeiro e/ou estudo de viabilidade carece ser pensado para a implantação e consolidação de um banco comunitário, pois trata-se de uma instituição que irá operar com meio circulante e crédito. Mesmo este sendo comunitário deverá ter sustentabilidade, a não ser que opere com recursos a “fundo perdido”.³⁰ No Banco Mumbuca

³⁰ Recursos não Reembolsáveis. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 20 fev. 2019.

2% de cada operação financeira com o uso da moeda são utilizados para **financiamento do crédito e pagamento da folha dos funcionários do banco**. O que é visto como formidável, pois, mesmo sendo uma iniciativa pública, o banco **se torna sustentável para ser consolidado**.

E sobre as análises dos **clientes** podemos dizer que de certa forma todos os que foram pesquisados acreditam no BCCD e no seu potencial, mas acham complicado o banco se consolidar sem nenhum tipo de **“vantagem” para a utilização da moeda entre os moradores e os comerciantes**. Este tipo de conveniência seria uma contrapartida do uso da moeda, e para uma moradora ninguém levava vantagem, nem o comerciante, nem o morador. Em sua opinião, para a consolidação ocorrer, a participação dos moradores deveria ser algo mais presente. Alguns estabelecimentos comerciais cadastrados ofereciam descontos que variavam entre 5% a 10% para a realização de compras com CDD, mas seria preciso definir melhor este bônus e/ou subsídio.

Na operação podemos dizer que a divulgação foi preponderante para os meios circulantes **moeda e crédito terem operado com volume abaixo do esperado, de acordo com os números que apresentamos no capítulo 4**. Pois nem todos os moradores conheciam o banco, e isto atrapalhava o trabalho desenvolvido pelas funcionárias, que por ora também eram “equipe de divulgação” do BCCD. Talvez tenha faltado uma estratégia de comunicação popular local, mesmo reconhecendo todos os esforços que foram implementados pelas funcionárias, mas não existia um trabalho do ponto de vista estratégico para esta comunicação. Talvez nos dias atuais, com as redes sociais, pudessem ser mais pulverizadas e ter maior repercussão. Em última instância, não podemos achar satisfatório que este empreendimento tenha tido **34 clientes** e gerado apenas **97 créditos para consumo**, com prazo máximo de 70 dias para pagamento e valor máximo **CDD\$ 100,00**, isto contabilizando os anos de 2011, 2012 e 2013, o que revela uma **baixíssima operação do banco, pois, além de esforços físicos dos trabalhadores, foi empregado dinheiro público no valor de R\$ 129.000,00 para a implantação de um agente que dinamizasse o desenvolvimento local**. Claro que não estamos falando de algo ilícito, muito pelo contrário, a nossa crítica é a não geração do objetivo-fim do banco, ou seja, a geração de maior volume de crédito e a maior circulação da moeda no território para provocar desenvolvimento, que para nós é onde se pretendia se chegar com um banco comunitário, ou seja, uma ação bem-sucedida, para que de fato pudesse provocar a economia local de modo que a implantação do BCCD pudesse ter sido justificada. Assim, a implantação do banco pode ser até questionada, não estamos falando da questão ideológica ou da práxis-pedagógica, mas como agente econômico, este tipo de EES, do jeito que foi operado no território, não se justifica.

Esse fato também sugere olharmos para a **conjuntura econômica** do país, que, durante os anos de 2011 e 2012, segundo o BACEN,³¹ registrou mínima histórica da taxa de juros, taxa que começou a cair em 08 de junho de 2011, quando a taxa Selic foi de 12,25% a.a., e seguindo até o dia 10 de outubro de 2012 com a taxa de 7,25% a.a., o que de fato pode ter sido considerado um fator importante para a tomada de crédito em outros agentes econômicos com valores superiores ao limite do CDD\$, dada também a alta do consumo no país, pois vale lembrar que neste período o país operava com uma política fiscal expansionista para estimular o consumo de bens e serviços, e estava quase em pleno emprego, o que, segundo Diniz (2018), em período próspero da economia modalidades como estas tendem a serem abandonadas.

Segundo Pinto (2006), há necessidade de capacitar os trabalhadores associados na gestão do negócio de forma cooperativa. Além do desenvolvimento de técnicas de gestão, bem como de produção que estejam de acordo com os fins distributivos e democráticos do empreendimento associado. Um exemplo disso são as inovações da agroecologia, em que recursos da natureza são manejados a fim de assegurar a produtividade e a qualidade dos produtos de modo sustentável. Importa, assim, um redirecionamento das agências de fomento à pesquisa e formação para a busca de respostas criativas, inovadoras e adequadas a esse tipo de empreendimento, isto também deve ser um fator a ser levado em consideração por estas instituições nas suas articulações com o território popular, pois são capazes de proporcionar instrumentos de gestão respeitando os seus saberes para a realização das atividades dos empreendimentos comunitários.

No caso da **gestão** seria preciso primeiramente seguir **os aconselhamentos do conselho consultivo**, pois são constituídos por pessoas que possuem formação técnica e/ou conhecimento sobre o território. E para uma instituição operar de fato deveria ter a **figura do gestor, que poderia ser o responsável pela instituição e delegar as tarefas para a sua operação** para aqueles que são responsáveis diretos pelas atividades operacionais, e que estas não sejam realizadas de forma acumulada, porque a liderança que exercia a presidência do banco possuía uma gestão política, pautada nas suas articulações, não possuía expertise para com o cargo que exercia, além de não possuir maior conhecimento para levar o BCCD a patamar de consolidação, pois não operava o banco no seu dia a dia, pois, além de acumular a presidência da Agência Comunitária da Cidade de Deus, também era presidente de uma instituição local. De fato possuía uma expertise política, mas não era só este tipo de estratégia que se esperava e até mesmo nem sempre eram ações em prol do BCCD, mas da Agência, de certa forma o perfil

³¹ Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

político da liderança que exercia a presidência em decorrência de um perfil mais formativo na temática banco comunitário. Não iremos abordar a palavra técnico por acharmos que não seria este o perfil, para não “engessarmos” a figura desta liderança como uma tecnocrata, mas podemos dizer que faltou maior conhecimento por parte desta que operava o BCCD. Devemos ressaltar também que a sua escolha foi estabelecida por ela exercer também a presidência da Agência Comunitária da Cidade de Deus.

O **banco comunitário precisava ser divulgado, pois não pode ser normal um banco gerar** menos de 100 créditos em três anos de operação, mesmo quando vivíamos um boom econômico no país. Não estamos falando de um território abastado e sim da Cidade de Deus, onde há uma predominância de população pobre, não só crédito, mas o **volume de circulação da moeda era muito baixo, dado o número das relações de troca**. O que sem nenhuma análise concreta de viabilidade econômica podemos afirmar é que, se estivesse funcionando nos dias atuais, não conseguiria cobrir os seus custos operacionais, tampouco se consolidar no território.

Sem falar no papel dos **agentes sociais responsáveis pelo BCCD**, sendo eles: Agência Comunitária da Cidade de Deus, SEDES da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e Instituto Banco Palmas, o que para nós **todos tiveram suas respectivas importâncias, mas também contribuíram para o falho processo de implantação e consequentemente consolidação**. A Agência Comunitária foi importante por ceder a sua sede, estrutura organizacional e jurídica (CNPJ) ao banco, mas ao mesmo tempo era um problema, pois atrapalhava a independência do BCCD da agência, até porque era mais um dos seus projetos. A SEDES da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro que fomentou a atividade no local, pelo Projeto Rio EcoSol, mas de tal modo intervia e/ou exercia um controle político no planejamento das ações de implantação do BCCD. E por último o Instituto Banco Palmas, que implantou a sua metodologia na Cidade de Deus recebendo uma demanda da SEDES, mas era também demandado pela Agência, que se colocava como responsável pelo BCCD em momentos oportunos, mas em alguns momentos inoportunos para o banco transferia a responsabilidade para a SEDES. É importante salientar que o Instituto Banco Palmas aceitou implantar o BCCD em um curto período de tempo, não sabemos por que tal desafio, mas podemos dizer que comprometeu o seu trabalho no território.

Vale destacar que, dos três agentes que apresentamos, se quisermos explicar o papel que não ficou muito bem definido após o funcionamento do banco foi o da SEDES, mesmo esta sendo a responsável pelo fomento. Após o término do Projeto Rio Economia Solidária ela realizou ações pontuais no BCCD, o que caracterizou uma certa dependência e perda de autonomia para o banco, mas para a SEDES o BCCD possuía autonomia para as suas ações,

pois o banco era do território, neste caso, da Agência. E já para a comunidade a SEDES deveria fomentar o banco. É oportuno lembrar que, se no processo de implantação e consolidação fossem utilizados maior tempo e mais recursos, a independência acontecia e a SEDES não teria sido demandada na derrocada do banco.

6.3 SÍNTESE

Para construir a síntese do capítulo apresentamos no quadro 12, os fatores de implantação e consolidação de um banco comunitário para rememorarmos os instrumentos de análises que utilizamos.

Quadro 12: Fatores da Implantação e Consolidação de um Banco Comunitário

Fatores de Implantação	Fatores de Consolidação
1. Sensibilização e Planejamento	1. O Papel do Território
2. A Implantação	2. A Articulação Política
3. Processo de Formação do	3. A Questão Organizacional

Fonte: O autor, 2019.

Esses fatores combinados apresentados no quadro 12, foram preponderantes para a interrupção do funcionamento do BCCD. Para o Coordenador do Banco Palmas o BCDD “está vivo”, ou seja, a ideia ainda existe, mas a comunidade precisa se reunir para que ele seja retomado. Ele reitera que a simbologia da comunidade Cidade de Deus tem para o Rio de Janeiro é a mesma que o Conjunto das Palmeiras (Banco Palmas) tem para Fortaleza. E como acordo moral e sentimental que ele tem pela Cidade de Deus, a partir da viabilização do processo implantação do banco comunitário no Alemão, por meio de convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro com o Instituto Palmas, ele retornará à Cidade de Deus, pois pretende retomar o trabalho no território, já que o banco precisa superar os problemas. A Figura 27 mostra a situação atual do BCCD, fechado e sem operação.

Figura 27: Sede do Banco Comunitário da Cidade de Deus – novembro de 2018



Fonte: O autor, 2018.

O lançamento do BCCD foi um marco para a Cidade de Deus, **mas, ao criticarmos as falhas nos processos organizacionais, políticos e a não consideração do território** no sentido mais amplo, percebemos que os mesmos contribuíram para a derrocada do banco. O que significa dizer que para **implantar e consolidar o banco é preciso ter uma gestão própria, captação de recursos e perceber a importância da comunidade**. E hoje, para o BCCD retornar, deveria ter além **dos seus funcionários outros técnicos capacitados para gerir o empreendimento, com uma mínima organização do trabalho** para que o processo de gestão de fato possa ser exercido e que se tenha **uma figura jurídica própria, o BCCD não pode ser mais um projeto da Agência Comunitária da Cidade de Deus de Desenvolvimento Local**. Além disso seriam importantes um planejamento estratégico e um estudo de viabilidade para o retorno da sua operação, o que de fato não serve apenas para o BCCD, mas para qualquer tipo de processo de implantação de um banco comunitário.

A metodologia de implantação de bancos comunitários deve ser reconstituída sempre com o território no qual o banco está inserido. Claro que as diversidades locais são levadas em consideração pelo Instituto Banco Palmas, mas avaliar a temporariedade na fundação de um banco é de suma importância, até porque fomentar esse empreendimento de economia solidária não é algo fácil, mas alguns processos devem ser revistos, principalmente com os parceiros e/ou demandantes desta iniciativa, pois, caso contrário, o solicitante deste tipo de empreendimento após um determinado período seguirá o caminho do Banco Comunitário da Cidade de Deus

fechado ou com funcionamento precário, como foi mostrado na Figura 27. O que não é só a realidade deste banco, mas de outros que passaram por processo de implantação com grande mídia e divulgação, mas ao longo do tempo ficaram estagnados por conta de diferentes dificuldades.

De acordo com o Quadro 13, dentro das limitações da nossa pesquisa vislumbramos fatores para novas implantação e consolidação de um banco comunitário para um período de três anos. Não apresentamos os valores financeiros para a concretização deste projeto, pois esta análise foi constituída no final da tese e já havíamos terminado a fase da pesquisa de campo no estado do Ceará, onde precisávamos entrevistar novamente o gestor do Banco Palmas, mas com certeza não seriam R\$ 129.000,00, como o BCCD, pois ao longo de oito anos o custo deste tipo de projeto consequentemente modificou, principalmente pela correção inflacionária dos preços dos serviços e também pelo seu valor ser mais elevado dado o tempo mais longo das fases do projeto. É fundamental que tenha no seu planejamento financeiro de implantação recursos para o lastro da moeda, para a sua operação inicial, e consequentemente consiga captar recursos com a operação da moeda de modo a impulsionar a operação do crédito de forma sustentável.

Quadro 13: Fatores para novas implantação e consolidação de banco comunitário

Fases	Atividades	Período
Sensibilização e Planejamento	Reuniões	1º ano (12 meses)
	Formações	1º ano (12 meses)
	Articulação política	1º ano (12 meses)
Implantação	Operação com a Moeda social	2º ano (a partir do 13º mês)
	Crédito social	2º ano (a partir do 19º mês)
Consolidação	Correspondente bancário	3º ano (a partir do 25º mês)
	Microssseguros	3º ano (a partir do 25º mês)
	Novos produtos	3º ano (a partir do 25º mês)
	Planejamento estratégico do banco	3º ano (a partir do 25º mês)

Fonte: O autor, 2019.

O modelo para novas implantação e consolidação de banco comunitário apresenta como principal sugestão um maior tempo para maturação para este tipo de ação. Ao iniciarmos pela reconstrução da fase de **sensibilização e planejamento**, elegemos o período de um ano para que se inicie primeiramente com a conscientização dos moradores sobre a questão da cooperatividade e da economia solidária, pois trata de um empreendimento que preza pela

coletividade, pois o banco é do território. E a sua localização deve ser de fácil acesso e em área com concentração comercial e/ou serviços para que possa atrair a utilização dos moradores. Neste primeiro ano se inicia a sensibilização com reuniões específicas de planejamento do banco comunitário e nas atividades que são realizadas pelas instituições do território, caso estas entidades não tenham sedes constituídas, o ideal é que se realize nas escolas ou em outros equipamentos públicos existente no local e que seja em horários e dias distintos.

Após o término da fase de sensibilização, deve iniciar **a implantação do banco**, de maneira gradual, operando primeiramente com **a moeda social** (a partir do segundo ano, com a implantação), através deste ativo é realizado o fluxo circular da renda no território, pois a moeda é um ativo líquido e não possui restrição, para a sua utilização basta fazer o câmbio no banco. E a sua operação, controle e gestão pelos trabalhadores do banco também não seria uma atividade muito rebuscada. Consequentemente, com o uso, o comércio local possibilitará descontos nas transações comerciais. Para tanto, é preciso impulsionar sua operação através dos canais importantes já existentes, feiras e comércio informal e claro comércio formal. **O crédito** deve iniciar a sua operação a partir do sexto mês do segundo ano, quando os funcionários já passaram por **formação para este tipo de operação**, o ideal é que **o crédito seja orientado** para não gerar inadimplência, ou seja, um **trabalho de educação financeira**. E no terceiro ano, o banco inicia a sua fase de **consolidação**, a partir deste momento deve operar com **correspondente bancário, microsseguro e novos produtos**. E o mais importante: o **banco comunitário deve ser utilizado** pelo agente público que o fomentou. Por fim, após o ciclo de implantação e consolidação deve realizar o **primeiro planejamento estratégico** para os próximos anos, de modo a corrigir as operações e os rumos que não foram realizados e vislumbrar as potencialidades deste tipo de empreendimento que, ao se consolidar, pode ser de suma importância para um território popular.

Acreditamos que com esta nova metodologia proposta por esta pesquisa a implantação, e consequentemente a consolidação, de um instrumento de desenvolvimento local, como um banco comunitário possa de fato ser apropriado por um território popular, pois, além de o fator tempo ter sido considerado, as atividades e/ou fases de operação foram pensadas de forma gradativa para que o banco possa ser conhecido e utilizado pelos moradores do local em que for implantado.

Não podemos achar que um banco comunitário é um banco comercial, que apresenta um pacote de serviços de uma única vez da noite para o dia quando é instalado em determinado local ou bairro, pois este já possui metodologia própria, processos, recursos e uma segurança institucional garantida pelo BACEN, que é autoridade monetária do país. Um banco

comunitário, apesar de moeda própria, oferecer crédito, ter o nome banco não é um banco comercial, é um empreendimento econômico solidário, que é um agente de fomento em um território popular voltado para o desenvolvimento da economia local. E para isto deve ser pensado com muita cautela antes de ser implantado, pois é gerada grande expectativa na figura de um agente que pode fazer com que o fluxo circular da renda do território seja estabelecido no local, o que pode ser considerado a maior conquista do banco comunitário, mas para que isto ocorra é preciso que a implantação e a consolidação aconteçam da melhor maneira possível e com recursos financeiros para as etapas, dada uma falha no processo as ações do banco tendem a fragmentar como aconteceu no BCCD e outras situações semelhantes.

É de suma importância testar essa nova proposta de metodologia de implantação e consolidação de um banco comunitário na Comunidade do Alemão, no Rio de Janeiro, pois se vislumbra a implantação de um banco comunitário no território. Para isto, é preciso que a Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro considere o que aconteceu no Projeto Rio Economia Solidária na implantação do BCCD e atente que este estudo foi constituído a partir deste banco. Como ente público e principal interessado em metodologias de bancos comunitários existe grande viabilidade de este modelo ser testado e esta pesquisa ser explorada.

Vale lembrar que não estamos apresentando com esta tese uma cartilha de erros e acertos para futuras implantações de bancos comunitários, mas, ao criarmos uma nova metodologia de implantação a partir da nossa pesquisa no BCCD, encontramos evidências que consideramos importantes para novas implantação e consolidação de um banco comunitário, e estas devem ser colocadas em prática, respeitando a realidade de cada local.

E ao hierarquizamos os cinco pontos para iniciar um banco comunitário, ou seja, o que é de fato imprescindível para darmos início a implantação, o que consequentemente levará a consolidação elegemos:

1. Difusão da metodologia de banco comunitário no território, para que seja apropriado pelos moradores;
2. A constituição de uma instituição que irá gerir somente as atividades do banco comunitário;
3. Operacionalização com fundo de reserva para o lastro da moeda e crédito;
4. Localização do banco comunitário próxima ou no mesmo espaço onde estão localizados maior parte do comércio e/ou serviços para facilitar a utilização dos produtos;
5. E por fim a cooperação endógena de modo a produzir a sustentabilidade do banco comunitário e consequentemente dos empreendimentos do território.

CAPÍTULO 7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na introdução apresentamos de forma objetiva o conceito de economia solidária, pois entendemos que o banco comunitário é um instrumento da economia solidária, como também da economia popular. Seguimos a introdução com a metodologia e com a questão da pesquisa: **quais são os fatores relevantes para a implantação e consolidação de um banco comunitário em um território popular?**

No Capítulo 1, apresentamos as premissas do mercado bancário, com os conceitos de planejamento financeiro, educação financeira e crédito. É correto afirmar que o tema educação financeira ganhou mais espaço nos diferentes meios de comunicação e nos debates acadêmicos, mas o seu aprendizado e a sua utilização ainda são superficiais. Além de o nosso país possuir demanda reprimida para a aquisição de bens e serviços e por termos uma economia instável, o que provoca a instabilidade em alguns postos de trabalhos, o tema decorre como necessário. E, no segundo momento, a metodologia da educação financeira ainda não atraiu a atenção daqueles que mais precisam e fazem os seus orçamentos da maneira que constituem tácita e sem uso de técnicas. O que também pode ser reflexo dos seus níveis de escolaridade e/ou da falta de acessibilidade da chamada educação financeira e principalmente das altas taxas de juros cobradas nos financiamentos. Vale ressaltar que os bancos comunitários conseguiram atrair a população que mais precisa da educação financeira, pois utilizaram metodologias próprias, por meio de aconselhamentos, oficinas e cursos livres que contribuíram para as pessoas saírem do vermelho, ou seja, a condição de devedor. Em relação ao crédito, fizemos questão de revisitar as chamadas políticas de concessão e as análises de riscos para evidenciarmos como é complicado para o empreendedor popular tomar crédito, pois passa pelo mesmo crivo que qualquer outro empreendimento com operação, estrutura e faturamento diferente ou maior do que o seu. Talvez as instituições financeiras tradicionais não considerem que seus critérios precisam de adaptações e/ou devem ser ponderados para estes tipos de caso, pois exigem as chamadas garantias reais para a concessão de crédito. Por este motivo, os programas de microcréditos deveriam ser mais abrangentes para poder atender principalmente estes empreendedores da economia popular. Como mostramos a penetração dos programas de microcrédito ainda é muito baixa, o que de fato não o torna atraente e leva os pequenos empreendedores a captarem crédito para investimentos nos seus pequenos negócios em outros tipos de modalidades com juros mais altos ou até mesmo utilizar seus cartões de crédito.

No Capítulo 2, realizamos um levantamento sistemático sobre bancos comunitários, apresentamos sua criação, seus produtos, processos e o seu desenvolvimento no país através do

Banco Palmas, que difundiu 113 bancos comunitários no Brasil, sendo cinco desses no estado do Rio de Janeiro. Na origem desta tecnologia social de Fortaleza (CE) estão os moradores do Conjunto Palmeiras originários das desigualdades sociais, os quais aprenderam a lidar com ela e como poderiam gerir a circulação das suas próprias riquezas, pois perceberam que seus recursos não estavam a serviço dos seus territórios e da sua população, tão logo com muito diálogo criaram o maior programa de finanças solidárias do país, e que nos dias atuais transfere a sua tecnologia também para o mundo. Além de terem sido responsáveis por provocarem o governo federal a se inserirem neste processo no fomento desta alternativa de crédito que obteve o seu dimensionamento a partir de 2005, mas mesmo assim este “ator” que fomentou, talvez tenha sido o que menos utilizou este instrumento que vai além da alternativa de crédito; é uma perspectiva desenvolvimento mais ampla provocada pelo consumo, por investimentos (tomada de crédito pelo empreendedor local) e operações com a moeda social.

Após a etapa de qualificação iniciamos o trabalho de campo, o que nos levou a analisar com mais profundidade a Cidade de Deus, local que abordamos no Capítulo 3 (Conjunto Habitacional Cidade de Deus). De forma objetiva apresentamos um histórico do território, a partir da sua criação, quando foram para lá moradores oriundos do processo de “limpeza étnica” da zona sul e de parte da zona norte do Rio de Janeiro, em um processo conhecido como remoção. Em seguida, acompanhamos os últimos 13 anos desta comunidade que possui um pouco mais de 50 anos. Consequentemente revelamos o porquê da criação de um banco comunitário de desenvolvimento no local.

O Capítulo 4 (Banco Comunitário da Cidade Deus) foi uma das etapas mais importantes da tese, pois a intenção dessa investigação do BCCD pretendeu mostrar quais são os arcabouços para a implantação de um tipo de projeto como um banco comunitário e ofereceu subsídios para a construção das análises que apresentamos no capítulo 6, que poderão ser importantes para a implantação, a reformulação e/ou os ajustes dos bancos, como também serviram de base para a construção das variáveis de consolidação à luz dos atores sociais, da população e dos empreendedores do território, a partir do BCCD. Descrevemos todo o processo de criação, implantação, suas lutas e resistências e por fim a sua derrocada.

A metodologia da pesquisa é apresentada no Capítulo 5, sendo esta um estudo de caso no BCCD, que foi utilizado para compreender os processos e as interações sociais que se desenvolveram no banco e também revelaram processos e comportamentos onde se tem compreensão limitada. Para tanto, além da pesquisa bibliográfica, realizamos uma pesquisa documental, a qual serviu para eliminar a dimensão da influência entre o pesquisador e o sujeito, pois um documento não é debelado pelo pesquisador e não determina perfeições suplementares.

No Capítulo 6, analisamos os fatores de implantação e consolidação do Banco Comunitário da Cidade de Deus, tendo como referência a pesquisa de campo realizada na Cidade de Deus, sendo alguns desses fatores comparados com os Bancos do Preventório e Mumbuca, ambos em funcionamento no estado do Rio de Janeiro. Esse tipo de avaliação e/ou análise beneficiará os formuladores e executores desse tipo de projeto ou, quem sabe no futuro, uma política pública nessa área.

No caso da implantação elegemos como categorias as fases que são utilizadas pelo Instituto Banco Palmas para a realização deste processo. Sendo assim, vimos que a fase de **sensibilização e planejamento** apresentou um período muito curto, com poucos moradores participando do processo, dada a realidade do território; a **implantação** foi feita com poucos recursos, comparando-se ao orçamento do projeto Rio Economia Solidária, e também sua sede não era bem localizada; a **formação** foi a melhor fase do processo de implantação, não só se compararmos com as peculiaridades que deixam as duas anteriores e a posterior piores, por ora, se levarmos em consideração como está foi organizada e realizada. Podemos afirmar que foi a melhor fase, isto não quer dizer que o nível de compreensão das funcionárias e daqueles que estavam envolvidos possa comprometer o trabalho realizado; quanto à **gestão**, o BCCD era uma das atividades da agência, não era uma instituição própria, sendo que isto também fragilizou a sua identidade, faltava uma equipe que tivesse uma organização do trabalho com foco no banco comunitário, e neste grupo faltou a figura de uma liderança operacional que poderia exercer o papel de gerente de operações. Todos esses aspectos, talvez, devem ter sido negligenciados por quem fomentou ou por quem implantou. No entanto, na fase de sensibilização e planejamento, mesmo que não se tivesse grande plenária, existia uma verve tão boa que isto pode até ter sido desconsiderado, o que deve ter levado a um posicionamento que poderia dar certo, mas uma atividade como um banco comunitário sem planejamento pode se tornar apenas um sonho para o desenvolvimento local, e não uma realidade para a comunidade. Mesmo assim, podemos dizer sensibilização e planejamento com um período curto, implantação com poucos recursos e a gestão fragilizada foram premissas falsas na condução do processo de implantação do BCCD. Porque de fato a energia colocada na fase de sensibilização e planejamento pelos moradores se constituía como algo transformador para os que estavam participando e parecia que ia contagiar outros moradores. O processo de gestão era falacioso, não só pela falta de pessoal, mas pela falta de conhecimento dos que estavam operando um empreendimento como um banco comunitário.

As variáveis dos fatores da consolidação foram constituídas a partir da pesquisa de campo. A primeira delas foi o **papel do território**, no qual destacamos mais uma vez o aspecto

da localização do banco na comunidade, não somente no aspecto da sede, mas da utilização pelo demandante, neste caso a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro e por último a apropriação pelos moradores que em alguns casos com todo aparato midiático não sabiam informar se o BCCD existia. A segunda variável é a **articulação política**, que levantava a dúvida de quem credenciava as articulações institucionais, o BCCD ou a ACDDDL, o que levava a perda de autonomia e da identidade do banco. E a questão se estendia pela relação de micropolítica, pois existiam conflitos entre as organizações, o que compunha a Agência. E por fim o baixo volume de articulações sendo estas em sua maior parte provocadas pela Agência. Já nos **aspectos organizacionais**, constatamos que o BCCD negligenciou a figura do conselho consultivo, talvez pela perda de autonomia das diretrizes do banco entre SEDES e Agência (BCCD), pois era um projeto fomentado pelo poder público, e este ainda se enquadrava como parte integrante deste projeto, pois ainda não tinha terminado o período de um ano, o qual era estabelecido no convênio. E por último não devemos esquecer a figura de um responsável pela operação do empreendimento, o qual podemos chamar de liderança, o que também pode ter levado ao baixo volume das operações com o crédito (em três anos foram gerados 97 empréstimos, com média de 91,37 CDD\$).

Esta tese foi construída em momentos diferentes do BCCD, o que para o nosso estudo avigorou a construção dos fatores de implantação e consolidação de um banco comunitário, e estes poderão ser utilizados como referências mesmo sabendo que realizamos uma avaliação *ex-post facto*, pois também temos como premissas a pesquisa bibliográfica. É o fato de estarmos presentes na concepção, criação e em parte do funcionamento do banco, acreditamos que a implantação e a consolidação podem ocorrer independentemente do seu formato, ou seja, estimulada pelo governo ou pelos moradores

A etapa de implantação (sensibilização e planejamento) deve ocorrer com considerável número de moradores do território, de modo a estabelecer um parâmetro de pelo menos 1% da população local. Para tanto, esta ação deve ser pensada inicialmente em uma comunidade pequena ou em parte do território pelo menos no início da operação, e que esta etapa aconteça num período de pelo menos um ano e com recursos suficientes para pagar os funcionários, e que estes não precisam fazer trabalho voluntário.

Na fase de consolidação temos que atentar de forma concisa para as variáveis **papel do território, articulação política e aspectos organizacionais**. Mesmo tendo realizado um esboço de cada uma delas, podemos dizer que um banco só se consolida se for utilizado e apropriado pelo território, e se este for fomentado pelo poder público, este agente deverá ser o dinamizador. A articulação política é um importante fator de sustentabilidade do banco, mas

deve ser realizado de maneira genuína e autônoma para que a instituição passe a ter a sua identidade legitimada na constituição de parceria. Os aspectos organizacionais remetem ao funcionamento do banco, a gestão deve ser pensada antes da implantação do projeto, envolvendo todos os seus eixos, tais como: alternativas para captação de clientes (pessoas física e jurídica) e planejamento financeiro para que o banco possa obter sustentabilidade e as operações com moeda, crédito e correspondente bancário, sendo o último passivo de análise. Se estes aspectos não tiverem sido seguidos, como também os aconselhamentos do conselho consultivo que começa a funcionar depois da operação do banco, com certeza o empreendimento terá a sua operação interrompida em um tempo rápido, pois a avaliação é feita por quem não opera a instituição no seu dia a dia, mas quem conhece o território ou as estratégias da gestão. E por fim a figura de um presidente não representa uma liderança operacional em um banco comunitário. Como qualquer tipo de empreendimento, um banco comunitário carece das definições das suas atividades e precisa de um gestor para o processo organizacional.

Diante dessa missão a pesquisa analisou os fatores relevantes para a implantação e consolidação de um banco comunitário em um território popular. Por verificarmos que esse tipo de ação para o desenvolvimento local não pode ser apenas uma das etapas de um projeto de economia solidária, **podemos dizer que o BCCD não chegou onde poderia chegar**, ou seja, ter funcionado por um período mais longo e ter tido ações mais abrangentes na economia local. Porque para ter sucesso em um projeto de um banco comunitário deveria haver uma **política pública mais ampliada no território, de modo a ser mais significativo o seu uso pelos moradores, com divulgação e apoio do governo e da comunidade, para que de certa forma pudesse gerar impacto social e econômico, com o uso da moeda e do crédito no consumo local**. Vale também ressaltar a falta de articulação institucional que é considerada relevante para esse tipo de ação, tal como o BNDES, que é um banco de fomento, e o BACEN, que ignora a existência desse tipo de instituição, mesmo essa autarquia sendo considerada “o banco dos bancos”. Acreditamos que dessa maneira construiremos alternativas significativas para a implantação e consolidação de um banco comunitário em um território popular e consequentemente proporcionar o desenvolvimento local.

PERSPECTIVAS

A Subsecretaria de Desenvolvimento Econômico da Cidade do Rio de Janeiro teve contato com a economia solidária para o projeto de um banco comunitário no Complexo do

Alemão. Até o ano corrente, o projeto não avançou. Atualmente, o governo estuda os bancos Palmas e Cidade de Deus e suas práticas para o retorno da atividade. É um grande desafio a retomada de um Banco Comunitário na Cidade de Deus. Para revitalizá-lo é importante criar-se **uma instituição com personalidade jurídica chamada Banco Comunitário da Cidade de Deus**, que de fato seria o banco com serviços e funcionários dedicados a esta atividade, ou seja, **um empreendimento econômico solidário com claros instrumentos de gestão e operacionalização**, pois o banco comunitário não pode ser mais uma atividade dentro da Agência Comunitária da Cidade de Deus. O segundo passo seria escolher a forma de revitalização do BCCD para o uso da moeda social, ou seja, operação com moeda digital ou moeda social tradicional. Sendo que na primeira modalidade carece de um smartphone com créditos para acesso à internet para a sua utilização. Vale lembrar que a expansão dos bancos comunitários nos dias atuais está sendo realizada pela plataforma e-dinheiro (moeda digital), que torna o seu controle operacional mais fácil, mas, para sustentar a sua operação, ela deve ser atrelada a alguma movimentação financeira, das empresas ou do governo do território, o que consequentemente poderá gerar apropriação. Em contrapartida, a moeda em papel em determinados territórios ainda se apresenta como um dos caminhos, pelo fato da simplicidade do acesso pela troca direta pelo real. Para tanto, deve elaborar um estudo de viabilidade para os dois casos e verificar qual melhor maneira se aplica à realidade local.

Os empreendimentos econômicos solidários, entre eles os bancos comunitários, muitas vezes são criados através de projetos e/ou políticas públicas emergenciais para geração de emprego, renda e desenvolvimento econômico local, mas o que deve ser feito são políticas públicas estratégicas que fortaleçam os empreendimentos solidários e a organização da economia solidária. Neste momento de fragilidade da economia do país devem ser pensadas alternativas e parcerias. Claro que para isso acontecer a cobrança e a produção científica dos pesquisadores da economia solidária são fatores importantes para mostrar a necessidade desse movimento, pois dessa maneira poderemos criar um círculo situacional de reivindicações para os governantes objetivando a criação de legislações e solicitando a liberação de recursos públicos nos orçamentos governamentais estabelecidos pelas diversas esferas, na perspectiva de atingir a autonomia e a consolidação desses empreendimentos.

Os bancos comunitários precisam contar com articulações dos “pilares” comunidade, estado e universidade. E para sua evolução necessita ser independente e constituir por si só com os moradores o processo de sensibilização, ou seja, deve ser pensado e constituído pelos atores que são os principais responsáveis, porém deve ter apoio do poder público, não um projeto de governo, mas uma política pública. Os processos de implantação, formação e consolidação

devem estar relacionados com estes “pilares”, para que possa se constituir e se estabelecer no território até a sua concretização com ações efetivas para os moradores, fomento pelo lado do estado e percurso formativo pelas universidades ou instituições que possuem ações preponderantes na economia solidária e no processo de gestão, mas por um período que possa alcançar as correções na sua trajetória, pois a consolidação de um banco comunitário de desenvolvimento não acontece da noite para o dia, pois é algo novo na vida daqueles que têm expertise com o território e que de certa forma possuem atividades laborais operacionais na comunidade, mas talvez desconhecem ou não possuem certos conhecimentos que potencializem ações mais estratégicas, que necessita um banco comunitário. Sendo assim, para que as experiências de banco comunitário possam se tornar realidade e constituir ações de desenvolvimento, devem operar em consonância com projetos e políticas públicas que acontecem na comunidade. Diversas ações aconteceram na Cidade de Deus ao longo da última década, mas estas não privilegiavam as relações com o banco, pois muitas vezes eram isoladas. Ações, projetos, programas e/ou políticas públicas poderão gerar externalidades em conjunto para processo de consolidação de um banco comunitário.

E, por fim, em um país com oligopólio bancário pensar os bancos comunitários como alternativas a esta hegemonia para um futuro próximo onde estes possam disputar mercados, tendo respaldo legal das instituições, é uma boa alternativa para desconcentração do sistema bancário que carece de competitividade, mas que aconteça com certo protecionismo aos bancos comunitários, pois, caso contrário, o oligopólio bancário irá adquirir estes bancos no tradicional modo capitalista de incorporação e/ou aquisição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Cleonice Dias de. Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente. Rio de Janeiro, maio 2019.

ALVEAR, Celso Alexandre Souza de *et al.* **A economia solidária em territórios populares:** uma pesquisa exploratória sobre o tecido socioproductivo em quatro comunidades da cidade do Rio de Janeiro. RJ: Núcleo de Solidariedade Técnica da UFRJ/Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico Solidário, 2012.

ANUÁRIO DE FORTALEZA. Disponível em: <<http://www.anuariodefortaleza.com.br/fortalezenses/indice-desenvolvimento-humano-municipio.php>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

ARANHA, André. Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente. Rio de Janeiro, out. 2018.

ARAÚJO, Fabiano Soria de. **Políticas de microcrédito e iniciativas de desenvolvimento social:** Banco Capivari. Rio de Janeiro: UFRJ/ Escola Politécnica, 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira** – Gestão de Finanças Pessoais: BCB, 2013. 72p.

_____. **Histórico da Taxa de Juros Selic.** Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2F%2Fwww.bcb.gov.br%2FPecc%2FCopom%2FPort%2FtaxaSelic.asp>, 2018>. Acesso em: 10 dez. 2018.

_____. **Política Monetária e Operações de Crédito do SFN** – Nota de Imprensa 16 de novembro de 2016. Disponível em: <<https://www.bcb.gov.br/htms/notecon2-p.asp>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

_____. **Sociedades de crédito ao microempreendedor.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/Nor/RoteiroSFN/Port/SCM/SCMSisorf.asp>>. Acesso em: 20 nov. 2016.

BANCO MUNDIAL. Banco de dados. Disponível em: <<http://www.worldbank.com>>. Acesso em: 10 jun. 2016.

BANCO POPULAR DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bb.com.br/portalbb/page251,8900,8923,0,0,1,0.bb?codigoMenu=5415&codigoNoticia=8133>>. Acesso em: 16 jun. 2016.

BANCO SOL. Disponível em: <<http://www.bancosol.ao/Conteudos/Artigos/detalhe.aspx?idc=1641&idsc=1657&idl=1>>. Acesso em: 22 out. 2016.

BARONE, Francisco Marcelo; SADER, Emir. **Acesso ao crédito no Brasil:** evolução e perspectivas. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-76122008000600012&script=sci_arttext&tlng=pt>. Acesso em: 8 jun. 2016.

BAUMAN, ZYGMUNT. **Vida a crédito:** conversas com Citali Rovirosa-Madrazo. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.

BELLUZO, Luiz Gonzaga; GALÍPOLI, Gabriel. **Manda quem pode, obedece quem tem prejuízo.** São Paulo: FACAMP, Contracorrente, 2017.

BOCAYUVA, Pedro Claudio Conca; VARANDA, Ana Paula de Moura (orgs.). **Tecnologia social, autogestão e economia solidária.** Rio de Janeiro: FASE | Ippur | Lastro | UFRJ, 2009.

BRASIL. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/ldo>>/. Acesso em: 10 out. 2018.

CÁRITAS BRASILEIRA. Disponível em: <<http://caritas.org.br/fundos-rotativos-solidarios-trazem-melhorias-para-comunidades-do-nordeste/1028>>. Acesso em: 27 dez. 2017.

CARVALHO, Keila. Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente. Rio de Janeiro, nov. 2018.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** A era da informação, economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999. v. I.

COMISSÃO DE VALORES IMOBILIÁRIOS. Disponível em: <<http://www.cvm.gov.br/>>. Acesso em: 15 ago. 2018.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO. Disponível em: <<http://cnc.org.br/>>. Acesso em: 27 maio 2019.

CORAGGIO, J. L. **La economía social como vía para otro desarrollo local.** Documento de lanzamiento del debate sobre “Distintas propuestas de economía social” em Urbared, Red de Políticas Sociales, 2002. Disponível em: <<http://www.urbared.ungs.edu.ar/>>. Acesso em: 15 jul. 2016.

COSTA, Marcelo H. Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente. Rio de Janeiro, nov. 2018.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa.** Métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

DE FRANCO, Augusto. **Microcrédito no Brasil** – indo direto ao ponto. Agência de Educação para o Desenvolvimento, 2003.

DINIZ, Eduardo. **Correspondentes bancários e microcrédito no Brasil:** tecnologia bancária e ampliação dos serviços financeiros para a população de baixa renda. EAESP-FGV RELATÓRIO GV PESQUISA, 2010.

_____. **Novas tecnologia para as finanças solidárias.** Oficina ministrada no Encontro Global de Bancos Solidários de Desenvolvimento, 2018.

Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/13365/EduardoDiniz%20correspondentes%20e%20microcredito.pdf?sequence=2&isAllowed=y>>. Acesso em: 8 set. 2016.

DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**: por que oito famílias têm mais riqueza do que a metade da população do mundo. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.

ECO, Umberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

EID, Farid. **Economia solidária e políticas públicas**: construção da cidadania ou reprodução histórica do assistencialismo. VIII Encontro Nacional de Estudos do Trabalho, São Paulo, 2003

EID, Farid; PIMENTEL, Andréa H.B.; SEVERINO, Maico R.; SANTOS, Clarice. Cadeias produtivas sob controle de famílias cooperadas do MST-Brasil. Anais. **VII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural – ALASRU**. Quito, Equador, 20-24/11, 2006.

EWALD, Luís Carlos. **Sobrou dinheiro!** Lições de economia doméstica. 2. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

FARIA, Luiz Arthur Silva de. **Digitalizações de moedas sociais no Brasil e suas (Pré)Histórias**: tensões e mediações com Estados, mercados e tecnologias. Tese (doutorado). UFRJ. Rio de Janeiro, 2018.

FEIJÓ, Carmen (org.). **Para entender a conjuntura econômica**. São Paulo: Manole, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio Século XXI**: O minidicionário da língua portuguesa. 4. ed. rev., ampliada. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.

FILGUEIRAS, Luiz Antonio Mattos. **História do plano real**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

FLEURY, Afonso Carlos Correia. **Organização do trabalho**: uma abordagem interdisciplinar: sete casos brasileiros para estudo. São Paulo: Atlas, 1983.

FORTUNA, Eduardo. **Mercado financeiro**: produtos e serviços. 19. ed. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2013.

FRANÇA, Bárbara Heliodora *et al.* **Bancos comunitários do Preventório e de Saracuruna**: experiências pioneiras de financiamento e extensão universitária no Rio de Janeiro: Editora UFF, 2013.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento (BCD's) como expressão de finanças solidárias**: por uma outra abordagem da inclusão financeira. Fortaleza: Arte Visual, 2013.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho *et al.* **Ação pública e economia solidária**: uma perspectiva internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho; SILVA JUNIOR, Jeová Torres. Bancos Comunitários de Desenvolvimento. In: CATTANI, Antonio David *et al.* **Dicionário internacional da outra economia**. São Paulo: Almedina, 2009. p. 31-36. (Coleção CES.)

G1. **Entrevista do Subsecretário de Desenvolvimento Econômico Solidário Vinicius Assumpção.** Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2011/06/cidade-de-deus-vai-ter-moeda-propria-e-banco-comunitario.html>>. Acesso em: 23 abr. 2017.

GADOTTI, Moacir. **Economia solidária como práxis pedagógica.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

GAIGER, L. I. Sentidos e possibilidades da economia solidária hoje. In: KRAYCHETE, Gabriel. **A economia dos setores populares: entre a realidade e a utopia.** Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2000.

GELEDÉS – INSTITUTO DA MULHER NEGRA Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/para-diminuir-pobreza-marica-no-rj-cria-1-moeda-social-eletronica-do-pais-por-clara-velasco/>>. Acesso em: maio 2018.

GIAMBIAGI, Fábio; ALÉM, Ana Cláudia. **Finanças públicas.** 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

GIANNETTI, Eduardo. **O valor do amanhã: ensaio sobre a natureza dos juros.** São Paulo: Companhia de Letras, 2005.

GITMAN, Lawrence J. **Administração financeira: uma abordagem gerencial.** São Paulo: Editora Pearson Education do Brasil, 2003.

_____. **Princípios da administração financeira.** Tradução de Allan Vidigal Hastings. 12. ed. São Paulo: Pearson Education, 2010.

GODOY, Arilda Schmidt. Estudo de caso qualitativo. In: GODOI, Christiane Kleinübing; BANDEIRA DE MELLO, Rodrigo; SILVA, Alieson Barbosa da (orgs.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais.** Paradigmas, estratégias e métodos. São Paulo: Saraiva, 2005. p. 115-146, Capítulo 4.

GOLDMARK, Lara; POCKROSS, Steve; VECHINA, Daniele. **A situação das microfinanças no Brasil.** 2000. Disponível em: <<http://www.abscm.com.br/download/publicacoes/A%20situacao%20das%20microfinancas%20no%20Brasil.pdf>>. Acesso em: 15 jul.2015.

GONÇALVES FILHO, Adenias. Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente. Rio de Janeiro, out. 2014.

GONZALEZ-VEGA, Claudio. Painel 1 – Visão geral das microfinanças. In: **Seminário BNDES Microfinanças.** Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Galerias/Convivencia/Publicacoes/Consulta_Expressa/Tipo/Estudos/>. Acesso em: 14 jul. 2015.

HALFELD, Mauro. **Investimentos – como administrar melhor seu dinheiro.** 1. ed. São Paulo: Fundamento, 2001.

HESPANHA, Pedro (org.). **Dicionário internacional da outra economia.** São Paulo: Almedina, 2009. *et al.*

IBAM. **Expansão do setor de microfinanças no Brasil**. 2013. Disponível em: <<http://www.ibam.org.br>>. Acesso em: 10 out. 2013.

INSTITUTO BANCO PALMAS. Disponível em: <<http://www.institutobancopalmas.org>>. Acesso em: abr. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ. Disponível em: <<https://www.ipce.ce.gov.br>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/web/ipp>>. Acesso em: 4 nov. 2016.

JANNUZZI, Paulo Martino. **Indicadores sociais no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Alínea, 2004.

JAYO, M.; POZZEBON, M.; DINIZ, E. H. Microcredit and innovative local development in Fortaleza, Brazil: the case of Banco Palmas. **Canadian Journal of Regional Science: Canadian**. Edição 1, v. 6, 115p.

LIANZA, Sidney; ADDOR, Felipe (Orgs.). **Tecnologia e Desenvolvimento Social e Solidário**. 1. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005. v. 1.

LIMA, Nando. Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente. Rio de Janeiro, nov. 2018.

LINS, Paulo. **Cidade de Deus**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

LISBOA, A. M. **Economia solidária hoje: significado e perspectivas – 2004**. Disponível em: <<http://www.cse.ufsc.br/~gecon>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

LOPES, João do Carmo. **Economia monetária**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 1998.

LUKÁCS, Gyorgy. Arte livre ou arte dirigida. In: **Marxismo e a teoria da literatura**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2010.

MARA, Sandra. Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente. Rio de Janeiro, nov. 2018.

MARCIEL PEREIRA, Marcos Rodrigo. Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente. Rio de Janeiro, set. 2015.

MACIEL PEREIRA, Marcos Rodrigo. **Banco Comunitário do Preventório: uma experiência de Economia Solidária**. UFRJ/ Programa de Pós-graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social. Rio de Janeiro, 2018.

MAGALHÃES, Sandra; MELO NETO SEGUNDO, João Joaquim. Bairros pobres, ricas soluções: Banco Palmas Ponto a Ponto. Fortaleza: Expressão Gráfica, 2003.

MANCE, Euclides André. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1999.

_____. **Como organizar redes solidárias**. Rio de Janeiro: DP&A, Fase, IFil, 2003.

MANOS, Maria Geovania Lima. **Sistema financeiro e desenvolvimento econômico: o papel do microcrédito**. Disponível em: <<http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/372668/1/livromicrocredito.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2016.

MARIANE, Fernanda. **Análise e implementação de estratégias de cobrança como redução e controle da inadimplência de uma operadora de planos de saúde da cidade de Caçador/SC**. 2008. 84 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade do Contestado – UnC Caçador, Santa Catarina, 2008.

MARINHO, Henrique. **Política monetária no Brasil: da teoria à prática**. São Paulo: Campus, 1999.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, Lizete. Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente. Rio de Janeiro, set. 2018.

MEDEIROS, Alzira; MAGNEN, Jean Philippe (orgs.). **Ação pública e economia solidária: uma perspectiva internacional**. Porto Alegre: UFRGS, 2006.

MEDEIROS, Amanda Cristina. **Bancos comunitários de desenvolvimento como instrumento de políticas públicas: o caso do Banco Cidade de Deus**. Rio de Janeiro. EBAPE/FGV-RJ, 2014.

MENDONÇA, Antônio Haroldo Pinheiro. Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente. Rio de Janeiro, out. 2018.

MELLO, Marco Antonio da Silva *et al.* **Favelas cariocas: ontem e hoje**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

MELO NETO, João Joaquim de. Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente. Rio de Janeiro, out. 2018.

MENDES, Judas Tadeu Grassi. **Economia: fundamentos e aplicações**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2009.

MONZONI, Mario. **Impactos em renda do microcrédito**. São Paulo: Peirópolis: GVeas – Centro de Estudos em Sustentabilidade – FGV-EASP, 2008.

MORA, Monica. **A evolução de crédito no Brasil entre 2003 e 2010**. Disponível em: <<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3537/1/td2022.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2016.

NASCIMENTO, Sandro. Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente. Rio de Janeiro, maio 2016.

NASSER, Ana Cristina. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis: Vozes, 2008.

NEVES, Maria Cristina. Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente. Rio de Janeiro, out. 2018.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Disponível em: <<http://www.oecd.org/>>. Acesso em: 10 out. 2018.

OTACIANE, Barros. Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente. Rio de Janeiro, out. 2018.

OUTHWAITE, William; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Tradução de Eduardo Francisco Alves e Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

OXFAM. **Uma economia para os 99%** – relatório completo em português, janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/sites/default/files/economia_para_99-elatorio_completo.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

PEREIRA, Ana Lúcia Serafim. Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente. Rio de Janeiro, ago. 2018.

PEREIRA, Glória. **A energia do dinheiro: como fazer dinheiro e desfrutar dele**. São Paulo: Elzevir, 2003.

PERO, Valéria; TAVARES, Fernando Flores. **Entrepreneurship, Formalization and Microcredit in Brazil: Achievements and Challenges in the Early 2000s**. Nopoor Project – 2016 – Policy Implications Note. normativa no Brasil. 4. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2006. 66p.

PFEIFFER, C. **Atualização do I Plano de Desenvolvimento Comunitário da Cidade de Deus**. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <<http://claudiapfeiffer.files.wordpress.com/2011/07/apresentac3a7c3a3oatualizac3a7c3a3o-2010.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2016.

PIKETTY, Thomas. **O capital do século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PINHEIRO, Marcos Antônio Henriques. **Cooperativa de crédito: história da evolução normativa no Brasil**. 4. ed. Brasília: Banco Central do Brasil, 2006. 66p.

PINTO, J. R. L. **Tese economia solidária: um elogio à associação em tempo de crise** IUPERJ. Rio de Janeiro, 2004.

PORTAL BRASIL. **Microcrédito da Caixa já concedeu R\$ 1,2 bi a 500 mil empresas**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/01/microcredito-da-caixa-ja-concedeu-r-1-2-bi-para-500-mil-empresas>>. Acesso em: 18 out. 2016.

PORTAL DA PRESIDÊNCIA. **Lei Complementar nº 166/2019**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/lcp/Lcp166.htm>. Acesso em: 20 maio 2019.

PREFEITURA DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO (PCRJ). Disponível em: <<http://www.pcrj.rj.gov.br/web/guest/exibeconteudo?id=2012809>>. Acesso em: 10 jul. 2018.
PRIMAVERA, Heloisa **Futuro sin fronteras**: monedas sociales y otras urgencias de este tiempo. 1. ed. Buenos Aires: Biblioteca Permacultura, 2017.

PRIMAVERA, Heloisa. Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente. Rio de Janeiro, out. 2018.

REDE BRASILEIRA DE BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO. **Banco comunitário**: serviços solidários em rede. Fortaleza: Instituto Banco Palmas, 2006.

RIBAS, Sérgio. Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente. Rio de Janeiro, out. 2018.

ROCHA, Ângela; MELO, Renato. **O desafio das microfinanças**. São Paulo: Mauad 2004.

RODRIGUES, Chrystian Marcelo. **Análise de crédito e risco**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

SANDRIONI, Paulo. **Novíssimo dicionário de economia**. São Paulo: Best Seller, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 12. ed. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SCIAMMARELLA, Nathália. Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente. Rio de Janeiro, set. 2015.

SEBRAE. Inadimplência: **Como evitar e resolver**. Disponível em: <<https://www.sebraemg.com.br/atendimento/bibliotecadigital/documento/cartilha-manual-ou-livro/inadimplencia-como-evitar-e-resolver>>. Acesso em: 2 maio 2015.

_____. **O microcrédito é uma boa alternativa para as micro e pequenas empresas**. Disponível em: <<http://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-microcredito-e-uma-boua-alternativa-para-as-micro-e-pequenas-empresas,7168e8da69133410VgnVCM1000003b74010aRCRD>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

SECRETARIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS. Disponível em: <<http://www.sae.gov.br/site/?p=17351>>. Acesso em: 7 out. 2014.

SECRETARIA NACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA. **Atlas da Economia Solidária de 2013**. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 4 dez. 2015.

SILVEIRA FILHO, Jaime Albuquerque. **Microcrédito na região metropolitana do Recife**: experiência empreendedora do CEAP. Dissertação de (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, Mestrado em Economia 2005.

SINGER, P. I. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 3. ed. São Paulo: Editora Contexto, 1999.

_____. **Introdução à economia solidária**. 1. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. Políticas públicas da Secretaria Nacional de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego. **Boletim mercado de trabalho**. Brasília: Ipea, nº 39, p. 43-48, 2009. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br>>. Acesso em: 4 dez. 2016.

SOUZA, André Ricardo de; ZANIN, Maria. **A solidária e os desafios globais do trabalho**. São Paulo: EdUFSCar, 2017.

STRAUSS, A.; CORBIN, J. **Pesquisa qualitativa: técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

TARDIN, Carlos Eduardo Batalha. Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente. Rio de Janeiro, out. 2014.

THIOLLENT, Michel. **Economia solidária**. 2017. Aula ministrada no Curso de Pós-graduação da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO), 2017.

_____. **Metodologia de Pesquisa-ação**. 14. Ed. São Paulo: Ed. Cortez. 2007.

TSURU, Sérgio Kazuo.; CENTA, Sérgio Alexandre. **Crédito no varejo: para pessoas físicas e jurídicas**. Curitiba: InterSaberes, 2012.

VELLOSO, João Paulo dos Reis *et al.* **“Favela é cidade” e o futuro das nossas cidades**. Rio de Janeiro: INAE, 2014. 278p.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

VIEIRA, Antônio Oscar Peixoto. Entrevista concedida a Anderson Carlos Nogueira Oriente. Rio de Janeiro, maio 2016.

YUNUS, Muhammad. **O banqueiro dos pobres**. São Paulo: Ática, 2003.

ZAOUAL, Hassan. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **Nova economia das iniciativas locais: uma introdução ao pensamento pós-global**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DA ENTREVISTA SEDES

1. Fale-me um pouco do Projeto Rio Economia Solidária?
2. Por que a replicação do Banco Comunitário no Projeto Rio Eco Sol? E por que na Cidade de Deus?
3. Como foi a replicação na Cidade de Deus?
4. Quais eram as origens dos recursos do Banco Comunitário (empréstimo de quem para quem)?
5. Quais são os fatores importantes para implantação e consolidação de um Banco Comunitário em território popular?
6. Quais foram os fatores que inibiram a implantação e a consolidação do banco comunitário da Cidade de Deus?
 - Concepção
 - Gestão
 - Clientes (pessoas física e jurídica)
 - Operação (crédito/moeda/correspondente bancário)
 - Sustentabilidade
 - Articulação institucional
 - Articulação com a comunidade
 - Impacto social
7. Na sua opinião o que levou à interrupção do funcionamento do Banco Comunitário da Cidade de Deus?
8. O que poderia ser importante para a reformulação desta iniciativa no território?
9. Algum assunto que você acha importante para o meu trabalho?

APÊNDICE B - ROTEIRO DA ENTREVISTA INSTITUTO BANCO PALMAS

1. Por que a replicação do Banco Comunitário na Cidade de Deus?
2. Como foi está a replicação na Cidade de Deus?
3. Quais eram as origens dos recursos do Banco Comunitário (empréstimo de quem para quem)?
4. Quais são os fatores importantes para implantação e consolidação de um Banco Comunitário em território popular?
5. Quais foram os fatores que inibiram a implantação, consolidação e **gestão** do banco comunitário da Cidade de Deus
6. Na sua opinião o que levou à interrupção do funcionamento do Banco Comunitário da Cidade de Deus?
7. O que poderia ser importante para a reformulação desta iniciativa no território?
8. Algum assunto que você acha importante para o meu trabalho?

APÊNDICE C - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM A PRESIDENTE DO BCCD

1. Fale-me do Comitê Comunitário da Cidade de Deus?
2. E a Agência Comunitária da Cidade de Deus?
3. Você conhecia economia solidária antes de trabalhar no Banco Comunitário da Cidade de Deus?
4. Você passou por alguma formação em economia solidária? Como foi?
5. Você passou por alguma formação para trabalhar nos bancos comunitários? Como foi?
6. Como foi presidir o Banco Comunitário da Cidade de Deus?
7. Como foi a implantação do Banco Comunitário da Cidade de Deus?
8. O que foi bom e o que foi ruim na implantação do Banco Comunitário da Cidade de Deus?
9. Você sabe como foi o convênio entre a ACCDL e a SEDES?
10. Qual foi a contrapartida de SEDES?
11. Qual era a contrapartida da ACCDL?
12. Você sabe como foi o convênio entre a ACCDL e a CEF?
13. Quais eram as origens dos recursos do Banco Comunitário (empréstimo de quem para quem)?
14. Para você quais são os fatores importantes para implantação e consolidação de um Banco Comunitário em território popular?
15. Quais foram os fatores que inibiram a implantação e a consolidação do Banco Comunitário da Cidade de Deus?
16. Na sua opinião o que levou à interrupção do funcionamento do Banco Comunitário da Cidade de Deus?
17. O que poderia ser importante para a reformulação desta iniciativa no território?

APÊNDICE D - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM FUNCIONÁRIAS DO BCCD

1. Fale-me do Comitê Comunitário da Cidade de Deus?
2. E a Agência Comunitária da Cidade de Deus?
3. Você conhecia economia solidária antes de trabalhar no Banco Comunitário da Cidade de Deus?
4. Como foi a sua formação em economia solidária/bancos comunitários?
5. Como foi o seu trabalho no Banco Comunitário da Cidade de Deus?
6. Você sabe como foi o convênio?
7. Qual foi a contrapartida da SEDES?
8. Qual era a contrapartida da ACCDL?
9. Quais eram as origens dos recursos do Banco Comunitário (empréstimo de quem para quem)?
10. Como foi a implantação do Banco Comunitário da Cidade de Deus?
11. O que foi bom e o que foi ruim na implantação do Banco Comunitário na Cidade de Deus?
12. Para você quais são os fatores importantes para implantação e consolidação de um Banco Comunitário em território popular?
13. Quais foram os fatores que inibiram a implantação e a consolidação do banco?
14. Na sua opinião o que levou à interrupção do funcionamento do Banco Comunitário da Cidade de Deus?
15. O que poderia ser importante para a reformulação desta iniciativa no território?

APÊNDICE E - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM O ECONOMISTA VOLUNTÁRIO

1. Você conhecia economia solidária antes de trabalhar no Banco Comunitário da Cidade de Deus?
2. Como foi a sua formação em economia solidária/bancos comunitários?
3. Você sabe como foi o convênio ACCDL e NESOL-USP?
4. Qual foi a contrapartida de ACCDL?
5. Qual era a contrapartida da NESOL-USP?
6. Como foi o seu trabalho no Banco Comunitário da Cidade de Deus?
7. Quais eram as origens dos recursos do Banco Comunitário (empréstimo de quem para quem)?
8. O que foi bom e o que foi ruim na implantação do Banco Comunitário na Cidade de Deus?
9. Para você quais são os fatores importantes para implantação e consolidação de um Banco Comunitário em território popular?
10. Quais foram os fatores que inibiram a implantação e a consolidação do banco comunitário da Cidade de Deus?
11. Na sua opinião o que levou à interrupção do funcionamento do Banco Comunitário da Cidade de Deus?
12. O que poderia ser importante para a reformulação desta iniciativa no território?

APÊNDICE F - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM COMERCIANTES DA CIDADE DE DEUS

1. Por que resolveu aceitar o CDD?
2. Você priorizava o uso da moeda CDD pelos seus clientes?
3. Você trocava Real por CDD?
4. Você divulgava para outros comerciantes o uso da moeda CDD?
5. Você recebia grande volume de compras em CDD?
6. O que foi importante no uso da moeda CDD?
7. O que você acha que seria importante na implantação do banco comunitário e para a sua consolidação?
8. Na sua opinião o que levou à interrupção do funcionamento do Banco Comunitário da Cidade de Deus?
9. O que poderia ser importante para a reformulação desta iniciativa no território?
10. Algum assunto que você acha importante no meu trabalho?

APÊNDICE G - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM MORADORES DA CIDADE DE DEUS

1. Você conhecia economia solidária antes do Banco Comunitário da Cidade de Deus?
2. Você trocava Real por CDD?
3. Você priorizava compras em moeda CDD?
4. Você divulgava ou incentivava outros moradores a utilizarem a moeda CDD?
5. O que foi importante no uso da moeda CDD?
6. O que foi bom e o que foi ruim na implantação do Banco Comunitário da Cidade de Deus?
7. Quais foram os fatores que inibiram a consolidação do Banco Comunitário da Cidade de Deus?
8. O que você acha que seria importante na implantação do Banco Comunitário e para a sua consolidação?
9. Na sua opinião o que levou à interrupção do funcionamento do Banco Comunitário da Cidade de Deus?
10. O que poderia ser importante para a reformulação desta iniciativa no território?

ANEXOS

ANEXO A- FORMULÁRIO DA PESQUISA DO MAPA DO CONSUMO CDD

MAPA DO CONSUMO

Questionário nº _____

Endereço: _____

QUESTIONARIO

IDENTIFICAÇÃO

- Sexo:

() Feminino

() Masculino

- Idade

() 14 - 18 anos

() 19 - 25 anos

() 26 - 35 anos

d) () 36 - 50 anos

e) () mais de 50 anos

- Há quanto tempo mora aqui no bairro?

() 0 - 05 anos

() 06 - 10 anos

() 11 - 15 anos

d) () 16 - 20 anos

e) () mais de 20 anos

- Nível de Escolaridade:

() Nunca estudou

() Alfabetizado

() 1º Grau Incompleto

() 1º Grau Completo

e) () 2º Grau Incompleto

f) () 2º Grau Completo

g) () Superior Incompleto

h) () Superior Completo

- Fez curso de qualificação para o trabalho?

() Sim Qual? _____ b) () Não

- Quantas pessoas moram nesta casa?

() 01 a 04

() 05 a 08

() Mais de 08

- Faixa Etária e Sexo das pessoas que moram na casa.

FAIXA ETÁRIA	FEMININO	MASCULINO
0 a 05 Anos		
6 a 10 Anos		
11 a 20 Anos		
21 a 30 Anos		
31 a 40 Anos		
41 a 50 Anos		
51 a 60 Anos		
Acima de 60 anos		
Total sexo		
Total geral de pessoas		

II - SITUAÇÃO DE TRABALHO/EMPREGO E FINANCEIRA

8 - Faixa de renda familiar, considerando a renda mensal de todos os membros.

- a) ☐ Até R\$ 230,00
 b) ☐ R\$ 231,00 até R\$ 360,00
 c) ☐ R\$ 361,00 até R\$ 720,00
 d) ☐ R\$ 721,00 até R\$ 1440,00
 e) ☐ Acima de 1441,00

9 - De onde vem o dinheiro que a família obtém/ganha? (pergunta de múltipla escolha)

De onde vem o dinheiro que a família obtém/ganha	Numero de pessoas
a) Trabalho sem carteira assinada	
b) Trabalho com carteira assinada	
c) Aposentadoria	
d) Algum benefício governamental. Qual?	
e) Ajuda de terceiros. Quem?	
f) Outros. Qual?	

10 - Em média quanto a família gasta de alimentação por mês?

Res: R\$ _____

11 - Quanto gasta mensalmente em transporte para trabalhar?

- a) ☐ Menos de 100 reais
 b) ☐ 100 - 200 reais
 c) ☐ 200 - 400 reais
 d) ☐ 400 - 600 reais
 e) ☐ Mais de 600 reais

12 - Quanto tempo dura um botijão?

- a) ☐ aproximadamente 10 dias
 b) ☐ aproximadamente 30 dias
 mais

13 - Onde a família faz suas compras? (o local onde faz com mais frequência)

- a) ☐ No próprio bairro
 b) ☐ Fora do bairro.

Caso a resposta seja "no próprio bairro" passe para o item 14. Se for "fora do bairro" passe para o item 15

14 - Quais os motivos pelos quais você realiza suas compras no bairro?

- a) ☐ Os produtos fora do bairro são mais caros.
 b) ☐ A qualidade dos produtos não permite que faça as compras fora
 c) ☐ As promoções no bairro são melhores.
 d) ☐ O bairro não oferece os produtos que gosto de comprar e que preciso.
 e) ☐ Ajudar ao bairro
 f) ☐ O transporte é muito caro
 g) ☐ Outros? _____

15 - Quais os motivos pelos quais você não realiza suas compras no bairro?

- a) ☐ Os produtos no bairro são mais caros.
 b) ☐ A qualidade dos produtos não permite que faça as compras aqui.
 c) ☐ Fora do bairro existe facilidades para compra, como cartão de crédito e crediário.
 d) ☐ O bairro não oferece os produtos que gosto de comprar e que preciso.
 e) ☐ Outros? _____

16 - Em que tipo de estabelecimento é realizada suas compras? (o local onde faz com mais frequência)

a) () Mercadoria
b) () Supermercado
c) () Feira
d) () Outros. Qual? _____

17 - Sua família desenvolve alguma atividade produtiva no momento?

a) () Sim. Qual? _____ b) () Não

18 - Possui seguro de vida?

a) () Sim b) () Não

19 - Possui plano funerário?

a) () Sim b) () Não

III - PERFIL DO CONSUMO

20 - Quais os alimentos e a quantidade que sua família consome por semana?

Alimentação	Consumo Semanal	Local Onde Compra	Marca/Tipo
1 - Arroz (Kg)			
2 - Feijão (Kg)			
3 - Açúcar (Kg)			
4 - Farinha (Kg)			
5 - Carne Bovina (Kg)			
6 - Carne de Frango (Kg)			
7 - Ovos (Unidade)			
8 - Frutas (Kg)			
9 - Leite Líquido (Litro)			
10 - Leite em Pó (Kg)			
11 - Macarrão (Kg)			
12 - Pão (Unidade)			
13 - Óleo de Cozinha (Litro)			
14 - Café (Kg)			
15 - Biscoito (Pacote)			
16 - Refrigerante (Litro)			
17 - Verdura (Kg)			
18 - Feixe (kg)			
19 - Maionese (vd)			
20 - Fubá (pct)			
21 - Vinagre (vd)			
22 - Rapadura (Unidade)			
23 - Goma (Kg)			
24 - Sal (Kg)			

21 - Qual a quantidade de vestuário e calçados consumidos por semestre?

Vestuário/Calçados	Quantidade a cada 6 meses	Local da Compra	Marca/Tipo
1 - Camisa			
2 - Calça			
3 - Blusa			
4 - Sala			
5 - Vestido			
6 - Bermuda			
7 - Calção			
8 - Meia			
9 - Cueca			
10 - calcinha			
11 - Pijama			
12 - Camisola			
13 - Sapato			
14 - Sandália			
15 - Fralda			

3

22 - Qual a quantidade consumida de artigos de higiene pessoal e beleza?

Higiene Pessoal e Beleza	Consome no Mês	Local da Compra	Marca/Tipo
1 - Sabonete (Unidade)			
2 - Shampoo (Unidade)			
3 - Desodorante (Unidade)			
4 - Pasta de Dente (Unidade)			
5 - Absorvente (Unidade)			
6 - Papel Higiénico (Unidade)			
7 - Condicionador Para Cabelo			
8 - Creme de Barbear (Unidade)			
9 - Barbeador (Unidade)			
10 - Esmalte (Unidade)			
11 - Colônia (Perfume)			
12 - Alisante (Unidade)			
13 - Tintura (Unidade)			
14 - Gel de Cabelo (Unidade)			

Qual a quantidade consumida de material de limpeza por mês?

Material de Limpeza	Consome no Mês	Local da Compra	Marca/Tipo
1- Sabão em Pó (Kg)			
2- Sabão em Barra (Barra)			
3- Água Sanitária (Litro)			
4- Detergente (Litro)			
5- Desinfetante (Litro)			
6- Amaciante (Litro)			
7- Lustra Móveis (Unidade)			
8- Cera (Unidade)			
9- Bombão (Unidade)			
10- Esponja (Unidade)			
11- Vassoura (Unidade)			
12- Sabão Líquido (Litro)			
13- Consumo de entretenimento			

Tipo de entretenimento	Consumo mensal em horas	Dinheiro gasto	Local
1- Internet			
2- Cinema			
3- Esportes			
4- Leitura			
5- Jogos e Games			
6- TV			
7- Filmes em DVD			
8- Outros			

Nome do pesquisador: _____

Data: ____/____/____

4

ANEXO B – CONVITES DAS REUNIÕES DE PLANEJAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO E INAUGURAÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS

PRIMEIRA REUNIÃO DE PLANEJAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS – 13/05/2011

Conforme previsto no **Projeto Rio Eco Sol**, foi formalizada a parceria entre a prefeitura do Rio e o Instituto Palmas, de Fortaleza, para criação do banco comunitário e o lançamento de uma moeda social na Cidade de Deus. O Instituto Palmas, pioneiro no desenvolvimento e implantação da metodologia de banco comunitário, além de administrar a instituição bancária de CDD, entrará com recurso inicial de R\$ 60 mil, que foram captados no BNDES.

A expectativa para CDD é atender, em um ano, 300 famílias com crédito produtivo para pequenos negócios.

Ana Lúcia Pereira Serafim, administradora do Ponto Solidário Cidade de Deus, Projeto Rio ECOSOL, tem o prazer de convidar para o primeiro encontro da comunidade de CDD com o Sr. João Joaquim de Melo Neto, coordenador geral do Instituto Palmas, Marcelo Costa, titular da Sedes/PCRJ – Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário e representante da Caixa Econômica Federal.

Data: 13 de maio de 2011

Horário: 10 horas

Local: Agência de Desenvolvimento Local de Cidade de Deus

Rua Edgar Werneck, 1.656

Tel. 3342 0925 – 9722 0658

SEGUNDA REUNIÃO DE PLANEJAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DO BCCD



Você quer um Banco Comunitário na Cidade de Deus? Então participe de nossa reunião.

O Banco Comunitário vai fortalecer a Cidade de Deus, fazendo circular recursos na comunidade. E por isso, vai possibilitar que as riquezas locais sejam comercializadas dentro e fora da comunidade, gerando mais riquezas para todos nós, porque ele visa o desenvolvimento local.

Nesse Banco a gestão e o controle social são exercidos pela própria comunidade, em nosso caso, por nós que somos os moradores da Cidade de Deus.

Quer saber mais? O Banco Comunitário é uma instituição financeira fundada há 12 anos, em Fortaleza, com o nome de Banco Palmas, pois foi criada pela população dessa cidade. Hoje, são mais de 50 bancos comunitários em todo o Brasil. **Vamos aumentar esse número?**

Com a participação e o comprometimento dos prestadores de serviços, comerciantes, ambulantes e moradores poderemos ser o primeiro Banco Comunitário da Cidade do Rio de Janeiro.

**Dessa, você não pode ficar de fora!
Pense nisso e venha para a reunião!**

Local: Paroquia Anglicana Cristo Rei
Rua Edgard Werneck, 1605 - (21) 3342.0925
Data: 31 de maio, terça-feira **Horário:** 18 hs



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

Ministério da
Justiça



TERCEIRA REUNIÃO DE PLANEJAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS – 10/06/2011

Ana Lúcia Pereira Serafim, administradora do Ponto Solidário Cidade de Deus, Projeto Rio ECOSOL, tem o prazer de convidar para reunião com o Sr. João Joaquim de Melo Neto, coordenador geral do Instituto Palmas e Marcelo Costa, titular da Sedes/PCRJ – Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário. Nesta reunião trataremos da organização da documentação necessária para instalação do banco comunitário em Cidade de Deus, o primeiro na cidade do Rio de Janeiro.

Data: 10 de junho de 2011 – Sexta-feira

Horário: 14 horas

Local: Agência de Desenvolvimento Local de Cidade de Deus

Rua Edgar Werneck, 1.656

Tel. 3342 0925 – 9722 0658

QUARTA REUNIÃO DE PLANEJAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS – 16/06/2011

Ana Lúcia Pereira Serafim, administradora do Ponto Solidário Cidade de Deus, Projeto Rio ECOSOL, tem o prazer de convidar para a IV reunião de instalação do Banco Comunitário em CDD. Na oportunidade vamos definir os nomes a serem referenciados nas cédulas, bem como a estampa a ser impressa nas cédulas, e, outros temas ligados à documentação exigida para a constituição do banco. A sua presença é importante neste momento tão significativo par CDD.

Data: 16 de junho de 2011 – Quinta-feira

Horário: 13 horas

Local: Agência de Desenvolvimento Local de Cidade de Deus

Rua Edgar Werneck, 1.656

Tel. 3342 0925 – 9722 0658

QUINTA REUNIÃO DE PLANEJAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS – 22/06/2011

Ana Lúcia Pereira Serafim, administradora do Ponto Solidário Cidade de Deus, Projeto Rio ECOSOL, tem o prazer de convidar para a V reunião de instalação do Banco Comunitário em CDD com a participação de Joaquim Melo, administrador do Banco Palmas/CE. A sua presença é importante neste momento tão significativo para a CDD.

Data: 22 de junho de 2011

Horário: 13 horas

Local: Agência de Desenvolvimento Local de Cidade de Deus

Rua Edgar Werneck, 1.656

Tel. 3342 0925 – 9722 0658

SEXTA REUNIÃO DE PLANEJAMENTO PARA IMPLANTAÇÃO DO BCCD



Participe da grande plenária sobre a criação do Banco Comunitário da Cidade de Deus.

A sua presença é muito importante nesse encontro.

Estaremos apresentando informações sobre o **Banco Comunitário Cidade de Deus e a sua moeda social: CDD, que chega para fortalecer a nossa comunidade.** O Banco, previsto para começar a funcionar em agosto, vai possibilitar que as riquezas sejam comercializadas dentro e fora da Cidade de Deus, visando o desenvolvimento local.

A criação do banco é um acontecimento para todos nós. Estamos falando de uma instituição financeira, inspirada no Banco Palmas, criado há 12 anos em Fortaleza, que deu origem a outros 50 bancos pelo Brasil a fora. E nós teremos o nosso, na Cidade de Deus.

**Não fique de fora desse acontecimento.
Contamos com a sua presença.**

Local: Escola de Samba Mocidade Unida de Jacarepaguá - Avenida Edgar Werneck, 1607
Data: 30 de junho, quinta-feira **Horário:** 18 hs



Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

Ministério da
Justiça



INAUGURAÇÃO DO BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS



Agência Cidade de Deus de
Desenvolvimento Local, Instituto Palmas e
Secretaria de Desenvolvimento Econômico Solidário
da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro
convidam para a cerimônia de inauguração do

BANCO COMUNITÁRIO CIDADE DE DEUS

A realizar-se às 10h do dia 15 de setembro de 2011, quinta-feira,
na quadra do Grêmio Recreativo Escola de Samba
Mocidade Unida de Jacarepaguá,
à Rua Edgar Werneck 1607, Cidade de Deus

O Banco Comunitário Cidade de Deus integra a Rede Brasileira de Bancos Comunitários

Projeto



Tecnologia
Social



Operação
e Gestão



Parceiros




Secretaria Nacional de
Economia Solidária

Ministério do
Trabalho e Emprego

Ministério da
Justiça



ANEXO C – FICHA DE ADESÃO AO SISTEMA DA MOEDA CDD

 **BANCO CIDADE DE DEUS**
Rua: Edgar Werneck, Cidade de Deus, Rio de Janeiro-RJ.
Telefone: (021) 3413-5234

Ficha de Adesão ao Sistema de Moeda Local Circulante CDD

Nome do Empreendimento _____

Proprietário _____

Responsável pelo Empreendimento _____

C.I: _____ CPF: _____

Endereço: _____

Telefone: _____

Através deste termo estou aderindo ao sistema de Moeda social circulante CDD, organizada pelo Banco CIDADE DE DEUS – Banco Comunitário da CIDADE DE DEUS.

Esta atividade se insere nas ações de Economia Solidária do Banco CIDADE DE DEUS, objetivando o Desenvolvimento Local Sustentável da CIDADE DE DEUS.

Comprometo a receber em meu empreendimento a Moeda Social Circulante CDD, no valor de 1 CDD por 1 Real. Utilizarei a moeda Social CDD para compra de produtos e serviços em outros empreendimentos do município.

RIO DE JANEIRO, _____ de _____ de _____

Assinatura do Proprietário

Desconto _____%

ANEXO D – FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE CRÉDITO PRODUTIVO

ANÁLISE DE CRÉDITO PRODUTIVO	
BANCO CIDADE DE DEUS	
DADOS PESSOAIS	
1. NOME:	JORGE PEREIRA DA SILVA
2. COMO É CONHECIDO:	PORONGABA
3. NOME DA MÃE:	MARIA PEREIRA DA SILVA
4. RG:	03775574-1
5. CPF:	406440067-49
6. ENDEREÇO:	RUA: MARIA JORGENA Nº 02
7. PONTO DE REFERENCIA:	CONDOMINIO DA P E M
8. BAIRRO:	CIDADE DE DEUS CEP: 22770665
9. TELEFONE P/CONTATO:	3342-7012 7429-6895
10. ESTADO CIVIL:	UNIÃO ESTAVEL NASC: 16/07/1953
11. SEXO:	<input checked="" type="checkbox"/> M <input type="checkbox"/> F
12. ESTA ESTUDANDO:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
13. ESCOLARIDADE:	<input type="checkbox"/> ANALFABETO <input type="checkbox"/> SABE LER E ESCREVER <input type="checkbox"/> ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO <input checked="" type="checkbox"/> ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO <input type="checkbox"/> ENSINO MÉDIO INCOMPLETO <input type="checkbox"/> ENSINO MÉDIO COMPLETO <input type="checkbox"/> SUPERIOR INCOMPLETO <input type="checkbox"/> SUPERIOR COMPLETO
14. MORADIA:	Própria <input checked="" type="checkbox"/> Alugada <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Amigo <input type="checkbox"/>
15. TEMPO QUE MORA NA CASA:	8 ANOS
16. TOTAL DE MORADORES DA CASA:	2
17. PARTICIPA DE ALGUM MOVIMENTO/ASSOCIAÇÃO:	<input checked="" type="checkbox"/> SIM <input type="checkbox"/> NÃO QUAL: IGREJA ASSEMBLEIA DE DEUS
18. COMO VOCÊ SOUBE DO BANCO	Amigos <input checked="" type="checkbox"/> TV <input type="checkbox"/> Radio <input type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Internet <input type="checkbox"/>

19. UTILIZA A MOEDA SOCIAL SIM ☒ NÃO ☐

20. SE SIM, DE QUE FORMA TEM ACESSO A MOEDA SOCIAL:

Serviço ☒ Troco ☐ Empréstimo ☐ Troca no Banco ☐

21. POSSUI CARTÃO DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Sim ☒ Não ☐

SE TIVER Nº. DA CONTA 3111 013 00006561-0

22. SE SIM, UTILIZOU RECENTEMENTE PARA EMPRÉSTIMO:

Sim ☒ Não ☐

AGIOTA

23. REFERÊNCIAS PESSOAIS

NOME	ENDEREÇO	TELEFONE
REGINA		3342/7012
D.BETE/ CASA DA EMILIA		3355/8924

INFORMAÇÕES SOBRE O EMPREENDIMENTO

24. HÁ QUANTO TEMPO POSSUI O EMPREENDIMENTO

07 MESES

25. QUE ATIVIDADE DESENVOLVE ESPECIFICAMENTE

VENDAS DIVERSAS

26. SEU EMPREENDIMENTO É:

☐ Formal

☒ Informal

29. QUANTAS PESSOAS TRABALHAM DIRETAMENTE:

1

30. DE QUE FORMA COMERCIALIZA OS PRODUTOS/SERVIÇOS:

Feiras ☐

Lojas ☐

Mercearias ☐

Atravessador ☐

Ambulante ☒

Outros ☐

31. TEM ALGUM EMPRÉSTIMO EM ABERTO

Sim ☐

Não ☒

32. SE SIM, ESPECIFICAR:

CREDOR	PARC. R\$	Nº. PARC	PARCELAS RESTANTES

33. DESPESAS ADMINISTRATIVAS MENSAIS

	EMPREENHIMENTO (a)	PESSOAL (b)
ÁGUA		
LUZ		15,00
TELEFONE		53,98
ALUGUEL		80,00
GÁS DE COZINHA		
TRANSPORTE		
FUNCIONÁRIOS		
INVESTIMENTOS		
OUTROS		
TOTAL		150,00

34. DESPESAS MENSAIS COM INSUMOS

DESCRIÇÃO	QUANTID.	UNID. (R\$)	TOTAL (R\$)	FORNECEDOR
DOCES	400	R\$ 0.11	R\$ 44,00	
CLORO	200	R\$ 0.45	R\$ 90,00	
TEMPEROS	8	R\$ 5.00	R\$ 40,00	
ERVAS	10	R\$ 10.00	R\$ 100,00	
OUTROS				
TOTAL			R\$ 274,00	

35. RECEITA MENSAL DO EMPREENHIMENTO				CLIENTE
PRODUTO	QUANTID.	UNID. (R\$)	TOTAL (R\$)	
DOCES	400	R\$ 0.20	R\$ 80,00	
TEMPEROS	40	R\$ 3.00	R\$ 120,00	
ERVAS	50	R\$ 2.50	R\$ 125,00	
CLORO	200	R\$ 2.00	R\$ 400,00	
OUTROS				
TOTAL			R\$ 725,00	

36. BENEFÍCIOS PESSOAIS

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
BOLSA FAMÍLIA	
BOLSA ESCOLA	
APOSENTADORIA	
PENSÃO	
OUTROS <i>Bol. da B. Família</i>	500,00
TOTAL	

37. BENEFÍCIOS MENSAIS DE OUTROS MEMBROS DA FAMÍLIA

SIM ☐ NÃO ☒

38. SE SIM, INFORMAR:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
BOLSA FAMÍLIA	
BOLSA ESCOLA	
APOSENTADORIA	
PENSÃO	
OUTROS	
TOTAL	

39. VALOR SOLICITADO:

35	
36	
37	
TOTAL	

33 (a) e (b)	
34	
TOTAL	

TABELA 1	
(-)	
TABELA 2	
TOTAL	

40. BASEADO NOS DADOS QUAL A CAPACIDADE DE PAGAMENTO DO CLIENTE:

*OBS: Liza Fernandes (divulga)
Bom dia, que valor que a gente pode e
qual a parcela e qual o trabalho a ser feito
quanto mais total*

41. OBSERVAÇÕES GERAIS
CLIENTE INFORMOU QUE TEM INSERÇÕES NO SPC OU SERASA

*Cliente tem 5 entradas no SPC, nos valores
de: 3569 LTA S.E.S.A. 49.136 LTA S.E.S.A.
77,16 LTA S.E.S.A. - Soma 393,00 TAFI Financieira
143,00 total*

42. VALOR LIBERADO: PARCELAS:

Rio de Janeiro 16 de Setembro de 2011

Analista Responsável
[Assinatura]

ANEXO E – FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE CRÉDITO CONSUMO

ANÁLISE DE CRÉDITO PARA O CONSUMO	
BANCO CIDADE DE DEUS	
DADOS PESSOAIS	
1. NOME:	ZILDA GONÇALVES LIMA
2. COMO É CONHECIDO:	DONA ROSA
3. NOME DA MÃE:	IDALINA JOSÉ GUEDES LIMA
4. RG:	54755284
5. CPF:	034212437-43
6. ENDEREÇO:	RUA SIMEÃO 27
7. PONTO DE REFERÊNCIA:	PERTO DA PONTE PEQUENA
8. BAIRRO:	CIDADE DE DEUS CEP: 22773-160
9. TELEFONE P/CONTATO:	24438802
10. ESTADO CIVIL:	VIUVA NASC: 17/02/1958
11. SEXO:	<input type="checkbox"/> M <input checked="" type="checkbox"/> F
12. ESTA ESTUDANDO:	<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO
13. ESCOLARIDADE:	
<input type="checkbox"/> ANALFABETO	<input type="checkbox"/> SABE LER E ESCREVER
<input checked="" type="checkbox"/> ENSINO FUNDAMENTAL INCOMPLETO	<input type="checkbox"/> ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO
<input type="checkbox"/> ENSINO MÉDIO INCOMPLETO	<input type="checkbox"/> ENSINO MÉDIO COMPLETO
<input type="checkbox"/> SUPERIOR INCOMPLETO	<input type="checkbox"/> SUPERIOR COMPLETO
14. MORADIA: Própria <input checked="" type="checkbox"/> Alugada <input type="checkbox"/> Família <input type="checkbox"/> Amigo <input type="checkbox"/>	
15. TEMPO QUE MORA NA CASA:	25 ANOS
16. TOTAL DE MORADORES DA CASA:	3 PESSOAS
17. PARTICIPA DE ALGUM MOVIMENTO/ASSOCIAÇÃO:	
<input type="checkbox"/> SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO	QUAL: _____
18. COMO VOCÊ SOUBE DO BANCO:	
Amigos <input checked="" type="checkbox"/> TV <input type="checkbox"/> Rádio <input type="checkbox"/> Jornal <input type="checkbox"/> Internet <input type="checkbox"/>	
19. UTILIZA A MOEDA SOCIAL: SIM <input type="checkbox"/> NÃO <input checked="" type="checkbox"/>	
20. SE SIM, DE QUE FORMA TEM ACESSO A MOEDA SOCIAL:	
Serviço <input type="checkbox"/> Troco <input type="checkbox"/> Empréstimo <input type="checkbox"/> Troca no Banco <input type="checkbox"/>	

21. POSSUI CARTÃO DA CAIXA ECONOMICA FEDERAL

Sim ☐

Não ☒

SE TIVER Nº. DA CONTA

22. SE SIM, UTILIZOU RECENTEMENTE PARA EMPRÉSTIMO:

Sim ☐

Não ☐

23. REFERÊNCIAS PESSOAIS

NOME	ENDEREÇO	TELEFONE
MONIQUE		30625447

RENDIMENTOS

24. ESTÁ TRABALHANDO NO MOMENTO?

Sim ☒

Não ☐

25. SE SIM, INFORMAR:

DESCRIÇÃO	
ONDE	NA PRÓPRIA CASA
PROFISSÃO QUE EXERCE	BIROSQUEIRA
RENDIMENTO	R\$ 310,00

26. BENEFÍCIOS PESSOAIS

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
BOLSA FAMÍLIA	
BOLSA ESCOLA	
APOSENTADORIA	
PENSÃO	
OUTROS	
TOTAL	R\$ 0,00

27. BENEFÍCIOS MENSUAIS DE OUTROS MEMBROS DA FAMÍLIA

SIM ☐

NÃO ☒

30. SE SIM, INFORMAR:

DESCRIÇÃO	VALOR (R\$)
BOLSA FAMÍLIA	
BOLSA ESCOLA	
APOSENTADORIA	
PENSÃO	
OUTROS	
TOTAL	

31. VALOR SOLICITADO:

100 CDD

32. VALOR LIBERADO:

PARCELAS

RIO DE JANEIRO, 07 DE OUTUBRO DE 2011

Analista Responsável

ANEXO F – PLANO DE MARKETING DA MOEDA CDD

Esta foi a comemoração do 1º aniversário do BCD- de Cidade de Deus comerciantes, moradores, instituições locais e convidados de outros bancos Comunitários estiveram presentes.

Mesa composta por comerciantes, artesões locais e convidados.

Lançamento da Rede Estadual de Bancos Comunitários do Rio de Janeiro.

O Pólo Comercial de Cidade de Deus é parceiro do Banco Comunitário Cidade de Deus.

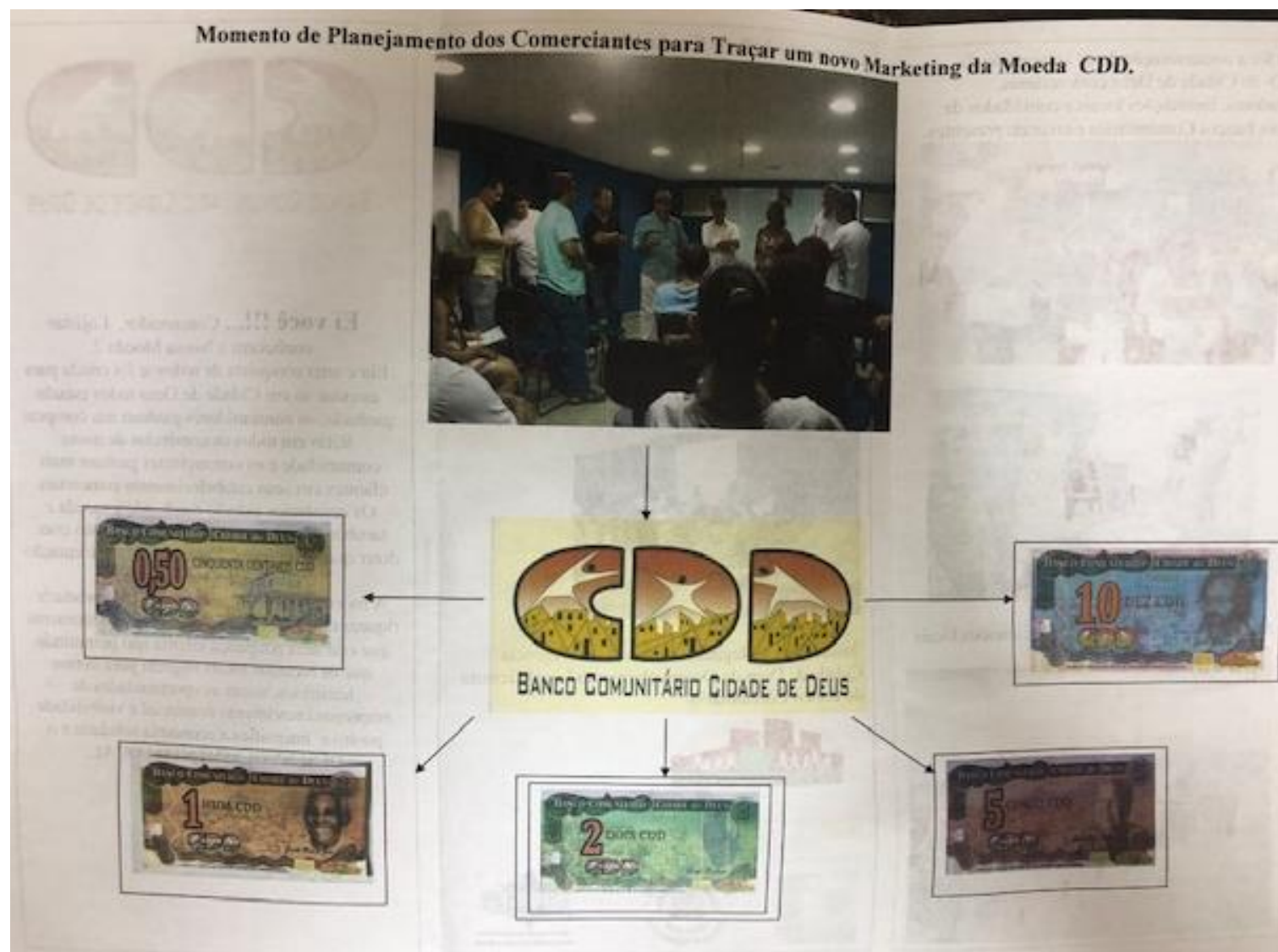
Instituições Colegiadas da direção da Agencia Cidade de Deus de Desenvolvimento Local.Gestora do Banco Comunitário.

BANCO COMUNITÁRIO CIDADE DE DEUS

Ei você !!!!... Consumidor, Lojistas
conhecem a Nossa Moeda ?

Ela é uma conquista de todos e foi criada para circular só em Cidade de Deus todos estarão ganhado, os consumidores ganham nas compras feitas em todos os comércios de nossa comunidade e os comerciantes ganham mais clientes em seus estabelecimentos comerciais. Os comércios estarão recebendo a moeda e também dando troco com a mesma, isto quer dizer que desta forma haverá uma transformação em Nossa Comunidade.

A moeda social tem como finalidade produzir riquezas para a comunidade a partir do momento que cria uma poupança interna não permitindo que os recursos locais migrem para outros territórios, assim as oportunidades de empregos, crescimento comercial e visibilidade positiva intensifica a economia solidária e o DESENVOLVIMENTO LOCAL.



ANEXO G – CEF MALOTE EMPRESARIAL – OCORRÊNCIA

CAIXA Malote Empresarial – Ocorrência de Processamento

Grau de sigilo
00

Nome do cliente
CIDA DE DEUS

Telefone
()

Número da conta

Data da postagem do malote
15/10/2013

Número do Lacre

1 - Informamos que o conteúdo do Malote Empresarial, entregue na Agência acima identificada, não foi processado por apresentar:

- ☐ Ausência ou inconformidade do Termo de Custódia de Cheques;
- ☐ Ausência ou inconformidade do Borderô de cobrança;
- ☐ Ausência ou preenchimento incorreto do Registro de Movimentação em Espécie;
- ☐ Bloqueto vencido sem cálculo dos acréscimos;
- ☐ Bloqueto vencido, de outra Instituição Financeira;
- ☒ Cédula falsa - 1 cédula(s) falsa(s) no valor de R\$ 100,00;
- ☐ Cheque com erro de preenchimento/endorosso/cruzamento ou rasurado;
- ☐ Cheque da Agência para depósito/pagamento, sem provisão de fundos;
- ☐ Cheque nominal a terceiros sem o devido endosso;
- ☐ Cheques e/ou dinheiro sem a fita somatória;
- ☐ Divergência entre os valores informados no documento e os contidos no malote;
- ☐ Documento fora do prazo de pagamento/vencimento;
- ☐ Documento não preenchido ou preenchido incorretamente, rasurado ou danificado;
- ☐ Documento sem convênio de recebimento pela CAIXA;
- ☐ Documento sem o dinheiro/cheque para pagamento;
- ☐ Documentos de terceiros não autorizados pelo titular do contrato;
- ☐ Documentos de usuário autorizado não acondicionado em separado;
- ☐ Malote encaminhado sem lacre;
- ☐ Pagamento de obrigações FIES/SIAP/SIACI sem o documento;
- ☐ Pagamento em cheque não permitido para o documento;

CAIXA Malote Empresarial – Ocorrência de Processamento

Grau de sigilo
00

Nome do cliente
CIDA DE DEUS

Telefone
()

Número da conta

Data da postagem do malote
09/10/2013

Número do Lacre

1 - Informamos que o conteúdo do Malote Empresarial, entregue na Agência acima identificada, não foi processado por apresentar:

- ☐ Ausência ou inconformidade do Termo de Custódia de Cheques;
- ☐ Ausência ou inconformidade do Borderô de cobrança;
- ☐ Ausência ou preenchimento incorreto do Registro de Movimentação em Espécie;
- ☐ Bloqueto vencido sem cálculo dos acréscimos;
- ☐ Bloqueto vencido, de outra Instituição Financeira;
- ☒ Cédula falsa - 01 cédula(s) falsa(s) no valor de R\$ 100,00;
- ☐ Cheque com erro de preenchimento/endorosso/cruzamento ou rasurado;
- ☐ Cheque da Agência para depósito/pagamento, sem provisão de fundos;
- ☐ Cheque nominal a terceiros sem o devido endosso;
- ☐ Cheques e/ou dinheiro sem a fita somatória;
- ☐ Divergência entre os valores informados no documento e os contidos no malote;
- ☐ Documento fora do prazo de pagamento/vencimento;
- ☐ Documento não preenchido ou preenchido incorretamente, rasurado ou danificado;
- ☐ Documento sem convênio de recebimento pela CAIXA;
- ☐ Documento sem o dinheiro/cheque para pagamento;
- ☐ Documentos de terceiros não autorizados pelo titular do contrato;
- ☐ Documentos de usuário autorizado não acondicionado em separado;
- ☐ Malote encaminhado sem lacre;
- ☐ Pagamento de obrigações FIES/SIAP/SIACI sem o documento;
- ☐ Pagamento em cheque não permitido para o documento;
- ☐ Reapresentação indevida de cheque anteriormente devolvido pelo motivo _____;

ANEXO H – INVENTÁRIO – BANCO COMUNITÁRIO DA CIDADE DE DEUS**Móveis do Banco**

- 1 Banco alto com assento redondo;
- 3 Mesas cinza com duas gavetas;
- 2 Mesas cinza sem gavetas;
- 1 Cadeira preta com rodinhas em vinil (em uso);
- 4 Cadeira azul com rodinhas em tecido (em uso);
- 1 Cadeira preta com rodinhas em tecido (em uso);
- 1 Cadeira verde PREFEITURA DO RIO Nº BT0485 ÓRGÃO 1900
- 1 Organizador de madeira com três gavetas;
- 1 Gaveteiro com rodinhas e três gavetas;
- 2 Gaveteiro com rodinhas e quatro gavetas (danificado);
- 1 Quadro de mural em cortiça;
- 2 Arquivo de aço com quatro gavetas;
- 1 Prateleira com seis bases
- 1 Condicionador Ar janela 7.000btus marca GREE modelo 6j7-1220
sob o número do patrimônio TEM 007.019 PREFEITURA DO RIO Nº
BT0402 ÓRGÃO 1900

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DOS BANCOS COMUNITÁRIOS DE DESENVOLVIMENTO

O que é um Banco Comunitário

São serviços financeiros solidários em rede, de natureza associativa e comunitária, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de reorganização das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária.

Principais Características

1. É a própria comunidade quem decide criar o banco, tornando-se sua gestora e proprietária do mesmo;
2. Os bancos comunitários oferecem duas modalidades de crédito: uma em real e outra em moeda social circulante;
3. Suas linhas de crédito estimularam a criação de uma rede local de produção e consumo, promovendo o desenvolvimento endógeno do território;
4. Apoiam os empreendimentos em suas estratégia de comercialização (feiras, lojas solidárias, central de comercialização e outros);
5. Atuar em territórios caracterizados por alto grau de exclusão, vulnerabilidade e desigualdade social;
6. Estão voltados, sobretudo aos beneficiários de programas assistenciais governamentais e de políticas compensatórias,
7. Sua sustentabilidade, em curto prazo, funda-se na obtenção de subsídios justificados pela utilidade social de suas práticas.

Objetivo

Promover o desenvolvimento de territórios de baixa renda, através do fomento à criação de redes locais de produção e consumo, baseado no apoio às iniciativas de economia solidária em seus diversos âmbitos, como: empreendimentos sócio-produtivos, de prestação de serviços, de apoio à comercialização (bodegas, mercadinhos, lojas e feiras solidárias), organizações de consumidores e produtores.

Estrutura de Gestão

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento são geridos no interior de estruturas de organizações de caráter comunitário (como associações, fóruns, conselhos) ou outros tipos de iniciativa da sociedade civil que estejam inseridas na comunidade (sindicatos, ONGs, igrejas). Seu funcionamento supõe, portanto, a constituição de uma equipe de coordenação executiva no seio da própria organização associativa. Sua gestão implica desse modo, numa dimensão compartilhada, com forte componente de controle social local baseado em mecanismos de democracia direta.

Manutenção

A manutenção se dá através da captação de recursos públicos e da constituição de um fundo solidário de investimento comunitário. Esse fundo constitui-se de múltiplas fontes de recursos, entre doações de pessoas físicas e jurídicas, cotizações de associados (pessoas físicas e/ou jurídicas), prestações de serviços mercantis não-concorrenciais e outros tipos de prestação de serviços.

Produtos e Serviços Oferecidos

1. Moeda social circulante local;
2. Crédito solidário através de concessão delegada junto a agentes financeiros e/ou através de fundo solidário (como Banco Popular do Brasil CEF etc.)”. Caixa Econômica, BNDES, etc.);
3. Crédito para financiamento de empreendimentos solidários;
4. Crédito para o consumo pessoal e familiar, sem juros;
5. Cartão de crédito popular solidário;
6. Abertura e extrato de conta corrente;
7. Depósito em conta corrente;
8. Saque avulso ou com cartão magnético;
9. Recebimento de títulos;
10. Recebimento de convênios (água, luz, telefone, etc.);
11. Pagamento de benefícios;
12. Crédito habitacional.

Público Alvo

Os Bancos Comunitários de Desenvolvimento voltam-se prioritariamente para um público caracterizado pelo alto grau de vulnerabilidade social. Contudo, pela sua condição de iniciativa cidadã focada no desenvolvimento do território, tais experiências devem também envolver outros tipos de público em alguma segmentação de mercado, como exemplo: jovens, mulheres, comerciantes, novos empreendedores, etc.

Área de Atuação

Prioritariamente atua em territórios com até 50.000 habitantes, possibilitando que a metodologia funcione adequadamente. É possível que se tenha mais de um Banco Comunitário em funcionamento no mesmo território.

* Esse Termo de Referência foi aprovado no II Encontro da Rede Brasileira de Bancos Comunitários, realizado nos dias 18, 19 e 20 de abril de 2007, no SESC Iparana, em Caucaia – CearáClique aqui para edita

ANEXO J – CARTA DE FORTALEZA

Somos mais de 700 pessoas, cidadãs e cidadãos urbanos e rurais com diferentes identidades socioculturais integrados à Rede Brasileira de Bancos Comunitários, juntamente com representantes da cooperação internacional e de parceiros de outras redes, organizações/instituições e movimentos sociais vindos de todas as regiões brasileiras e de 15 países da América Latina, América do Norte, África, Ásia e Europa, reunidos na Fábrica de Negócios, cidade de Fortaleza, Ceará, Nordeste do Brasil, entre os dias 04 e 06 de setembro de 2018, durante o Encontro Global de Bancos Solidários de Desenvolvimento.

Nosso encontro tem o intuito de congregar instituições nacionais e internacionais para refletir, debater e expor para a sociedade brasileira e demais países sobre a importância da Economia Solidária como solução para o acesso a crédito colaborativo para inclusão social em territórios de baixa renda. Além disso dar visibilidade às diferentes resistências das comunidades, nas suas diferentes expressões socioculturais e tecnológicas, ao propor alternativas ao modelo de desenvolvimento excludente no Brasil e no mundo.

Tais experiências se justificam diante do atual cenário da economia global marcado pelo alto grau de financeirização. Nessa perspectiva, desloca-se o protagonismo na dinâmica econômica: da atividade produtiva para a especulação financeira. O resultado é que passamos a viver na chamada “era do capital improdutivo”, como nos foi evidenciado nos debates desse evento. Essa constatação produz consequências tanto socioeconômicas quanto políticas. Do ponto de vista socioeconômico, conhecemos no Brasil e no mundo o aumento da desigualdade e da concentração de renda. Já no âmbito político, vimos nossa democracia ser ameaça pelo poder das grandes corporações financeiras. As agendas dos governos nacionais são pautadas e controladas pelos interesses do grande capital financeiro e os cidadãos/ãs não encontram meios nem espaços institucionais para exercer qualquer controle democrático.

Se a democracia é o meio de conter os efeitos devastadores dessa racionalidade econômica assumida irracionalmente, é nela que estão contidas as bases para organizar alternativas no campo das práticas econômicas. Neste sentido, o tema da democracia econômica merece destaque na sua dupla dimensão: de um lado, remete às formas de controle democrático dos efeitos predatórios dos mercados (juros altos e abusivos, mecanismos contratuais inadequados, falta de acesso aos serviços bancários, entre outras práticas excludentes). Do outro, aponta o horizonte das práticas emergentes de organização da economia com base em uma racionalidade que garanta o bem-estar geral da sociedade nas diferentes dimensões. Esta outra racionalidade, na base da formulação de uma outra economia, brota no seio da própria sociedade civil ou do meio popular e comunitário, indicando formas inovadoras de gestão de recursos econômicos, políticos, sociais, ambientais e culturais a partir de necessidades reais das populações.

Dentre o conjunto das práticas baseadas nos princípios da autogestão, cooperação, solidariedade da chamada Economia Solidária, destacamos aquelas mais voltadas à gestão de recursos financeiros junto às populações excluídas denominadas de finanças solidárias (bancos comunitários de desenvolvimentos, bancas éticas, bancos comunales, moedas sociais, moedas digitais e solidárias, fundos rotativos solidários, cooperativas de crédito solidário e outras iniciativas em curso).

Essas práticas de democracia econômica buscam articular uma agenda de acesso à renda ao mesmo tempo em que confronta um conjunto de problemáticas socioculturais e ambientais que afetam diretamente a vida das populações e territórios periféricos: racismo, violência, machismo,

exclusão e todo tipo de injustiça social, ambiental e política advindos de um sistema colonialista, capitalista perverso e predador.

Como resposta a isso, as práticas de democracia econômica se afirmam como uma agenda propositiva de intervenções inovadoras no campo socioeconômico que se articula com uma agenda de acesso a direitos fundamentais na luta contra todo tipo de desigualdades que anula a diversidade. Essa agenda reconhece o caráter multicultural e interseccional das sociedades contemporâneas e defende o direito a diversidade de lutas e expressões cidadãs. Dizemos não ao preconceito para poder avançar na solidariedade. Afirmamos que é fundamental fazer valer a igualdade de direitos entre homens e mulheres, respeitando e reconhecendo a pluralidade de sexo, raça/etnia, classe social, religião, orientação sexual, gerações, capacidades funcionais, pessoas em situação de vulnerabilidade, comunidades nacionais e estrangeiras para a defesa dos seus direitos sociais políticos e econômicos.

Como expressão dessa agenda, durante os três dias do evento foram realizadas 16 oficinas distribuídas nos 6 eixos temáticos Economia Solidária; Finanças Solidárias; Democracia Econômica; Tecnologias para construção de alternativas; Ecossistema de inovação social Investimentos para geração e distribuição de riquezas nas periferias. As exposições apresentaram as práticas de resistências com afirmações de alternativas para a sociedade nos diferentes temas: Juventude, democracia e participação; Inovação em Políticas Públicas para Economia Solidária; Territórios Solidários, Territórios Criativos; Agroecologia; Bancos Comunitários, Bancos Comunes e Moedas Sociais; Inovação e empreendedorismo periférico; Resistência das Redes; Os Bancos podem ser éticos?; Economia Solidária e Finanças Solidárias: conceitos e práticas; Novas Tecnologias para as Finanças Solidárias; Democracia Econômica Transnacional (MIT-Colab); Explorando questões emergentes em regiões rurais e urbanas, Desafios e Oportunidades de Crédito para Jovens Empreendedores Rurais; Economia Feminista; Sustentabilidade Ambiental; Desigualdade, Pobreza e Mercado de Trabalho no Contexto da América Latina; Universidade e Sociedade na potencialização das práticas de democracia econômica. Além das oficinas, no espaço Hackathon E-dinheiro a Fintech Solidária dos bancos comunitários do Brasil construíram propostas colaborativas de ideias, funcionalidades e serviços para tornar o E-dinheiro o banco comunitário digital e solidário do povo.

Vimos também diversas práticas de democracia econômica acontecendo em diferentes localidades, como no exemplo das formas de gestão de serviços financeiros através de bancos comunitários de desenvolvimento (BCDs), que tem despertado atenção pelo seu caráter inovador na busca da resolução de diferentes problemas relacionados ao desenvolvimento local.

O Encontro Global de Bancos Solidários de Desenvolvimento, afirma que é urgente alicerçar a construção da democracia econômica no Brasil, com as seguintes ações:

1. Garantir a execução do Plano Nacional de Economia Solidária, que tem como um dos objetivos centrais a organização, em âmbito nacional, de um Sistema de Finanças Solidárias com regulação própria, garantindo ambiente institucional para seu desenvolvimento e tendo como principal objetivo a dinamização das economias nos territórios.
2. Estabelecer políticas públicas de apoio e fomento às iniciativas de finanças solidárias, garantindo assessoramento técnico, formação, gestão, comunicação e mobilização, infraestrutura, desenvolvimento e acesso a tecnologias.

3. Avançar em um marco legal que reconheça, aprimore e fortaleça as diferentes iniciativas de finanças solidárias;
4. Criação de um fundo nacional para as finanças solidárias;
5. Ampliação da dotação orçamentária para as políticas públicas de economia solidária no PPA (Plano Plurianual) e nas LOA (Lei Orçamentária Anual), com a possibilidade de repasses do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT);
6. Fomento às Tecnologias (plataformas digitais, meios de pagamentos eletrônicos) que promovam independência do sistema tradicional e nos proporcione conhecimento, autonomia e poder com princípios éticos e solidários, adaptabilidade, metodologias colaborativas ágeis e uma estratégia de crescimento horizontal.
7. Exigimos o fomento e o fortalecimento dos espaços coletivos de mulheres, contribuindo para o protagonismo e autonomia/empoderamento feminino nas mais diferentes esferas (política, econômica e social), com financiamento público para as mulheres, levando em conta a diversidade de atuação nos mais diferentes segmentos da sociedade, tendo clareza de que a economia feminista qualifica a economia solidária.
8. Denunciamos o extermínio de juventudes, principalmente dos jovens negros/as das periferias urbanas, e solicitamos o desenvolvimento e fortalecimento de políticas públicas que promovam o protagonismo juvenil, gerando condições no campo e na cidade para que os/as jovens tenham acesso a linhas de financiamentos específicos nos bancos públicos e nos instrumentos de finanças solidárias para que se tornem agentes de mudança e transformação social, com oportunidades para desenvolver suas plurais habilidades.
9. Pautamos um outro modelo de desenvolvimento focado no modelo solidário e sustentável de desenvolvimento socioeconômico com integração das redes – de produção, comercialização, plataforma de comunicação, finanças solidárias e consumo responsável que integre e fortaleça os empreendimentos solidários na educação financeira, política e capacidade de gestão.

É papel do Estado fomentar as iniciativas econômicas no meio rural e nas periferias urbanas que incluam milhões de trabalhadores/as desempregados/as e sem oportunidades de inclusão e acesso a serviços básicos para seu bem-estar social. Esse fomento de políticas públicas além de gerar inclusão social por meio da geração de trabalho e renda, diminui as desigualdades sociais criando um novo tecido social e econômico que favorece as populações menos favorecidas historicamente e economicamente.

E para concluir, nós, mulheres e homens aqui reunidos, retornamos para nossos territórios e ao mesmo tempo permanecemos em conexão e em forte sintonia com os debates, conversas e parcerias construídas aqui nestes dias. Nos comprometendo com a pauta da democracia econômica em todos os lugares onde os nossos pés e os nossos sonhos nos levarem, em especial, nos nossos territórios, onde as lutas acontecem cotidianamente na prática, com mais ânimo e com as nossas capacidades de resistências fortalecidas com essa demonstração e afirmação pública.

Fortaleza, Ceará, 06 de setembro de 2018